



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA

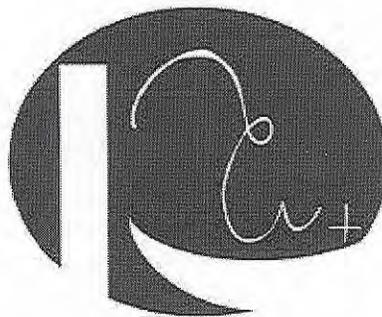


DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 29

AUTUAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 28**. E, para constar, eu,, Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 083.2.55.0

DATA: 15/04/16

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 13h57min

TÉRMINO: 18h59min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 83ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

**Esperidião Amin, Alex Canziani, nos termos do §
2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

ÀS 13 HORAS E 57 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 459 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. IZALCI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra o comparecimento de 436 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra, pela Liderança do PSDB, o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas de bancada, Líder Imbassahy, Deputado Caio, Deputada Geovania, Deputada Mara, Deputado Lobbe, todos que estão presentes e nos acompanham, nós ouvimos, ao longo da manhã e da tarde desta sexta-feira, os argumentos tanto daqueles que defendem o processo democrático, o Brasil, como daqueles que defendem o Governo incompetente e corrupto que aí está.

É verdade o que dizem alguns governistas. A Presidente Dilma será cassada e sofrerá *impeachment* não por sua impopularidade nem pelos crimes cometidos no petrolão, o maior esquema de corrupção da história deste País, montado, articulado pela Presidente Dilma e pelo ex-Presidente Lula. Esses são fatos extremamente relevantes e graves para o País, mas o processo de *impeachment* que está sendo julgado aqui é o de *impeachment* por crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma.

Crime de responsabilidade, Srs. Deputados, é uma premissa da democracia. A primeira Constituição deste País, de 1891, num texto muito mais enxuto e simples do que o que nós temos hoje, já previa que era crime de responsabilidade, com punição de afastamento do Presidente, o desrespeito e o não cumprimento do Orçamento votado pelo Congresso Nacional. Nas monarquias absolutistas e nas ditaduras fascistas e nazistas não há espaço para o Parlamento discutir e aprovar o



orçamento. Isso é uma característica das ditaduras. A característica da democracia é a de que o Presidente eleito tem limites, limites legais e limites constitucionais.

O Orçamento é uma peça exclusiva do Parlamento. Cabe ao Parlamento dizer qual o orçamento do Presidente, como ele deve gastá-lo e quanto pode ser gasto. É aí que nasce o que hoje nós já conhecemos como pedaladas, o crime de responsabilidade configurado, que levará amanhã esta Casa a votar o prosseguimento do processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

No ano de 2011 começa a prática de desrespeito ao Orçamento público e à Constituição Federal. De 2011 até 2014, 54 bilhões de reais foram utilizados sem previsão orçamentária. No ano de 2015, mesmo já avisada, mesmo já sabendo do julgamento de suas contas no ano anterior, a Presidente Dilma insistiu na prática das pedaladas e utilizou mais de 17 bilhões de reais, também dessa vez sem previsão orçamentária.

Todo esse dinheiro, diferentemente do que tem sido dito, não foi destinado somente a programas sociais. Dos 70 bilhões das pedaladas fiscais, 30 bilhões foram usados pelo BNDES para que o dinheiro fosse enviado a Cuba, para que o dinheiro fosse enviado à Venezuela, para que o dinheiro fosse emprestado a empresários como Bumlai, que hoje está preso não por se amigo de Lula, mas por ser parceiro dele nas negociatas que ocorreram ao longo dessa última década no Governo Federal.

As pedaladas foram utilizadas — não mintam ao povo brasileiro neste debate que ocorrerá até o domingo — também para financiar Cuba, Venezuela, Bumlai e muitos outros que beneficiaram diretamente o Governo que aí está.

Vamos trazer os fatos.



Esses 70 bilhões das pedaladas fiscais, de 2011 a 2015, fizeram — até o momento atual fazem — muita falta. Quando a D. Maria procura atendimento médico no hospital, não encontrou médico, não encontrou enfermeiro, não encontrou medicamentos. Não há dignidade para a D. Maria, porque o dinheiro que devia ter ido para o hospital público está perdido nesse rombo orçamentário criado propositadamente pelo Governo que aí está. É essa a seriedade do assunto de que estamos aqui tratando.

Dizem que não houve crime. Como não houve crime? Como a utilização de 70 bilhões de recursos públicos, sem a autorização do Congresso, pode ser considerada um ato normal? Como desconsiderar o fato de que, em todas as edições, não só a atual, da Constituição brasileira e de qualquer País democrático, nenhum Presidente, dentro do processo democrático, está autorizado a utilizar recursos públicos sem previsão orçamentária? Como dizer que isso não é crime? Ora, é um crime da maior gravidade, porque esses 70 bilhões que fazem falta às escolas, aos hospitais, à segurança pública não são da Presidente; esse dinheiro é do povo brasileiro.

É preciso haver respeito às normas! O fato de termos sido eleitos, nós, Parlamentares, e também a Presidente da República, não dá a nenhum dos 513 Deputados, muito menos à Presidente da República, o direito de desrespeitar a legislação! Ser eleito não é salvo-conduto para desrespeitar a lei, para cometer atos de corrupção, para não respeitar o Orçamento.

Todos nós, absolutamente todos nós estamos sujeitos a julgamento permanente pelo equilíbrio de forças entre os Poderes que constituem a democracia: Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo, que devem se fiscalizar



mutuamente — e é isso o que acontece neste momento importante para a consolidação democrática do Brasil.

Hoje nós conhecemos o sofrimento do povo brasileiro. O jovem que, no ano passado, sonhou com a promessa de que haveria um FIES, de que haveria a oportunidade de estudar financiado pelo Governo Federal e sentiu-se traído pelo não cumprimento da promessa tem que compreender que essa promessa não foi cumprida em razão das ditas pedaladas, da falta de responsabilidade fiscal, do rombo orçamentário. Foram essas as causas que fizeram o Brasil estar hoje na maior crise da sua história.

Eu escutei atentamente — escutarei todos — os discursos, não só os da Oposição, mas também os do Governo. Quando um dos Líderes do Governo disse, na sessão anterior, que preferiria perder uma eleição no voto a ganhar perdendo a moral e virando um fantasma ambulante, eu não sei a quem ele se referia, mas aparentava estar se referindo à própria Presidente Dilma, que ganhou a eleição em 2014 com um verdadeiro golpe moral: mentiu à população em uma campanha financiada pelo petrolão, pelo desvio de recursos da PETROBRAS. Depois de eleita, cometeu, uma após a outra, irregularidades no Orçamento, o que configurou o crime de responsabilidade a ser julgado muito em breve.

Não tenho dúvidas de que esta Casa, domingo, irá refletir a vontade não das oposições, mas a vontade do povo brasileiro.

Deixo esta mensagem para o País: este pedido de *impeachment* não é do PSDB, não é da Oposição, não é da Câmara dos Deputados; ele é do povo brasileiro, que acordou e foi às ruas lutar por seus direitos, dizer que não aceita mais a corrupção como regra e a má gestão como forma de governar.

Votaremos “sim” ao *impeachment*!



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Beto Mansur, é sempre uma honra, uma alegria ocupar esta tribuna sob sua presidência.

Faço, com muito respeito, uma saudação aos nobres colegas Deputado Rogério Rosso e Deputado Jovair Arantes, que até este momento vêm contribuindo para a condução do processo que agora chega ao plenário.

Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos assistem, o PDT tem posição fechada contrária ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. O PDT diverge do relatório apresentado pelo eminente Relator e não acata suas razões, por entender, essencialmente, que a imputação não caracteriza crime de responsabilidade e por entender, também, que estamos diante de um fato que agride os princípios democráticos e, por via de consequência, o Estado Democrático de Direito.

Nós temos, contudo, a responsabilidade histórica de recordar o ano de 1954 nesta hora.

Diante do Palácio do Catete, na véspera do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, uma multidão pregava a sua destituição. Getúlio, figura que causou muitas repercussões na vida nacional, com mudanças no voto, na participação das mulheres, no desenvolvimento nacional, na garantia dos direitos dos trabalhadores. lamentavelmente se suicidou, entregou sua vida, conforme disse na carta testamento, para entrar para a história.



No dia seguinte, multidões nas ruas exigiam a preservação da vida democrática, republicana e respondiam aos grupos e às iniciativas que pretendiam a sua interrupção. Vivemos um período longo e triste da vida política institucional nacional.

Depois veio o debate, no Congresso Nacional, para a posse de João Goulart como Vice-Presidente da República. Muitos dos fatos que estão aqui neste debate estiveram lá naquela hora e culminaram com golpe de 1964, culminaram com a perda da liberdade, com o cerceamento da democracia, com exílios e prisões. Muito mais do que isso, culminaram com a perda de gerações, algo incalculável que nós só resgatamos quando fomos para as ruas pedir as Diretas Já, as eleições democráticas, e recuperamos essa quadra da democracia brasileira.

Por isso, nossa manifestação é no sentido de alertar sobre a abertura de um precedente, uma exceção que vai colocar em risco todos os governos posteriores, que vai questionar, sem dúvida nenhuma, os Governos dos Estados Federados, dos Municípios, que terão, com esse fundamento, que é respeitável, que tem o seu embasamento — embora nós tenhamos os embasamentos e os fundamentos de divergência —, motivação para a desconstituição, para a ruptura, para a exceção.

Nós entendemos que, na construção do dia seguinte, que virá a ser obrigatória, vamos precisar ter uma pauta comum e trabalhar para um Governo de salvação nacional. Preferiríamos fazer essa construção, dentro do processo e da visão de transitoriedade, com o atual Governo, mesmo havendo todas essas críticas, mesmo sabendo que a corrupção alcança o privado e o público e precisa ser superada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



Essa é a posição do PDT, que confia que vamos valorizar a democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento, entendemos que a sociedade já está saturada praticamente de tudo o que escuta vindo destes microfones. São muitas as palavras repetitivas, tanto de um lado como do outro. Entendemos também, contudo, que, na condição de Deputados, nós estamos tendo uma oportunidade de nos dirigir à Nação brasileira, a maior vítima do sistema que aí está.

Lamento ter de dizer também que a própria Presidente Dilma é vítima do sistema que está por trás dela. Ela está na condição de Presidente, mas é marionete manipulada por quem está por trás: aqueles que estão sucateando o País.

O Brasil não suporta mais isso. É claro que não existem soluções imediatistas. Ninguém tem a solução de imediato. Precisamos juntar as ideias, as forças em defesa do Brasil. Aconteça o que acontecer, seja qual for o resultado da votação, todos devem pensar no melhor para o Brasil.

Aqueles que me conhecem sabem que eu tenho, desde o início, minha posição formada e decidida. Não a negociei, não a mudei, não a negocio e não a mudo. Eu continuo com a mesma posição: sou a favor do *impeachment*, apesar do respeito que tenho pelos eleitores que votaram em mim e que me pedem que eu seja contra o *impeachment*. Ocorre que, dos 233.762 eleitores que me colocaram nesta Casa, o número dos que me pedem para ser contra é insignificante. Não estou dizendo que as pessoas são insignificantes, mas o volume de pedidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



Respeito a todos democraticamente, mas quero dizer que aquela maioria que em mim confiou terá o meu "sim", em favor do Brasil, em favor da sociedade, em favor da nossa Pátria.

Muito obrigado pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Está sobre a mesa a relação dos Parlamentares indicados pelo Partido da Social Democracia Brasileira para discussão em turno único do parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desculpe-me, mas há também uma relação de Líderes sobre a mesa. V.Exa. já está entrando na discussão dos partidos? Como isso vai funcionar?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Estou fazendo uma divisão. Da relação de Líderes, chamei quatro nomes para falar. Agora vou dar ao PSDB a oportunidade de fazer sua explanação — serão cinco Parlamentares, durante 1 hora. Logo após, voltarei a chamar os Líderes.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu não tenho problema com isso, Presidente, mas quero deixar claro que as Lideranças inscritas têm precedência. Só queria entender como vai funcionar o processo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quantos Líderes falarão depois do PSDB?

O SR. GLAUBER BRAGA - O PSDB falará agora e, logo depois, a Mesa volta a chamar os Líderes inscritos junto à Mesa, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Sim, a Mesa está procurando fazer uma alternância. Se V.Exa. quiser, poderá falar agora.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu agradeço, Sr. Presidente. Vejo que os próprios Líderes do PSDB estão consentindo com que a palavra seja utilizada por nós, porque, depois, haverá 1 hora ininterrupta para o PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputados, Deputadas, quando era ainda muito moleque, criança, eu era um torcedor apaixonado do Flamengo. O meu pai dizia assim: *"Meu filho, seu avô era Fluminense, mas, como um filho rebelde, eu me tornei flamenguista. Hoje, meu filho, eu torço pelo bom futebol"*. Moleque que ainda era, não entendia aquilo. Eu queria ganhar o jogo. Podia ser com gol de mão, podia ser de qualquer maneira. Eu era um torcedor apaixonado.

Hoje cabe a este Parlamento fazer uma avaliação racional, e, do ponto de vista racional, faço a primeira pergunta: existe crime de responsabilidade a partir das pedaladas fiscais recepcionadas na denúncia?

Não. Digo isso porque, se crime houvesse, o Vice-Presidente da República também estaria sendo denunciado, seria recepcionada a denúncia e aprovada a abertura de um processo de *impeachment* contra o Vice-Presidente da República, e também contra 16 Governadores de Estado no Brasil.

Além do mais, o Tribunal de Contas União mudou a sua interpretação, como já foi aqui repetido muitas vezes, somente no ano de 2015.

Ora, se não houve crime de responsabilidade — e os senhores e as senhoras sabem que não houve —, temos que dizer para quem não está dentro deste Parlamento, para quem está nos assistindo neste momento, o que ocorre aqui dentro e que muitos podem não acompanhar.

O que estamos vivenciando aqui é um acordão. Falo sobre um acordão que reúne aqueles que querem levar para a cúpula de todos os Poderes da República o



PMDB Nacional: Presidência do Senado, Presidência da Câmara e Presidência da República. Há, inclusive, um projeto que já apresentaram ao Brasil chamado *Uma Ponte para o Futuro*.

Não sou eu quem o diz — isto foi publicado por um jornal de circulação nacional: “O PSDB sepulta tese de novas eleições e blinda Michel Temer”. O Líder do Democratas não conseguiu fazer indicações para a Comissão do Impeachment do Vice-Presidente da República porque os Deputados do Democratas não aceitaram essa indicação. Blindam o Vice-Presidente da República. O que está aqui em discussão é um projeto de poder. Com o documento *Uma Ponte para o Futuro* — na verdade, a aceleração para o passado —, querem implementar seu projeto, independentemente do voto popular.

É exatamente por isso que nós, do PSOL votamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

Para falar pelo PSDB, V.Exas. terão 1 hora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Líder Antonio Imbassahy, que muito me honrou ao me conceder a palavra, eu quero dizer a V.Exa. e aos nobres pares que um dia histórico se avizinha para este Parlamento, porque estou convencido de que a decência haverá de se sobrepor a um Governo moralmente desonesto.

Sei que o Relator cingiu o seu trabalho e o seu parecer à questão das pedaladas e dos decretos, que, em breve, abordarei. Mas me permito fazer uma breve digressão sobre o histórico desse Governo e, por que não dizer, sobre o histórico do *impeachment* nesta Casa.

Lembro-me, Deputada Mara Gabrilli, que, em dezembro de 2014, já aventávamos a hipótese do *impeachment*, quando, na delação premiada do Sr. Paulo Roberto, Diretor da PETROBRAS, e do Sr. Youssef, doleiro que distribuiu o dinheiro da corrupção, ambos aventaram que tanto o Governo do PT quanto o Partido dos Trabalhadores tinham plena ciência da corrupção na PETROBRAS.

Já em fevereiro de 2015, como Líder de nossa bancada, vim a esta tribuna denunciar o esquema de corrupção da PETROBRAS. Naquele momento, as delações premiadas a que me referi já estavam homologadas pelo Supremo Tribunal Federal e, portanto, aquilo que o Diretor Paulo Roberto e o doleiro Youssef diziam restou confirmado.

E por que pedíamos o *impeachment* à época? Porque a improbidade administrativa constitui-se em uma das hipóteses de *impeachment*. E onde estaria a



improbidade da Presidente Dilma? Nestes 10 anos que antecederam 2014, a Presidente Dilma foi Ministra de Minas e Energia, Presidente do Conselho da PETROBRAS e Presidente da República. A sua omissão foi, de fato, um fato a demonstrar a improbidade administrativa caracterizada naquela época.

Lembro-me de que, com o avançar das operações na Lava-Jato, novas delações vieram, novas prisões vieram. E aí detectou-se — refiro-me à própria Polícia Federal e ao Ministério Público — que o PT, que havia praticado o mensalão, agora havia criado um novo modelo, o chamado petrolão.

O que era o petrolão, amigo e Deputado Jutahy? O petrolão era um esquema de corrupção dentro da PETROBRAS instituído pelo PT, no qual um percentual de propina era destinado aos partidos aliados, e, como sempre, o PT, com sua boca grande, tinha o maior volume: 3% dos contratos de corrupção, dentro da PETROBRAS, iam para o Partido dos Trabalhadores.

Lembro-me — e lembro-me bem — de que fiz afirmação à época de que a Presidente Dilma tinha ciência de tudo e de que recebera dinheiro de propina em 2010 e em 2014.

Perguntavam-me alguns: cadê a prova? Eu lhes dou. Havia três Diretores da PETROBRAS indicados pelo PT, e todos afirmaram textualmente: “O PT sabia”. “A Presidente Dilma, o Presidente Lula não tinham como não ter ciência de tudo o que acontecia, porque eram seus subordinados.”

Não bastassem os três Diretores da PETROBRAS, cinco empreiteiros, diretores de empreiteiras importantes no País, foram à Justiça, ao Juiz Sérgio Moro e delataram.



Não se trata de qualquer delação, mas de delações que foram acolhidas e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal. Elas diziam o quê? Que deram dinheiro de propina para a Presidente Dilma em 2010 e em 2014.

Não basta? Não é suficiente? Vou mais além e falo sobre a campanha da Presidente Dilma de 2014. O publicitário da campanha está preso; seu tesoureiro está preso; seu mentor político está quase preso; seu criador está quase preso.

Lembro-me muito bem, Deputado Izalci, de que, quando fui a uma CPI, a CPI da PETROBRAS, em abril do ano passado, após ouvir o dissimulado tesoureiro do PT, o Sr. Vaccari, ao final da minha fala, disse a ele: *“V.Sa. tem tudo para ser preso, e o PT, para ser extinto.”*

Vozes do PT se levantaram contra mim, dizendo que era um absurdo a minha fala. Uma semana depois, Deputado Paulo Abi-Ackel, o Vaccari estava preso, e o PT ainda não estava extinto. Digo “ainda” porque, 6 meses depois, entrei com uma ação pedindo a extinção do PT, por haver evidências de que ele recebera dinheiro de propina do exterior, e o partido que recebe dinheiro de propina do exterior tem o seu registro cassado.

É loucura a afirmação? Saibam V.Exas. — lerei de primeira mão — o que disse o atual Ministro da Justiça da Presidente Dilma, Eugênio Aragão, por quem tenho muito respeito. Lerei o que disse ele no ano passado, na condição de Procurador-Geral Eleitoral, quando pedi que o PT fosse extinto e que fosse investigado por ter recebido dinheiro de propina. Disse ele, o atual Ministro da Justiça, como Procurador-Geral Eleitoral: *“É, sim, necessária a realização de atos de investigação com vistas a apurar eventual recebimento de recursos de procedência estrangeira”*.



Vejam, senhores, a mais alta autoridade eleitoral disse que havia elementos de sobra para investigar e propor a eventual extinção do Partido dos Trabalhadores.

Na época, Deputado Imbassahy, lembro-me de que o PT não tinha como negar a corrupção, não tinha como negá-la diante de tudo o que se apresentava como contexto probatório. Eles se limitavam a dizer: *“Crimes praticados em 2014 não podem gerar impeachment em 2015”*, como se fosse um mantra a evidenciar que, para eles, reeleição era sinônimo de impunidade.

Mas, para desespero do PT e — por que não dizer? — para alegria da população brasileira, vem o Tribunal de Contas da União, a mais alta Corte de fiscalização deste País, e diz: *“A Presidente Dilma praticou fraude fiscal, denominada por alguns como ‘pedaladas’, e determinou que fossem feitos gastos sem a autorização desta Casa”*. O Tribunal de Contas, em 2014, disse: *“Houve crime de responsabilidade”*. Mais uma vez, o PT corre e diz: *“2014 não pode aproveitar para 2015”*. Ledo engano! Em 2015, houve nova análise técnica, que chegou à conclusão de que as pedaladas continuaram em 2015, e os decretos foram novamente emitidos em 2015 sem a autorização desta Casa.

Precisa da decisão do TCU de 2015? Não. E o próprio Advogado-Geral da União sabe disso, porque ele é um jurista, estuda, lê, assim como eu. Ele sabe que o crime de responsabilidade fiscal não é de jurisdição nem do TCU, nem do Supremo Tribunal Federal. É de jurisdição desta Casa. A lei deslocou o Supremo Federal para dentro desta Casa, colocou o Presidente do Supremo como Presidente do Senado e determinou que quem decide se houve ou não crime de responsabilidade é o Congresso Nacional. Tanto é verdade que alguns chegam a dizer: *“vejam, o Congresso não chegou nem a votar as contas. Como é que houve*



crime de responsabilidade?”, como se pudesse haver crime condicionado à aprovação de contas pelo Congresso, que não aprova contas de 15 anos atrás. Que crime é esse que não pode ser caracterizado, porque não houve aprovação do Congresso? Falácia!

O que são as pedaladas, que, muitas vezes, as pessoas não compreendem? Imagine que eu, Presidente da República, tenho bancos para servir aos brasileiros, e não a mim, mas eu chego para um desses bancos, como a Caixa Econômica Federal, e digo: “Olha, 2014 é ano de eleição. Pague as minhas contas, Caixa Econômica Federal”. E ela pagou por 14 meses seguidos. O brasileiro pergunta como o Governo estava. “Eu? Estou de pé, firme, superavitário”. Mentira! O Brasil já estava de joelhos.

Foi através das pedaladas que ela induziu a erro milhares de eleitores que nela votaram, induzidos a erro. Isso são as pedaladas, Sr. Presidente! (*Palmas.*)

E o decreto? Perguntou aqui o Advogado-Geral da União para esta Casa: “Onde houve dolo?”

Sr. Ministro Advogado-Geral da União, se a lei diz que a Presidente da República não pode determinar gasto sem autorização desta Casa, e ela o fez, como pergunta onde está o dolo? Está em fazer algo que a lei não lhe permite fazer. Isso é dolo. É evidentemente dolo, e ele sabe disso.

Sr. Presidente, o Advogado-Geral da União, mais uma vez, amesquinhando seu papel, vem a esta Casa dizer que esse relatório é imprestável.

Ministro José Eduardo Cardozo, na noite de ontem, o Supremo Tribunal Federal disse que imprestável é a defesa de V.Exa., que perdeu por 8 a 2 na mais



alta Corte deste País! Imprestável é a sua defesa! Nada convenceu, a ninguém convenceu, porque foi imprestável a sua defesa! (*Palmas.*)

Eu sou da época, Ministro José Eduardo Cardozo, em que a AGU defendia cotas raciais, em que a AGU defendia a Lei Maria da Penha, mas V.Exa. amesquinha o papel da AGU e vem aqui defender a Dilma das pedaladas e o Lula, para dizer que ele pode assumir um Ministério, para fugir das garras da Justiça do Paraná. V.Exa. amesquinhou o papel da Advocacia-Geral da União!

Mas eu entendo, V.Exa. está aí para defender a Dilma e o seu cargo. Eu estou aqui para defender a decência e o nosso País.

Para finalizar, como se não bastasse todo esse rol de crimes, de corrupção, de ilegalidades, agora vemos o ex-Presidente da República instalado num hotel, à cata de votos, buscando comprá-los. E o Líder do Governo tem a coragem de dizer: *"Isso é um presidencialismo de coalizão"*.

Deputado José Guimarães, isso é safadeza! Não tem nada de presidencialismo de coalizão. Não é porque o cargo público é em comissão que não tem critério. O critério é o interesse público. Cadê o interesse público? Nomearam o Presidente Lula, processado criminalmente, para virar Ministro e ter prerrogativa de foro. V.Exa. amesquinhou a Advocacia-Geral da União!

Sr. Presidente, veja a situação: a Presidente Dilma vai ao País e ao mundo e diz: *"Golpe! Isso é golpe"*.

Presidente Dilma, a primeira instância a aferir se é golpe ou não foi uma Comissão formada com indicação de Líderes, por determinação do Supremo — inclusive, Líderes ligados a V.Exa., Presidente Dilma —, e lá V.Exa. foi derrotada. Uma Comissão formada pelos seus, Presidente Dilma, é golpista?



Mas não bastou isso. Vamos à OAB. O seu advogado, esse Ministro José Eduardo Cardozo, foi à OAB sustentar a tese do golpe. Dos 27 advogados, Presidente Dilma, 1 ficou ao lado dele, e 26 afastaram a sua tese.

A OAB é golpista, Presidente Dilma? Mas não basta. Foram, repito, à mais alta Corte do País, ao Supremo Tribunal Federal, que disse: *“Não há golpe. O rito está correto, a ampla defesa foi respeitada, e o relatório circunscreveu-se àquilo que deveria: pedaladas e decretos sem autorização desta Casa”*.

Portanto, reitero aqui o que disse: Onde está o golpe?

Sra. Presidente, quais as consequências da pedalada? V.Exa. chegou a dizer, numa entrevista, que só fez o bem com as pedaladas, só ajudou quem mais precisava. Sra. Presidente, eu vou lhe dizer quais são as consequências. O País está economicamente num caos: há 10 milhões de desempregados; milhares de estudantes sem o FIES; o SUS está combalido, porque o dinheiro da saúde foi para o bolso dos bandidos que rodeiam o seu Governo. Presidente Dilma, quais as consequências? V.Exa. se locupletou das esperanças dos brasileiros, se locupletou dos sonhos dos jovens.

Por essa razão, com muito orgulho, eu voto pelo seu afastamento e pelo seu *impeachment* no próximo domingo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois dessa brilhante oração do nosso sempre Líder Carlos Sampaio, eu quero agradecer a indicação do Líder do nosso partido, Antonio Imbassahy, para eu representar o PSDB nesta hora.



Iniciamos hoje o último passo para a admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República. Feliz de um país como o Brasil, que é bem-aventurado e tem a solução de suas crises prevista nas regras de nossa Constituição, que todos nós juramos respeitar.

Pessoalmente, tive o privilégio de ser presidido, na Constituinte de 1988, pelo principal responsável pela Constituição Cidadã, Ulysses Guimarães, o grande timoneiro da democracia. Foi ele o líder da Constituição democrática, que, em seu art. 85, define os crimes de responsabilidade e embasa juridicamente o *impeachment* da Presidente da República.

Lembro ainda que, em 1992, esse mesmo artigo lastreou o processo de *impeachment* do ex-Presidente Collor, quando o PT apoiava o *impeachment* como elemento fundamental para a democracia.

Vale lembrar que o PT já apresentou mais de 50 pedidos de *impeachment*, inclusive logo depois da eleição do Fernando Henrique, em 1998. Fernando Henrique Cardoso tomou posse em 1º de janeiro de 1999 e, no dia 18 de maio de 1999, eu, pessoalmente, votei contra o pedido de *impeachment* do PT, quando esse pedido teve apenas 100 votos. Nós rejeitamos.

Quero dizer com a maior sinceridade: foi algo tão fora de propósito, que eu procurei nas minhas lembranças encontrar essa data, porque o *impeachment* estava completamente desvinculado do sentimento popular e completamente fora de um propósito jurídico real. Era apenas luta política.

Nesse processo que agora analisamos, esses crimes estão muito bem fundamentados na peça apresentada pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Pereira Bicudo e Janaina Conceição Paschoal.



A admissibilidade desse processo na Comissão Especial contou com meu voto favorável ao parecer do Deputado Jovair Arantes. Vencemos com 38 votos a favor e 27 votos contrários, seguindo estritamente os mandamentos constitucionais referendados pelo Supremo Tribunal Federal.

Volto a 1992. No dia da cassação de Fernando Collor, o então Líder do PSDB, José Serra, nesta mesma tribuna, fez uma citação que merece ser lembrada hoje. Infelizmente, o PT e a Presidente Dilma também não aprenderam com o ensinamento do grande Presidente americano Abraham Lincoln: *"Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por todo o tempo; mas não se pode enganar a todos todo o tempo"*.

O sonho que o PT vendeu nas eleições transformou-se no mais escandaloso estelionato eleitoral.

A tragédia hoje inclui várias crises: a crise moral e ética sem precedentes, com a grave repercussão na política e no ambiente social; a crise econômica, a maior de todos os tempos, que penaliza os mais pobres, aqueles que o PT prometeu defender. Essa crise levou à volta da inflação, que desespera as famílias, associada à maior queda do PIB por habitante da nossa história, com devastadores índices: menos 9%, na soma de 2015 e 2016.

A economia desabou, e, com ela, a renda das famílias e o emprego. Entre o ano passado e este, 3,5 milhões de pessoas foram mandadas embora do seu trabalho. Muitos desses desempregados são jovens e pais de família, sem esperança de solução com o atual Governo. A palavra que está presente na vida das famílias é medo: medo do desemprego; medo de fechar o seu negócio; medo do futuro, porque não sabe o que vai acontecer. Quando chega a conta de luz, quando



chega a conta de água, quando chega a conta do plano de saúde, quando chega a conta para pagar a escola dos filhos, quando vai à feira ou ao supermercado, o desespero bate, e o medo está presente em cada família brasileira. Muitos desses desempregados são jovens e pais de família, sem esperança de solução com o atual Governo.

O desmonte da PETROBRAS, outra consequência do Governo atual, tornou essa estatal a maior empresa endividada do mundo. O prejuízo na ordem de 50 bilhões de dólares com a compra de Pasadena, a construção das refinarias Abreu e Lima, COMPERJ, Premium I e II e de todos os desvios de recursos da empresa, conforme a Operação Lava-Jato, fez com que despencasse o valor de mercado da nossa maior empresa, que caiu de 228 bilhões de dólares, em 2010, para apenas 33 bilhões, em 2016.

A PETROBRAS sofre com um somatório de corrupção, incompetência e atraso ideológico. Até o *slogan* do Governo da Presidente Dilma é uma farsa. Em vez de *Pátria Educadora*, o *slogan* deveria ser: *Pátria sem escolas; Pátria sem bolsas de estudo e Pátria sem creches*.

É emblemático o caos na saúde pública. Vivemos grandes problemas com o zika vírus, e o Governo, sem pudor, está leiloando o Ministério da Saúde. Onde ficou o interesse da dramática situação das 5 mil crianças nascidas com microcefalia? Não posso deixar de lembrar aqui a presença da nossa Mara Gabrilli, que questionou a Presidente neste plenário, mostrando as consequências que sofrerá o Brasil ao longo de muitos anos.

A crise política está presente na transformação da atividade política em mercantil, para a manutenção no poder, o que resultou nos escândalos do mensalão



e do petrolão, que levaram à prisão de vários presidentes e tesoureiros do PT e diversos dirigentes da PETROBRAS.

A singularidade da era petista não é ter tido corrupção, mas a corrupção ter virado método de Governo. Ganhou o Governo achar que é dono do patrimônio público. E quem paga pela corrupção? Certamente são os pobres, como bem definiu o Papa Francisco, sendo estes os mártires da corrupção.

O PSDB está preparado para uma nova fase da República. Vamos apoiar todas as propostas estruturantes que venham beneficiar o povo brasileiro no reequilíbrio da economia, na geração de empregos e no bem-estar social.

Este momento histórico que todos estamos vivendo representa nossos anseios de justiça e esperança. Mas há muito por fazer. O dia de hoje lembra o grande líder e para mim o maior estadista do século XX, Winston Churchill: *"Não é o fim. Não é sequer o começo do fim. Mas é, talvez, o fim do começo"*. Ou seja, a remoção de um Governo inepto não bastará para o nosso povo. Precisamos em seguida juntar forças em torno de um verdadeiro processo de reconstrução nacional, na economia, na ética, na justiça social.

Vamos unir todos e todas que se disponham a cooperar em benefício do Brasil e de seu povo. Teremos que nos empenhar a fundo, para que o futuro do Brasil não seja vítima de um presente de irresponsabilidades. Vamos plantar o futuro em vez de nos agarrar aos escombros do passado.

Tenho convicção de que o Plenário desta Casa, entre os dois caminhos — um que já sabemos que deu errado e outro que pode representar o sonho de reconstrução do Brasil —, ouvirá a manifestação de milhões de brasileiros que foram às ruas, exigindo um País decente.



Decidiremos por esse caminho com mais de 342 votos neste plenário, no domingo, dia 17. *Impeachment já! (Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Jutahy Junior, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Esperidião Amin, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Beto Mansur, 1º Secretário.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Líder do PSDB, Deputado Antonio Imbassahy, oradores do PSDB que me antecederam, ilustre Deputado Carlos Sampaio, Deputado Jutahy Magalhães Junior, Deputado Daniel Coelho, poucas vezes na história da República uma crise de inoperância do Poder Executivo causou tantos males ao País.

Os erros cometidos no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff se acumularam de tal forma que a posse já anunciava com clareza o desastre que seria o seu segundo Governo.

Há 15 meses o Brasil contempla uma espiral de insucessos na administração pública, na política e em sua imagem internacional. Viramos objeto de piada em todo o mundo. Esperamos todos nós pacientemente aqui no Congresso Nacional, durante esses 15 meses, por medidas que permitissem ao menos a governabilidade.

É natural que ocorra hoje, em todos os setores ativos da vida nacional, a exaustão, o sentimento, enfim, de que não há mais reservas de tolerância com esse Governo, que se exauriu por sua própria conta na obstinada reincidência em seus erros.



A paralisação do País se deve única e exclusivamente à incompetência do Governo e à indisposição da Presidente Dilma para o diálogo. Inobstante o recorde na arrecadação de impostos, o que vimos, nos últimos anos, é que faltam remédios, faltam médicos e faltam vagas em hospitais. Dependentes de drogas estão tomando conta das ruas das cidades. Os Estados estão falidos. Municípios de todo o Brasil mal conseguem honrar suas folhas de pagamento. A violência vem aumentando em índices alarmantes, mantendo-nos, homens de bem, prisioneiros de bandidos que andam soltos pelas ruas das cidades.

Não há aqui quem possa dizer que a responsabilidade pela segurança pública seja de Estados. Compete à União Federal contribuir para a ordem pública ao menos auxiliando as Secretarias de Segurança Pública na manutenção de recursos, vagas em penitenciárias e prevenção ao crime.

Há crianças morrendo com balas perdidas em muitos pontos do Brasil. Há, meu caro Líder Antonio Imbassahy, absurdo déficit de moradias. Milícias estão-se formando nas grandes cidades brasileiras, algo jamais visto na nossa história. Há filas enormes de desempregados.

Informação recente dá conta de que são demitidas no Brasil 287 pessoas por hora. Há invasões de propriedades particulares. Nossas rodovias estão abandonadas. A prostituição infantil está aumentando. E a violência nas escolas atingiu índices alarmantes.

Quando, com o crescimento das dificuldades, valeu-se a Presidente da República de um mínimo de bom senso e atribuiu ao Vice-Presidente Michel Temer a incumbência da articulação política visando criar condições para reformas estruturais absolutamente necessárias naquele momento, o que vimos? Logo ao se



iniciar esse esforço, Dilma retirou- lhe a outorga ou permitiu que seu círculo íntimo lhe esvaziasse a autoridade para o cumprimento da missão. Mais uma demonstração de autodestruição de seu Governo.

Mesmo diante da crescente oposição popular ao seu Governo, Dilma continuou indiferente às aspirações e ideias que pulsam no povo e no Congresso, tomados, todos, pelas mais graves preocupações com os destinos do País.

Ficaram no passado, infelizmente — e reitero esta palavra: “infelizmente” — as oportunidades para a busca de consenso, tão extremadas se encontram hoje as posições.

É evidente que chegamos a essa situação, meu caro Líder Bruno Araújo, pelo hábito imperial, autossuficiente e distante, longínquo da Presidente da República, avessa que é, por temperamento, ao dever de ouvir e dialogar.

Não posso furtar-me ao exame do ato da Presidente Dilma de tentar nomear o ex-Presidente Lula para o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Não há pedido mais explícito de socorro do que esse ato que submete a Presidente da República à tutela de seu antecessor, universalmente reconhecido como seu inventor e guia. A tentativa dissolveu o caráter unipessoal da Presidente para atribuir ao exercício da Presidência da República, nas atuais circunstâncias, uma comunhão de parceiros, provavelmente uma sociedade de mútuo socorro. O Supremo Tribunal Federal impediu o ex-Presidente Lula de assumir a Casa Civil. E, sem autoridade, Dilma, já sem Lula, fez com que a cadeira de Presidente da República ficasse vazia. A cadeira de Presidente da República, Sras. e Srs. Parlamentares, está vazia!

Economistas e historiadores comparam a situação atual do Brasil com o naufrágio econômico da década de 1930, mas esse capítulo lamentável da história



da economia mundial deveu-se, para o Brasil, a circunstâncias decorrentes de condições econômicas mundiais, em especial o *crash* da bolsa de Nova Iorque.

O que ocorre hoje no País é a soma de erros recorrentes, de orientação econômica governamental desastrosa, de enganos de avaliação, de conduta persistente no caminho do insucesso e, o que é mais lamentável, da crônica corrupção instalada em todos os escalões da máquina do Governo, aparelhada pelos petistas que, para ingressar no Governo, têm antes que se filiar ao Partido dos Trabalhadores.

O Governo não foi combatido, meu ilustre Líder Antonio Imbassahy, por causas exógenas. O Governo destruiu-se por dentro, foi dissolvendo-se por si mesmo à custa da distribuição farta de favores fiscais e financeiros, da ganância ilimitada, do desprezo pela competência e pelo baixo profissionalismo. Todos esses fatores determinam a constatação inequívoca de que houve o descumprimento de leis, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se tudo isso já não bastasse, Dilma determinou custear grandes obras em países estrangeiros, quando era desesperador o anseio por obras em nosso próprio território e financiou, com dinheiro do Tesouro, a juros de pai para filho, a expansão de grandes empresas com obras em países alinhados politicamente com o seu Governo ou, o que é mais grave, por serem convenientes em razão do ambiente propício para negócios suspeitos.

Praticou ainda Dilma ginástica contábil com o propósito de iludir o Tribunal de Contas da União, além de valer-se dos notórios empréstimos simulados no Banco do Brasil e na Caixa Federal para resgatar os débitos em atraso dos programas sociais.



Já vou encerrando para dizer que, sendo assim, a Presidente da República cometeu diversos crimes e por eles haverá de responder. Os crimes são aqueles previstos no art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, de nossa Carta Magna, a Constituição Federal, e também no art. 10, itens 4 e 6, e, no art. 11, item 2, da Lei nº 1.079, de 1950, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Meus caros colegas Parlamentares, meus caros colegas do PSDB, uma imensa maioria do povo brasileiro espera do Congresso Nacional a luz que restaure suas esperanças no futuro imediato.

Há, Deputado Bilac Pinto, carreiras interrompidas, estudos adiados, crescente pobreza doméstica, desestímulo industrial, falta de emprego, descrença popular! Não se pode mais esperar que Dilma tenha condições de conquistar o vigor, a clarividência, a autoridade moral, a consciência política, a sabedoria, em suma, reinventar-se como Governo, tal como a Nação necessita. Não há mais caminhos com o Governo Dilma para reencontrarmos o caminho do desenvolvimento econômico e social.

Finalmente, acrescento ainda a esses fatos que acabo de narrar o estímulo à agressividade, ao conflito entre os Poderes e entre as pessoas, à violência, promovendo comício nas instalações do Palácio Planalto. Isso, meu caro Líder Antonio Imbassahy, haverá de ser uma página negra na nossa história, tal porque Dilma, assim fazendo, cometeu falta de decoro para o cargo que exerce hoje.

Nosso interesse ao falar em *impeachment*, desde o início, foi proteger o Estado brasileiro. O discurso de golpe é de uma hipocrisia angustiante e arrepiante!

Eu quero encerrar as minhas palavras dizendo a todo o Brasil que nós fomos pacientes. Cumprimos com o nosso dever de obedecer fielmente à Constituição



Federal. O discurso do Advogado-Geral da União é vazio e pobre, a começar pelo fato de que não competia a ele defender, havendo conflito entre Executivo e Legislativo, a Presidenta da República.

Todos sabem que o Advogado-Geral da União defende o Estado brasileiro, a União. E a União é formada por Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Ao subir a esta tribuna sem as devidas autoridade e competência legal para defender a figura da Presidente da República, Dilma Rousseff, ele perdeu completamente o resto da autoridade que ainda possuía, em face da incapacidade de combater toda essa série de desacertos do Governo com argumentos jurídicos, principalmente os crimes cometidos pela Presidente da República.

Por essa razão, no próximo domingo, Sras. e Srs. Parlamentares, com o Brasil no coração, com a certeza de que o Brasil merece dias melhores e um Governo mais honesto e decente, vamos dizer "sim" ao *impeachment*, com grande maioria, para o futuro das nossas crianças, dos nossos filhos e principalmente da população mais carente do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Nação brasileira, neste momento o Brasil está prestes a se reencontrar com a sua história. Está em jogo a volta do País ao caminho do desenvolvimento social e econômico. Está em jogo a recuperação de nossa imagem perante o mundo. Está em jogo a oportunidade de trilhar o árduo caminho para nos recuperarmos dos erros cometidos pela Presidente Dilma. Está em jogo a respeitabilidade e a força de nossas instituições.



Ontem, pela segunda vez no intervalo de 3 meses, a Suprema Corte brasileira reafirmou e legitimou os atos praticados até aqui na Câmara dos Deputados na apreciação do processo de *impeachment* da Presidente da República.

Chegou o momento de devolvermos a esperança ao povo, perdida depois de tantos equívocos, de tantas ações de má-fé de um Governo que privilegiou o fortalecimento de um partido em detrimento do País.

A situação que hoje vivemos é muito grave. Dilma mentiu, fez de tudo para vencer as eleições. Usou recursos de maneira irresponsável e ilegal, pensando apenas no momento da eleição e comprometendo o futuro do País.

Subimos nesta tribuna dezenas de vezes para criticar e apontar as consequências trágicas do Governo Dilma Rousseff. Nós, do PSDB, atuamos nas mais variadas frentes contra o desmando dessa gestão, e chegamos até aqui porque temos uma bancada combativa, de espírito público, que acreditou e acredita nas lutas que assume pelo Brasil.

Milhões de brasileiros se sentem enganados por uma Presidente que prometeu o sonho e entregou o caos. Estamos na maior recessão desde a década de 1930 do século passado. Somos o País que mais desemprega em todo o mundo. São 10 milhões de brasileiros que procuram onde trabalhar para sustentar suas famílias, 3 milhões a mais do que há 1 ano. A inflação ameaça as conquistas da estabilidade econômica. Todos os programas sociais estão em risco por falta de recursos. Educação, saúde e segurança sofrem com cortes no Orçamento. Não há índice ou número do Governo que seja positivo.

Há menos de 2 anos o Governo brasileiro se esbaldava no triunfalismo, anunciava pleno emprego, altos índices de desenvolvimento econômico, aumento



dos programas sociais. Vendia ilusões. Não satisfeitos, o PT e a Presidente Dilma não poupavam energias para intimidar quem pensava de forma diferente. Os críticos foram taxados de pessimistas, de inimigos do Brasil, de serem contra os pobres, de sempre apostar no “quanto pior melhor”.

Mas, na verdade, nem mesmo os mais céticos tinham ideia da dimensão do que ocorria nos submundos do Governo. A situação do Brasil era muito pior do que se desconfiava. Com as manobras orçamentárias, o Governo escondeu rombos bilionários e buscou adiar ajustes urgentes a serem feitos na economia. Mantiveram a farsa até a chegada das eleições.

Líder Antonio Imbassahy, é mentiroso o argumento do Governo de que as manobras foram necessárias para pagar benefícios sociais. O Bolsa Família, por exemplo, não chegou a representar 2% das dívidas ilegais do Governo com os bancos públicos. Quase metade desse crime orçamentário foi utilizado para bancar empréstimos do BNDES realizados sem transparência e a juros baixíssimos. Mais de 21 bilhões de reais. Sem meias-palavras: fraudaram as contas públicas, falsificaram os balanços, destruíram a confiança dos agentes econômicos e dos investidores. E, o principal, enganaram os eleitores.

As eleições ficaram maculadas pelo abuso econômico e pela mentira. Perderam a legitimidade. A adulteração nas contas públicas não é um erro de contador, não é um crime menor, é crime de responsabilidade. Foi uma transgressão gravíssima, que está entre as principais causas de todas as dificuldades políticas, sociais e econômicas que atravessamos hoje. Dilma herdou de si mesma um País caótico, endividado e absolutamente desacreditado.



A legislação brasileira pune esse tipo de atitude criminosa, que atenta contra a lei orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal, prevendo a Constituição o afastamento de qualquer Presidente enquadrado nesses crimes de responsabilidade.

Portanto, em defesa da democracia, estamos aqui cumprindo um de nossos principais deveres: o de fiscalizar o Chefe de Estado e o Governo para que cumpra a Constituição que jurou respeitar perante este Plenário. Se não agirmos dessa forma, senhoras e senhores, outros governantes incorrerão nessas ações irresponsáveis e ilegais. Poderão novamente cometer crimes para enganar e prejudicar a população em nome de se manter no poder a qualquer custo.

Com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff o recado será claríssimo: esse tipo de delito não se repetirá na história do Brasil. Serão as instituições mostrando que há limites, que há regras a serem cumpridas, que a democracia precisa ser respeitada. E quem as transgredir não ficará impune, mesmo que seja o Presidente da República.

Espontaneamente, as ruas já pediram um basta ao desgoverno. As manifestações contra o PT e o Governo Dilma Rousseff ficarão registradas como as maiores da história brasileira. E nós participamos desses movimentos juntamente com os milhões de brasileiros que foram às ruas dizer "basta!"

Os índices da desaprovação de Dilma, caro Deputado Carlos Sampaio, são democráticos. A Presidente é rejeitada em todas as regiões do Brasil, em todas as classes sociais, nas pequenas, médias e grandes cidades, nas áreas urbanas e rurais.



Os 54 milhões de votos recebidos por Dilma Rousseff não a autorizam a fazer o que bem entender. Aliás, Sras. e Srs. Deputados, se o critério de legitimidade for o da quantidade de votos, como brada o Partido dos Trabalhadores, mais uma vez a Constituição Federal foi sábia, pois a Presidente estará submetida a julgamento por um Congresso Nacional de 108 milhões de votos, exatamente o dobro da votação da Presidente Dilma.

A população não aguenta mais tantos casos de corrupção revelados diariamente.

Mais do que a rejeição ao Governo, os índices contra Dilma e o PT guardam uma sabedoria: a maioria absoluta sabe que com a Presidente à frente do Governo não há chances de melhora. Chegou o momento de curar as feridas deixadas por Dilma.

Quando aumentam as chances de Dilma Rousseff sair do Governo melhoram as previsões de juros, inflação e retomada da geração de empregos.

Muitas das medidas de que o País precisa urgentemente, como reforma do Estado, equilíbrio das contas e racionalização dos gastos, enfrentam a resistência, para não dizer a ojeriza do Partido dos Trabalhadores.

Com Dilma no poder a aflição com o desemprego e a angústia com a alta de preços só irá aumentar. Com a saída da Presidente, as preocupações continuarão, mas a população poderá sonhar com o futuro.

Disso tudo já se forma um consenso: apenas com a saída de Dilma o Brasil poderá iniciar o longo caminho da recuperação. As dificuldades são imensas, mas o fim desse Governo é passo obrigatório para o recomeço.



Além de todos os benefícios que a população brasileira terá com a saída de Dilma, reiteramos: estamos aqui cumprindo a lei.

Queremos o *impeachment* porque nos preocupamos com o dia seguinte do Brasil. Queremos um país melhor para todos. Queremos a união nacional. Queremos que os brasileiros tenham tranquilidade e confiança no futuro.

O momento é de coragem. O momento é de se estar do lado certo.

É hora de votar "sim"!

Sras. e Srs. Deputados, a hora é do *impeachment*! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todas as cores deste País, estamos diante do juízo final de um governo e de um partido que tantos retrocessos e sofrimentos causaram ao povo brasileiro.

E por que chegamos a este dia, Líder Imbassahy? Por que chegamos a um dia como o de hoje? As razões poderiam ser muitas: a incompetência, a inoperância, a corrupção, as falsas promessas, as mentiras e os muitos crimes. Mas a Presidente Dilma Rousseff, além de tudo isso, cometeu crime de responsabilidade.

É importante reafirmar que houve crime e que não há golpe. Um pai de família, um cidadão comum, se cometer um homicídio, é preso. Ninguém pergunta as consequências, se ele deixou uma família em casa, um filho deficiente, uma mãe doente ou uma esposa acamada. Ele é preso pelo crime; as consequências, a família paga.

Há diferença entre isso e o caso da Presidente da República. Ela cometeu crime e diz que é golpe porque as consequências poderão ser ruins. Para quem?



Para quem ela prega? Para o pobre? Para o operário? Para o jovem estudante? Para o idoso aposentado? Ora, essas foram exatamente as camadas, os segmentos utilizados como escada para o PT galgar o seu sucesso. O PT age como se fosse o proprietário da fala pelas minorias, desse discurso político, e da única política que daria certo para esses segmentos.

Mas esses mesmos segmentos tiveram cortadas as suas cabeças quando o PT afundou o País e teve que mandar a esta Câmara, a esta Casa, a este Congresso projetos para tirar direitos dos trabalhadores, para afetar o aposentado, para cortar o FIES e tirar o sonho e a esperança de jovens que, lá em 2014, na campanha eleitoral, dobraram o seu financiamento. Mas, em 2015, imediatamente após a eleição, cortou-se o sonho de brasileiros pobres que sonhavam com a universidade financiada com dinheiro público.

A Presidente Dilma não é apenas sórdida. Ela está pagando aqui uma pena não apenas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também pelos crimes contra os valores da família, que defendemos dentro de casa. Ela mentiu para o seu povo. Ela enganou o seu povo. O que ela fez com a sociedade brasileira não há como ser mensurado — talvez com anos de cadeia. Quantos morreram? Quantos morreram acreditando em suas promessas? A morte não é apenas o óbito da vida física, é também a morte de sonhos, a morte de esperanças, a morte de tudo aquilo que se quer transgredir para o próprio futuro.

A Presidente Dilma, com aquele desejo de poder, fez o vale-tudo: tudo pode, custe o que custar. Perdeu sua compaixão e não teve um pinga de espírito público e sentimento pelo cidadão brasileiro. A Presidente Dilma afrontou a lei — afrontou



mesmo! É claro que afrontou a lei, todas as leis. Ela gastou mais do que recebeu e mentiu na sua contabilidade.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são apenas intermediários de contratos, não podem bancar a festança do PT e da própria Presidente Dilma. Se fosse assim seria fácil: eu não pagaria o meu cartão de crédito e simplesmente diria: “*Segura meu débito por 15 meses*”. O dinheiro desses bancos é público!

O grande problema de tudo isso é que a Presidente Dilma não entendeu o que está claro na Constituição: a punição para Presidente da República que comete crime de responsabilidade é o seu *impeachment*. *Impeachment* não é golpe.

O golpe é a mentira. Golpe é usar a boa-fé de um brasileiro, de uma senhora aposentada de 75 anos, que recebe apenas um salário e que no dia das eleições pega o seu título de eleitor, cheia de esperança, como se fosse um passaporte para uma nova vida, devido à promessa feita pela Presidente da República, caminha 2 ou 3 quilômetros, guardando-se da chuva, para chegar ao local de votação. Vota com aquela esperança. Aperta o número da Presidente sonhando com um país melhor, sonhando com aquela creche que foi prometida aos seus netos, sonhando em ter uma vida melhor como aposentada. Dali a alguns dias, simplesmente, nada ocorre. Ao contrário, a energia fica mais cara, o combustível fica mais caro, a inflação sobe, os juros sobem. Isso mata o sonho dessa velhinha aposentada, que sonhava com uma vida melhor.

O *impeachment* da Presidente Dilma não é apenas por uma questão ou duas, é pelo conjunto da obra! É a sordidez de um partido, Deputado Bruno Araújo, que passou uma história plantando esperança e pregando revolução. Conquistou o coração de jovens; conquistou o coração de pobres; conquistou o coração de



operários. Mas quando chegou ao poder esse pobre não ficou mais rico. Quem ficou rico foi o próprio partido. Quem ficou rico foram alguns militantes. Quem ficou rico foram aqueles que enganaram esses operários, que mentiram para o povo — e continuam mentindo, pela ganância de ficar no poder.

O sentimento da Presidente Dilma teria que mudar a partir de agora para ela pelo menos entender pelo que os brasileiros estão clamando. Não são apenas as vaias no avião, nos restaurantes, os gritos das ruas ou o pedido de todos pelo *impeachment*. Ela realmente deveria se reinventar como ser humano, não como Presidente, não como petista, não como alguém que comanda um partido que se tornou uma quadrilha dentro da República brasileira. Ao se reinventar como ser humano, como mulher, como mãe, como filha, como brasileira, poderia dizer com dignidade: *“Eu tenho a caneta. Eu amo o meu País, eu amo o meu povo. Eu vou renunciar, porque eu falhei com meu País.”*

Mas a palavra “humildade” não faz parte do vocabulário dessa Presidente. A palavra “humildade” não faz parte do vocabulário desse partido, que acha que o Brasil é deles: têm o Palácio do Planalto como um QG; e o seu quintal como se fosse a República brasileira.

Como assim? O Brasil não é do partido vermelho ou azul. Esse muro na frente do Palácio do Planalto é um retrato daquilo em que o PT transformou o Brasil: um Brasil de dois lados; um Brasil de três lados — o branco contra o negro, o religioso contra o ateu, o índio contra o produtor. Não é isso que queremos. Esta Pátria é de todos. Nós somos filhos da mesma Pátria. O PT não pode continuar fazendo isso. Nós não vamos deixar o PT nos transformar no que ele transformou o Brasil, porque esta Pátria vai ter uma resposta no domingo.



Líder Deputado Antonio Imbassahy, essa resposta no domingo marcará não apenas o fim de uma era, mas também o fim da divisão de um povo. Pelo que o PT pregou até agora, dividindo a sociedade, dividindo classes, dividindo cores, dividindo religiões, dividindo tudo, o *impeachment* será, sim, um ponto para reunir, reunificar o nosso povo e fazer deste um só Brasil.

O Brasil não pode ser dois, não pode ser dividido entre quem os defende e quem é contra eles. O Brasil é um só, com opiniões diferentes, com cores diferentes, com setores diferentes, cada um dentro da sua estrutura. O agricultor mais rico não pode ser pior do que o agricultor mais pobre, e vice-versa. O Brasil não pode continuar sofrendo desse mal de divisão.

Eu não quero mais ouvir o outro lado do plenário dizer: "*Vocês não amam o País*". Nós amamos, sim, o País. E tenho certeza de que V.Exas. também o amam. Mas a diferença não está em amar ou não amar; está no egoísmo, está em tentar manter-se no poder a qualquer custo.

Essa história acabará neste domingo, Deputado Jutahy Junior, porque o *impeachment* não foi algo inventado em 2015, não foi pedido apenas por fatos de 2014; foi pedido por um conjunto de atos praticados desde o começo.

Vou fazer um resumo neste último minuto que me resta. Alguém se lembra do Programa Fome Zero? Desapareceu, porque era uma peça publicitária. Alguém se lembra do PAC? Já desapareceu, porque era uma peça publicitária, como outros programas que foram utilizados em peças publicitárias e foram parar no fundo do baú, como o marqueteiro que foi parar atrás das grades e tantos petistas que usaram dinheiro público para manter-se no poder.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Agora, não! Agora é a vez do Brasil dos brasileiros. O *impeachment* não é contra a Presidente Dilma. O *impeachment* não é a favor de quem vai substituí-la. O *impeachment* é a Constituição na mão de cada um, fazendo o certo pelo Brasil, pelos brasileiros.

Neste domingo a luta não será contra o PT, não será contra Dilma, mas a favor do Brasil e de cada brasileiro que quer um País melhor, a favor do seu povo, dos seus filhos, dos pobres, dos médios, dos ricos.

Sejamos um Brasil só, um Brasil de todos, uma única Pátria! (*Palmas.*)

(*Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero em primeiro lugar lembrar um momento histórico: eu tenho a responsabilidade de pela segunda vez estar diante de um Presidente que cometeu crime de responsabilidade.

Eu quero dizer que chegamos a este ponto não por impulso próprio dos partidos de Oposição, não por impulso dos Deputados, não por motivação dos Senadores; chegamos aonde estamos porque em 2013 o povo brasileiro resolveu parar de esperar, resolveu tomar iniciativa, foi às ruas, e o Governo não entendeu nada.

A Sra. Presidente, após os movimentos que foram paralisados pela anarquia patrocinada pelo próprio Governo financiando os *black blocs*, prometeu uma série de mudanças para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu me lembro, pois era Secretário de Transportes de Salvador, de que ela prometeu um plano de mobilidade, porque, de modo equivocado, entendeu que o movimento de 2013 tinha como origem única o preço das passagens de ônibus.

Eles continuam enganando. Dilma, o PT e seu mestre são mestres em enganação, são mestres em contratar marqueteiros e pagá-los com dinheiro sujo. Foi assim na eleição de Lula, foi assim no mensalão, foi assim na eleição de Dilma, foi assim na sua reeleição.

Eu quero, portanto, prestar homenagem ao povo brasileiro que foi para as ruas.



Quero também prestar homenagem aos movimentos que se organizaram em torno disso: Movimento Brasil Livre; Vem pra Rua; Nas Ruas; Ordem dos Médicos do Brasil, particularmente a Seção Bahia; Avança Brasil-Maçons.BR; Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Não fossem eles, certamente não estaríamos chegando hoje à previsão de todos os jornais brasileiros dando como certa, no domingo, a aprovação do relatório pelo afastamento da Presidente Dilma por crime de responsabilidade.

Não foi por outro motivo que o Governo, sabendo, tendo certeza da derrota, resolveu recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Esta é a frase que colhi ontem no Supremo Tribunal Federal: *“Se o Governo não tem apoio para obter 172 votos, não é mais Governo”*. Se o problema do Governo é a falta de votos, ao ir ao Supremo bateu à porta errada. O Supremo, por duas vezes, chancelou o trabalho que vem sendo feito pela Câmara dos Deputados.

Neste momento, representando o Democratas, que fechou questão para votar “sim”, pelo *impeachment*, por unanimidade dos membros na Executiva Nacional, por unanimidade dos membros no Senado e por unanimidade dos membros na Câmara, nós somos 100% por um novo Brasil, pela reenergização do Brasil, pela revitalização do Brasil, pelo fim do desemprego, pelo fim da inflação e pelo fim da corrupção.

Para completar, não me venham com essa história de que a Presidente Dilma é uma Presidente honrada. Quem é honrado não monta uma falcatrua do tamanho da que ela montou em Belo Monte para roubar o povo brasileiro.

“Sim”! Viva o Brasil! Vivam os brasileiros! Vivam o Congresso Nacional e a democracia brasileira!



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Augusto Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Advogado-Geral da União converteu aquela instituição numa usina de chicanas, na tentativa de preservar a sua chefe no seu cargo. Algum dia há que ter fim essa tentativa de desqualificar a Advocacia-Geral da União, que deveria defender a República e os seus Poderes, que são independentes. Mas vimos aqui S.Exa., o Ministro José Eduardo Cardozo, defender o Executivo e afrontar este Poder, quando qualificou o relatório do nobre Deputado Jovair Arantes como um relatório de conteúdo golpista.

Sr. Presidente, também há a cantilena de confundir a opinião pública, aqueles que defendem o *impeachment*, que está previsto na Constituição.

Nós estivemos aqui na Assembleia Nacional Constituinte e também aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 85 da Constituição Federal tipifica como crime de responsabilidade atos do Presidente da República que atentem contra a Lei Orçamentária, além de outros. A nosso juízo, ela foi sobejamente afrontada pela Presidente quando ordenou gastos sem cobertura orçamentária, forçando instituições — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES — a custearem, a lastrearem atividades, ações de Governo que estariam proibidas pela lei da instituição financeira e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Presidente.



Por isso, a tentativa de confundir a opinião pública como se golpistas fôssemos, a tentativa de levar para os idos de 64 o clima em que vivemos hoje de amadurecimento das instituições democráticas, de pleno funcionamento da imprensa, de pleno funcionamento das instituições da República é absolutamente equivocado. Essa é uma mera tentativa de confundir a opinião pública, de tentar criar um clima de pânico, de medo, de modo a intimidar as pessoas de bem a comparecerem nas manifestações pacíficas e ordeiras que estão acontecendo no País inteiro.

A população clama pela interrupção desse Governo desastrado, irresponsável, que levou o País à desmoralização nos foros internacionais e que só tem provocado a desestruturação da nossa economia.

Agora o desemprego atinge as pessoas mais simples, que sofrem privações, em razão do agravamento da crise provocada pela irresponsabilidade desse Governo, Sr. Presidente.

Por isso, desde o primeiro momento nós do Solidariedade nos colocamos na linha de frente da luta pelo *impeachment*, que é legal, está previsto na Constituição da República. E vale dizer que o PT, por diversas vezes, foi o primeiro partido a tentar interromper o mandato dos ex-Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste pela *TV Câmara* neste instante, chegamos a um momento decisivo da nossa história: depois de anos de sofrimento, depois de anos de um cativo que parecia não ter fim, a Nação brasileira finalmente começa a respirar ares de esperança.

Existe um versículo da Bíblia — livro do qual não me envergonho, até porque o Regimento Interno da Casa permite que fique aberto sobre a mesa e dá aos Deputados liberdade de usá-lo — que diz: *“Quando os justos governam, alegra-se o povo; mas quando o ímpio domina, o povo geme”*. (Provérbios 29:02) E gemido, neste momento traduzido em dor, é o que acontece com a Nação brasileira.

A Nação brasileira geme pela falta de um governante que tenha punho, que tenha força para administrá-la. Sabemos que a cadeira da Presidência República está abandonada. Ali não existe mais uma pessoa que possa governar esta Nação. E, como um carro sem condutor, estamos numa estrada que possivelmente nos levará a um limbo se algo não for feito urgentemente.

O que nós podemos fazer neste momento? Deputados Federais, eleitos pelo voto popular, podemos dar vez e voz às vozes das ruas. E as ruas pediram o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, *impeachment* este que não é golpe, *impeachment* este que é constitucional. É tão constitucional que o Supremo Tribunal Federal, através da ADPF 378, deu para nós o rito, rito este que está sendo seguido aqui.



Eu sei que do outro lado existem pessoas desesperadas. Isso é do jogo político. Mas esses desesperados, que estão no abraço dos afogados neste momento, não podem impedir o que está acontecendo. A Nação está comovida, está empolgada, está politizada. Depois de anos, a Nação brasileira conseguiu ficar politizada. Politizados estão aqueles que não conseguem pagar as suas contas neste momento porque lhes foi dada a falsa esperança de uma economia, que foi afundada.

Então, neste momento, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que nos assiste, o coração deste Deputado quase não cabe dentro do seu peito, porque são 13 anos vendo nosso País arrefecer, cair no descrédito não apenas da mídia internacional, mas também da sua própria população. É uma Nação que tem o *marketing* mais violento e mentiroso da história: Brasil, Pátria Educadora, que não educa, que deseduca, que faz com que nossas crianças se percam dentro dos seus pensamentos, dentro da sua própria cultura. As famílias estão desesperadas. Este Governo, que tocou no cerne da Nação brasileira, que é o seu moral judaico e cristão, não pode mais permanecer onde está.

O PSC — Partido Social Cristão, do qual tenho orgulho de fazer parte, tem uma bancada coesa, unida neste momento em prol do *impeachment*, sem dúvida acerca daquilo que vai acontecer no dia 17: todos nós votaremos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, ao impedimento desse desgoverno que aí está. E o novo Governo terá o nosso apoio para uma sobrevida, para dar ao País a virtude e a vontade do seu próprio crescimento. Se o que está escrito na nossa bandeira é “*Ordem e Progresso*”, a ordem será restabelecida, e o Congresso será, mais uma vez, atuante, para que o progresso seja reconquistado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



A Nação brasileira clama pelo *impeachment*. Por isso este Parlamento o votará. No dia 17, votaremos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, votaremos “sim” à voz das ruas, votaremos “sim” para que nossos filhos voltem a sonhar com uma educação de qualidade, sonho perdido nas escolas por causa do FIES, que trouxe, a princípio, esperança, e agora, frustração. O nosso País precisa de liberdade.

“Sim” ao *impeachment*! Fora, Dilma! Fora, PT! Somos pelo Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, esses últimos dias têm sido históricos para a política brasileira. Todos nós temos certeza de que a história, em toda a sua plenitude, está se desenrolando sob os nossos olhos, tendo cada um dos presentes como participante dos fatos.

Sr. Presidente, Deputado Felipe Bornier, Deputada Mariana Carvalho, recai sobre mim o peso de 176 mil brasileiros potiguares que confiaram o seu voto a mim neste mandato que estou exercendo. É por eles, caros colegas Parlamentares, pela minha consciência, pelos jovens sem esperança, pelos trabalhadores desempregados, pela economia que está em frangalhos, pelo reiterado descaso com os episódios de corrupção no País, pela vergonha internacional a que o Brasil está exposto — tudo isso por causa deste Governo, que transformou o País no que é hoje — que eu voto “sim” ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Eu digo “não” ao Governo, que colecionou incompetências e atitudes imperdoáveis em relação à Constituição, que havia jurado honrar — não sou omisso nem pactuo com ilicitudes.

É preciso reconstruir a Nação, é preciso salvar o futuro da nova geração. O que se pede hoje é um novo tempo que retrate os anseios da sociedade. Queremos poder viver essa experiência, e o brasileiro já deu provas, por meio da sua manifestação, de que é preciso uma nova postura que inaugure um fazer político mais consciente dos problemas econômicos que enfrentamos e mais condizente



com as expectativas da sociedade quanto à sua transparência e licitude. Se os tempos cobram mudanças, meus amigos do PSB, vamos fazê-las.

Não somos escravos de um modelo sectário esgotado por conduta reprovável no aspecto moral. Somos e devemos ser instrumentos da liberdade e da retomada do crescimento. *Impeachment* não é golpe!

O art. 85 da nossa Constituição é bem claro quando diz que atos do Presidente da República que atentem contra a Magna Carta e a probidade na administração são crimes de responsabilidade. Portanto, meus amigos, *impeachment* é resgate social, é resgate ético, é resgate econômico.

Vivemos momentos de mudanças, mudanças exigidas pela sociedade, mudanças necessárias para avançarmos até a consolidação de nossas instituições. Já avançamos muito. Toda essa conturbação que atravessamos nos trará um novo país, com pessoas mais ativas politicamente, com cidadãos mais participativos e capazes de tornar o Brasil mais forte.

Pela juventude do meu Estado, pelo povo potiguar, pela justiça, pela recuperação da economia, eu voto "sim" à abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, pela Liderança do PMDB.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje é um dia especial para a história da política brasileira. Despontam no horizonte raios de liberdade. Começa a amanhecer o dia em que a democracia, sem adeptos pagos e adestrados, poderá se manifestar livremente.

O atual Governo, porque não é de sua natureza, esqueceu-se da liturgia do cargo, da responsabilidade de presidir o País da sala de decisão mais importante para a sociedade brasileira. Lá, em alguns momentos, parece a antessala de animação de um prostíbulo. Lá há bandeiras de bandidos adestrados que aplaudam o Governo. Lá virou lugar de comícios — o Palácio do Planalto virou lugar de comícios! Aliás, com a escassez das palmas, têm que pagar mãos para receber alguns aplausos; por livre e espontânea vontade, ninguém aplaude.

Tenho ouvido, aqui e nas Comissões, ao longo do tempo, a escola do cinismo. Alguns discursam aqui como se fossem donos absolutos do destino dos pobres, dos negros, dos pequenos produtores rurais, da população das periferias, dos aposentados. No entanto, o Brasil que eles governam há 14 anos sepulta 30 mil meninos e meninas por ano, mortos pela droga, pelo tráfico, pelo crime. E eles, os criminosos, como abutres — aliás, uma especialidade deles —, choram em volta do caixão, como fizeram em torno do caixão do Celso Daniel.

Aqui eles são os piedosos, os proprietários da solução para todos os males. No entanto, o Governo Federal não põe um centavo na segurança pública — absolutamente nada. Aliás, não foi a Presidente, esse anjo que está aí, que



autorizou a compra de Pasadena? Aconteceu um negocinho, roubaram alguns milhões, mas ela não sabia de nada — ninguém sabia de nada.

Ela prometeu, na campanha, dinheiro para a segurança pública, uma política de Estado em apoio aos Estados. Digam-me quantos centavos foram repassados. Era mentira. Isso fez parte do estelionato eleitoral.

Tinham que sacar, sem fundo, da Caixa Econômica Federal, como se o banco fosse deles. Tinham que sacar do Banco do Brasil para dizer à opinião pública que estava tudo bem. O País estava bem, a economia ia bem, a luz ia baixar, tudo ia melhorar... Até um dia depois da eleição. Depois da eleição, houve o que se viu. Eles são os mesmos.

Agora eu quero falar especificamente, embora haja situações semelhantes em outras cidades, ao povo da minha Grande Porto Alegre. Tu lutas há mais de uma década por um trem urbano que te leve das vilas de Gravataí, das vilas de Viamão, enfim, das vilas mais longínquas, da última rua de Alvorada — os lugares que sobraram para morares — ao centro de Porto Alegre. Tu querias o trem, mas não o tiveste — é claro que não.

Porto Alegre não conseguiu o trem, mas a Venezuela foi brindada com 4 bilhões e 128 milhões de reais do BNDES para fazer um trem urbano — dinheiro teu, meu irmão da Grande Porto Alegre, tu que vês as bandeiras vermelhas do PT como se ele fosse o dono dos pobres. Tu ficaste no abandono porque o larápio internacional colocou a Odebrecht no avião e foi negociar com a Venezuela, para tomar propina em nome do interesse nacional. Para o teu trem não houve dinheiro, para o da Venezuela, sim.



Tu tens dificuldades para exportar o milho e a soja porque tens um dos portos mais atrasados do mundo em termos de política portuária. Basta comparar o Porto de Santos ao de Roterdã ou ao de Amsterdã para ver a diferença tecnológica entre eles. Nós não tínhamos recursos? Tínhamos, sim. É claro que tínhamos: o atual Governo investiu 2 bilhões e 72 milhões de reais no porto de Cuba, o Porto de Mariel.

Esse era o dinheiro necessário para a segurança pública, para que não tivesses que enterrar teu filho. O dinheiro que não foi para ti está no bolso de um safado larápio que negociou com o dinheiro do banco, dinheiro financiado, subsidiado pelo Orçamento, e botou a propina no bolso.

Esse larápio faz discurso para pobre e governa para rico. Passa a mão na cabeça do pobre e viaja de jatinho. Neste momento em que eu falo aqui, o larápio-mor expressa a voz da República num canto qualquer de um hotel hermeticamente fechado — para conversar com a “autoridade”, que fala pela República brasileira, tem-se que sofrer revista, deixar o telefone fora, porque o que ele discute com as pessoas não é público, é digno de cochichos de presídio. Falo daquele que é a autoridade máxima, que expressa a voz da República num canto qualquer de hotel de Brasília.

Ora, tudo isso não é motivo para tirar esse Governo? É claro que sim! E há mais, bem mais! Além do metrô de Caracas, existem a Hidrelétrica de São Francisco e a Hidrelétrica de Manduriacu, ambas no Equador. Lá se foi 1 bilhão e 300 milhões de reais, dinheiro subsidiado pela população brasileira.

Nós pagamos o dobro do preço por energia, no ano passado, porque não havia energia no Brasil. Enquanto isso, seu Lula e dona Dilma e sua quadrilha



financiavam, com o dinheiro do povo brasileiro, obras de hidrelétricas em outros países.

É esse Governo que quer se manter no Palácio? É essa a legitimidade das urnas? A urna só elege larápio quando não sabe que ele o é. Quando sabe, não elege.

Eles queriam muito a PETROBRAS pública — lembrem-se disso? Em 5 anos de Governo dessa Presidente brilhante — que, pelo menos, devia fazer um cursinho de Português, porque a língua que ela fala o mundo não entende —, desse Governo que adora a coisa pública e leva para casa quase tudo, a PETROBRAS, que valia 230 bilhões de reais, passou a valer só 30 bilhões de reais.

Os fundos de pensão têm um rombo, administrado pelo PT, de 46 bilhões de reais. São recursos do meu amigo aposentado, que ficará sem salário ou, como no caso dos funcionários dos Correios, terá que contribuir suplementarmente para que seu fundo não quebre. Roubaram o seu fundo. Essa quadrilha de ratazanas comeu o seu fundo como se fosse um pedaço de queijo.

Mas nós não temos razão em querer que no domingo se acabe essa desgraça. É claro que não! Boa é esta democracia: a democracia do discurso para pobre e governo para rico.

Neste momento em que eu falo aqui, há estradas no País inteiro interrompidas por manifestantes portando bandeiras do MST. É uma quadrilha de larápios adestrados, com mala cheia de dinheiro público.

Há denúncias de que milhares de mortos receberam terrenos da reforma agrária. Eu tenho provas de reforma agrária que tomou terras onde havia mato. Aliás, os loteamentos da reforma agrária na Amazônia são os que mais desmataram



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



o País. Vai lá o INCRA e acerta com o IBAMA: ele retira toda a mata e vende toda a madeira. Quem aplica as multas? O IBAMA e o INCRA. É um jogo de cartas marcadas.

Meus amigos: fora, Dilma! Fora PT!

Meu País quer respirar liberdade! Meu País quer democracia de verdade! Não quer o cinismo e o achaque! (*Palmas.*)



O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com base em qual artigo, Deputado?

O SR. CAIO NARCIO - Com base no art. 272 do Regimento Interno, à página 163, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Pois não, Deputado.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Leio o artigo, Sr. Presidente:

“Art. 272. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal da Câmara e seus anexos, durante o expediente, e assistir das galerias às sessões do Plenário e às reuniões das Comissões.

Parágrafo único. Os espectadores ou visitantes que se comportarem de forma inconveniente, a juízo do Presidente da Câmara ou de Comissão, bem como qualquer pessoa que perturbar a ordem em recinto da Casa, serão compelidos a sair, imediatamente, dos edifícios da Câmara.”

Passo à questão de ordem, Sr. Presidente. Estamos vivendo o momento mais importante da história recente do Brasil, quiçá de toda a história do País. É muito importante que a população tenha o direito de participar deste momento. Se, eventualmente, for causado algum constrangimento por alguma pessoa, ela poderá



ser retirada daqui. O importante é que a Casa do Povo receba o povo. Da maneira como se está procedendo aqui, parece que nós estamos fechados para a população.

É muito importante que seja esclarecida essa questão. Eu gostaria muito que estivéssemos aqui discutindo o futuro do Brasil, hoje, com os brasileiros nos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Muito bem.

A Presidência recolhe a questão de ordem de V.Exa., mas já adianto que, por motivo de segurança, nós optamos por limitar, durante o processo de votação do processo de *impeachment*, a presença no plenário a Parlamentares e, em número reduzido, assessores de cada Liderança, jornalistas e fotógrafos. As galerias serão ocupadas pela imprensa. Os parceiros e familiares dos Parlamentares poderão assistir à sessão nos telões do Auditório Nereu Ramos e em outros locais.

Essa é a opção que nós fizemos, exatamente para que possamos dar segurança não só aos Parlamentares, mas a todos que convivem conosco.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Beto Mansur.

Cumprimento todos os colegas Deputados e Deputadas, bem como o povo brasileiro, que acompanha atento esta sessão e aquelas que se sucederão até domingo

Eu não vou debater com o Deputado que usou a tribuna anteriormente — não me refiro ao Deputado que formulou a questão de ordem —, pelo grau de intolerância, de ódio e de ataque generalizado a um grupo político; pelo grau de preconceito que a fala desse Parlamentar que me antecedeu procura levar ao Brasil. É o que eu chamo de cultura do ódio e da intolerância daqueles que querem fazer desses sentimentos a ferramenta de conquista do poder.

O povo brasileiro não é um povo de ódio e de intolerância. Desculpe-me o Deputado que me antecedeu, mas o povo brasileiro quer soluções para os problemas do País. O grande debate que nós realizamos hoje não é um debate entre Governo e Oposição; não é um debate pró-Dilma ou contra Dilma; não é um debate do partido A, B ou C contra o PT; é um debate sobre a democracia brasileira.

A democracia brasileira está sendo cada vez mais atacada, desde o momento em que a Oposição decidiu desrespeitar o resultado eleitoral de outubro de 2014. A Oposição multiplicou teses, mas a tese central que move todas essas ações que agora chegam ao seu ponto culminante, Deputado Chico Alencar, é a tese de derrubar um Governo democraticamente eleito e colocar no poder um grupo que não



teve votos para chegar ao poder. A tese central é a tese do golpe a qualquer preço. É a tese do vale-tudo no meu projeto de poder.

Eles foram às urnas. Em 2002, Serra tentou ser Presidente e perdeu; em 2006, Alckmin tentou ser Presidente e perdeu; em 2010, de novo, Serra tentou ser Presidente e perdeu; em 2014, Aécio, representando os golpistas de hoje, tentou ser Presidente e perdeu. Se o Brasil está o caos que eles dizem estar, por que é que não ganham eleições? Por que sua única forma de chegar ao poder é por meio de golpe?

E o pior, Deputado Pedro Uczai, guerreiro de Santa Catarina, é que esse golpe nasceu de forma imoral: nasceu com a assinatura de um dos políticos mais corruptos que o Brasil já conheceu. O PSDB, o PPS, os Democratas, a Oposição, mancomunada com Eduardo Cunha, silencia, bate palmas para Eduardo Cunha. É o jogo do vale-tudo pelo poder!

Felizmente, nesta Casa, há muitos Deputados comprometidos com a democracia, muitos Deputados da Oposição que vão votar contra esse golpe. Há Deputados que defendem a democracia no PMDB, no PP, no PSD, no PRB, no PSOL, na Rede e em tantos outros.

Não é questão de partidos; a questão é de dignidade e respeito ao voto do cidadão brasileiro. Vamos dar nome a esse golpe: o que querem o Deputado Eduardo Cunha e Sr. Michel Temer, os dois capitães do golpe, é acabar com as eleições diretas. Esta é a questão central: não têm votos para ganhar a eleição e querem chegar, através de eleição indireta, de forma indigna, ao poder, que só pode ser delegado pelo voto do cidadão brasileiro. Esse é o artigo central da Constituição.



A Presidenta Dilma pode errar e acertar — o nosso Governo comete erros e acertos —, mas V.Exas. estão há meses tentando comprovar um único crime contra ela, e não o comprovam.

Apresentem-me uma prova! *Impeachment* sem crime de responsabilidade, sem dolo, sem culpa é golpe, Sras. e Srs. Deputados.

Eu peço àqueles que ainda estão em dúvida que, na dúvida, preservem a democracia; na dúvida, preparem projetos, apresentem candidatos, mas não queiram rasgar a Constituição brasileira para, por um atalho, colocar no poder alguém que, se fosse disputar a eleição, provavelmente teria 1% dos votos dos brasileiros.

Colocar o Deputado Eduardo Cunha na Vice-Presidência da República para melhorar o combate à corrupção? Óbvio que não! O Deputado Eduardo Cunha como Vice-Presidente só pode obstruir o combate à corrupção.

Eu vejo Deputados que têm ética, história. Esses Deputados não podem montar um governo que terá como Vice-Presidente um dos homens mais corruptos desta República.

O ataque vem de diversos lados. O ataque é o da cassação política de uma mulher honesta e honrada. Querem cassar seu programa porque, para o elitismo de alguns, faz mal ver 3 milhões de brasileiros entrar na casa própria por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida; para o elitismo de alguns, faz mal ver 8 milhões de jovens na universidade, quando, há 12 anos, havia apenas 2 milhões.

São essas as mudanças que queremos preservar. Nós queremos corrigir rumos e queremos respeito à democracia. Vamos lutar. Temos convicção de que esse golpe será derrotado no próximo domingo. E vamos continuar mudando o Brasil para melhorar a vida das pessoas. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vou conceder a palavra aos Deputados do Partido Progressista. S.Exas. terão 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como V.Exa. salientou, falo pelo meu partido, o Partido Progressista, e deverei ser sucedido por outros companheiros.

Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero homenagear o Líder do meu partido e, acima de tudo, celebrar a unidade que nós estamos conquistando. Essa unidade é fruto de luta e de divergências que a crise está abafando, e se sobressai neste momento, às vésperas de uma reunião em que se pretenderá estabelecer uma diretriz partidária para o nosso voto.

Em segundo lugar, não posso deixar de homenagear Santa Catarina, o Estado que governei, que me deu berço e que rogo a Deus que possa me oferecer a sepultura.

Represento um povo exemplarmente trabalhador. A presença do ex-Prefeito de Blumenau, o Deputado João Paulo Kleinübing, me faz lembrar da enchente de 1983, quando, diante de uma loja fechada — porque a água estava à porta — o jornalista Walter Souza perguntou a uma senhora: *“O que a senhora está fazendo aqui?”* *“Vim pagar a minha prestação.”* E ele, quase que repreendendo a mulher: *“Mas a senhora não está vendo que está tudo inundado?”* *“Mas o dia é hoje!”*

É em nome desse sentimento de dever que eu quero anunciar o encaminhamento que o Partido Progressista, a partir de esforços feitos por nós catarinenses e por vários outros diretórios pelo Brasil afora, conseguiu estabelecer



como unidade partidária. Repito o que já foi manifestado: o nosso partido vai encaminhar o voto “sim” ao *impeachment*.

Não vamos fazer isso com prazer. Não vamos nos regozijar com isso. É um momento muito grave. Mas, depois de ter escutado aqui palavras como “farsa”, como “golpe”, eu não posso deixar de homenagear uma frase que é uma advertência para todos nós, lançada por Shakespeare para Marco Antônio dizer diante do cadáver de Júlio César, depois de ter discursado: “*Desgraça — ou, se quiserem, mal com “I” —, estás de pé, procuras agora o teu caminho*”.

Nem naquela época nem hoje a desgraça tem GPS. A desgraça vai levando de roldão tudo o que existe. E hoje no Brasil, nós estamos diante da voragem da desgraça da corrupção: uma corrupção como sistema de governo, que começou no mensalão e prosperou, agigantou-se, transformou-se em campeã mundial, num acinte ao povo trabalhador.

O processo do petrolão é o campeão mundial da corrupção. Isso aconteceu como sistema de governo. Não aconteceu de baixo para cima, aconteceu de cima para baixo. “*Ah, mas isso não está nos autos!*” Isso aqui não é um processo judicial, isso aqui é um processo que vai requerer uma resposta a políticos — um processo político e uma resposta política.

Nós poderíamos perguntar: “*E, depois, o que virá?*” O que virá vai depender da nossa sensatez, da capacidade de agirmos com humildade, com o mínimo de patriotismo, de espírito público e transparência. Devemos atacar as causas da desgraça, desde o sistema político até os aspectos econômicos e as suas consequências sociais, atacar o desemprego e a perda das conquistas que os



últimos governos propiciaram, inclusive o atual e os governos do PT — vamos ser justos!

Isso está se esfarelando na voragem dessa desgraça que está caminhando pelo Brasil afora, fechando empresas, podando empregos, eliminando oportunidades e, acima de tudo, reduzindo a nada a nossa autoestima como povo brasileiro, tirando-nos o prazer da vida. E os desafios que nós gostaríamos de enfrentar estão saindo da nossa frente.

A resposta política não pode ser aquela que diz que os outros já fizeram o mesmo. Esta é uma lição muito antiga, atribuída a Lênin e já mencionada aqui pelo Deputado Evandro Gussi: *“Acuse os adversários do que você faz, chame-os do que você é! Nivele por baixo a política, e você irá sobreviver!”* Isso não é resposta. A resposta que está diante de nós, sem sofismas, é a resposta que temos de dar a uma questão cruel: *impeachment* ou não *impeachment*.

Nós não vamos tergiversar nessa hora. E, lembrando a resposta daquela senhora de Blumenau, o dia é domingo. Nós estaremos aqui para dizer, dentre as alternativas que nós temos, “sim” ou “não”. Se alguém quiser, poderá fugir também. Mas nós diremos “sim”, porque essa é a resposta política, constitucional, que pode dar — porque ninguém pode garantir — uma chance ao Brasil. E essa chance pode ser bem aproveitada ou pode não ser bem aproveitada. Mas o pior é não dar essa chance ao País. O pior é se esconder e, pior ainda, achar um bom argumento para evitar a resposta que o povo quer. Essa resposta pode ser justa ou injusta, mas que seja a resposta política que nos toca oferecer com o nosso voto e gravar no painel da história, para sermos julgados livre e limpamente.



Finalmente, eu gostaria de frisar — não o faço em nome do meu partido nem do meu Estado — que tenho acompanhado com tristeza esses momentos e não posso deixar de prestar uma homenagem à Presidente da República. Eu, que sou de um Estado feminino, Santa Catarina, respeito muito a pessoa da Presidente Dilma Rousseff. Li, com atenção, a entrevista dada pela Presidente anteontem aos jornalistas e meditei muito sobre uma referência que ela fez a Vittorio Gassman, ao dizer que nós deveríamos ter duas vidas, uma para ensaiar e outra para viver. E ela mesma disse: *“Na política não dá para ensaiar. Na política nós temos que viver”*. Não falo isso com ironia, não! Falo isso com solidariedade pessoal e humana.

Mas quero dizer que isso não me pesa na consciência. Pesaria a minha consciência se eu não acreditasse numa resposta política, prevista na Constituição. Eu já vivi essa circunstância em 1992 — e vivi duplamente, porque eu era Senador e a minha esposa era Deputada Federal —, quando houve a cassação do mandato do Presidente Fernando Collor.

Por tudo isso, de consciência limpa, livre e leve, sem omissão, quero agradecer ao meu partido por fazer do “sim” uma afirmação política que dá a chance de viver ao nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Líder do Partido Progressista, Aguinaldo Ribeiro, esta oportunidade que nos oferece, de



podermos, aqui da tribuna desta Casa de Leis, emitir o nosso “sim” em favor do Brasil e em favor do nosso Estado, o Espírito Santo.

Estamos vivenciando, inegavelmente, o momento mais grave dessa recente história política do Brasil, ainda que tenhamos atravessado outro processo de *impeachment* há pouco mais de 2 décadas, em uma democracia tão jovem como a nossa.

Há alguns meses, e mais urgentemente, quando passamos a sentir os efeitos econômicos da crise brasileira dentro da nossa casa, na hora de pagar as compras no supermercado, na hora de pagar as contas de luz, água e telefone, toda a Nação passou a refletir sobre essa crise.

Passamos a pesar os prós e os contras, se valia a pena ou não prosseguir com o modelo atual de governança, de condução do Brasil.

E não se trata, absolutamente, de uma tentativa de dividir o País, como muitos querem propagar. Não se trata de uma luta de classes nem de rixa entre siglas partidárias ou mesmo ideologias.

Trata-se de atingirmos a maturidade para entender que, se um representante do povo não está à altura do cargo a ele concedido por votação direta, não merece, então, permanecer no núcleo de decisões de um país de dimensões continentais como o Brasil, decisões que afetam o dia a dia da população e que podem fazer de nós uma referência mundial — positiva ou negativamente.

Não há o irreversível nesse caso. Não há o “imexível”, como profetizou o ex-Ministro Magri, mal comparando, numa outra “era”, em também se cassou um presidente eleito democraticamente — aliás, o primeiro —, por corrupção.



O que estamos exercendo neste momento, em nome dos brasileiros que também nos elegeram democraticamente, é a democracia, em si, plena, fazendo valer a função primeira do Legislativo brasileiro: fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional, a nossa Corte de Contas, com sua excelência em fiscalização e orientação pública, já alertava o Governo Federal de que poderia haver problemas para serem aprovadas as finanças da União. E ajustes não foram realizados.

Não houve corte de gastos, não houve diálogo, não houve sensatez por parte dos ocupantes do Palácio do Planalto, que, de lá, eles nem sequer enxergam os milhões de brasileiros que os elegeram, muito menos os que não votaram na Presidente eleita, ora com o mandato em xeque.

Percebam, Sras. e Srs. Deputados, que os problemas aqui relatados por mim nem fazem menção ao período pré-eleitoral, no qual, aparentemente, segundo as investigações, também houve um forte esquema de corrupção.

Foi um período em que também aos brasileiros foi cerceado o direito de conhecerem a verdadeira situação das contas públicas, falidas, na tentativa de atrasar a "chegada" da crise econômica aos cidadãos, a fim de não atrapalhar o projeto eleitoral e de poder de um grupo de pessoas que, evidentemente, não busca o bem comum.

Pelo País afora, não são poucos os relatos de desemprego e de dificuldades financeiras. Há uma centena de matérias diariamente, na imprensa nacional e nos veículos de comunicação regionais ou locais, sobre a quebradeira por que passam os mais diversos setores da economia brasileira.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meu Estado, o Espírito Santo, as empresas de transporte de cargas já contabilizam mais de 3 mil carretas estacionadas nos pátios, inertes frente à paralisia em que a movimentação de cargas se encontra, frente à elevação de custos e da alta taxa de juros.

O Espírito Santo depende da macroeconomia para se manter pujante, para fazer a roda girar. Somos os maiores produtores de café conilon, o segundo maior produtor de café do Brasil. Somos grandes exportadores de rochas ornamentais. E essa vocação ao comércio, ao setor de serviços, nos faz dependentes da boa condução da economia.

Temos um polo de fruticultura no norte do Estado. Estamos entre os maiores produtores de petróleo e gás do País. Temos sete portos com as janelas abertas para o mundo, o maior porto de minério de ferro do mundo. Somos um grande e importante centro de logística, pois, ao redor do Espírito Santo, incorporam-se dois terços do PIB brasileiro, com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Eu não posso, neste momento, virar as costas para a população do meu País e do meu Estado.

No Espírito Santo, eu sou o único representante do Partido Progressista. E o PP vai fechar questão em relação ao *impeachment* da Presidente Dilma: todos votaremos "sim", pelo Brasil e pelo Espírito Santo.

E eu fui um dos primeiros a incentivar a postura partidária de deixar a base aliada do Governo e entregar os cargos do partido, antes ainda de se iniciar um verdadeiro balcão de negócios com os cargos e Ministérios disponíveis, a fim de se conseguir, a qualquer preço, atrair votos para a manutenção do *status quo*.



Mas o PP tem, como diretriz em seu estatuto, o aperfeiçoamento gradativo do sistema eleitoral, quer de representação parlamentar, quer de governo, a fim de assegurar plena responsabilidade política dos eleitos perante os eleitores e dos governantes perante os governados.

E ainda, o PP tem a promoção de uma política de desenvolvimento econômico autosustentável, que tenha preocupação primordial com a geração de empregos, a busca da equidade econômica e a realização da justiça social, por meio de adequados mecanismos de desconcentração da renda e da riqueza, tanto pessoal quanto regional.

Definitivamente, isso não é o que vivemos atualmente.

E não podemos fechar os olhos neste momento. O Brasil inteiro já sabe que as pedaladas fiscais constituem crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária. Números não mentem. Não há o que se discutir.

Eu quero chamar atenção, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, para o fenômeno da virtude relativa que o atual Governo tenta difundir no País. Eles dizem: *"Houve o rombo, mas houve também a conquista social... Existe a corrupção, mas outros também a praticaram..."*

Tentam passar a ideia de que os meios justificam os fins. Meias verdades viraram moda... Não saber do que se passa diante do nariz virou prática de governo... Desonestidades são justificadas como se fossem naturais e necessárias...

Assim como não existe meia verdade, não existe relatividade na questão ética. A virtude é um valor absoluto. A virtude é inegociável, intransferível!

A democracia precisa da virtude para existir de fato.

A democracia tem necessidade de justiça para ser legitimada.



A democracia não é uma conquista de um Estado, mas uma vitória de todos os seus cidadãos. A democracia é o destino da humanidade.

Todos nós aprendemos que o exemplo tem que vir de cima. Uma nação cujo governo mente e desrespeita a sua constituição não está ensinando coisa boa para os nossos jovens e para as nossas crianças. Um governo que abusa do poder econômico em nome do povo não tem legitimidade ética para nos representar.

Na sua época, Rui Barbosa já dizia:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver crescer os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir da honra e a ter vergonha de ser honesto.”

Isto é o que mais se vê hoje no País de hoje: muita gente sentindo vergonha de ser honesta diante de tanto exemplo de desonestidade vindo de cima.

Acho que o *impeachment* está acontecendo no momento certo. É preciso iniciar, com a maior urgência, a revolução ética que a sociedade está pedindo nas ruas.

É importante que todos os representantes políticos tenham maturidade para se unirem em torno de um projeto de união nacional, pela restauração dos valores humanos e o restabelecimento da democracia.

É momento de refletirmos o nosso País, não em nome desta ou daquela bandeira, mas em busca de um futuro melhor para os brasileiros, de uma vida em sociedade mais justa e igualitária.



É por essa razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que responderei “sim” ao *impeachment*, para fazer frente às crises econômica, política e social e, sobretudo, às crises ética e moral por que passa a política brasileira.

Meu “sim” é pela democracia. Meu “sim” é pelo respeito à Constituição Federal. Meu “sim” é pelos brasileiros. Meu “sim” é pelos capixabas. Meu “sim” é pelas famílias brasileiras, pela minha família, pelos meus filhos e meus netos. Meu “sim”, finalmente, é pelo Brasil, pelo afastamento da Presidente da República nesse processo.

Contem comigo, com o “sim” do Partido Progressista, com o “sim” deste Deputado.

Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em nome do Partido Progressista, que majoritariamente vai votar “sim” no próximo domingo, quero cumprimentar as Sras. e o Srs. Deputados, especialmente o Relator, que alguém criticava aqui. Mas na segunda-feira passada a votação mostrou no placar o resultado de 38 a 27 e ontem — não houve votação na Câmara dos Deputados — o Supremo Tribunal Federal votou de 10 a 0 para o relatório de S.Exa. Portanto, está de parabéns o Deputado Jovair Arantes pelo que trabalho.

Estou falando aqui não só em nome dos progressistas. Outros votam em mim. Foram 162.462 gaúchos e gaúchas na última eleição.

Eu vi alguns colegas falarem em ódio, que alguém aqui está destilando ódio. Deputado Sachetti, não queira imaginar no meu Estado o que sofri com aquela



história do tudo que não presta. Diziam que eu não iria me eleger, trabalharam contra a minha eleição.

Então, em nome de algumas pessoas, como Lamar Donatto, D. Benta, sua mãe, Gilda, Regina, que trabalha com eles, essas pessoas que buscaram voto para mim, D. Lia, Seu Olavo, de Arroio Grande... São produtores de quase 90 anos, mas foram às ruas e fizeram com que eu fosse o Deputado mais votado do Rio Grande do Sul, contra o ódio que destilaram contra mim. Estou aqui como o Deputado mais votado do meu Estado.

Quero dizer que este relatório não é de pedaladas fiscais. Muito mais do que isso está em jogo neste momento. É por isso que nós temos que ver. As pedaladas, que foram aqui ressaltadas, os mais de 60 bilhões, são extremamente importantes. Mas um dos piores momentos da história é o projeto de poder montado pelo Presidente Lula, por José Dirceu — quando ainda estava na ativa, porque hoje está preso — e também por Dilma e toda sua equipe para chegar a este grande projeto de poder que o Partido dos Trabalhadores montou, cooptando partidos políticos, Deputado Julio Lopes, como o nosso PP, o PMDB, o PDT, o PTB, sei lá quantos partidos da base aliada. Então, não são só das pedaladas que estamos falando aqui, mas muito mais do que isso.

Quantos Governadores e Prefeitos já foram punidos e até mesmo cassados porque desobedeceram à legislação por crimes muito menores proporcionalmente? Se a lei serve para eles, também deve ser aplicada para a Presidente da República.

Não está em discussão neste processo de *impeachment*, mas o estelionato eleitoral também é a causa das pedaladas fiscais. E isso não deve ser esquecido.



Vou citar alguns fatos, a começar pela PETROBRAS. De quem é a responsabilidade? É uma pena que o outro lado esteja um pouco vazio. O pessoal nem está aqui. Mas o Brasil está nos assistindo através da *TV Câmara*, da *Globo News*, da *Band News*, dos meios de comunicação. Eu pergunto: como começaram as pedaladas fiscais? Desviavam o dinheiro da PETROBRAS para pôr onde? No Tesouro Nacional, para cobrir os rombos da PETROBRAS. Deputado Sachetti, abaixaram o preço da gasolina, do óleo *diesel*. Com isso fizeram o quê? Eles tinham que tirar dinheiro de algum lugar para tampar os rombos da PETROBRAS. Parte disso é a quebradeira que está. E a outra parte o Tesouro colocava.

Enquanto isso, cem usinas de etanol acabaram quebrando no Brasil inteiro nas regiões produtoras de cana. Milhares de trabalhadores foram às ruas porque ficaram desempregados, pela irresponsabilidade desse processo.

Abaixaram o preço da energia eleitoreiramente, reduziram o preço para dizer que a conta de luz estava mais barata. Só às geradoras de energia e distribuidoras repassaram em torno de 62 bilhões, parte a fundo perdido e parte em financiamento, para que a energia só subisse depois das eleições de 2014.

A fraude eleitoral conta com verdadeiros requintes de terrorismo, quando pessoas ligadas ao Governo e até mesmo Deputados e Senadores governistas proclamavam que se a Presidente Dilma não fosse eleita benefícios sociais seriam extintos — Prouni, Bolsa Família —, como estão mentindo agora neste plenário. Estão dizendo ao Brasil que se o outro lado ganhar, se Temer assumir, a partir de alguns meses, vão se tirar o seguro-desemprego, o Bolsa Família, o Prouni, os direitos sociais. Sobre aquilo que já mentiam no tempo de Fernando Henrique, vão continuar mentindo aqui.



Mentiram e fizeram terrorismo durante a campanha e continuam a fazer dentro deste plenário, em nome de um projeto de poder. Lula, inebriado pelo poder, inconsequentemente burlava a real situação econômica do País para encobrir os fantasiosos megaempreendimentos criados para desviar dinheiro público. É a isso que temos que estar atentos. A sociedade brasileira tem que ver.

Com relação às refinarias, quem era o Presidente da República quando montaram o golpe de Pasadena? Lula. Quem era a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS? Dilma Rousseff. Quem era o Presidente da PETROBRAS? Sérgio Gabrielli. Só por Pasadena os belgas pagaram 42,5 milhões de dólares. E isso custa à PETROBRAS a bagatela de 1 bilhão e 180 milhões de dólares. E ficavam garganteando: *"Agora nós compramos uma refinaria dos gringos lá nos Estados Unidos"*. Aqui está o golpe: roubaram mais de 1 bilhão de dólares do povo brasileiro!

Vejam o caso de Abreu e Lima. Ouvi aqui o Deputado Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco. Quando Lula e Hugo Chávez anunciaram a obra, ela custava em torno de 2,5 bilhões de dólares. Sabem quanto já gastaram? Mais de 20 bilhões, e a obra vai passar de 25 bilhões de dólares. Deputado João Castelo, ex-Governador do Maranhão, imagine alguém errar no custo de uma obra em 1.000%! Foi o que eles fizeram. Quanto rolo há nesses 1.000%, no caso de Pasadena?

Entre tantos negócios suspeitos que envolvem a PETROBRAS, o Tribunal de Contas da União, por denúncia que formulei nesta Casa, investiga o que já é conhecido como "mini-Pasadena".

Fizeram uma usina, uma refinaria na Índia. Sabem quanto vai custar essa refinaria, correspondente ao dobro da Refinaria Abreu e Lima? De 7 a 8 bilhões de



dólares. Aqui no Brasil uma refinaria menor custa 25 bilhões de dólares. E aquela refinaria vai produzir o dobro. A Presidente Dilma é responsável por isso, mas ela não sabe o que foi feito.

Deputado Alberto Fraga, a Índia cresceu no ano passado quase 8% e vai crescer de novo quase 8% em 2016. E o Brasil? No ano passado decresceu 3,8% e neste ano o crescimento vai ser negativo de novo. Na Índia não existe falcatura, não existe roubo, não existe superfaturamento. Eu estou falando de apenas uma obra.

Em relação aos biocombustíveis, Deputado Sachetti, a PETROBRAS Biocombustíveis, então presidida por Miguel Rossetto, hoje Ministro do Trabalho, comprou 50% das usinas da Indústria e Comércio de Biodiesel Sul — BSBIOS. A Usina de Marialva foi adquirida integralmente pela BSBIOS por 37 milhões de reais, em agosto de 2009.

Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos assistem, 2 meses depois, essa mesma refinaria foi vendida: a BSBIOS de Passo Fundo vendeu a metade para a PETROBRAS Biocombustível por 55 milhões de reais. Ela já valia 110 milhões de reais em 2 meses. Já havia aumentado 300%.

Em Passo Fundo, a PETROBRAS Biocombustível comprou a metade dessa mesma refinaria, 2 anos depois, por 200 milhões de reais. Ela deveria valer 400 milhões de reais. Eu pedi uma avaliação, e ela foi feita, Deputado Mandetta, em 155 milhões de reais, para a construção de uma nova usina com o mesmo potencial produtivo de armazenamento que a unidade de Passo Fundo. A PETROBRAS pagou 200 milhões de reais pela metade.

Rolo existe em qualquer lugar, em qualquer espaço. É extremamente importante que a sociedade brasileira pense nisso — citei três casos.



Segundo relatório do TCU, a associação da PBIO com empresa de capital inexpressivo e alto endividamento foi feita em desacordo com os relatórios, pareceres e avaliações feitos pelas partes envolvidas e colocou a estatal em risco.

Deputado João Castelo, no seu Estado, o Maranhão, para ganharem as eleições, disseram: *“Agora nós vamos fazer uma refinaria onde está o povo pobre do Maranhão”*. Gastaram 2 bilhões de reais e fecharam a refinaria, a Premium I. Não fizeram nada! Deram esperança e depois tiraram de milhares de maranhenses, trabalhadores e empresários que investiram lá.

No Ceará fizeram a mesma coisa e gastaram 800 milhões de reais na tal Refinaria Premium II.

Imaginem a situação em todos estes lugares: Ceará; Maranhão; Pernambuco; COMPERJ, no Rio de Janeiro; BSBIOS em Marialva, no Paraná; BSBIOS em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Eu poderia ainda citar centenas de outras obras e contratos superfaturados. Por esse projeto de poder, acima de tudo pela corrupção, a PETROBRAS já demitiu mais de 170 mil trabalhadores.

Essa é a gente que está governando o Brasil. Dilma é sim responsável por isso. Lula, que hoje está rifando cargos e diz que quer ser Ministro de novo, é o principal responsável, o principal culpado por enterrar este País. Eu não entendo como há alguns colegas Deputados que se dizem sérios e honestos e vêm aqui criticar a corrupção... Aqui está a corrupção! E o que o povo está fazendo?

Por isso, é extremamente importante que no próximo domingo nós possamos votar “sim” e que o povo possa cobrar desses Parlamentares esse voto, para que



nós possamos retirar esse grupo, uma verdadeira quadrilha que, como foi dito aqui, existia no tempo do mensalão, e continua.

Agora, nas delações premiadas, todo dia somos surpreendidos com uma nova denúncia e de como eram montados os esquemas de corrupção. São detalhes fornecidos pelos empreiteiros de como esse esquema era conduzido, de como eram feitas as licitações e de como se dava o repasse do dinheiro para os corruptos. Seguramente não são apenas 3%. São fraudes que envolvem bilhões de reais.

Por esses tipos de negócios que quebraram a PETROBRAS, uma das dez maiores empresas do mundo, que hoje está praticamente falida. O balanço de 2014 foi de 22 bilhões de reais de prejuízo e, em 2015, chegou 35 bilhões de reais negativos.

Vejam os fundos de pensão! Deram um prejuízo de 49 bilhões de reais em 2015. Por quê? Porque Lula mandava investir neles. Ele dizia à PREVI, à FUNCEF, à PETROS, ao próprio POSTALIS: *"Invistam em Belo Monte. Invistam nos aeroportos"*. Houve má gestão e desvios.

São investimentos que não estão dando resultado, e está aí o prejuízo acumulado. Os quase 500 mil segurados, funcionários da Caixa Econômica Federal, da PETROBRAS, do Banco do Brasil, dos Correios e também os aposentados irão pagar o rombo. Quantos bilhões de prejuízo deram no POSTALIS? Que o entregador de cartas em qualquer lugar do Brasil saiba que vão tirar mais de 20% cada mês do seu salário, devido a esse rombo.

Vejam o que ocorreu no BNDES desde o Governo Lula até o Governo Dilma. Colocaram no Tesouro Nacional 581 bilhões de reais do BNDES. Desses 581



bilhões, 1 bilhão de reais foi para Eike Batista. Eu me lembro de que a Dilma disse:

“Ah, se o Brasil tivesse tantos Eikes Batista!”

Deputado Júlio, lá do seu Estado deve haver de 8 a 10 bilhões de reais em prejuízo, e a sociedade brasileira é que vai pagar. Quem fez isso? A Presidente é a responsável. Se não é, prevaricou. Portanto, nós também temos que ver essa situação.

Há ainda os desvios nos estádios de futebol, nas hidroelétricas, nas rodovias, nas ferrovias e tantos mais.

O impressionante, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, é que as mesmas empreiteiras casualmente estão envolvidas no sítio de Atibaia e no tríplice do Guarujá, coincidentemente, as mesmas empresas que patrocinaram milhões de reais em pseudas palestras do ex-Presidente Lula, por certo, para esquentar a comissão que o caixeiro viajante recebia das empreiteiras e de países como Cuba e Angola.

Então, senhoras e senhores, não são apenas as pedaladas, mas por tudo aquilo que originou esta desobediência constitucional que não nos resta dúvida de dizer sim, a Presidente deve ser cassada e punida pelos crimes que cometeu e que ajudou a impor ao País, num dos maiores escândalos de corrupção do mundo.

Devemos elogiar o Juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal, Procuradores da República e a República de Curitiba, tão temida e criticada por Lula e seus seguidores. O brilhantismo do trabalho que o ex-Ministro Joaquim Barbosa desempenhou durante as investigações do mensalão, se repete agora pelo Juiz Sérgio Moro e sua equipe.



O *impeachment* da Presidente da República em nada impedirá a continuidade das investigações da Lava-Jato, e defendo que todos os políticos citados que comprovadamente tiverem envolvimento sejam cassados e punidos. O Brasil não suporta mais a corrupção, e a limpeza da política passa pelo *impeachment* da Presidente da República.

Aqui estão dizendo que nós queremos o ódio. Deputado Sachetti, a Deputada Tereza Cristina convocou aquele representante da CONTAG que lá no Palácio do Planalto ameaçou invadir os gabinetes dos Deputados e as propriedades rurais. Nós estamos fazendo isso ou eles estão dizendo isso? Agora a propriedade da Deputada Tereza Cristina está ameaçada de invasão. O MST está fazendo invasões. Hoje havia uma tropa de choque invadindo os gabinetes dos Deputados.

Isso é extremamente importante. A sociedade brasileira tem que ter cuidado, e que neste domingo nós possamos fazer a faxina necessária.

Vou aproveitar que se fala dos nossos agricultores, dos produtores rurais, para lembrar o tempo do Governo Fernando Henrique. Nós chegamos aqui em 1999, quando o Brasil havia colhido 93 milhões de toneladas de grãos. Em 2003, quando Lula colheu a safra que foi plantada em 2002, o Brasil já colhia 123 milhões de grãos, Deputado Jorginho. Subiu 50% em 5 anos. De Lula para cá, até agora, subiu 50%, em 12, 13 anos. Então, a agricultura que hoje brilha no Brasil começou no Governo de Fernando Henrique, com os Ministros Francisco Turra e Pratini de Moraes.

O mesmo acontece com a produção de carnes bovina, suína, de aves, de leite, frutas, cana, fumo, hortigranjeiros, setores responsáveis por quase 40% dos empregos diretos e indiretos no Brasil.



Esses produtores, que sofrem assédio do MST, dos quilombolas, dos índios invadindo suas propriedades, tomando suas terras, Deputado Sachetti, pagam o adubo mais caro do mundo, o defensivo mais caro do mundo, o *diesel* mais caro do mundo, a carga tributária mais alta do mundo, e ainda assim produzem 40% dos empregos e estão carregando o País nas costas. Por isso, nós temos que privilegiar essa gente que trabalha de sol a sol. E tanta gente aqui ainda vem criticar nossos produtores rurais! Essa é a gente que está fazendo esse serviço.

Ao Juiz Sérgio Moro, Deputado Júlio, repito, não interessa o Deputado, não interessa o Senador, não interessa o Ministro, não interessa o partido: se praticou crime, deverá ser punido com cassação, quem quer que seja. Temos que chegar a esse ponto e trabalharemos para isso. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal estão fazendo o que tem que ser feito pelo Brasil, Deputado Roberto Balestra.

Senhoras e senhores, disse Aristides Veras dos Santos, Tesoureiro da CONTAG:

“A bancada da bala no Congresso Nacional vocês sabem que é forte. E a forma de enfrentar a bancada da bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo. A Contag e os movimentos sociais do campo é que vão fazer isso. Ontem dizíamos na passeata ‘vamos ocupar os gabinetes, mas também as fazendas deles, porque se eles são capazes de incomodar um ministro do Supremo Tribunal Federal, nós



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles'. Vai ter luta e não vai ter golpe."

Nós estamos fazendo a nossa parte para que o povo brasileiro possa ter esperança. E a esperança é no domingo, quando vamos ter a chance de tirar essa quadrilha que está hoje assolando o bolso dos produtores, dos empresários, dos trabalhadores brasileiros, como é o caso do caixa do Banco do Brasil, do atendente da Caixa Econômica Federal, do carteiro dos Correios, que está hoje sendo usurpado, surrupiado, porque o Presidente Lula e Luiz Gushiken, quando era vivo, manipularam os fundos de pensão e assaltaram o bolso de quase 500 mil contribuintes.

Esse povo deve ir às ruas cobrar de seus Deputados de qualquer Estado da Federação que façam alguma coisa. Da minha parte, pelos meus eleitores, pelo povo do Rio Grande do Sul, pelo povo do Brasil, "sim" ao *impeachment* no próximo domingo!

Muito obrigado.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero começar conceituando crime de responsabilidade. Eu queria lembrar, Deputado Caio Narcio, que a primeira vez em que crime de responsabilidade apareceu escrito na nossa Constituição foi em 1891. O que escreveu o legislador na época? Que a guarda e o uso constitucional do dinheiro público é missão outorgada ao governante, que deverá respeitar a Lei Orçamentária.

Todas as Constituições, Deputada Mariana Carvalho, que se sucederam vieram com a mesma regra, a regra constitucional de se observarem as leis



orçamentárias e de que o dinheiro público deve ser resguardado, salvaguardado pelo governante. Esse é um fundamento basilar do Estado, que se estrutura a partir desse princípio, das leis orçamentárias, porque, afinal de contas, ele se institui em função da sua capacidade de reunir o povo em torno de um propósito e de um orçamento.

Aliás, o Orçamento é também a questão basilar da diferença entre Poderes. Foi instituído no Parlamento inglês em 1215 exatamente para quê? Para controlar o orçamento, para fazer com que o rei não exproprie a riqueza através de tributos e taxas espoliantes, que espoliam o povo.

Estamos aqui, Sras. e Srs. Congressistas, exatamente em razão das leis orçamentárias, das limitações que o Parlamento deve, e tem o propósito, impor ao Executivo.

Na realidade, eu queria até lembrá-los, Presidente Eduardo Cunha e Relator Jovair Arantes, de um fato. Eu não sei se V.Exas. se lembram de uma entrevista da Presidente Dilma à *TV Anhanguera* que retrata bem o momento que estamos vivendo, Deputado Bilac Pinto. Entrevistada, Deputada Mariana, Deputado Caio, sobre uma questão de orçamento, ela ridiculariza Levy Fidelix e o Pastor Everaldo Pereira. Ela disse, Deputado Francisco: *“Os senhores não conhecem o Orçamento? O Orçamento do Brasil é de 5 trilhões de dólares”* — quando, na realidade, quem disse o valor correto do Orçamento foram Levy Fidelix e Pastor Everaldo. Eles haviam dito que o Orçamento brasileiro, Deputado Bilac, era de 2 trilhões e 480 bilhões de dólares.

Durante a campanha eleitoral, Deputado Mauro, várias vezes adverti que isso era gravíssimo, que era o mesmo que uma dona de casa desconhecer o orçamento



ou o salário do seu marido ou o próprio provento ou aquilo que lhe cabe administrar para arrumar uma casa.

Mas passou em vão, porque àquela altura a mídia, enfim, cobria com certo encanto o desenvolvimento desse populismo que se arraigou no Brasil. Aí se perdoou, como se fosse leve ou como se fosse pouco, a Presidente da República por desconhecer o Orçamento do Brasil.

Eu queria dizer também que não é de hoje que a Presidente Dilma faz isso. Meu amigo Deputado Jerônimo Goergen, do Rio Grande do Sul, que me ajudou a defender grande parte dessa saída do Governo, eu quero lembrar que foi no seu Estado, no Governo que teve início em 1999 e foi até 2002, no Governo Olívio Dutra, que como Vice-Governador, Miguel Rossetto, eles criaram essa tal de contabilidade criativa. Arno Augustin, que já era Secretário no Rio Grande do Sul, criou essa coisa de fantasiar números, de fazer maquiagens, e fez com que orçamentos e investimentos na previdência pública gaúcha fossem considerados investimentos.

De lá para cá, eles entenderam, Prof. Francisco, como genial a ideia de que poderiam maquiar os orçamentos públicos, esquecendo-se de que são um fundamento basilar do Estado, que é sobre eles que se sustenta o Estado, não só o Estado brasileiro, qualquer Estado, qualquer pátria. Eles agridem e afrontam a legislação não só do Rio Grande do Sul, vêm para a República e já em 2012 são advertidos pelos técnicos do Tesouro Nacional de que cometiam erros graves.

Em 2013, Deputado, um relatório do Banco Central diz claramente que o Brasil poderia receber um *downgrade* de todas as agências de *rating* se assim continuasse a proceder, porque escrevia e contabilizava de forma errada o Orçamento nacional. E assim eles continuaram.



Em 2014 nós tivemos 41 bilhões de descobertura de pagamentos do Bolsa Família. Enfim, são pagamentos a descoberto que hoje estão escriturados tanto no balanço do Banco do Brasil quanto no da Caixa Econômica Federal e que são inclusive razão de ação da Caixa Econômica Federal, na Justiça Federal, contra o Estado brasileiro, pelo ressarcimento de aproximadamente 300 milhões de reais. Isso não é pouco.

Quando o governante faz isso, ele incorre em crime de responsabilidade, previsto na Constituição, art. 85, inciso VII, ele atenta inclusive contra as leis penais, porque o crime é de caráter pessoal, não é de caráter institucional. Quem comete o crime é a pessoa, não é a instituição. Sendo a pessoa, a Presidente, de própria lavra e punho, autorizou os decretos que transgrediram a legislação orçamentária e agrediu os fundamentos do Estado.

É por essa razão que estamos aqui hoje tratando exatamente de punir, punir a Presidente da República, punir aqueles que contra o Orçamento trabalharam, punir aqueles que assaltam, roubam ou transgridem as leis nacionais, sejam elas orçamentárias, sejam elas discricionárias das suas funções.

Eu quero lembrar e pedir, Deputado Newton, que façamos essas punições com energia e vigor, mas que não as façamos com o sentido de vingança, de retaliação. Temos de punir a Presidente da República e seus comandados com o sentido de educação, de formação, de contribuição, porque essa pena é uma pena que restitui à Nação o compromisso da observação não só das leis orçamentárias, mas de toda e qualquer lei.

Temos que fazer com que possamos observar com mais clareza aquilo que é do Estado e aquilo que é privado. Temos confundido com frequência e com



veemência o que é do Estado, o que é público, com o que é privado. Essa confusão é absolutamente danosa para a constituição de uma sociedade livre, democrática, que tenha desenvolvimento.

Falo aqui então da necessidade de punir com firmeza. Mas quero dizer também que temos que exaltar e cumprimentar aqueles que com coragem se tornam heróis da Pátria, como, por exemplo, o Juiz Moro. Pelos seus atos de bravura e de coragem, ele deve sim ter o reconhecimento heroico do seu trabalho. A ele temos que dar o tributo pelo heroísmo, o reconhecimento pelo serviço pátrio, mas jamais podemos dar a ele a condição de salvador da Pátria, porque, se assim fizermos, isso será tão danoso quanto o momento que vivemos desse populismo desenfreado.

Assim deve o juiz continuar a proceder. Deve sim a sociedade continuar a aplaudi-lo. Mas com uma diferença entre o ato e o fato, porque todos nós, inclusive ele, cometemos erros e acertos. Pelos nossos erros devemos ser punidos e por nossos acertos, aplaudidos.

É importante, Sras. e Srs. Deputados, sociedade brasileira, que tenhamos claro que não podemos confundir o que é essencial e tornar salvadores da pátria aqueles que agem corretamente ou fazer com que o sentido da probidade seja em si uma qualidade. É condição precípua, é condição natural ser honesto, probo, ético, respeitar as leis. Não se pode vangloriar ninguém por probidade, responsabilidade, respeito ou ética. Isso nos cabe como dever.

Para terminar meu discurso, quero dizer o seguinte: alega-se sempre que ela teve 54 milhões de votos e que por isso deve governar. Eu quero dizer aos meus amigos do Congresso, companheiros que eleitos foram, que os votos não são uma



carta de alforria ou o direito à liberdade de tudo proceder ou fazer. Os votos são mais do que isso, são um título de responsabilidade que deve ser resgatado a cada dia, que nos cobra muita ação e responsabilidade, do amanhecer ao alvorecer, porque temos de proceder de acordo com o anseio da sociedade. Nós, o povo, é que devemos governar o País; nós, o povo, é que devemos dizer ao Governo o que fazer e como proceder.

Temos que fazer desta Pátria tão criativa e ilustre uma Pátria de empreendedores, e não de assistidos, de pedintes, de pessoas sem voluntariedade, sem capacidade de se autoprover e de se autoassistir. Os brasileiros são absolutamente capazes de empreender e desenvolver uma Nação diferente da que temos hoje.

Concluo dizendo: cidadão, cidadã, acredite que ninguém vai poder fazer pelo senhor ou pela senhora mais do que os senhores mesmos. Façamos juntos um novo País, uma nova Nação, com respeito àqueles que têm de ser punidos ou àqueles que têm de ser vangloriados, mas, sobretudo, com honra e responsabilidade pelo povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há dúvida de que este é um momento muito importante das nossas vidas. E talvez este microfone não tenha, daqui para frente, a mesma relevância que tem neste momento.

Pensei em trazer um discurso por escrito. Mas, nesta hora, o coração se soma à razão, e aqui tenho mesmo que dizer aquilo que sinto e aquilo que tenho percebido da vontade da sociedade brasileira ao longo dos últimos meses.



Sentado aqui no plenário, escutando o meu grande companheiro de trabalho e de luta, o Deputado Julio Lopes, lembrei-me da minha infância. Nem militante partidário ou político eu era quando, há 24 anos, Fernando Collor deixava o Governo do Brasil. Naquele momento, Deputado Adilton Sachetti, surgia uma estrela vermelha que encantava os jovens do Brasil, que vendia o cenário de um país ideal.

Na época, não era fácil, meu querido Deputado Mauro Pereira, integrar o Partido Progressista Brasileiro, oriundo da Arena, do PDS, da elite, como diziam. Mesmo assim, eu enfrentei as dificuldades e comecei a vida pública, Deputado Jorginho Mello. E quem diria que, passado esse tempo, aquele partido, dono da ética, da moral e da esperança no Brasil, hoje estaria legando aos brasileiros e àqueles que votaram nos seus quadros uma triste página da nossa história. Hoje vivemos esse momento.

Aqui estou eu, na tribuna da Câmara Federal, Deputado Evair de Melo, para trazer a voz de milhares de gaúchos — mais de 115 mil gaúchos —, que, quando o microfone da tribuna ao lado é utilizado, ficam pensando em que mundo vivem esses que defendem a Presidente Dilma, em que mundo vivem esses ligados aos partidos da base do Governo, porque insistem num único argumento: o golpe. Aliás, assim foi a história do PT: com várias mentiras ditas a todo o momento, que se consolidaram como verdade, com muitos dogmas que hoje caem por terra.

Temos, sim, que deixar claro — como já falei na Comissão Especial —, que não há dúvida de que as pedaladas fiscais por si só sustentam qualquer processo. Eu vejo, e aqui já foi dito, que os jovens brasileiros não podem mais estudar, porque foi usado o dinheiro do crédito, do FIES para as pedaladas. Os nossos agricultores, que sustentam este País, plantaram uma lavoura a 4 reais e estão vendendo a 3,20



reais — está sentado ali o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Como sustentar o agronegócio, sem crédito para a compra de insumos, para a compra de máquinas? Ora, esse dinheiro foi para as pedaladas, para sustentar um projeto de poder.

Para mostrar a incoerência principalmente do PT, que tanto brada e tanto fala — inclusive lá no Rio Grande também, como se todos os erros enfrentados pelo atual Governo do Estado tivessem sido criados agora —, eu trago um artigo de 1999, escrito por um gaúcho que agora quer fugir para o Rio de Janeiro, que não o quis também. E o seu partido diz que vai criar outro, mas não arruma gente para tal. Refiro-me a Tarso Genro, que quebrou o Rio Grande do Sul definitivamente, usando tudo o que podia para lá fazer, Deputado Julio Lopes, o que foi feito no Brasil.

Tarso Genro relata a incoerência do PT no dia 11 de março de 1999, num artigo intitulado *O presidente fora da lei*. Num trecho desse artigo, ele cita a Constituição quando fala que está previsto como crime de responsabilidade do presidente da República o atentado contra o livre exercício do Poder Legislativo. Diz Tarso Genro:

“Tal atentado ocorreu flagrantemente na cooptação de parlamentares, por meio de vantagens políticas, e até na compra de votos para a reeleição (segundo informações levantadas pela Folha), bem como no esforço do presidente para impedir CPI destinada a investigar a matéria. Foi a mais grave denúncia que emergiu na cena pública brasileira (...)”



Lembrem-se do Delcídio! O que disse ele sobre a CPI? Prenderam outro Senador! Lembrem-se de que Lula está lá no Golden Tulip, um hotel de luxo aqui em Brasília! Ele está sentado num quarto de hotel, para comprar Parlamentares.

Aqui eu quero me dirigir aos meus colegas para dizer que teremos uma enorme responsabilidade no domingo. O nosso "sim" ou o nosso "não", ditos ao microfone, terão um simbolismo de libertação, de um novo rumo para o Brasil.

Quero pedir àqueles que são contrários ao *impeachment* que pensem e repensem. E quero dizer à sociedade brasileira que o voto "não" tem suas consequências, que deverão ser assumidas por quem assim se manifestar. O Deputado que fugir deste plenário, que não tiver a coragem de vir aqui e de honrar o seu mandato, este, sim, nós iremos perseguir, porque o novo Brasil que surgirá no domingo não admitirá covardes e omissos, como muitos que percebemos negociando no hotel.

Quero trazer aqui o sentimento que vem também da base do meu Partido Progressista, aquele que criei na minha juventude, lá na minha Santo Augusto, aquele com que sonhei e pelo qual enfrentei posicionamentos contrários ao saudoso PT, para muitos aqui, àquele imaculado PT.

Hoje venho a esta tribuna como um Deputado que, há 1 semana ou 10 dias, quem sabe, tinha a maior vontade de deixar o próprio partido, em virtude do rumo que ele tomava. Era esse o meu sentimento. Quis o destino que aquele guri nascido em Palmeira das Missões e criado em Santo Augusto viesse para cá, enfrentasse tudo e se somasse à união da bancada gaúcha do meu partido.



Quero saudar os cinco Deputados da minha bancada e a Senadora Ana Amélia. Quero saudar a bancada estadual do Rio Grande do Sul, porque vivemos um momento diferente, um momento diferenciado.

Enquanto estou nesta tribuna, acontece uma reunião da Executiva Nacional do PP, para definir uma posição que era impossível pensarmos que o partido tomaria um dia. Estamos fechando uma posição para mostrar ao Brasil e a você, Lula — que está num hotel e, tenho certeza, está me ouvindo —, que aquele partido que, como outros aqui, você comprou no passado, está com a imagem manchada. Você nos fez ser investigados na Lava-Jato. E isso me fez mais corajoso para enfrentar este debate, para mostrar que tudo o que está sendo investigado traz a transparência dos erros de quem os cometeu. Espero que todos paguem pelos seus erros, sejam do meu partido ou de outros. Mas quem não deve não teme. Eu não precisei de um Ministério para fugir da Justiça. Eu fui lá e me coloquei à disposição.

Com isso, Deputado Adilton Sachetti, eu quero dar a minha contribuição e mostrar ao Brasil que não existe ninguém acima da lei. Chega de mentiras! Chega de desrespeito com a coisa pública! Chega de ver qualquer partido querendo comprar Deputados, como quer o PT, ao insistir que Deputados vão ao hotel.

Eu hoje resolvi ir lá ao tal hotel. Queria fazer um vídeo para mostrar aos brasileiros a imponência, a suntuosidade daquele estabelecimento. Mas, quando cheguei para gravar o vídeo, fui atacado por mais de 30 petistas e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

Aliás, o MST hoje tranca as estradas do Brasil. O povo está querendo produzir, e eles estão impedindo a passagem. Por que, D. Dilma, a senhora não sanciona logo a Medida Provisória nº 699, de 2015, que contém uma emenda de



minha autoria para que não sejam punidos só os caminhoneiros, os quais rapidamente, por decreto, o Governo puniu? Por que não punem o MST? Porque não convém. Logo veremos, no *Diário Oficial*, dinheiro saindo para abastecer esses absurdos que envergonham a sociedade brasileira.

É isto o que quero trazer aqui: um sentimento de Brasil. O Brasil que vai nascer no domingo será um novo Brasil. E nós, meus queridos colegas, temos uma responsabilidade enorme.

Sr. Presidente Eduardo Cunha, muitos dizem aqui que isso se trata de armação sua, que isso se trata de conchavo do Temer. Pois eu quero dizer muito claramente, Deputado Maurício Quintella Lessa — cumprimentando-o pela posição —, que o Deputado Eduardo Cunha nunca me pediu para votar de algum jeito, e muito menos o Temer. Eu estou aqui é trabalhando para tirar a Dilma e destravar o Brasil.

Aqui não há conchavo. Aqui há Deputados que se libertam de um esquema de corrupção que destruiu o Brasil e o sonho dos brasileiros.

Mas nós temos de saber que, após o dia de amanhã e o domingo, haverá uma tarefa que o povo ainda nos cobrará. Nós erramos na condução da relação do Parlamento com a sociedade. Vamos ter humildade para construir um novo cenário.

Quando a você, Dilma, eu queria muito que você fosse embora pedindo para sair. O povo não te quer. O Brasil não te precisa e não te merece. Você não pediu para sair, mas nós vamos te tirar para o bem do Brasil. Aqui não há mais o sentimento de que quem não é do PT não é gente ou não é povo brasileiro.

E você, Lula, já deu dois filmes à história do nosso País. Um é sobre a sua biografia, bonita até então. Aliás, pode fazer o segundo capítulo, o da sua manchada



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária
Montagem: 4176



trajetória. Você tem um filme sobre a sua vida, e vai dar ao Brasil o filme da Lava-Jato, de cuja história você é o roteirista. Você, que é o chefe, o quadrilheiro número 1, continua querendo roubar a esperança do povo brasileiro.

Mas, no domingo, nós vamos resgatar a nossa história. Vamos dar um basta! E vamos dar um viva ao Brasil, que vai voltar a ter futuro e esperança!

Votem "sim" no domingo, meus queridos colegas Deputados e Deputadas!

Um grande abraço. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como Líder do PROS, conoco a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, nós tivemos a oportunidade de ouvir a acusação e a defesa nesse processo de *impeachment*.

Vejam bem, Sras. e Srs. Deputados, eu prestei bastante atenção na defesa da denunciada, feita pelo competente Advogado-Geral da União, Dr. José Eduardo Cardozo. Eu foquei bastante essa defesa porque pensei: *“É aqui, na defesa da denunciada, que todas as dúvidas serão tiradas!”*

Mas houve um fato que me assustou. Ouvi o competente Advogado-Geral da União, com as suas palavras, dizer: *“O atraso no pagamento não configura empréstimo”*. Eu me assustei: *“Não! Espere aí! Não é possível que eu esteja ouvindo isso da defesa da denunciada!”*

Repito o que a defesa disse: *“O atraso no pagamento não configura empréstimo”*. Esperem um pouquinho aí! Se a defesa admite que houve atraso na operação de crédito, configurou-se aí um crime, porque houve uma operação de crédito com data para pagamento.

E vejam bem, Sras. e Srs. Deputados: o que se deixou de pagar não foi prestação de serviço. O que houve foi o fato de os bancos, as instituições financeiras fazerem pagamentos em nome da União. Ora, isso tem prazo para vencimento. Se isso, após vencido, não foi pago, houve inadimplência. Caso a Presidente tenha ficado inadimplente com instituição financeira que lhe deu o crédito para não se ficar inadimplente, isso é empréstimo. E a Lei nº 1.079, de 1950, no item 2 do art. 11, é clara quando diz que isso é crime de responsabilidade!



Então, vejam bem: ouvimos a defesa admitir o crime ao dizer que houve atraso no pagamento. Ora, se houve atraso, configurou-se crime. Eu acho que a defesa não poderia dizer isso se estava defendendo alguém que está sendo acusado de crime de responsabilidade.

Em operação de crédito com instituição financeira, não há outra resposta a dar a não ser a seguinte: não pagou na data do vencimento, prorrogou e ficou inadimplente, vai precisar de um empréstimo para cobrir a sua dívida. E foi exatamente isso o que aconteceu.

Sr. Presidente, por essas razões, estou eu convencido de que houve crime de responsabilidade. E, se houve crime de responsabilidade, está configurado que o *impeachment* não é golpe. O *impeachment* não é golpe porque está previsto na Constituição, está previsto nas leis do nosso País e no mundo jurídico.

Portanto, eu estou aqui, com muita tranquilidade, sem ódio e sem revanchismo, para votar pelo *impeachment*, porque estou convencido de que houve crime. E o defensor da Presidente, ao ocupar esta tribuna, admitiu o crime quando disse que houve atraso no pagamento. Portanto, se houve atraso, configurou-se o crime. E nós precisamos julgar como diz a Constituição, como dizem as nossas leis e o Regimento Interno. Eu terei muita serenidade, muita tranquilidade. Ninguém vai ver deste Parlamentar uma manifestação de ódio, de revanchismo. Em absoluto!

Lamentavelmente, a Presidente, talvez por falta de uma assessoria mais competente, cometeu um crime. E, no momento que nós estamos vivendo, não há outra saída para o Brasil e para este Parlamento a não ser votar "sim", pelo *impeachment* da Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PSD, concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (Bloco/PSD-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores, tenho acompanhado, nos últimos dias, a tentativa de se caracterizar o afastamento da Sra. Presidente como um golpe, feita lamentavelmente por aqueles que talvez não respeitem a Carta Magna. Como disse o orador que me antecedeu, o art. 85 da Constituição é muito claro em relação aos crimes de responsabilidade.

Mas, muito mais do que isso, existe o sentimento dos 513 Deputados desta Casa, que têm a obrigação, como representantes do povo, de ouvir a voz das ruas, dos segmentos da sociedade. Antes de tomar a minha decisão, ao lado do meu partido, consultei as minhas bases, porque, ao pedirmos voto para chegar a esta Casa, assumimos em praça pública o compromisso de representar o povo e defender os interesses da sociedade.

Neste instante, estamos acompanhando o sentimento das ruas no meu Estado, na minha cidade, através das redes sociais, através de *e-mails* enviados ao gabinete, através de contatos. Nas abordagens, o pedido que se faz é por nossa postura e nossa firmeza em relação ao afastamento da Sra. Presidente.

Outro fato lamentável que se vem colocando é o questionamento da capacidade do Vice-Presidente da República Michel Temer, o primeiro na ordem de sucessão. O Vice-Presidente já foi, por três vezes, Presidente desta Casa e é um homem experiente. Ele terá a obrigação, nesse processo de transição, de assumir



um governo de coalização, de união de forças. E esta mesma sociedade que apela pelo afastamento da Presidente também poderá ajudar o Governo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu venho me associar ao meu partido, posicionando-me pelo afastamento da Sra. Presidente.

O SR. EVANDRO ROMAN (Bloco/PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na política, a verdade deve esperar o momento em que todos precisam dela. Neste momento, chegou a oportunidade de a verdade aparecer. Esta verdade tem que aparecer não somente pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não somente como foi também na cassação do ex-Presidente Collor, por aquele Fiat Elba, e não somente pelas manifestações de 2013, mas porque este é um Governo que perdeu a credibilidade, a governabilidade e o respeito.

Eu digo aos senhores, sobre o certo e o duvidoso, que o certo está cheio de adjetivos negativos; o duvidoso me traz esperança, o duvidoso hoje me faz acreditar no Brasil melhor.

A pátria que queremos será aquela onde prevalecem os valores do trabalho, da liberdade, da honestidade e do respeito às leis, como nos ensinaram nossos pais em nosso querido Estado do Paraná.

O Presidente Temer, convocado a assumir o seu papel, terá em sua mão a Constituição e, principalmente, a forma de trabalhar.

Eu diria aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que, hoje, morre aqui um partido e nasce uma Nação; que enterramos a República do "pixuleco" e que está nascendo, sim, a República da esperança, em que nós acreditamos, e muito!



Senhoras e senhores, que tenhamos um final de semana histórico, que o Brasil realmente possa respirar a esperança do amanhã, de um Brasil de muita credibilidade.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não é o momento.

O SR. CESAR SOUZA (Bloco/PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, eu represento Santa Catarina nesta Casa e estava exercendo o cargo de Secretário de Estado, do qual me afastei para votar no processo de *impeachment* no próximo domingo.

Quero dizer que, em Santa Catarina, mais de 80% da população apoiam o *impeachment* do Governo atual. Cidades como Blumenau, Florianópolis, Balneário Camboriú fizeram as maiores manifestações de rua do Brasil. É impressionante ver o eleitor, a dona de casa, o jovem nos cobrar um posicionamento.

Eu estou aqui, nesta tarde, para dizer que nós votaremos "sim" ao processo de *impeachment*, que vai acontecer no próximo domingo.

Em nome do povo catarinense, da nossa gente de um Estado honrado, trabalhador, que é orgulho para este País, nós estaremos juntos. Dos 16 Deputados da bancada catarinense, 14 votarão pelo *impeachment* no próximo domingo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é a questão de ordem, Deputado? Qual o artigo do Regimento e sobre qual matéria?



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 10405

Montagem: 4176



O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, art. 70 do Regimento Interno. Nós tomamos conhecimento, pois está sendo anunciado, de que haverá um pronunciamento da Presidente da República, hoje, às 20 horas. Sabemos também que esta sessão está sendo transmitida pela *TV Câmara* e por outras emissoras. Eu pergunto a V.Exa. se haverá interrupção da sessão, por 10 minutos, para que a sociedade possa acompanhar o pronunciamento, a exemplo do que fez o Supremo Tribunal ontem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Isso não é matéria de questão de ordem. A sessão vai seguir e não vai ser interrompida em nenhum momento. Para quem quiser ter outra atividade que não seja assistir ao Plenário, a televisão está aí para que possam optar.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Nilson Pinto, para falar como Líder, pela Minoria.

O SR. NILSON PINTO (PSDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo, a Câmara dos Deputados vai decidir sobre o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Eu vou votar pelo afastamento da Presidente, porque ela cometeu graves crimes contra a Lei Orçamentária, que são classificados como de responsabilidade.

A Constituição Federal deixa claro que, quando o Presidente da República comete esse tipo de crime, deve o Congresso Nacional promover o seu impedimento. Eu tenho a certeza de que esta Casa, no próximo domingo, fará a sua parte, e eu, de minha parte, votarei pelo *impeachment* da Presidente da República.

Mas devo dizer, por questão de justiça, para todos os amigos de todo o Brasil e, particularmente, para os do meu Estado do Pará, que não será apenas por isso, pelos crimes de responsabilidade, que votarei pelo *impeachment* da Presidente. Votarei com a maior convicção de milhões de brasileiros que não aceitam a mentira, a incompetência e a corrupção, que se tornou marca deste Governo.

A Presidente da República elegeu-se mentindo deliberadamente para milhões de brasileiros, enganando a nossa população e promovendo enorme frustração que até hoje domina a população brasileira. Os mais de 80% dos brasileiros que condenam a administração de Dilma Rousseff sabem muito bem do que eu estou falando. Mas não será apenas por conta da mentira que votarei pelo *impeachment*, será por conta da corrupção.

O Partido dos Trabalhadores, desde que assumiu o poder, usou a corrupção como método de governo, fazendo com que o dinheiro subtraído faltasse na



educação, na saúde, na segurança e em todos os setores da vida pública nacional que poderiam melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

A corrupção se tornou, neste Governo, algo tão corriqueiro e tão banal que me impressiona ver, caro Deputado Caio Narcio, pessoas de bem justificarem a corrupção considerando-a algo natural, o que não é.

Corrupção no Governo não pode ser encarada como fatalidade, nem pode ser perdoada por qualquer viés ideológico que seja. Corrupção é péssimo para o País e para a população, seja em governo de direita, seja em governo de esquerda. Corrupção é inaceitável!

Não só pelo crime de responsabilidade, pela mentira e pela corrupção, eu tenho que votar pelo *impeachment* da Presidente, mas também pelo seu desgoverno, porque, graças à sua incompetência e ao desastre da sua administração, nós chegamos a um ponto em que ela perdeu totalmente a capacidade de governar e a credibilidade perante a população brasileira.

Por isso, eu digo aos meus colegas da Câmara dos Deputados e a todos que votaremos "sim" pelo *impeachment* da Presidente.

E digo ao meu povo do Pará que estaremos em defesa dessa causa neste domingo, que será o início da redenção da vida nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, brasileiros.

O SR. JOÃO PAULO PAPA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras, triste é a nação que precisa depor o seu governante.

Se chegamos a esta parte do caminho, que é a votação do *impeachment* da Presidente da República neste Parlamento, é porque já percorremos dias nefastos



de desacertos, paralisia e desunião. Dias que colocaram o País de joelhos diante de um Governo incapaz de fazer a Nação ser feliz e acreditar no seu futuro; de um Governo que fez uso de métodos antirrepublicanos para atingir objetivos que não eram aqueles do interesse nacional.

Agora, cabe à política — à mesma política que este Governo o tempo todo menosprezou, descuidou, desvalorizou — decidir entre dois caminhos: a continuidade ou a mudança.

Continuar significa manter acesa a discórdia artificialmente implantada entre nossos concidadãos em nome de um projeto político que claramente necessita da divisão do País para se manter no poder.

Está em curso uma ação deliberada de colocar brasileiros contra brasileiros. Estamos sentindo os efeitos dessa ação nas ruas, nas famílias, no trabalho e, como não poderia deixar de ser, nesta Casa, que é síntese desse sentimento que corrói nossa nacionalidade, nossa unidade e identidade.

O atual Governo trabalha para dividir o povo brasileiro, incitando instituições e pessoas para defender um projeto político que não tem mais aprovação e apoio. É uma atitude irresponsável e desesperada. Isso, sim, é um verdadeiro ataque à democracia.

Esse não é o caminho. O caminho é o da mudança, oferecido e legitimado pela Constituição.

E mudar não significa apenas trocar o comando da Nação. Mudar é abraçar a causa da unidade nacional, como já fizeram no passado os grandes brasileiros. Mudar é fazer política inspirada pelos valores e anseios do nosso povo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Precisamos de um novo caminho, de união e de estabilidade política, para tomar de imediato as medidas mais importantes e tirar o Brasil da crise econômica e moral na qual está mergulhado.

Nessa nova fase da nossa história, a tarefa mais urgente é combater a tragédia social que se abate sobre o Brasil, que é o desemprego; é devolver, ao setor produtivo, aos trabalhadores e trabalhadoras a confiança no País. Este é o pedido das ruas; é o pedido de quem gera emprego; e é o pedido de quem precisa de emprego.

Vamos colocar novamente a política a serviço do povo. O *impeachment* é um remédio amargo, mas menos amargo do que o gosto da derrota que esse Governo está impondo ao Brasil e aos brasileiros.

Triste é a nação que precisa depor o seu governante. Mais triste ainda será não colocar um fim a essa história.

Vamos dizer "sim" ao *impeachment*, em nome do povo brasileiro, da Baixada Santista, que eu represento, do Estado de São Paulo e de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1
hora.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Evair de Melo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

Em seguida, vamos chamar o PR.

O SR. EVAIR DE MELO (PV-ES. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu, que estreio no primeiro mandato, não vou dizer que este Governo acabou, porque aquilo que não começa não pode ter um fim.

A política não morreu! O que está morrendo é a velha política. Está em curso o nascimento de uma nova política. É visível o processo de evolução e aperfeiçoamento institucional que ocorre no País. Esse será o enredo do novo Brasil.

O Brasil está descobrindo homens e mulheres de bem que, nas suas atribuições públicas, nos orgulham de seus atos.

Estamos redescobrando nossa Polícia Federal, que está trabalhando na plenitude de suas funções. Delegados, agentes e tantos outros servidores fazem-nos acreditar que o que é público tem utilidade e apresenta soluções para a nossa sociedade.

O Brasil do Judiciário, na pessoa do Juiz Sérgio Moro, apresenta um brasileiro comum que, no uso de suas atribuições, exerce a plenitude de seu cargo, com preparo, coragem, tranquilidade e acima de tudo com determinação e com liderança, em nome de um País mais justo.

Que fique registrado aqui, em nome do Partido Verde, nosso reconhecimento e nossa confiança nessa e em tantas outras instituições que orgulham este País.

Que País queremos? Qual a nova política?



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Sras. e Srs. Deputados, nós acreditamos num País mais cooperativo. O cooperativismo é, sim, a grande escola de um país que dá certo.

Desde sua origem até os dias atuais, acreditamos que a sociedade organizada, com os princípios e com os valores do cooperativismo, é o Brasil que queremos. O cooperativismo é a sociedade organizada, com distribuição de renda e oportunidades, na ampla aplicação da participação democrática.

Onde há cooperativa, há um Brasil que dá certo.

O cooperativismo, junto com a ciência e com a tecnologia, está transformando a área rural brasileira.

Queremos um Brasil mais cooperativista e mais sustentável. Esta é a agenda da nova política.

Queremos convocar todos os brasileiros para que continuemos mobilizados, exigindo segurança jurídica, exigindo transparência, deixando claro que o crime não compensa.

Precisamos, nessa nova agenda, abrir um campo de oportunidades para todos nós, pautada na meritocracia. Nós precisamos, sim, das atuais e das futuras boas políticas públicas, mas, acima de tudo, precisamos de gestão, com eficiência no Governo. A má gestão trouxe o Brasil ao caos.

Nós teremos coragem de trocar este Governo, mas estaremos de pé aqui, cobrando do novo Governo respeito aos capixabas e aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vou conceder a palavra aos Líderes do PCdoB, do PP e, em seguida, do PR.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Pereira Júnior, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, funcionários da Casa, imprensa e galerias, estudei o processo de 1992: o *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. Quanto mais estudo o que aconteceu em 1992, mais clara fica a enorme diferença entre aquele processo e este, inclusive no seu nascimento.

A denúncia contra o ex-Presidente Fernando Collor nasceu a partir do relatório de uma CPI Mista do Congresso Nacional, que trabalhou por 4 meses. Encontraram depósitos na conta bancária da família do Presidente e na conta da secretária que pagava todas as despesas domésticas.

Este processo nasce de uma denúncia, de uma tentativa de encontrar um crime de responsabilidade.

A dificuldade, Sr. Relator, é porque não há uma única investigação de qualquer ato que possa manchar a conduta ilibada da Presidente Dilma Rousseff. Isso é atestado pelos próceres de oposição. Esta denúncia, do ponto de vista jurídico, é fraquíssima.

Vou além, o *impeachment* é feito para os períodos de consenso. Quando há resistência, não há *impeachment*. A maior diferença deste processo para o de 1992 é que, naquela época, a votação unia o Brasil. Todo o Brasil queria aquela votação.



Agora, Sras. e Srs. Deputados, qualquer que seja o resultado, infelizmente o Brasil estará dividido, a começar pela Esplanada dos Ministérios com esse muro. Isso simboliza a divisão que há hoje e que não havia em 1992. Em 1992, 30 dias antes da votação, havia uma lista de adesão: dois Deputados tinham que dizer de que lado estavam. Trinta dias antes já havia uma assinatura além do número necessário.

Hoje em dia nem lista de adesão há, porque quem está atrás dos votos sabe que não há 342 votos. Por isso este *impeachment* não prosperará.

Naquele tempo não havia ódio; havia irreverência, povo na rua.

Agora a resistência veio para dizer que este *impeachment* não passará!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Covatti Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, hoje é um momento histórico para a minha vida pessoal e para a minha vida familiar, que sempre contribuiu para a política do Rio Grande do Sul e para a política brasileira.

Eu hoje estou com a consciência tranquila, com a alma lavada, sentindo-me orgulhoso. Em primeiro lugar, sinto-me orgulhoso do meu Partido Progressista, que neste momento está reunido para fechar questão em favor do *impeachment* da Presidenta Dilma. O meu partido vai proibir os demais Parlamentares de votar contra essa definição — e inclusive poderá haver punição para esses colegas Deputados.

Estou orgulhoso de estar aqui representando o Rio Grande do Sul, que tem um povo de muita história, um povo que sempre lutou pelas suas ideologias, independentemente de maragatos e chimangos. E lá atrás, na Guerra Farroupilha, um dos grandes motivos foi a alta de impostos promovida pelo Governo imperialista, a corrupção existente no Governo imperialista.

Toda aquela nossa revolta, toda aquela postura gaúcha de hombridade, de sempre levar no seu peito a bandeira do Rio Grande do Sul, de muitas vezes proclamar a República rio-grandense, nos dá força para hoje assumir o papel do Rio Grande do Sul por motivo de orgulho.

E hoje, graças a Deus, com essa bandeira brasileira que está aqui na minha frente, eu estou aqui levando o verde, o amarelo e o azul, mas principalmente levando uma das estrelas que está nessa bandeira, que é a estrela do Rio Grande do Sul. Isso me dá orgulho e incentivo para ir em frente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Eu digo, olhando a manifestação de alguns Deputados que defendem o *impeachment*, que defender ou discutir com esses colegas é a mesma coisa, Deputado Mauro, que jogar xadrez com um pombo. O pombo vai lá e esculhamba o tabuleiro; vai lá e derruba as peças; vai lá e é capaz de fazer as necessidades em cima do tabuleiro; e ainda sai de peito estufado achando que ganhou o jogo. Por isso nós temos para ir para o enfrentamento.

Agora, quero encerrar com um poema do Rio Grande do Sul, maragato, assim como eu sou:

*“Velho tropeiro Vicente,
que amas tuas origens...
fibra de velhas raízes,
em solo duro e ingrato.
Teimoso remanescente
duma raça em extinção...
És caudilho maragato
sem armas nem munição,
peleando valentemente
na defesa deste chão!”*

Por isso, o Rio Grande do Sul e eu votamos “sim” ao *impeachment*. (Palmas.)

Ouviremos agora o nobre Deputado Simão Sessim.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que nos veem e nos ouvem, falo em nome da Liderança do PP.

Confesso que nenhuma alegria me acompanha neste momento. É triste ver o Brasil entregue a uma crise para a qual parece não haver saída. Estou nesta Casa há 40 anos, a cumprir 10 mandatos consecutivos. Aqui participei de momentos importantes da história do Brasil. Alguns deles, poucos, graças a Deus, sob o medo de uma nova rotura institucional, porque a democracia ainda engatinhava. Tornou-se adulta em 1988, quando elaboramos a Constituição Cidadã.

Assisti à posse de todos os Presidentes da República eleitos ou reeleitos pelo povo depois de 1964. Fui chamado ao microfone para dar o meu voto para a abertura do processo de *impeachment* do primeiro Presidente eleito. É um sentimento ruim encaminhar a favor do encurtamento de um mandato de um Presidente eleito.

Agora, novamente, estou aqui para decidir o início de um processo contra uma Presidente. Se o processo contra o ex-Presidente Collor representava muito para a história, por ter sido ele o primeiro Presidente eleito, o processo agora carrega o peso de ser contra a primeira mulher na Presidência da República, que lá chegou no embalo do Governo mais importante para a história do povo mais humilde, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, não há em mim nenhuma alegria. Mas a vida do político só admite alegria com responsabilidade. E é ela que me colocou na posição de votar pela



abertura do processo de *impeachment*. Percebo, com absoluta clareza, que o Brasil estará travado enquanto não resolver esse assunto.

A opinião pública está alerta, acompanha as atitudes políticas de nós Deputados com a esperança de que a Nação tenha garantidas tranquilidade e esperança. O Governo tem a oposição da maioria do povo brasileiro, e, como dizia o Dr. Ulysses Guimarães, entre aspas: "*Quando o Brasil quer, o Brasil muda*".

O Brasil quer, e a Câmara jamais se colocou em confronto com a Nação. Lamentavelmente, por um rosário de motivos, a Presidente perdeu legitimidade.

Com base nisso, em favor do retorno da paz e das oportunidades para a população, principalmente para os mais jovens e mais pobres, que não podem viver a incerteza do desemprego, enfatizo, para que haja paz no Brasil, em nome da minha família, em nome da minha cidade, Nilópolis, que votarei "sim".

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para discutir o parecer da Comissão Especial, convido o PR, que indicou os seguintes Parlamentares: Maurício Quintella Lessa, Cabo Sabino, Bilac Pinto, Laerte Bessa e Aelton Freitas.

O tempo será corrido. O partido se encarrega do revezamento.

Está iniciado o tempo do PR, 60 minutos.

Tem a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, inicialmente, agradecer ao meu Líder Aelton Freitas e ao meu partido por me conceder o direito de falar desta tribuna neste momento histórico e delicado da vida nacional. Sem dúvida nenhuma, este pronunciamento figurará como o mais importante que farei na minha vida — e tenho certeza de que da vida de todos os que estão aqui hoje, pelas posições assumidas.

Queria parabenizar os membros da Comissão Especial nas pessoas do Presidente, Deputado Rogério Rosso, do Relator, Deputado Jovair Arantes, dos Vice-Presidentes, Deputado Fernando Bezerra Coelho e Deputado Carlos Sampaio.

Naquela Comissão, ouvi os denunciantes, pessoas do povo brasileiro, que trouxeram a denúncia ora em análise por este Plenário para a Câmara dos Deputados, dissecando, com muito cuidado, a defesa da Presidente Dilma Rousseff; ouvi os Parlamentares na Comissão; e, em última análise, pude tomar conhecimento do relatório tão bem produzido pelo Deputado Jovair Arantes. Na Comissão, eu fiz o meu convencimento.

Por que não votei na Comissão Especial? Porque naquele momento do voto na Comissão Especial eu liderava com muito orgulho um partido, o Partido da



República, que conta com 40 Deputados Federais. Aqui, quero agradecer de coração à minha bancada pela oportunidade, pela honra que me deu de liderá-la até aquele momento.

Eu tinha uma orientação com relação ao meu convencimento. Não era correto, naquele momento, eu manifestar ali na Comissão o meu voto. Renunciei à Liderança do meu partido; saí do Governo da Presidente Dilma Rousseff; anunciei ao meu partido, em rede nacional, que sairia do Governo Dilma Rousseff.

Fiz tudo isso para ter liberdade de votar segundo o meu convencimento. Fiz isso para dar conforto aos membros da minha bancada, que também estavam angustiados. Fiz isso principalmente para fazer as pazes com o meu travesseiro, o melhor amigo da consciência de um homem.

Defendo aqui a posição da Executiva do meu partido. O meu partido tem uma aliança com o Governo há 14 anos e tem mantido a sua coerência. Parabenizo o Ministro Antonio Carlos Rodrigues pela posição firme em defesa de um governo no qual ele acredita. Parabenizo todos os que fazem a Executiva do partido. Porém, numa votação dessa natureza, nós, Deputados, que viemos à tribuna e que vamos votar no domingo, não temos esse vínculo inquebrantável, por várias razões. Nosso partido, por exemplo, há pouco tempo, recebeu vários Deputados que já tinham convencimento adquirido em outros partidos e anunciado a sua posição.

No meu caso e no caso de vários outros Deputados, ao contrário da Executiva, nós não temos esse vínculo de 14 anos com o Governo que aí está e com o partido que lidera o Governo. Não temos! Também acho que essa é a questão mais importante, porque esta não é a votação de uma matéria comum; isso aqui é um julgamento de admissibilidade de crime de responsabilidade cometido



pela Presidenta da República. Nós aqui nos tornamos juízes e, como tais, não podemos, jamais, votar contra a nossa consciência, o nosso convencimento.

E qual é o fato concreto que todos nós analisamos aqui? Qual é a pergunta que todos nós devemos fazer? Cometeu a Presidente da República crime de responsabilidade? Sim. A meu ver, a Presidente da República cometeu vários crimes de responsabilidade e, por isso, no domingo, vou votar pela admissibilidade do processo.

Vou delimitar a minha análise neste momento, para entrar nos crimes de responsabilidade, conforme determinou ontem acertadamente o Supremo Tribunal Federal. Só vou tratar daquilo que a denúncia traz e que o Presidente da Câmara acatou.

Dilma editou uma série de decretos, em 2015, para abertura de crédito suplementar, sem aprovação do Congresso, de modo a garantir que as metas de superávit do Orçamento fossem atingidas. A abertura de créditos suplementares não é em si um problema; pelo contrário, é um instrumento feito para lidar com gastos e imprevistos. O crime de responsabilidade está em dois aspectos: no primeiro aspecto, a meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, foi desconsiderada. A Presidente gastou bem mais do que o aprovado pelo Congresso Nacional. Segundo, o crédito suplementar foi mais uma vez emitido sem aprovação parlamentar, em violação clara ao Orçamento da União.

Qual é a principal atribuição do Congresso Nacional? É definir o Orçamento da União. É aqui que estão os representantes do povo. São os representantes do povo, na República e no sistema presidencialista, que definem como o dinheiro do povo deve ser gasto. Na hora em que o Orçamento atropela o Congresso Nacional,



ou se confunde com o Congresso Nacional, a Presidente da República, responsável direta por esse ato, ela ofende frontalmente a nossa Constituição, no Orçamento, no princípio da democracia e em vários outros artigos da Lei nº 1.079, de 1950.

Quanto às pedaladas fiscais — e eu aqui não vou mais me alongar em relação a essas questões, porque vou respeitar o tempo dos meus colegas —, o fato de o Governo deixar de registrar dívidas com o BNDES, para o Programa de Sustentação de Investimento — PSI, e com o Banco do Brasil, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, tudo isso se constituiu também em crime de responsabilidade fiscal.

Para finalizar, quero aqui dizer ao povo brasileiro, aos alagoanos e aos meus colegas quais foram as consequências desses crimes: a perda de credibilidade do Governo, interna, com o seu povo, e externa, pois fomos rebaixados, rebaixaram o Brasil nas agências internacionais, nós perdemos o selo de bom pagador, o que causou um prejuízo imenso à nossa credibilidade; o descontrole da inflação; a queda do PIB, da atividade econômica; o fechamento de empresas, de indústrias, do comércio; o desemprego; só para citar algumas consequências.

Por fim, o que eu acho mais triste em todo esse processo: votar o *impeachment* para mim não é uma coisa fácil. Não é uma coisa fácil, como todos sabem. Por muito tempo, eu tive muita dúvida, muito constrangimento interno. Era preciso que, realmente, eu estivesse convicto de que o crime estava consumado, e está, para poder fazer a minha convicção política.

E faço a minha convicção política não só por todas essas consequências, mas porque a Presidente, com a sua incapacidade de governar, dividiu o povo



brasileiro. Ela dividiu o povo brasileiro. Surgiu daí uma intolerância nunca vista antes no Brasil, nunca vista antes no Brasil!

Se nós aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, no próximo domingo, não estancarmos, nós levaremos este País, nos próximos 2 anos e meio, ao caos social.

Voto "sim". Voto "sim" à admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff; voto "sim" pelo futuro de Alagoas; voto "sim" pelo futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alex Canziani, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. CABO SABINO (Bloco/PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, a mídia aqui presente, quero em primeiro lugar parabenizar o meu partido pela postura que adotou, mesmo eu não concordando com o mérito.

Mas o PR, como o meu ex-Líder citou, foi um partido que começou neste Governo. Há 14 anos, o PR trazia à Vice-Presidência da República o saudoso José Alencar. E nesses 14 anos, o PR esteve em momentos bons e ruins, mostrando que é um partido digno e verdadeiramente reconhecido como um grande parceiro.

Também quero agradecer ainda mais ao meu partido, por reconhecer e não ter fechado questão sobre o assunto *impeachment*; por entender que no domingo nós seremos juízes, julgadores, não apenas legisladores. E não podemos julgar a não ser de acordo com nossa consciência. Por isso, a bandeira partidária não pode se sobrepôr a uma consciência tranquila, para se votar honestamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 1022A

Montagem: 4176



Dito isso, falo ao povo brasileiro que, durante anos, décadas, fui simpatizante do PT, do Partido dos Trabalhadores. Eu comecei desde a minha adolescência as lutas representativas de classe, em grêmios estudantis, e, depois, associativas. Chego ao Parlamento com esse sentimento de representatividade. A sigla do Partido dos Trabalhadores trazia em mim um sentimento de um partido diferente, que ia além das questões políticas, que tinha um sentimento, que ia além da velha política, representava as pessoas mais humildes, tinha paixão, tinha amor, saía às ruas em defesa da classe trabalhadora.

E eu acreditava que, ao chegar ao Governo, o PT representaria a verdade, a justiça social, os menos favorecidos, e combateria acima de tudo a corrupção, a desigualdade, a roubalheira, a falcaturia. Era o partido que não precisava comprar votos, pois tinha militância.

Mas, nesses 14 anos, o que nós conseguimos ver foi um PT que perdeu a sua essência. A sua identidade e as suas características partidárias foram para o espaço. O que pude ver foi um partido que viveu tudo ou quase tudo daquilo que ele atacou. O que sempre foi errado, quando o PT assumiu o poder, passou a ser correto. Decepção, vergonha, escândalos, desvio, corrupção, compra de votos e roubalheira marcaram muito mais do que as ações que porventura tenham sido positivas nesses 14 anos.

A Presidente Dilma vendeu o que não podia entregar, prometeu aquilo que não podia cumprir e, pior ainda, ignorou o Parlamento, editando decretos para que ela pudesse contrair empréstimos para pagar os rombos, inclusive os de sua campanha. Ela cometeu, sim, os crimes de responsabilidade administrativa.



E mesmo neste momento nebuloso e vergonhoso, a Presidente Dilma e seu Governo não conseguem pensar no povo, mas somente em si. Está mais do que comprovado que o projeto não foi para o Brasil e não foi para o povo; foi pessoal, de poder pelo poder. E para continuar no poder, mais uma vez, ela não pensa no povo. Fatia o patrimônio do povo brasileiro como se dela fosse; negocia cargos em troca de votos para se perpetuar no poder.

Para a atual Presidente e seu Governo, não importam os meios, e sim o resultado. Não importa o preço, pois o dinheiro não sairá do seu bolso nem da sua conta bancária, mas do bolso do cidadão brasileiro e dos cofres desta Nação.

Ministérios são negociados e entregues não pela capacidade administrativa de quem os possa assumir, e sim pelo quantitativo de votos contrários ao *impeachment* que possa dar. Não tem importância se o povo brasileiro sofrerá ou não pela incompetência de quem possa assumir tais Ministérios. O que importa é se a Presidente estará bem, porque é ela em primeiro lugar, depois o resto, e para ela o resto é o povo.

Eu quero dizer que se ventila nesses corredores que alguns Deputados negociaram o seu voto, o voto do *impeachment*, pela troca de cargos. Aqueles que assim o fizeram ferem o seu eleitor, ferem a Constituição e ferem a moral. Nós não podemos vir aqui pela troca de votos. Nós assumimos um compromisso na rua com o povo brasileiro de representá-lo com a verdade e com a justiça.

Quanto àqueles que estão indecisos, eu quero chamar a sua atenção. Votar a favor da Presidente Dilma é ser avalista de um cliente falido. E acredite, meu amigo, essa fatura tem dia para ser cobrada: em outubro de 2018. Você não vai ter como pagar essa fatura, e o seu credor é o eleitor. Ele não vai deixar barato, e você vai



entrar para o SPV. Isso mesmo, não é SPC, mas SPV — Serviço de Proteção ao Voto.

Não perca o seu voto. Não vote à toa. Vote por você, vote pelo seu eleitor, vote pelo Brasil. Vote “sim” ao *impeachment*.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. BILAC PINTO (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Jorginho Mello, Deputado Caio Narcio, Deputado Julio Lopes, Deputado Alberto Fraga, Deputado Delegado Waldir, Deputado Fábio Ramalho, Sras. e Srs. Deputados que estão aqui conosco nesta tarde, nossos companheiros da Câmara dos Deputados, por designação do Líder do nosso partido, o Deputado Aelton Freitas, eu ocupo esta tribuna talvez em um dos momentos mais delicados da história do nosso País.

Represento nesta Casa Legislativa o povo do Estado de Minas Gerais, um povo maduro na essência e consciente do seu espírito público, um povo do qual sempre me orgulhei e do qual sempre obtive a devida confiança em meu trabalho pela honorabilidade, principalmente, de minhas ações e conduta.

Vivemos, Sras. e Srs. Deputados, um momento grave na história da República, sendo premente a necessária reestruturação em várias áreas de nossa sociedade, a mudança de rumos que penso ser urgente.

Precisamos de um pouco de luz sobre a desoladora descrença do povo brasileiro. Estamos presenciando a deterioração dos nossos costumes, a deterioração da boa administração pública, a deterioração da saudável convivência política, a deterioração e a perda de costumes como a cordialidade e o respeito que regem a boa convivência entre os contrários.



Nosso País está sendo posto à prova, instigado em divisões: pobres contra ricos, nordestinos contra sulistas, brancos contra negros. Nós não podemos mais suportar esse tipo de comportamento e de divisão na nossa sociedade.

Nosso ambiente político foi contaminado com o que pode haver de pior na construção de uma nação. Temos um compromisso seriíssimo: precisamos manter a esperança de passar o País a limpo! Não temos o direito de deixar o País se decepcionar conosco!

Usa-se essa divisão como forma de desagregação, com o intuito de beneficiamento político. Isto precisa e deve acabar! Fala-se muito em golpe, usa-se esta expressão de forma oportunista, na tentativa de ludibriar a opinião pública com a intenção de mais uma vez mascarar uma realidade acachapante, uma realidade de total quebra da boa administração pública, uma realidade que demonstra a corrupção estabelecida em todos os ambientes do atual Governo, com valores jamais encontrados na história desta República.

Tem sido dito que nós temos aqui o espectro do golpe. Golpe é deliberadamente mentir para a população com o interesse de eleger-se e de manter-se no poder. Isso, sim, é golpe!

Golpe, Deputado Maurício Quintella Lessa, é tentar esconder a real situação do nosso País, é mascarar a realidade das finanças públicas, a realidade da boa administração de nossas empresas públicas e a realidade com a prática da cooptação política, usada nos dias de hoje, aquela que se faz dentro de hotéis.

Golpe é, acima de tudo, fazer com que 10 milhões de desempregados fiquem à espera de um emprego, passando fome junto com a família, dentro de sua casa.



Afirmo sem medo de errar: o PT e seu sistema de propaganda tentam vender uma ideia perversa de que tudo e todo mundo é igual, ou seja, que ficar contra a presente calamidade política, econômica e social em que se encontra o País é perda de tempo, pois, com este ou com outro, o Governo vai ser sempre a mesma coisa. Propagam isso a todo momento, como se isso fosse uma verdade absoluta.

Mais uma vez deliberamos sobre as escolhas e os caminhos nossos a serem traçados. Temos responsabilidade na construção do destino do nosso povo, para honrar nossos mandatos, para honrar consciências e atitudes, Deputado Fábio Ramalho.

Pela segunda vez, o País, de forma madura, está sendo posto à prova em sua maturidade política e institucional. Agora nos é instado decidir sobre mais um pedido de impedimento do Presidente da República, e o faremos respeitando a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito.

Encerro minhas palavras dizendo ao povo brasileiro que nós não podemos nunca perder a nossa capacidade de nos indignar.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE BESSA (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria cumprimentar a minha bancada do PR, que está aqui presente, e dizer a V.Exas. que o nosso partido está isento de qualquer barganha, de qualquer negociata com este Governo corrupto.

O PR continua na base. Foi a decisão da nossa Presidência, foi a decisão do nosso Ministro Antonio Carlos Rodrigues. E nós a respeitamos, porque foi a decisão de pessoas de bem que ficaram na base, que não abandonaram o barco. Não é o



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



meu caso. Eu não ficaria na base, mesmo porque jamais participei de acordo com esse partido.

Posso dizer a V.Exas. que no PR há 75% de votos "sim" ao *impeachment* da Presidente da República, que o PT quer canonizar. O PT quer canonizar a D. Dilma Rousseff. Por quê? Porque está dizendo que ela é uma santa, e ela é simplesmente desonesta.

Por que eu estou dizendo que Dilma Rousseff é desonesta? Porque ela aplicou estelionato eleitoral e barganhou a venda da usina de Pasadena. Também sabemos muito bem que se elegeu em 2014 com dinheiro da empresa Andrade Gutierrez, o que foi divulgado na semana passada, quando os executivos da empresa delataram que a D. Dilma Rousseff simplesmente usou dinheiro de propina na campanha eleitoral de 2014 para se eleger. E é bom saber que a denúncia de recebimento de propina por ela foi feita por Otávio Marques, ex-Presidente da Andrade Gutierrez, que comprovou isso com planilhas e outras provas. Por si só, isso já é motivo para a cassação do mandato desta Presidenta, que, infelizmente, levou o País à bancarrota.

Eu queria também, nesta oportunidade, parabenizar o meu ex-Líder Maurício Quintella Lessa, que teve a hombridade de abandonar a Liderança do nosso partido pelo motivo de não votar com esse partido que está se locupletando com os bens do nosso País.

Parabéns, Deputado Quintella! Foi uma atitude de homem! Nós estamos com V.Exa., como também estamos com o nosso Presidente, que optou por ficar do lado do PT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Quero esclarecer também que, semana passada, eu vim aqui falar do PMDB. O PMDB é um partido do qual eu posso falar porque tenho motivos suficientes. Tenho credenciais para falar do PMDB. Eu entrei na vida política através de um grande amigo meu, o Tadeu Filippelli, que foi ex-Governador do Distrito Federal, e também através do Vice-Presidente do País, o nosso querido Michel Temer. É o nome de que nós dispomos para comandar o País. Michel Temer é uma pessoa de bem, é uma pessoa honesta. Jamais ouvi alguém falar qualquer coisa que desabonasse a sua conduta. Eu nunca ouvi falar que o nosso amigo Michel Temer se envolveu com o mensalão, eu nunca ouvi falar que Michel Temer se envolveu com a Operação Caixa de Pandora, eu nunca ouvi falar que Michel Temer se envolveu com a Operação Lava-Jato. Então, nós temos um homem íntegro para comandar o País. Estamos com ele porque sabemos que Michel Temer é o homem que pode comandar o País e tirá-lo da crise.

Houve um balanço no PMDB, é claro. E, se não fosse a retirada, a saída do PMDB do Governo, nós não poderíamos estar cantando vitória em relação à votação do próximo domingo. Eu tenho certeza de que no domingo nós vamos votar a favor, vamos simplesmente abrir o processo de *impeachment* contra essa Presidenta que está no poder.

É bom dizer que o Líder do PMDB, recentemente, andou rateando, andou negociando, barganhando, com a Presidenta da República, cargos, Ministérios, mas parece que, depois do puxão de orelha que levou do Senador Romero Jucá, ele voltou às boas e agora vai votar a favor do *impeachment*. Nós precisamos do PMDB para aprovar o *impeachment*.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Eu queria dizer também, Sr. Presidente, nesta oportunidade, que nós devemos muito, por esta situação, a de tirar o PT do nosso País, a de tirar o PT da nossa vida, ao nosso Presidente Eduardo Cunha. Vamos falar do que foi bom nesses 2 anos de seu mandato na Presidência da Casa pelo seguinte fato: o Presidente Eduardo Cunha deu independência a esta Casa, deu autonomia aos Deputados. *"Ah, mas o Eduardo Cunha está envolvido... tem dinheiro na Suíça."* Nós não estamos aqui para discutir isso. Isso está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal. Nós temos que dizer aqui hoje que, se não fosse esse Presidente para nos dar autonomia e bancar aqui na Casa o *impeachment* dessa bandida da Presidente da República, nós não teríamos condições para, no domingo, retirar o PT da nossa vida.

E vamos tirar porque é uma questão de honra para o Brasil. Vamos votar pelo *impeachment*. Não temos alternativa, mesmo porque jamais poderemos admitir que o Brasil seja vendido para outros países esquerdistas, como os que há na América do Sul e na América Central. Nós sabemos muito bem que parte do nosso patrimônio foi entregue a esses países. Vamos nos livrar deles com o início dos trabalhos aqui, com o desfecho, no domingo, quando nós vamos simplesmente tirar o PT da vida do povo brasileiro.

Viva o Brasil!

Fora, PT! Fora, Dilma!

O Sr. Alex Canziani, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha querida bancada do PR, que se faz aqui presente, senhoras e senhores, telespectadores da *TV Câmara* e de toda a mídia que transmite esta sessão para o Brasil, meus cumprimentos.

A despeito de eventuais repulsas lado a lado, a contraposição qualificada de argumentos antagônicos no Parlamento sempre reivindica alto senso de justiça, isenção e sobretudo firmeza de propósitos. No âmbito de um processo da gravidade de um *impeachment*, somos chamados à responsabilidade e cobrados por nossas consciências.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que não estamos discutindo apenas e tão somente o direito de uma Presidente da República de seguir no cumprimento do seu mandato. O que está em jogo aqui, senhoras e senhores, em última análise, é a decisão que determinará a qualidade e o futuro da jovem democracia brasileira.

Este nosso trabalho, no contexto histórico de uma Casa que examina um pedido de *impeachment* sob holofotes, tem a responsabilidade de garantir, com honestidade de princípios, o Estado Democrático de Direito.

Sr. Presidente, a defesa do Estado Democrático de Direito não se limita à simples submissão a uma lógica formal, subordinada à letra da lei, obediente às vedações legais.

Por esta e outras razões, a classe dirigente, numa democracia, não tem o direito de ensurdecer, como acontece nos regimes totalitários.

Contudo, o mergulho na amplitude de teses que foram expostas neste colegiado não nos dá direito à cegueira. Ainda que esta cegueira seja patrocinada pela mais honesta, porém ingênua, convicção cívica.



Ao alegar que o *impeachment* no presidencialismo é uma situação de absoluta excepcionalidade institucional, a defesa da Presidente Dilma Rousseff despeja sobre nós uma contradição de origem da proposta de *impeachment*, cuja natureza revela irrefutável crise de identidade.

Como enunciou o Advogado-Geral da União, o Dr. José Eduardo Cardozo, o presidencialismo é um sistema de governo em que seu chefe não pode ser afastado por uma mera decisão política, por uma situação episódica de impopularidade.

A eventual fuga de tais pressupostos, Sr. Presidente, implicará o reconhecimento de conduta em desacordo com a natureza do nosso regime e sistema de governo.

Por conseguinte, a excepcionalidade do afastamento de um chefe de governo no regime presidencialista estará condicionada às normas da Carta Constitucional.

O irrecorrível parecer do Prof. Cardozo ainda esclareceu, aqui mesmo, nesta Casa, que crime de responsabilidade fiscal previsto para a admissão do *impeachment* exige que o ato do Presidente da República seja por ele diretamente praticado.

Portanto, Ministro Patrus Ananias, Sras. e Srs. Deputados, a defesa da Presidente Dilma Rousseff nesta Casa alerta para a eventual inspiração parlamentarista do pedido de afastamento em pleno sistema presidencialista. Está claro, senhoras e senhores, que, em algum momento, houve a prevalência de parâmetros voláteis, que tomaram emprestado do parlamentarismo um espírito normativo alheio ao nosso ordenamento jurídico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o espírito da legalidade é condição basilar para a prosperidade do Brasil como Nação civilizada, sobretudo depois de



viver, por mais de 20 anos, submetido ao totalitarismo, que sacrificou vidas, que acabou com biografias e uma Carta constitucional promulgada.

Refiro-me, Sr. Presidente, a um retrocesso protagonizado por um período de truculência política e jurídica, patrocinado por um golpe de Estado tramado nas reiteradas conspiratas contra a ordem constitucional, uma inspiração, senhoras e senhores, que patrocinou o golpe militar de 1964, uma aspiração golpista, senhoras e senhores, que tinha origem no atentado contra a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 50. Naquele ano que antecedeu o período virtuoso de JK, a democracia brasileira era sabotada pelo sentimento nefasto de maus perdedores. Era gente, Sr. Presidente, que pretendia chegar ao poder sem a legitimidade do sufrágio universal, gente disposta a rasgar a Constituição para impedir a posse do Presidente JK, eleito pela indisfarçável maioria dos votos deste País.

Sras. e Srs. Deputados, naquela ocasião, a escola golpista mostrava a sua face deletéria. Aquela sabotagem advogava um golpe sob a alegação de que o Presidente JK não teria conseguido a maioria absoluta dos votos naquela eleição, uma exigência, senhoras e senhores, que não passava pela cabeça do Constituinte de 1946. Queriam tirar daquele mineiro o direito de tomar posse, porque a sua votação não alcançara a maioria absoluta dos votos nacionais.

Ainda que o resultado ostentasse a maioria dos votos para JK, a ânsia golpista atentaria contra a legalidade ao inventar um dispositivo estranho à Constituição brasileira daquele tempo.



A coragem de JK e do General Lott, para a felicidade do Brasil, foram mais fortes que o golpismo que pretendeu impedir o ciclo de desenvolvimento patrocinado pelo mais importante líder político da história brasileira.

Essa inspiração nefasta, Sras. e Srs. Deputados, ainda gestaria a tentativa de antecipação do golpe de estado de 1964 já em 1961, quando pretenderam impedir a posse de um Presidente constitucional, por ocasião da injustificável renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as alegações contrárias ao afastamento da Presidente Dilma Rousseff, no âmbito do processo de *impeachment* sob exame nesta Casa, reivindicam corajosas reflexões. Sua análise apurada implicará o reconhecimento de aspectos constitucionais que não admitem dúvida no âmbito da admissibilidade desse processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

Trata-se de argumentação que nos compele a reconhecer o equívoco de percepções e sentimentos de nós mesmos, ainda que motivados pelo mais impetuoso patriotismo.

Quem de nós, honestamente, deixaria de conhecer a inspiração parlamentarista do movimento pelo *impeachment* que ocupou as nossas ruas neste ano de 2016? *Grosso modo*, senhoras e senhores, alheias ao paralelo histórico, legiões de bem-aventurados ganharam as ruas com bordões que ignoraram o caráter excepcional do afastamento de um chefe de governo em pleno regime presidencialista.

Estou convencido, Sras. e Srs. Deputados, de que os eleitores brasileiros do plebiscito de 1993 escolheram o sistema presidencialista com falsas expectativas.



Ninguém disse para o eleitor que o afastamento de um chefe de governo só não é uma excepcionalidade no sistema parlamentarista. Nós vivemos hoje o presidencialismo.

Sr. Presidente, estou certo de que boa parte da maioria dos eleitores do presidencialismo não estava devidamente esclarecida sobre as reais peculiaridades do seu funcionamento. Era natural que o *impeachment* fosse tratado pelo subconsciente coletivo como circunstância da rotina do sistema presidencialista, sobretudo porque, alguns meses antes do plebiscito, o País seria atropelado pela ocorrência do afastamento do primeiro Presidente eleito desde 1960. É relevante ressaltar, Sras. e Srs. Deputados, que o plebiscito brasileiro que escolheu o presidencialismo como sistema de governo sofreu forte influência do processo de *impeachment* registrado no ano anterior, um *impeachment* que inclusive afastou o Presidente que afundava o Governo numa asfixiante impopularidade.

Portanto, senhoras e senhores, é forçoso reconhecer que a população tenha admitido, pelo menos inconscientemente, que seria típico do regime presidencialista o afastamento de chefes de governo que chegassem ao fundo do poço nas consultas de opinião pública.

O fato, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que em 1992, ao contrário do que acontece hoje, quase ninguém conhecia o inteiro teor das alegações que fundamentavam o pedido de *impeachment* contra o ex-Presidente Collor.

Está claro que, no mundo real, basta o desabamento dos índices de aprovação de um governo para que as ruas sejam tomadas por manifestantes que exercem o inalienável direito ao protesto. Mas, num regime presidencialista, Sras. e Srs. Deputados, a rua cheia não é motivo para o afastamento de um chefe de



governo. É preciso, Sr. Presidente, como ressalta o Ministro José Eduardo Cardozo, que haja um ato doloso, que seja um atentado à Constituição, uma violência excepcional, capaz de abalar os alicerces do Estado.

Não foi por acaso, senhoras e senhores, que o Constituinte estabeleceu todo um conjunto de ingredientes necessários para a configuração de um processo de *impeachment* no presidencialismo. Fora desses pressupostos, qualquer processo de *impeachment* é inconstitucional!

Portanto, população brasileira, meus caros e nobres edis, Sr. Presidente, só no sistema parlamentarista teremos um governo que pode ser afastado por sua impopularidade ou pela desconfiança de uma parte do Congresso.

Entretanto, Sr. Presidente, a eventual solução de inspiração parlamentarista que paira nesta Casa como remédio para uma crise política estabelecida e consolidada enseja a reedição do filme a que o Brasil já assistiu em 1961.

Sras. e Srs. Deputados, não é por acaso que o Brasil rejeitou a tese do parlamentarismo nos plebiscitos de 1963 e de 1993. A inspiração parlamentarista, a essa altura, já trazia a marca da sabotagem que limitou o Governo do Presidente João Goulart. Como ocorreu em 1961, a inspiração parlamentarista brasileira não resulta de discussões em universidades ou da mobilização da sociedade civil organizada. Ela foi tratada como saída política que, em 1961, afastaria o risco de uma guerra civil já declarada pelo Governador Leonel Brizola, a partir do Rio Grande do Sul.

É fato, Sras. e Srs. Deputados, que o parlamentarismo é um sistema vacinado contra as crises, uma vez que basta um voto de desconfiança do Congresso Nacional para que um governo e o seu primeiro-ministro sejam afastados. É um



sistema maleável que, na prática, divide entre dois titulares de cargos nacionais as conhecidas funções que são atribuídas a uma única pessoa no sistema presidencialista.

No parlamentarismo que governou o Brasil republicano entre 1961 e 1963, o Chefe do Governo foi escolhido pelos Deputados e pelos Senadores. Mas isso só aconteceu, Sras. e Srs. Deputados, depois que foi aprovada a emenda constitucional que aboliu o presidencialismo e implantou o Parlamentarismo.

Portanto, Sr. Presidente, a defesa da legalidade não admite a sabotagem que pretende autorizar o espírito parlamentarista numa conspiração contra o presidencialismo brasileiro. Enquanto não houver um sistema de governo parlamentarista implantado no Brasil, este Plenário ainda terá de se render à verdade que condiciona o *impeachment* ao registro de um atentado à Constituição, um ato doloso, uma excepcionalidade capaz de abalar os alicerces do Estado, conforme vaticínio do Prof. Eduardo Cardozo.

Sr. Presidente, até os mais desatentos entenderam a salvaguarda institucional guarnecida pelo Dr. José Eduardo Cardozo ao enumerar um conjunto de ingredientes jurídicos necessários ao estabelecimento de um processo de *impeachment*. Está claro, minha gente brasileira, que a desobediência a esses pressupostos implicaria um paradoxo constitucional de consequências imprevisíveis.

Sras. e Srs. Deputados, a simples inexistência de um atentado contra a Constituição Federal caracteriza uma relevante impossibilidade de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, a lembrança do Ministro Cardozo da ausência de uma ação dolosa, da intenção de dolo da Presidente, por si só, já descaracteriza o crime de



responsabilidade, previsto na Constituição como pré-requisito para o *impeachment*. Está claro que não houve dolo, sobretudo quando a Presidente assinou decretos de crédito ou nas chamadas pedaladas fiscais, que atrasaram repasses para os bancos oficiais.

Não houve dolo, Sras. e Srs. Deputados, porque a Presidente confiou no juízo do Tribunal de Contas da União, que reiteradamente aprovou as contas de Governos anteriores que adotaram o mesmo expediente fiscal. Não houve dolo, Sras. e Srs. Deputados, porque os pareceres técnicos de órgãos oficiais de assessoramento da Presidência da República garantiram a legalidade dos créditos e da retenção de repasses devidos aos bancos do Governo.

Sr. Presidente, o esclarecimento dos fatos aqui relacionados ao pedido de *impeachment*, sob exame nesta Casa, dirime todas as dúvidas.

Não me parece apropriado, Sr. Presidente, que este Parlamento seja lembrado pela atribuição de eficácia aos argumentos marcados pela invalidez de origem, sobretudo depois que ficou claro que houve mudança de jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre as chamadas pedaladas fiscais.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não há controvérsia no que diz respeito à improcedência apontada pela defesa da Presidente Dilma Rousseff, aqui mesmo, nesta Casa.

Sras. e Srs. Deputados, temos o dever de zelar pela paz e pelo progresso de nosso País. O Brasil espera de nós uma postura destituída de oportunismo, uma conduta que reconheça a responsabilidade preliminar de guarnecer, com honestidade, de princípios o Estado Democrático de Direito.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, será a partir do nosso trabalho que o Brasil encontrará meios para enfrentar a crise econômica, que só poderá ser vencida quando a crise política der sinais de inanição. O restabelecimento de um viés de crescimento e a retomada da geração de empregos estão na razão direta da nossa capacidade de produzir uma situação de consenso duradouro.

O interesse dos investimentos externos no Brasil, Sr. Presidente, foi coibido pelo aprofundamento da guerra política, ocasionada pela iminência de um pedido de *impeachment* que não encontra argumentos sólidos para sua sustentação.

Inspirados no ideal de um Brasil mais forte, soberano e socialmente justo, reiteramos o compromisso do Partido da República com o desenvolvimento, a partir do edifício que celebrou a união do trabalho e do capital produtivo, para a construção de um país novo.

Coerentes com a necessidade de um novo círculo virtuoso, pela via de conciliação nacional, entendemos que o pedido de *impeachment*, sob análise nesta Casa, deve ser rejeitado o mais rapidamente possível e, de preferência, com uma brevidade que permita o restabelecimento da normalidade indispensável para o Brasil vencer este momento de crise.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Líder do Governo, o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais um vez, no dia de hoje, ocupo a tribuna para continuar defendendo aquilo que, para a minha história, é fundamental: a democracia e a legalidade democrática, princípios sem os quais nós não lograremos êxito no debate que estamos fazendo aqui.

Começo dizendo aos Srs. Parlamentares e ao País que, em primeiro lugar, fazendo uma referência àquilo que foi dito aos quatro cantos por alguns Líderes da Oposição, a decisão do Supremo retificou aquilo que a Câmara fez. O Presidente Eduardo Cunha havia decidido, na terça-feira, com relação ao rito, que a chamada dos Deputados seria feita iniciando-se pelos do Sul até os do Norte. Depois, na quarta-feira, já prevendo a votação no Supremo, o Presidente recuou e anunciou a nova ordem de votação.

Foram importantes os questionamentos que os Deputados do PT fizeram naquele momento. O Supremo acolheu aquilo que nós levantamos, Deputado Glauber Braga, na terça-feira e na quarta-feira. Em sua decisão, o Supremo inclusive retirou todas as pegadinhas que estavam contidas no relatório do Sr. Relator — todas.

A Câmara, portanto, vai decidir uma única coisa, Deputado e Ministro Patrus Ananias: se as tais pedaladas constituem crime de responsabilidade ou não.

Eu vou começar dizendo ao País o que são essas pedaladas, diferentemente do que disse aqui o Líder do PSDB.



O que são essas pedaladas, Deputado Patrus Ananias? Sabe o que são, cidadão que está me ouvindo lá no meu Ceará, no Nordeste, no Piauí, em Pernambuco, na Bahia? A Presidenta Dilma resolveu não atrasar o pagamento do Bolsa Família, dos benefícios sociais, do Minha Casa, Minha Vida, do Garantia-Safra. Para não atrasar esse pagamento, a Presidenta autorizou que os bancos públicos antecipassem o pagamento da dona de casa que recebe o Bolsa Família. Depois repassou o dinheiro para os bancos públicos.

Ora, há crime de responsabilidade em gesto tão importante como este?

Inclusive, meus caros Parlamentares, o Relator que deu o parecer ao PLN, o Deputado Luiz Carlos Busato, no final do ano, votou dizendo que não era crime de responsabilidade, legalizando aquilo que estava sendo dito pelo TCU, que era uma orientação para desaprovar as contas da Sra. Presidenta.

Isso é crime de responsabilidade? É claro que não! Criou-se uma fantasia.

Na tribuna, meus caros Líderes do PSDB, V.Exas. atacaram tanto! Quando falarem em corrupção, cuidem do que V.Exas. praticam ou praticaram nos seus Estados. Cuidem do mensalão mineiro! Cuidem do merendão em São Paulo! Digam para o País o que vocês fizeram nesses casos todos!

A diferença é que agora o País está sendo passado a limpo, doa em quem doer, em nós e em todos os quadrantes da política brasileira, porque o nosso Governo permite apuração, não se constitui de "engavetadores-gerais" da República e permite, com autonomia, que os órgãos de controle possam apurar tudo.

Dizer, portanto, que se justifica afastar a Presidente da República é algo deplorável. O mundo inteiro está olhando para o Brasil, Deputado Henrique Fontana, e está escandalizado com o que pode acontecer.



É claro que eu estou convencido.

Ontem fizeram jantares, fizeram de tudo para dizer que já ganharam a votação aqui na Câmara dos Deputados. Sentaram na cadeira antes do tempo. Aliás, há um exemplo lá em Fortaleza, relacionado ao grande Paes de Andrade, que não vou citar por respeito, porque ele já não está mais vivo. E, também, há o do Fernando Henrique, em São Paulo. Sentam na cadeira antes do tempo, e isso não é bom, não é correto, não é justo.

Anteciparam a vitória. De onde vem a vitória? Alguns meios de comunicação estão propagando que eles já ganharam. Eu duvido. Eu não sei o que vão dizer no domingo de madrugada.

Deputado Rossi, mesmo com a minha divergência na Comissão, muitas vezes fiz prognósticos com V.Exa., fizemos vários prognósticos. Eu estou seguro. Eu duvido que a Oposição, que está cantando aí, tenha 342 votos no domingo. Eu duvido! Nós não precisamos de 300 votos ou de 200 votos. A turma da Oposição é que precisa de 342 votos, e eu duvido que os tenha.

Lembram o veto do Judiciário? A imprensa dizia aos quatro cantos que o Governo perderia, e nós ganhamos aquela votação por 251 votos. Lembram as pressões que foram feitas?

Neste momento o País está dividido. Mas, hoje mesmo, onde estão os representantes de V.Exas. nas ruas? Os movimentos sociais ocuparam as ruas para dizer que se está consolidando, junto à opinião pública brasileira, à sociedade civil organizada, a posição de que não vai haver golpe. Isso está carimbado, porque não se faz afastamento sem crime, sem dolo. Aliás, tudo isso já foi dito aqui.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 10444

Montagem: 4176



O que eu quero manifestar é a segurança que eu tenho num momento como este, brasileiros e brasileiras. Se nós fizermos um retrospecto das últimas 48 horas, Deputado Rogério Rosso... Eu conheço muito este Plenário, Deputado Fontana. Eu já tive várias reações de segunda-feira para cá, até porque quem me conhece sabe que eu faço política com paixão, no sangue, na alma. Eu faço isso. Eu já tive várias reações, e a cada dia há uma.

Mas eu quero confessar para o Brasil — Deputado Fontana, eu estou muito animado — e para V.Exas. que eu estou seguro da vitória. Estou seguro, porque eu também sei me relacionar com este Parlamento. Eu conheço os Parlamentares. Nós estamos dando a volta por cima de uma construção falsa. Disseram que já tinham 344 votos — e falam até em 450 votos! Será que esta Casa tem 700 Deputados? Não é possível!

Eu estou convencido, Deputado Glauber Braga, do PSOL, de que as coisas estão evoluindo. Nós estamos seguros disso. É um trabalho silencioso. Não é com manchete de jornal, Deputado Jovair Arantes, com todo o respeito, que nós vamos aprovar ou derrotar o seu relatório. Mas é com trabalho, com diálogo, convencendo as pessoas e todos se convencendo de que esse não é o caminho.

O caminho que nós temos que trilhar, a partir de segunda-feira, é o da repactuação do País. E quero, como Líder do Governo, chamar a todos para repactuarmos o País a partir de segunda-feira. O País tem que ter mudanças profundas, Deputado Glauber Braga, e isso tem que ser sinalizado. Acho que esse processo vai ser interessante e está sendo interessante.

Tiramos leite de pedra, como se diz no meu Ceará — e eu sou nordestino. Não é com ataques vis e desrespeitosos à Presidente da República, Deputado Julio



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Lopes, que nós vamos ganhar aqui dentro. Nós vamos ganhar aqui é com o diálogo e a humildade.

Viva a democracia!

Estamos convencidos da nossa vitória!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PPS, concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, quando possível, eu quero pedir a palavra — não vejo problema em aguardar. No momento oportuno, quero pedir a palavra para apresentar uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu lhe apresento questão de ordem, com base no *caput* dos arts. 95 e 218. V.Exa. pode me ouvir neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu a estou ouvindo. Quais são os artigos?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Arts. 95 e 218. O *caput* dos dois artigos.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem baseia-se na responsabilidade que temos — e certamente V.Exa. é o mais atento a isso, pela responsabilidade que tem de conduzir a Casa — de cumprir as decisões do Supremo Tribunal Federal, neste caso no que diz respeito à ADPF 378 e ao Mandado de Segurança nº 34.130, que diz que é imperativo que seja concedida à defesa a oportunidade de se manifestar, como último ato antes da votação da denúncia neste Plenário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 10446

Montagem: 4176



Nesse sentido, Sr. Presidente, caso o Relator faça uso da palavra no próximo domingo, no dia da votação — o que seria também legítimo, porque sabemos que num procedimento como este o Relator tem a possibilidade de uso da palavra em diferentes momentos —, nós requeremos, com base nos arts. 95 e 218 e no cumprimento do disposto na ADPF 378, que, após a fala do Relator, V.Exa. passe a palavra para a defesa, para o advogado da Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada, não há questão de ordem. Eu entendo como um pedido de esclarecimento de V.Exa. Já houve manifestação por escrito, que foi respondida por escrito. Seguindo a ADPF, justamente vamos seguir o rito do *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. É o que nós estamos fazendo até agora. No *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor, na primeira sessão, em 28 de setembro de 1992, houve a palavra do denunciante e o espaço reservado à defesa. E na sessão de 29 de setembro de 1992, ao fim do processo de discussão, houve a palavra do Relator, o encaminhamento de Líderes e a votação. O rito que está sendo seguido é igual ao que foi seguido no caso do ex-Presidente Collor.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu estou usando o tempo da liderança do meu partido e não posso me furtar de deixar registrado que na tarde de hoje um colega Parlamentar, quando usou a tribuna, falou que o meu partido, o PPS, estaria mancomunado. Eu quero dizer que o PPS não está mancomunado com ninguém. O PPS não aprova a corrupção e quer que todas as denúncias sejam apuradas, quer envolvam o Executivo, quer envolvam a nossa Casa ou qualquer espaço de Governo. Não dá para permitir que a corrupção continue se alastrando no País.

Estamos vivendo uma situação que toca na questão do respeito nas redes sociais. E, na tarde de hoje, lamentavelmente, a partir do meio dia, algumas pessoas que pensam de forma contrária àqueles que estão defendendo o processo de *impeachment* — o mesmo pode estar acontecendo com os que não estão defendendo — começaram a nos ligando para pedir para votarmos de outra forma. Isso pode, sim, acontecer, mas o respeito precisa ser superior a isso. Não dá para aceitar, de maneira alguma, Sr. Presidente, a forma como estão se dirigindo ao conjunto de Parlamentares desta Casa. Defendam as suas ideias e o contraditório, mas respeitem as nossas posições. Não usem palavras de baixo calão, que não dá para pronunciar ao microfone por serem vergonhosas. Isso não é bom para a democracia, não é bom para o momento que estamos vivendo.

Este não é um momento de alegria e de júbilo, muito pelo contrário. Gostaríamos que o País estivesse crescendo, se desenvolvendo, que a economia



estivesse avançando, que não houvesse desemprego, que não houvesse inflação. Mas, lamentavelmente, houve as conhecidas pedaladas fiscais e os decretos legislativos sem autorização desta Casa. Fizeram com que a economia ficasse mascarada no Orçamento da União. Com isso, quem está pagando o preço é a população brasileira como um todo.

Não estamos cometendo nenhum golpe. Estamos cumprindo o que determina a Constituição Federal. Isso precisa ficar muito claro. Não é golpe, não; é respeito à Constituição Federal, à Lei Maior do nosso País.

A Lei Maior prevê que casos envolvendo equívocos ou crimes cometidos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e contra as finanças sejam apurados. O que nós estamos fazendo neste período é apurando isso.

Nós nesta Casa vamos acolher o pedido de *impeachment*. O resultado será no domingo. Não podemos permitir que a população brasileira...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Baldy, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTN.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento histórico para o Brasil, um momento em que nós aqui na Câmara dos Deputados, representantes dos cidadãos e cidadãs que nos elegeram, que aqui nos colocaram como representantes de todo o Brasil, do meu Estado de Goiás e de todas as demais Unidades da Federação, para atender aos seus anseios, assistimos a dias cada vez mais tenebrosos de um Governo Federal desgovernado, assolado pela corrupção em suas instituições, em seus Ministérios, em suas empresas, em suas autarquias.

Por onde olhamos o que vemos são atos de corrupção; atos de subtração de recursos públicos, atos contra o patrimônio público de um País cuja população paga impostos altíssimos.

Ainda assim a Presidente da República, Dilma Rousseff, com o seu Partido dos Trabalhadores, o PT, se comprometeu nas eleições de 2014 a não aumentar impostos e a conter a inflação para que os brasileiros pudessem manter seu padrão de consumo, ter sua moradia, o seu veículo, o seu alimento na mesa, o seu emprego.

A realidade de hoje, Sr. Presidente, é que o povo não tem emprego. Aproximadamente 10 milhões de brasileiros estão desempregados. Somente nos últimos meses 3 milhões de brasileiros foram demitidos. E qual é a luz? Nenhuma.

Esse é um Governo que não possui diretriz, que não possui agenda, que não possui legitimidade para reconstruir o Brasil, que não tem credibilidade para que o consumidor consuma, para que o empreendedor empreenda, para que o industrial



invista, para que a economia possa prosperar, para que o emprego possa aumentar, para que as famílias brasileiras possam recuperar a sua vida e seu poder de consumo e para que a nossa produção se reestabeleça.

O produtor rural, na agricultura e na pecuária, do qual meu Estado de Goiás é altamente dependente, sofre menos, mas sofre com muita força; sofre com expressividade; sofre com a queda da movimentação nos portos, com a falta de infraestrutura.

O Governo prometeu investir expressivamente com o PAC, mas não o faz! É um Governo que realmente não consegue recuperar o Brasil.

Num ato democrático, previsto na Constituição Federal, próprio do Estado Democrático de Direito, que lutamos para construir, hoje a Câmara dos Deputados discute o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Mas esta não é uma luta somente de Deputados e das Deputadas, é o anseio de todos os cidadãos e cidadãs de Goiás e de todo o Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, peço a cada um dos Deputados e Deputadas, indecisos e contrários, que lute pelo Brasil, que lute pelos brasileiros que estão se morrendo nas portas dos hospitais, pelos que não conseguem escola para seus filhos, pelos desempregados, pelos que não têm a sua vida hoje tal qual se prometia ou tal qual o Governo vendeu durante as eleições.

Isso, sim, foi um golpe! As eleições de 2014 foram um golpe contra a população brasileira. Precisamos corrigir isso de acordo com a lei, de acordo com a Constituição!

Por isso, devemos dizer "sim" ao *impeachment*: Fora, PT! Fora, Presidente Dilma!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária

Montagem: 4176



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu gostaria de insistir com V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Após a fala da Líder eu vou conceder a palavra a V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Cristiane Brasil, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

A SRA. CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, resolvi aproveitar estes minutos concedidos pela Liderança do partido para dar voz aos meus amigos, àqueles que me procuram nas redes sociais e nos *e-mails*.

Portanto, vou ler os depoimentos, as falas e o desejo dos meus amigos brasileiros e brasileiras que hoje vão se fazer ouvir nesta Casa de Leis.

“Chegou o momento de mudar a ideia de que quem tem ética parece ser anormal, de que o Brasil é uma Nação de espertos reunidos, de que o patriotismo é o último esconderijo do patife. É hora de mudar radicalmente, dizendo ‘não’ à má gestão, ‘não’ ao furto disfarçado, ‘não’ a tudo que parece ser real, mas que está mascarado. Devemos mudar o rumo de nossas frustrações que existem atualmente: a primeira de quem tem poder, mas não tem competência para exercê-lo e a segunda de quem tem competência, mas não tem o poder. Políticos que estão no comando, é hora de mostrar que vocês têm o poder e que sabem exercê-lo para o bem, que sabem exercê-lo para tentar mudar a história do País. Votem a favor do impeachment, pelo respeito ao povo brasileiro.”

Lívia Saihg é advogada.



“O sofrimento faz crescer. Muitos ainda vão sentir por um tempo suas feridas: empresas fechando, desemprego aflorando, mas todo sofrimento faz crescer, amadurece. O Brasil nascerá mais unido, com mais força para construir novos alicerces políticos, econômicos e, principalmente, morais. A união faz a força, sim. E o Brasil nascerá mais forte!

Quem vota ‘sim’ vota pelo Brasil, vota pelas mudanças que são necessárias para que juntos possamos reconstruir um Brasil melhor, com mais oportunidade para todos. Quem vota “sim” está fazendo história, está na luta por salvar um País que foi devastado. Está na hora de mudar, está na hora de nos unirmos”.

Renata D’Aguiar, de Brasília, economista.

“É um momento para termos coragem; chegou a hora; é o fim de um círculo vicioso; é viciado, é a ruptura de uma cultura corrupta que perdura por mais de uma década.

Vamos mudar, vamos dizer “sim” ao fim de uma era vermelha. Vamos ser e viver o Brasil”.

Fabiana Cruz, paraibana apaixonada por política.

“Domingo vai ser a vitória da real democracia sobre uma ‘democracia comprada’, do povo brasileiro



consciente sobre uma máquina alimentada por dinheiro sujo.

A partir de segunda teremos um Brasil ainda em dificuldades, mas muito menos egoísta! Que continuem as investigações e, assim, poderemos ser um País melhor.”

Renato Franco, do Rio de Janeiro.

“Cris, torço e acredito que domingo será o dia de uma grande vitória para o Brasil, o dia em que o gigante que já tinha acordado finalmente se levantou! O que vem a seguir é um povo muito mais consciente da força que tem quando unido e um governo com mais respeito e compromisso, justo e transparente.”

Bianca Medeiros, da Paraíba.

“Neste domingo esperamos o reconhecimento, por parte dos Deputados, das irregularidades cometidas desde 2011 envolvendo responsabilidade fiscal, dos valores repassados indevidamente para financiamento de campanhas políticas e do conhecimento e envolvimento das práticas ilícitas relativas à PETROBRAS.

Espera-se uma posição dura dos Deputados que possibilite a realização de uma apuração justa, afastando a Presidente de suas funções.

E o que se espera após o impeachment? Espera-se a responsabilidade do próximo governante, oferecendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 10455

Montagem: 4176



autonomia ao Banco Central, realizando as reformas necessárias e a intolerância com atos de corrupção.”

Mariana Guedes, de Rondônia, pelo Facebook.

Camila Miranda, também pelo Facebook:

“Eu sou do Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil.

Eu sou pobre também, mas a favor do impeachment. Parem com essa besteira de dizer que quem é contra a Dilma é rico, porque é mentira. Antes das nossas condições financeiras, somos cidadãos, independente de cor ou de raça. E eu quero o impeachment.”

Da mesma maneira que o povo brasileiro se manifesta a favor do *impeachment*, eu peço a V.Exas.: não é hora de esmorecer!

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Henrique Fontana. Qual é o artigo em que se baseia sua questão de ordem, Deputado?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Formulo a questão de ordem a V.Exa. com fundamento no art. 95 do nosso Regimento Interno e no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, bem como no acórdão da ADPF 378.

Passo, então, a formular a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

No cronograma distribuído por V.Exa. em relação aos trabalhos previstos para o dia 17 de abril, domingo, data da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, consta tempo reservado para a fala do Relator, Jovair Arantes, e dos Líderes partidários. Verifico, Sr. Presidente, que não será oportunizado à defesa da Presidente Dilma Rousseff tempo para sua derradeira manifestação antes da votação.

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, exarada em sede da mencionada ADPF, a defesa tem o direito de se manifestar após a acusação. É inequívoco, nessa esteira, que o Relator, ao encampar a tese da admissibilidade jurídica e política da acusação e opinar pela consequente autorização para a instauração pelo Senado Federal do processo por crime de responsabilidade, atue como espécie de parte processual imprópria. A defesa de seu relatório, sujeito à apreciação pelo Plenário, somente será legítima caso reste permitida, *a posteriori*, a réplica de defesa pela autoridade denunciada. Essa é a melhor exegese das



garantias do contraditório e da ampla defesa, mormente em processos que tenham o condão de acarretar restrição de direitos.

Para que a fase do processo de *impeachment* que tramita na Câmara dos Deputados não seja eivada de vícios e para não ferir os princípios da ampla defesa e do devido processo legal, insculpidos no art. 5º da Constituição Federal, é imprescindível que haja paridade de armas. Ou seja, o Relator desse processo, ao encampar os argumentos narrados na denúncia e acolher o pedido dos denunciantes, se subroga na função de denunciante. Na prática, ele será a voz dos denunciantes minutos antes de os Parlamentares, que estarão desempenhando o papel de julgadores, votarem a matéria.

Assim, no momento em que os olhos da Nação se voltam para o Parlamento, apenas uma das partes, a que é favorável ao impedimento da Presidente da República, terá voz uníssona. Não haverá contraponto, não haverá contraditório, não haverá amplo direito de defesa.

Pergunto a V.Exa.: qual é o prejuízo nesse processo com o franqueamento da palavra ao Advogado-Geral da União para falar em defesa da Presidente da República pelo mesmo tempo destinado ao Relator dessa matéria? Na minha visão, não haveria prejuízo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, peço, por gentileza, que conclua sua questão de ordem, porque V.Exa. já extrapolou o tempo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Nesse sentido, agiu corretamente o Presidente da Comissão Especial, Deputado Rogério Rosso, que, em homenagem aos princípios constitucionais já mencionados, garantiu a manifestação da defesa logo após a fala do Relator.



Portanto, para concluir, em cumprimento ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 378 e no Mandado de Segurança nº 34.130, é imperioso que seja concedida à defesa a oportunidade de se manifestar como último ato antes da votação da denúncia por crime de responsabilidade no plenário da Câmara.

Assim, caso haja manifestação do Relator da Comissão Especial antes da votação da denúncia pelo Plenário da Câmara, é necessário que seja aberta a palavra ao advogado da Presidenta no momento seguinte, com o mesmo tempo de fala.

Esta é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAX FILHO - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não há contradita porque não há questão de ordem. Não conheço...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu recorro, então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, não vai recorrer...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu recorro da decisão de V.Exa. Até uma questão de ordem V.Exa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. pode deixar eu concluir a resposta? Eu vou concluir a resposta.

Em primeiro lugar, não conheço como questão de ordem e não recebo como questão de ordem. Informo que a mesma matéria já foi objeto de outra questão de ordem, já foi objeto de requerimento da AGU ao Plenário, já foi respondida por escrito.



Relator não é acusador, Relator é julgador. Os arts. 19 e 20, no seu § 2º, art.

21...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, tem que ter educação!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Infelizmente, não há. Mas já estamos habituados a isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - Ele só quer falar, não quer ouvir. Tem que ter educação. Escuta, Deputado! Escuta!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não há...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAIO NARCIO - Escuta! Escuta!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A isso nós já estamos habituados. Isso não vai tumultuar o trabalho.

A minha decisão é: não conheço como questão de ordem. Já houve...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Art. 95, Sr. Presidente. V.Exa. não pode...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não cabe reclamação, Deputada.

Não é questão de ordem. Não recebo como questão de ordem.

A decisão da Presidência é:...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se V.Exa. quiser ouvir, eu apenas direi. Se quiser que eu justifique... Não haverá justificativa para que V.Exa. possa judicializar a questão, como V.Exas. sempre fazem.



Não conheço como questão de ordem. Relator não é acusador; é julgador.

Em segundo lugar, já foi objeto de questão de ordem anterior, também não conhecida.

Em terceiro lugar, já foi objeto de requerimento da defesa, respondida por escrito.

Em quarto lugar, a ADPF 378 determinou, seguindo o seu julgamento, o rito do julgamento do ex-Presidente Collor, que teve, na fase, antes da votação, a palavra do Relator.

Em quinto lugar, estamos seguindo o rito da Lei nº 1.079, cujo art. 21 diz:

“Art. 21. Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.”

Pela lógica, a defesa teria que falar depois do Relator a cada um. Então, nós estamos aqui num processo em que o Relator é julgador. Não há por que conceituar Relator como acusador.

É a decisão da Presidência.

Concedo a palavra ao Deputado JHC, por 2 minutos, antes de encerrar a sessão. *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JHC (PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como já dizia Santo Agostinho, a esperança tem duas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JHC - Há orador na tribuna. Por favor, Deputado.



Como dizia Santo Agostinho, *“a esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las”*.

Portanto, com essa frase, nós estamos aqui para fazer história. Eu, na qualidade de representante da Geração Y, que deseja uma política com ética, com transparência, vim aqui para imprimir essa dinâmica e essa marca da nova geração, que pode sofrer com uma década perdida por ações de um Governo perdulário.

Já existem vítimas das pedaladas: os meus pais, nós que estamos aqui, porque os nossos bancos estaduais sofreram com a má administração e tiveram que ser absorvidos pela União.

Portanto, Sr. Presidente, até hoje nós estamos vivendo as consequências dos atos irresponsáveis cometidos lá atrás.

Não poderia deixar de destacar o que o professor e Ministro José Eduardo Cardozo tentou nos impor nesta tribuna ao dizer que todos nós somos golpistas quando...

(Desligamento automático do microfone.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - COMPARECEM MAIS OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD. 10465

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sexta-feira, dia 15 de abril, às 18h59min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 083.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 10466

Montagem: 4176



(Encerra-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 83ª (octogésima terceira) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016. Às 13h57, presentes 459 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, no exercício da Presidência, declarou aberta a sessão. O Sr. Izalci, servindo como 2º Secretário, leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem observações. Às 14 horas, presentes 436 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Daniel Coelho, pelo PSDB; Afonso Motta, pelo PDT; Pastor Eurico, pelo PHS; e Glauber Braga, pelo PSOL. Discutiram a matéria os Srs. Carlos Sampaio e Jutahy Junior, pelo PSDB. Assumiram, sucessivamente, a direção dos trabalhos os Srs. Esperidião Amin, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno; e Beto Mansur, 1º Secretário. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Paulo Abiackel, Bruno Araújo e Nilson Leitão, pelo PSDB. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. José Carlos Aleluia, pelo Democratas; Augusto Carvalho, pelo Solidariedade; Pr. Marco Feliciano, pelo PSC; Rafael Motta, pelo PSB; e Alceu Moreira, pelo PMDB. Levantou Questão de Ordem o Sr. Caio Narcio, que foi recolhida pelo Sr. Presidente. Fez Comunicação de



Liderança o Sr. Henrique Fontana, pelo PT. Discutiu a matéria o Sr. Esperidião Amin, pelo PP. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Eduardo Cunha, Presidente. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Marcus Vicente, Luis Carlos Heinze, Julio Lopes e Jerônimo Goergen, pelo PP. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Ronaldo Fonseca, Líder do PROS; Rômulo Gouveia, pelo PSD; Nilson Pinto, pela Minoria; Evair de Melo, pelo PV; Rubens Pereira Júnior, pelo PCdoB; e Covatti Filho, pelo PP. Discutiu a matéria o Sr. Maurício Quintella Lessa, pelo PR. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Alex Canziani, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Discutiram, ainda, o referido Parecer os Srs. Cabo Sabino, Bilac Pinto e Laerte Bessa, pelo PR. Reassumiu a direção dos trabalhos o Sr. Eduardo Cunha. Usou da palavra, ainda, para discutir a matéria o Sr. Aelton Freitas, pelo PR. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. José Guimarães, Líder do Governo; Carmen Zanotto, pelo PPS; Alexandre Baldy, pelo PTN; e Cristiane Brasil, pelo PTB. Levantou Questão de Ordem o Sr. Henrique Fontana, que foi indeferida pelo Sr. Presidente. Às 18h59, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para sexta-feira, 15 de abril, às 18h59, com a seguinte Ordem do Dia: Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade,

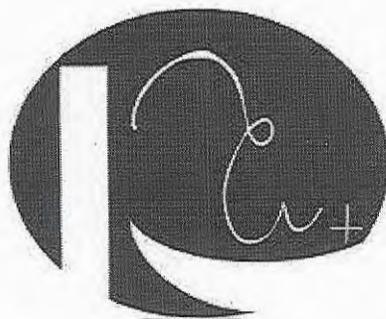


CÂMARA DOS DEPUTADOS

oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Presidente

Secretário



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 084.2.55.0

DATA: 15/04/16

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 18h59min

TÉRMINO: 23h50min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 84ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Carlos Manato, Claudio Cajado, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 18 HORAS E 59 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL 10472

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 487 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

Chamo o PSD para fazer a sua participação na discussão. Estão inscritos os Srs. Deputados Heuler Cruvinel, Delegado Éder Mauro, Goulart, João Rodrigues e Marcos Montes.

Concedo o tempo de 60 minutos para o PSD.

O SR. HEULER CRUVINEL (Bloco/PSD-GO. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, o Brasil passa por um momento histórico com a votação do *impeachment* da Presidente da República. As atenções do País se voltam para a Câmara dos Deputados. Há expectativa entre os brasileiros em relação ao *impeachment* da Presidente. A esperança de viver dias melhores renasce nos brasileiros.

Represento, aqui na Câmara Federal, o meu Estado de Goiás, que me deu, pela segunda vez, a oportunidade de representar aquela grandiosa gente. Represento aqui a minha cidade natal, Rio Verde, aquela gente ordeira e trabalhadora, e quase 90% da população da região sudoeste é a favor do *impeachment* da Presidente da República, pois não aguenta mais as mentiras e a corrupção que se alastraram por todo o nosso País.

Ocupo o espaço do meu partido, o PSD, cujo Líder, Deputado Rogério Rosso, parablenzo pelo seu desempenho na Comissão Especial do Impeachment. E reverencio toda a nossa bancada: o Deputado Goulart, o Deputado Marcos Montes, o Deputado Sandro Alex, o Deputado Delegado Éder Mauro e o Deputado João Rodrigues, que estão aqui presentes.



Eu venho me pronunciar sobre a posição da nossa bancada aqui na Câmara dos Deputados. Foram ouvidos todos os Deputados da bancada e a grande maioria declarou-se a favor do *impeachment*. Isso fez com que o encaminhamento do partido fosse favorável ao *impeachment*. Logicamente, respeitamos qualquer posição contrária a esse encaminhamento, pois o PSD é um partido democrático. Não houve qualquer interferência, inclusive do Presidente do Partido, Gilberto Kassab, que liberou a bancada desde o primeiro momento, sempre de forma muito sensata e inteligente, como é de praxe. O partido agora trabalha para que esse processo transcorra de forma organizada e para que o melhor aconteça para o Brasil. E, logicamente, na minha opinião, o melhor para o Brasil é o *impeachment* da Presidente Dilma.

O PSD, portanto, apoiará o *impeachment* e a governabilidade do futuro Presidente, pois o País precisa sair desta situação caótica em que se encontra.

Quero deixar claro que a posição do partido, acima de tudo, não é em desfavor de Dilma e em prol de Temer, mas, sim, a favor do Brasil.

Eu ocupo hoje esta tribuna movido por um sentimento de mudanças, que está fincado neste País, com grande responsabilidade. Poucas vezes vivemos dias tão difíceis e crises tão agudas neste País. Ao gravíssimo desastre econômico em curso somam-se a dramática crise ética e moral e o impasse político que, literalmente, paralisa o Brasil já há algum tempo.

O Brasil, senhoras e senhores, caros colegas Parlamentares, afunda-se em gravíssimas dificuldades, prisioneiro das circunstâncias de um Governo incapaz de tomar decisões, de um Governo agora já sem qualquer credibilidade e sem inspirar a



mínima confiança. Mergulhado na era dos escândalos, o governismo agoniza e abre mão de enxergar o Brasil verdadeiro.

O Brasil governado pelo PT é o Brasil que não defende o direito de propriedade; o Brasil do incentivo às invasões de terra; o Brasil da desvalorização do setor produtivo; o Brasil da epidemia de dengue, do zika vírus que afeta milhares de brasileiros; o Brasil das contas desequilibradas, do aumento explosivo da dívida pública, dos anos perdidos e do futuro comprometido, pois o Brasil sofrerá com o déficit primário até 2019, segundo o FMI. O que não falta hoje ao nosso País são equívocos, erros e omissões que se sucedem.

Estou absolutamente convencido de que a Sra. Presidente da República cometeu crime de responsabilidade nas chamadas pedaladas fiscais. As pedaladas fiscais configuram crime grave por esconderem o déficit fiscal e transformarem despesa em superávit primário, pois a União contraiu empréstimos com instituições que ela mesma controla — como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES —, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas pedaladas movimentaram, em benefício nefasto, mais de R\$ 40 bilhões.

Quero aqui registrar e reiterar de público nosso mais profundo apoio à Operação Lava-Jato, em suas 27 fases, aos promotores, aos policiais federais, aos magistrados, que estão permitindo o reencontro do Brasil com uma nova era, a era da moralidade em nosso País.

O Governo, a realidade é esta, infelizmente, parece não ter ideia da gravidade das nossas dificuldades. A sua proposta de ajuste para o enorme desequilíbrio orçamentário que vivemos hoje, pasmem, aprofunda o déficit, ao invés de combatê-lo cabalmente. As reformas previdenciária, econômica e política, tão necessárias ao



País, não são postas na mesa e já são rechaçadas pelo próprio partido da Presidente da República. O Governo não demonstra a mínima coesão nos temas mais relevantes à Nação.

Diante de tudo isso, há um consenso hoje no País: falta a este Governo o essencial, credibilidade e capacidade para ressuscitar a confiança de todos no Brasil. É unânime a constatação da total incapacidade da Presidente em apresentar saídas para a crise que se agrava a cada dia, econômica, ética e social, em que o País foi mergulhado pelas últimas gestões do Partido dos Trabalhadores. Mas as saídas existem e estão previstas em nossa Constituição.

Portanto, caberá a nós, ao Congresso Nacional, ouvindo o clamor das ruas, manifestar-se de forma absolutamente clara a respeito do *impeachment* da Presidente da República, se esse for o sentimento majoritário. E peço vênias para dizer-lhes, caros colegas Deputados, que tenho certeza de que o entendimento desta Casa será favorável ao *impeachment*.

Não obstante, nobres pares, tenho o inequívoco sentimento de que após o resultado deste processo, culminando com o afastamento da Presidente da República, o Brasil iniciará uma nova etapa na sua história, em um caminho difícil, talvez, mas, com toda certeza, um caminho melhor do que aquele que seguimos nos tempos de governo da Presidente Dilma.

O isolamento, como eu disse aqui, é o pior dos caminhos para qualquer governo avançar, seja um governo federal, seja um governo municipal, como o da minha querida cidade Rio Verde.



Em Rio Verde, minha cidade, encerra-se hoje a Tecnoshow, uma das maiores feiras do agronegócio do nosso País. Não por acaso Rio Verde, por diversos anos, lidera o PIB agropecuário em nosso País.

Destaco, ainda, que esse setor praticamente carrega o Brasil nas costas. Em tempos de crise, é o único setor que consegue impulsionar a esfacelada economia nacional. Não por acaso entidades de suma importância, das quais tenho a honra de participar, como a Confederação Nacional da Agricultura e a Frente Parlamentar da Agricultura — e quero aqui cumprimentar pelos trabalhos o colega Deputado Marcos Montes —, já se manifestaram a favor do *impeachment*.

Perante esse estado lamentável a que o Brasil foi levado, o que o Governo oferece aos brasileiros? Nada além das velhas e sorrateiras teses; nada além do discurso manipulador e de sua permanente atitude de tentar dividir o País.

Não fomos nós, Sra. Presidente da República, que dividimos o Brasil. Não fomos nós que tomamos as decisões que nos levaram à recessão por que passa o nosso País. O que dividiu o País desde o começo foi a campanha da mentira, do ódio, das ofensas e das calúnias utilizadas como armas eleitorais, que se transformam agora em novas tentativas de elevar ao grau máximo o tradicional “nós e eles”, sempre enfatizado aqui por vários governistas.

E me dirigindo, respeitosamente, aos governistas que democraticamente defendem a Presidente da República, reafirmo que, ao olharem para as oposições no Congresso Nacional, não contabilizem apenas o número de votos que representamos. Enxerguem através de cada gesto, de cada voto, a voz estridente de mais de 70% de brasileiros que não aceitam mais ver o País capturado por um partido e por um projeto de poder.



Nunca antes na história deste País se viu tanta corrupção no Governo: mensalão, petrolão, enfim, vários esquemas e escândalos de desvio de recursos públicos para o bolso de políticos governistas.

Mas quero dizer, olhando para este Plenário, que existe uma medida para acabar com a corrupção no Brasil: vamos tirar o Governo Dilma, esse desgoverno que aí se encontra.

Portanto, a cada brasileiro e a cada brasileira que irão às ruas, que colocarão as cores da nossa bandeira, que enfrentarão as calúnias e constrangimentos de um exército pago nas redes sociais, que, com alegria e esperança, defendem a mudança, a ética e a união dos brasileiros, a cada um de vocês eu digo, em meu nome e em nome dos meus companheiros de partido, que estaremos presentes. Vamos em frente, juntos sempre, por um Brasil melhor.

Aos meus nobres pares, colegas Parlamentares, peço a sensibilidade devida na hora de subir a esta tribuna e declarar o seu voto, pois, quando subirmos a esta tribuna, estaremos decidindo o nosso futuro, o futuro de nossos filhos, o futuro da nossa Nação.

Que Deus nos abençoe neste momento tão especial, tão histórico do nosso País! Que nós possamos votar por um Brasil cada vez melhor, por um Brasil cada vez mais digno!

Pelo futuro dos nossos filhos, pelo fim da corrupção, pelo meu Estado, por minha cidade natal, Rio Verde, votarei, no próximo domingo, "sim" ao *impeachment*.

(Palmas.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PSD-PA. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, em especial o povo do meu Estado



do Pará, gostaria de parabenizar os Líderes do PSD pela forma democrática como respeitaram a opinião de cada Deputado. Com certeza, a maioria esmagadora do partido vai votar “sim”, pelo *impeachment* da Presidente.

Vamos votar “sim” para que nós possamos acabar com este câncer que é o Governo — ou o desgoverno — do PT, que destrói este País. O Brasil nos assiste. Cada homem e mulher, jovem e adulto, estará neste fim de semana conferindo o que vai dizer cada um de nós, para saber o que vamos decidir em relação ao Governo ou ao desgoverno do PT, que destruiu o País.

O *impeachment* já não estará sendo julgado somente pelas pedaladas fiscais e pelos créditos suplementares sem autorização do Congresso, o que já ficou ampla e claramente provado e tipificado no art. 85 da Constituição Federal e na Lei 10.079, de 1950, a lei que trata dos crimes de responsabilidade. Pelo povo, ele vai muito mais além. Tem um contexto muito maior pelas roubalheiras e pela corrupção implantadas desenfreadamente nos últimos 13 anos, que vão do mensalão ao petrolão, dos Correios aos fundos de pensão, do CARF a muitos outros, fatos investigados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas e pela Justiça.

O PT quebrou o Brasil. Nos últimos 13 anos, o PT trouxe consequências devastadoras. A PETROBRAS, maior empresa estatal deste País, orgulho nacional que pertencia ao povo brasileiro, foi tomada pelo Partido dos Trabalhadores, que a sugou e a destruiu, roubando valores, inclusive valores astronômicos, senhoras e senhores. Com empreiteiras, simplesmente conseguiu fazer falcatrúas para tirar do povo brasileiro todos os seus valores, enriquecendo bandidos e financiando ilegalmente muitas pessoas. Hoje, jogada ao chão sem crédito, a PETROBRAS



agoniza. Só nos 2 últimos anos, foram 56 bilhões de reais de prejuízo, e não está computado aqui o dinheiro da corrupção.

O PT levou milhares de pequenas e médias empresas a falir, a fechar suas portas. Em consequência disso, de outubro do ano passado para cá, mais de 10 milhões de trabalhadores perderam os seus empregos, e nós não estamos falando aqui dos que já estavam desempregados.

Hoje, também em consequência disso, milhares de pessoas estão jogadas nos corredores dos hospitais sem atendimento, como acontece na minha cidade, Belém do Pará, pois a saúde está um caos. Aqui, todos sabem disso, pois a situação não é diferente em nenhuma cidade do País. Isso tudo é muito triste, porque hoje, neste exato momento, muitos milhares de pais de família estão desesperados por não ter o que dar de comer aos seus filhos.

O PT, investigado, julga-se poderoso e acima da lei. Inverteram valores ao tentarem denegrir a imagem do Juiz Sérgio Moro, símbolo da esperança de justiça no combate à corrupção neste País. Tentaram humilhar o Procurador-Geral, dizendo que o cargo que ocupa é devido a eles. Desafiaram a Corte Suprema deste País, como ficou claramente provado para cada brasileiro, por meio do grampo telefônico mostrado pela imprensa, na fala do mentor e chefe da maior quadrilha deste País, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Como se não bastasse, através de um Ministro, ameaçam policiais federais que fazem parte da força-tarefa da Lava-Jato.

O PT do discurso populista da igualdade, cantado em verso e prosa nas tribunas e nas manifestações, deixou o povo mais pobre e miserável, sem perspectiva de crescimento, submisso a este Governo, que destrói famílias, ao implantar o preconceito religioso, o preconceito de gênero, dividindo o povo



brasileiro; ao implantar, inclusive, senhoras e senhores, um currículo paralelo para que crianças de 6 anos aprendessem sexo nas escolas.

Não poderia ser diferente, não se poderia esperar nada além disso. Nesta Casa, uma Deputada de Brasília e um Deputado do Rio de Janeiro têm um projeto para que crianças troquem de sexo. Então, não poderia ser diferente, esses Deputados fazem parte deste Governo.

Além do mais, eles implantam ensinamento para que as nossas crianças nas escolas aprendam modelos diferenciados de família daquele que Deus nos deixou.

Algumas propostas deles fazem com que traficantes se tornem empresários neste País. Ou seja, chefes do grande tráfico, de organizações criminosas, serão empresários das drogas e as bocas de fumo terão que assinar as carteiras.

O PT da igualdade, que não divide, só somou e multiplicou para eles, hoje os bilionários do País — e o povo, pobre e miserável.

Isso tudo, sim, é que podemos dizer que é um golpe na Nação brasileira.

O povo não se deixará enganar novamente e estará nas ruas. Conclamo o povo a vir para as ruas e ficar vigilante dos passos de cada um de nós, colocados aqui por eles, e dar a resposta nas urnas àqueles que traíram a Nação brasileira.

No domingo, não daremos um voto por nós. Nós votaremos pelos nossos filhos, pelos nossos netos e por todas as gerações que virão, que vão depender da nossa escolha para que possamos ter um Brasil melhor, onde nossos filhos possam ir às escolas aprender não só os conhecimentos, mas também valores corretos de vida, possam resgatar o patriotismo que nos foi arrancado; onde se possa dar estrutura aos mestres, professores, com salários dignos — os professores são, junto com a família, os direcionadores de nossos filhos —; onde o brasileiro possa



procurar um hospital e ser atendido com dignidade; onde um pai e uma mãe possam ir à feira e ter condições de comprar, pelo menos, o básico para alimentar sua família.

Que a juventude deste País tenha a esperança e a oportunidade de ver os seus sonhos virarem realidade! Não é um sonho. Esse é o Brasil que cada um de nós decidirá, por nós e por eles.

Obrigado.

O SR. GOULART (Bloco/PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*, o dia de hoje é uma data histórica para o Brasil. Nós estamos aqui para representar a vontade do povo brasileiro, sobretudo dos eleitores que depositaram sua confiança em nosso trabalho. Não somos mais do que a expressão de suas vontades na defesa dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Cumprimento, Sr. Presidente, o Líder da bancada, que foi Presidente da Comissão Especial da admissibilidade do *impeachment*, o Deputado Rogério Rosso, que fez um brilhante trabalho ao lado do Relator Jovair Arantes e de todos os membros da Comissão.

Quero cumprimentar todos os Deputados da minha bancada do PSD.

Quero cumprimentar o querido Deputado Herculano Passos, que faz um grande trabalho em Itu, ao lado da sua esposa, Rita Passos. Agradeço a presença aqui da filha do Deputado Herculano e da Sra. Rita. Ela está nos visitando.

Agradeço aos Deputados da bancada pelo brilhante trabalho e pela posição política importante que tivemos juntos.



Minha voz não é só minha. Falo em nome dos que represento: os meus conterrâneos de Vargem Bonita; os meus eleitores do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo; as entidades que, junto comigo, realizam um trabalho a favor do bem comum na periferia da Zona Sul de São Paulo.

Cumprimento a SOBEI, a AESUL, a SAI a SAJAMA, a OAB, as associações esportivas da Zona Sul, a Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente Paulista. Cumprimento também as Lojas Fé e Equilíbrio; a Associação Comercial de Santo Amaro; o CIESP Sul; os lotéricos de todo o Brasil; a Federação dos Aposentados; os Rotarys Clubs da cidade de São Paulo, em nome do meu querido clube, Rotary Club Cidade Dutra, que desenvolve um trabalho social diferenciado de todos na cidade e no Brasil.

Cumprimento também o Deputado Estadual Jorge Caruso.

Falo em nome da minha família, da minha esposa, Márcia, do meu filho Fábio e do meu filho Rodrigo Goulart, que é a garantia da renovação e da continuidade do nosso trabalho.

O meu trabalho como Parlamentar é ser a voz das bases, das pessoas, dos bairros e das cidades que represento: a cidade de Santo André, o sudoeste do Estado de São Paulo, as cidades Avaré, Itapetininga, Itapeva e região, os Bairros de Santo Amaro, Jabaquara, Cidade Ademar, Pedreira, Capela do Socorro, Grajaú, Jardim Primavera, São José, Parelheiros, Marsilac e Colônia. Eu sou uma extensão de suas opiniões e desejos.

O povo está nas ruas pedindo mudanças, isso não pode ser ignorado. O que ouço nas ruas de São Paulo e, sobretudo, na Zona Sul da cidade, é a vontade de mudança.



Estamos diante da possibilidade de iniciar uma nova fase de desenvolvimento para o nosso País. Hoje, encerramos um ciclo falido e manchado pela corrupção e incompetência de um Governo que não priorizou o povo, de uma gestão eivada de vícios que colocaram a Nação brasileira em ruínas. Daremos início a um novo tempo para os brasileiros.

A imprensa brasileira, Sr. Presidente, publicou, nos últimos anos, artigos sobre a contabilidade criativa do Governo Federal, atingindo o ápice nos casos das chamadas pedaladas fiscais e dos créditos suplementares — decretos não numerados.

No segundo semestre de 2015, a totalidade dos Ministros do TCU aprovou parecer pela rejeição das contas da Presidente da República referentes a 2014, tendo essa decisão forte influência das irregularidades apuradas pelas questões das pedaladas e dos créditos suplementares não autorizados. Essas operações tinham como objetivo expandir despesas públicas, via financiamento, por fontes não autorizadas — ou seja, por bancos públicos —, no Orçamento da União, como recursos próprios da Caixa Econômica Federal e, assim, fraudar dados fiscais, como resultado primário da dívida da União.

Ressalto que a operação das pedaladas exigiu o envolvimento da alta cúpula de diversos órgãos, como Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento Social, além da Caixa, do Banco do Brasil e do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Uma operação dessa magnitude, envolvendo bilhões de reais e diversos órgãos poderosos da República, exige uma coordenação superior.



Quem, senão o Palácio do Planalto, reúne condições para alinhar tantos entes poderosos em uma operação claramente ilegal?

Assim, o Governo atentou contra o art. 4º da Lei Orçamentária, à medida que abriu seis créditos de suplementação de despesa, quando deveria reduzir ainda mais as despesas. Afrontou também o art. 10, item 2, da Lei 1.079, de 1950, o qual afirma que é crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária "*exceder ou transportar, sem autorização legal, verbas do orçamento*".

Um dos mais graves problemas enfrentados hoje pelo Brasil é o descontrolado crescimento da dívida pública. O Poder Executivo, ao fraudar as contas públicas e fugir, de maneira proposital, da obrigação legal de perseguir a meta, contribuiu para que a situação fiscal do País se agravasse. Com certeza, essa falta de compromisso foi um fator determinante para que nossa economia perdesse o grau de investimento e tivesse corroída sua credibilidade ante os agentes econômicos internos e externos.

Além disso, o País vive situação caótica do ponto de vista econômico e social. Só no último ano, mais de 4 mil empresas encerraram suas atividades. A inoperância e a falta de credibilidade do Governo Federal levam o povo às ruas e a clamar por mudanças. A afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso de dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, uma conquista do povo brasileiro, são ações imperdoáveis.

Para se ter ideia da indignação popular, Sr. Presidente, há mais de 1 mês, 1,5 milhão de pessoas se reuniram na Avenida Paulista, em São Paulo, para protestar e pedir o *impeachment* da Sra. Presidente Dilma Rousseff. Aquela foi a maior concentração de seres humanos para um protesto em nosso País. Ela não se



compara nem com a mobilização de 1984, quando todos nós nos reunimos, protestamos e pedimos as Diretas Já.

São fortes os indícios e gravíssimas as irregularidades. Ninguém aguenta mais tanta corrupção, tanto desmando, tanto egoísmo em transformar o Estado em um braço de um projeto de poder.

Muitos acusam que quem quer derrubar a Presidente defende o fim dos programas sociais, do Bolsa Família, do PROUNI, do FIES. Mas é justamente o contrário: a crise que o atual Governo criou é que ameaça a continuidade dos programas. E eles não vão terminar.

É importante dizer que só o Seguro-Defeso, que foi uma vergonha, estava pagando, Deputado Floriano Pesaro, mais de 1 milhão de senhores e senhoras que nunca colocaram uma minhoca num anzol, que nunca foram à beira do rio pescar um lambari.

A irresponsabilidade fiscal é um crime que afeta sobretudo os mais pobres, diminui a capacidade de investimento do Estado, impede o crescimento econômico, rouba empregos e mergulha as famílias em situações insustentáveis.

São Paulo e o Brasil não suportam mais essa crise que se arrasta há meses. É tempo de dar um basta a essa situação, apontar novos caminhos, estabelecer um projeto de união nacional para recuperar o caminho da estabilidade e do desenvolvimento.

O Governo atual não tem mais condições de continuar no comando do País. Isso é fato. A Presidente só sabe cobrar juros. É lamentável o que ocorre com os Estados e alguns Municípios do Brasil, que já pagaram mais de cinco vezes o valor



que deveriam ter pago pelos empréstimos. E estão querendo cobrar mais impostos. O Supremo Tribunal Federal está questionando à União a quantidade de impostos.

Não bastasse isso, a corrupção perpassa por todas as esferas do Governo, nos diferentes níveis hierárquicos. Nós estamos falando de empregos, de renda, de uma crise política que bate à porta de cada família, trazendo como consequência desesperança, descrença, aflição e falta de oportunidades.

Não podemos fechar os olhos ao clamor de uma Nação. Estou ao lado dos brasileiros de São Paulo que acreditam neste País. E tenho convicção de que, com trabalho e dedicação, vamos vencer e dar a volta por cima.

Srs. Deputados, diante de adversidade tão grande, não há outra opção: mudança, para enfrentar com coragem os problemas que o próprio Governo criou; mudança, para colocar o País nos trilhos do crescimento econômico; mudança, para combater o desemprego e o retrocesso nas políticas sociais; mudança, para respeitar a vontade soberana do povo paulista e brasileiro; mudança, para valorizar a democracia e recuperar a dignidade da política; mudança, em nome da esperança; mudança, pelo futuro de São Paulo e do Brasil; enfim, mudança! E mudança é dizer "sim" ao *impeachment*.

Esta é a nossa posição, a posição de nossos eleitores. E a recomendação da bancada do PSD é "sim" ao *impeachment*!

Agora, ao final do meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero agradecer aos meus queridos irmãos do Grande Oriente do Brasil; da Loja Fé, Equilíbrio e Justiça; da Loja Fé, Equilíbrio e União; da Loja Fé, Equilíbrio e Trabalho; da Loja Fé, Equilíbrio e Amor; da Loja Fé, Equilíbrio e Evolução; e da Loja Fé, Equilíbrio e Esperança.



Quero agradecer aos meus queridos irmãos da SOBEI, da AESUL, da Associação Comercial de Santo Amaro, do CIESP Sul, dos Rotarys Clubs; aos lotéricos de todo o Brasil; aos meus amigos da APAMAGIS, na pessoa do seu Presidente; e também aos da Associação Paulista do Ministério Público, na pessoa do Dr. Felipe.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, este é um momento muito importante. Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo por eu ser Deputado neste momento. Já vivemos grandes momentos: a votação das Diretas Já, a cassação do Presidente Collor. E agora teremos a oportunidade de trazer de volta a dignidade ao Brasil votando no domingo o *impeachment*. Nós do PSD estaremos ao lado de todos os Srs. Deputados para transformar o Brasil e devolver a dignidade e a esperança ao povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO RODRIGUES (Bloco/PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os brasileiros, eu quero cumprimentar todos os catarinenses, de uma forma muito especial, a minha cidade de Chapecó, onde tive a honra de ter sido Prefeito por duas vezes, e a cidade de Pinhalzinho, onde fui Prefeito também.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, já que estamos às vésperas de tomar uma das decisões mais importantes da história da República deste País, para me dirigir aos Srs. Deputados do PT, do PCdoB, do PSOL e àqueles que estão aguardando o melhor preço para tomar sua decisão quanto ao processo de *impeachment* no próximo domingo. Por que dizer isso? Porque dentro desses



quadros nós temos bons homens, nós temos bons Parlamentares. É importante que cada um reflita sobre o presente, sobre o passado e sobre o futuro deste País.

Meus caros companheiros do PSD, meu Líder Rogério Rosso, querido amigo Deputado Fábio Faria, a quem eu agradeço a deferência de me abrir o espaço que era, por direito, seu — V.Exa. teve a elegância de nos permitir estar aqui e usar a palavra —, pode-se dizer que o BNDES foi comandado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi o grande arquiteto de todo esse esquema de corrupção que destruiu a economia do Brasil.

Bem disse ele, Srs. Deputados, Deputado Herculano Passos, quando era Presidente, prestes a entregar o mandato: *“Serei o vendedor deste País para o mundo”*. Ele estava profetizando que, tão logo entregasse o mandato, sairia pelo País dando palestras e, na verdade, entregando o dinheiro do povo brasileiro em esquemas, levando amigos empreiteiros para realizar obras pelo mundo.

Meus amigos, eu vejo que, no Porto de Mariel, em Cuba, foram gastos 682 milhões de dólares do BNDES; na hidrelétrica San Francisco, no Equador, 243 milhões de dólares do BNDES; na hidrelétrica de Manduriacu, no Equador, 90 milhões de dólares do BNDES; no metrô da Cidade do Panamá, 1 bilhão de dólares.

Nós estamos falando de alguns bilhões. É evidente que isso quebra o BNDES, tira dinheiro de circulação da economia do País. Hoje as empresas brasileiras estão encerrando as suas atividades e desempregando milhões de brasileiros pela incompetência de um criminoso que governou este País por determinado período.

Eu quero dizer ao PT; ao PSOL, que é um puxadinho do PT; ao PCdoB, a toda essa gangue, que não se trata de golpe. Golpe foi o que vocês fizeram com o



povo brasileiro. As pedaladas são crime de responsabilidade. Golpe é vender um sonho e entregar um pesadelo. Golpe é aplaudir criminoso dentro do Palácio do Planalto e incentivar a invasão de propriedades por este País para destruir o setor produtivo. Quando eu vejo o PT, o PSOL, o PCdoB batendo palmas para criminoso, penso que não podemos esperar nada de bom para o futuro da Nação brasileira.

Eu vejo que este grupo que governa o País tem como cor preferencial, única e exclusivamente, o vermelho, junto com a foice e o martelo, enquanto nos demais predomina o verde e o amarelo.

Quero dar um recado ao PT. Eu sou do PSD e quero cumprimentar todos os meus colegas de partido. O nosso partido consta como base de governo. Em muitos momentos a maioria dos nossos Deputados contribuiu para o Governo e para o País. Mas não viemos aqui votar o *impeachment* em troca de cargo. Se fosse para estar agarrado na teta do Governo, estaríamos do lado de lá.

Vejo a imprensa maciçamente presente aqui. Gostaria de dizer algo para o PT, para o ex-Presidente Lula, que está me assistindo agora num dos hotéis mais caros de Brasília. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, aquele garoto que nasceu em Garanhuns, lá no Sertão do Estado de Pernambuco, muito pobre, foi para São Paulo. Tornou-se metalúrgico ainda muito jovem. Depois de sindicalista, nunca mais trabalhou na vida, a não ser conduzir sindicato de São Paulo. Tornou-se Presidente do País. Ele traiu as suas origens! Traiu a sua história! Com certeza, deve estar nos assistindo, pedindo perdão a Deus, arrependido de tudo o que fez, com 30 milhões na conta por palestras milionárias. Já é considerado o palestrante mais caro do mundo.



Por que votar o *impeachment*? Bilhões, Deputado Pedro Uczai, foram para fora do País. Em relação à Ferrovia do Frango, mentiram para o povo de Chapecó e de Santa Catarina! Enquanto isso, financiam metrô fora do Brasil, financiam porto em Cuba. A BR-282, rodovia em nosso Estado, tem que sofrer pedágio de 14 reais para carro e 50 reais para caminhão, enquanto financiam bilhões para cobrar propina.

O partido fala mal de empresário, mas é amigo de empreiteiro canalha, de empreiteiro bandido, que usurpa, furta, rouba os impostos do povo brasileiro. Mas, quando se trata de distribuir algo para os companheiros, essa turma bate palma!

Brasileiros e brasileiras, hoje há as movimentações em Brasília. De um lado, nós queremos conclamar todos os Parlamentares, pelos seus filhos, pelos seus familiares, pelos seus eleitores, pela Nação brasileira. Aqui não se trata de partido. Estão aqui o PSDB, o Democratas, o PP, 70% do PR, o PSD, o PTB — praticamente 80% dos partidos! Não há uma bandeira partidária. Há a bandeira do Brasil! Inclusive o colega Deputado Caio Narcio a carrega em seus ombros. Empreste-me a bandeira.

Como são belas as cores deste País! Vejam o contraste, senhoras e senhores! (*Mostra a Bandeira Nacional.*) Esta é a cor do povo brasileiro. Esta é a cor que bate no coração de qualquer homem com vergonha na cara. Esta é a cor que nos orgulha e que devemos carregar na nossa alma. (*Palmas.*)

Só vale ser homem público quando se tem dignidade e respeito para com o seu povo.

Domingo nós vamos começar a votar aqui, Sr. Presidente. O PT, o PCdoB e o PSOL já estão decididos desde o começo. São posições que respeitamos, porque



são definidas. O PDT fechou a questão: muitos Parlamentares votarão pelo *impeachment*. Mas há outros que trocam de lado a cada meia hora. O Brasil não vai perdoá-los. O homem que tem preço, que se vende por cargo, que se vende por dinheiro é bandido, e bandido tem que ser banido da vida pública! (*Palmas.*)

O Brasil vai punir os canalhas. Eu quero ver aqueles que aqui não virão. Muitos canalhas se venderão, Deputados, e não comparecerão. Absolutamente, o único atestado que será aceito haverá de ser o de óbito do Parlamentar. Qualquer atestado apresentado, por mais que o Presidente mande averiguar, quem vai julgar será o eleitor do nosso País.

Finalizando minha manifestação, quero mais uma vez repetir: revejam suas posições, avaliem suas posições, porque domingo nós vamos decidir o futuro do País.

Vejo o PT, a todo instante, dizer: "*Não vai ter golpe*". No Governo Collor, Deputado Pedro Uczai, por causa de uma Elba vocês cassaram um Presidente. E depois roubaram o País, assaltaram os cofres públicos, cobraram propina. Vocês mancharam o País e estão destruindo o futuro do povo brasileiro. E mais: já pensando na derrota, organizaram com o MST invasões. O MST está concentrado hoje em várias regiões do Brasil, em portas de fazendas, trancando rodovias, queimando pneus.

Deputado Moroni Torgan, um grupo criminoso diz, em solidariedade à Presidente Dilma: "*Vamos tocar fogo no Brasil!*" Parece-me que eles estão armando um golpe, promovendo atos de vandalismo, aguardando que o Exército vá à rua para colocar ordem no País.



Vocês estão esculhambando, provocando, para, quando um pulso firme organizar a Nação, dizerem: "*Houve golpe*". Não se enganem. Não haverá golpe. Haverá *impeachment*.

Goulart

Domingo, o Presidente Eduardo Cunha dirá: "*Como vota o Deputado Evandro Roman?*" E o Deputado dirá: "*Sim*". "*Como vota o Deputado Caio Narcio?*" "*Sim*." "*Como vota o Deputado Goulart?*" "*Sim*." "*Como vota o Deputado Moroni Torgan?*" Domingo será "sim", "sim", "sim", "sim", "sim". "Sim" pelo Brasil, "sim" pelo povo brasileiro, "sim" pelas pessoas de bem, "sim" para quem tem vergonha na cara, tem honra, tem peito e coragem para não se trocar nem se vender.

Sou extremamente feliz e agradecido à minha esposa, Fabiane, e às minhas filhas, Carolina e Maria Paula, a quem afirmo: o seu pai jamais trairá o seu povo, jamais trairá sua gente. E é orgulhoso dos companheiros de partido que tem, liderado por este grande homem chamado Rogério Rosso. Liderado também por um grande homem chamado Gilberto Kassab, que, num determinado momento, nos deu a liberdade de expressar o nosso sentimento.

Aqui está uma alma e um coração aberto. Só votará pela manutenção deste Governo que aí está quem não tem responsabilidade com o povo brasileiro, com quem trabalha, com quem paga impostos e com quem produz.

Viva a Nação brasileira e os brasileiros de bem!

Domingo daremos a verdadeira resposta que o povo e V.Exas. merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS MONTES (Bloco/PSD-MG. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, o Deputado João Rodrigues, em seu pronunciamento, fala com o



coração, olha no fundo do coração de todos os brasileiros, principalmente na consciência de cada Deputada e Deputado que aqui está.

Este momento faz parte de uma história que, provavelmente, não gostaríamos de estar participando. Eu estou na vida pública há algum tempo, já vi muita coisa nessa vida pública, vi justiças e injustiças, mas não gostaria de estar aqui neste momento. Eu não gostaria de ter que explicar para a Nação brasileira o papel do Parlamentar.

É um momento difícil, mas os momentos difíceis nós temos que enfrentá-los. Eu sempre digo aos meus amigos e à minha família que nós devemos pedir a Deus que nos dê força ao encontrarmos dificuldades, mas que não nos tire as dificuldades pela frente. E no decorrer desses dias, assim como hoje, nós estamos vivendo, provavelmente, um dos momentos mais difíceis por que passamos na nossa vida pública.

Hoje estou falando por uma concessão especial do meu partido, o PSD, e quero agradecer a todos os integrantes do meu partido mais esta oportunidade. Falando na Comissão Especial do Impeachment, também por uma generosidade do meu Líder Deputado Rogério Rosso, eu afirmei que aquele dia seria o primeiro passo do início de uma caminhada. Hoje nós daremos um passo, amanhã nós daremos outro passo e no domingo nós concretizaremos essa caminhada.

O meu partido é um partido novo, um partido de ideias novas. Estamos reunindo Parlamentares dos mais diferentes partidos e encontramos o carinho e o respeito de todos.

Tivemos a oportunidade, Deputado Sandro Alex, e V.Exa. não a teve, de conviver com Líderes como Guilherme Campos, o nosso primeiro Líder, um grande



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



homem, que doou o coração e o sangue pelo partido e pelo Brasil, e nós sabemos o que isso lhe custou.

Posteriormente, tivemos outro excepcional Líder, Eduardo Sciarra, homem do seu Estado do Paraná, Deputado Evandro, que deve estar lá nos escutando, trabalhando para que aquele Estado possa também enfrentar as dificuldades e vencê-las, dificuldades essas que foram promovidas por um Governo Federal ineficiente que fez com que Estados e Municípios estivessem na situação em que se encontram hoje.

E tivemos Moreira Mendes, de Rondônia, um grande amigo de todos nós que também buscou alternativas para crescermos.

Chegamos hoje, felizmente, à Liderança do Deputado Rogério Rosso, homem sereno, calmo, tranquilo, que demonstrou, à frente da Presidência da Comissão Especial do Impeachment, que o partido tem elementos de gabarito e categoria.

E eu disse naquele dia, meu Líder Rogério, que V.Exa. está preparado para qualquer missão que lhe for confiada nesta Casa ou fora dela, na vida pública. Nós confiamos em V.Exa., que conduziu os trabalhos de maneira elegante, respeitando a todos, independentemente de partidos.

E sobre o relatório do Deputado Jovair, eu quero dar uma explicação a toda a Nação brasileira. Aqui encontramos os mais variados discursos, os mais variados posicionamentos e nós temos que respeitá-los. Mas eu não posso aceitar a defesa feita pelo ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, atual Advogado-Geral da União, que não poderia estar aqui defendendo a Presidente, porque o cargo dele é de defesa do Estado e não da pessoa da Presidente.



Mas nós o conhecemos bem, Deputado Mandetta, há muitos e muitos anos. Como Presidente da Frente Parlamentar, que ainda sou, quantas visitas e reuniões nós fizemos ao José Eduardo Cardozo, então Ministro da Justiça? Quantos problemas nós levamos a ele? Queríamos sair daquelas reuniões com a esperança de mudar este País, mas nós não conseguíamos, porque ele realmente não dava objetividade às nossas conversas e às nossas ações.

Por isso essa desordem que se instalou no Brasil, Deputada Tereza Cristina, com invasões de terra, sem respeito à propriedade, dando a todos nós da produção um sentimento de insegurança muito grande.

Temos que analisar o relatório. E quero explicar à Nação brasileira que esse relatório tem dois aspectos. Um deles é o aspecto jurídico, e temos que nos debruçar sobre ele. Há crime de responsabilidade, sim, Deputado Herculano Passos. V.Exa. foi Prefeito, assim como eu. Se o Prefeito de sua cidade, dos rincões de Pernambuco, de São Paulo ou da minha Minas Gerais cometeu os mesmos crimes de responsabilidade, ele foi punido. Muitos deles foram cassados por crimes menores do que esse.

O tratamento não pode ser diferenciado. E nós sabemos como esses Prefeitos estão vivendo, muitos deles enfrentando situações dramáticas com suas famílias pela punição que a Justiça, às vezes, com justiça o fez.

A Presidente, que deveria ser o exemplo maior para todos nós, comete um crime, e o Sr. Ministro da Justiça ou o senhor responsável pela Advocacia-Geral da União vem aqui nos dizer que o crime dela é pequeno. Não há crime pequeno. Há crime.



Vencido o momento jurídico do relatório, surge o aspecto político. Esta Casa é política e tem que fazer a análise política do que está acontecendo. A análise política que nós fazemos não passa só por este Governo, mas passa por dois Governos: o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidente Dilma Rousseff. E em nossa análise política nós fazemos a análise econômica e a ética.

Quanto à análise econômica, o Presidente Lula viveu momentos excepcionais, com uma economia favorável, mas mesmo assim fez um Governo voltado para aqueles dias, voltado de forma demagógica, aprendida com países como Venezuela, Bolívia e outros. Teve popularidade alta, claro, porque governou para muitos, num pequeno momento, não pensando num Governo do futuro.

Posteriormente, quanto à análise econômica do Governo da Presidente Dilma, ela trouxe todos os problemas do Governo Lula do ponto de vista econômico. Enfrentou ventos desfavoráveis, não administrou como nós queríamos e foi, sem dúvida alguma, um Governo ineficiente.

Mas a análise não só fica na política, a análise não só fica na área econômica; ela passa pela análise ética. Esta, sim, é grave em nosso País. E começou lá atrás, quando Lula criou a turma do Lula.

Mais uma vez, quero dizer ao PT que eu não o ataco. Eu ataco os elementos do PT que fizeram parte do Governo Lula. Ali se criou a turma; ali se criou uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos.

Claro que naquele momento passaram despercebidamente, porque os ventos econômicos se tornavam favoráveis. Nós não víamos os rombos; nós não víamos os desfalques; nós não víamos os desvios.



Mas isso entrou no Governo da Presidente Dilma, e ela não teve capacidade de se desvencilhar da turma do Lula. Isso contaminou e feriu mortalmente o seu Governo. Além da sua ineficiência de gestão, ela herdou ou trouxe com ela essa turma que fez no Governo do Lula esse estrago no País todo. E foi trazido para o Governo Dilma um dos maiores escândalos que o mundo já viu.

É claro que houve — muitos do PT e de outros partidos diziam isso — corrupção em outros governos. Houve, sim, mas não na dimensão em que foi institucionalizada neste País, tornando-nos os campeões mundiais da corrupção.

A nossa análise final é para aqueles Deputados indecisos: pensem com o coração; reflitam; olhem suas famílias; olhem lá atrás; olhem suas origens. Muitos de V.Exas. não tinham nada no passado, mas conseguiram se eleger Deputados e têm uma vida construída com dignidade. Por favor, façam uma reflexão, não se deixem enganar pelos contos de fadas que estão lhes oferecendo. Não se deixem levar, porque o arrependimento será muito grande.

Eu quero recordar a fala de outro dia do Deputado Átila Lins, que estava aqui há pouco, sobre o seu voto contra o *impeachment* do Presidente Collor. Ontem S.Exa. nos disse que recebeu mensagem de uma eleitora sua dizendo que estava muito feliz com sua posição de hoje, mas lamentava que o pai dela não pudesse dizer o mesmo, porque já havia falecido. S.Exa., naquela época, o contrariou.

Não contrariem o povo brasileiro, porque V.Exas. serão cobrados no futuro.

Hoje, em nome do meu partido, em nome de Minas Gerais, em nome de Uberaba, minha cidade querida, e de Sacramento, minha terra natal, em nome de todos os que ainda acreditam num caminho, vamos unir forças; vamos dar as mãos,



independentemente dos nossos partidos; vamos criar alternativas de segurança para o nosso povo.

Eu tenho absoluta certeza de que, se hoje formos para casa e nos debruçarmos sobre os nossos travesseiros, às vezes ao lado das nossas famílias — alguns não estão mais ao seu lado, mas pensem neles —, voltaremos às nossas origens de vida para podermos fazer uma reflexão e lhes dizer, olhando nos olhos de cada um, da minha esposa, da minha mãe, de 90 anos, que está vendo televisão, claro, orgulhosa do seu filho, que podem ter certeza de que nós políticos ainda vamos resgatar a nossa dignidade.

Este Governo ultrajou a dignidade da sociedade. Nós só podemos recuperar nossa dignidade se batermos no peito e dissermos: eu sou político! O político é o instrumento para construir o bem que foi desvirtuado.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu peço a cada um de que pense.

Acho que eu falei tudo o que queria. Peço agora a Deus que nos guie, que nos ajude e que faça com que tomemos um caminho justo para o Brasil, mais claro e mais limpo para os nossos filhos.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, por favor, quero falar pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está escrito aqui que V.Exa. vai falar. V.Exa. é o quarto inscrito.

Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, enquanto ele não fala, eu quero um esclarecimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária
Montagem: 4176



O SR. GLAUBER BRAGA - Vamos seguir a ordem completa dos Líderes, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A ordem está sendo seguida.

Vou conceder a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro e depois eu a concedo a V.Exa. Neste momento, estamos com radicalismo. Não há prorrogação de qualquer tempo. É critério único, não há outro jeito.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra, pela Liderança do PSDB, o Deputado Marco Tebaldi.

O SR. MARCO TEBALDI (PSDB-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu me sinto extremamente honrado em compor este Parlamento neste momento histórico.

Quero contribuir com o debate, apresentando minha visão sobre o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, bem como seus motivos legítimos e suas consequências.

A eleição de 2014 não pode se sobrepor à vontade da maioria dos brasileiros depois das urnas. Muitos são os eleitores arrependidos que clamam pela saída do Governo da Presidente da República e do seu partido. Se a eleição democrática da Presidente Dilma Rousseff é argumento para não haver *impeachment*, devemos lembrar que Fernando Collor de Mello também foi eleito, processado e deposto, inclusive com o apoio do Partido dos Trabalhadores.

O poder emana do povo e é exercido pelos seus representantes, como estabelece o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal.

A partir de hoje, a Nação testemunhará a Constituição Federal ser respeitada em sua essência democrática: a Câmara dos Deputados, instituição que representa o povo, em plena sintonia com a opinião deste mesmo povo, votará a vontade do povo.

Por isso, o *impeachment*, hoje, tem um peso democrático.

As eleições de 2014 foram moldadas pela mentira, pelo estelionato eleitoral, pela difamação e, como a Operação Lava-Jato vem revelando, pelas propinas que alimentaram o caixa dois da campanha petista.



O *impeachment* que votaremos no domingo é a resposta limpa e democrática contra o verdadeiro golpe que a Presidente Dilma e seus aliados desferiram contra a Nação. E ainda alegam que não há crimes para justificar o afastamento da Presidente.

Ora, senhoras e senhores, crimes é o que não falta a este Governo! A cada hora que passa, 282 brasileiros perdem seus empregos e até o fim do ano serão 12 milhões de desempregados no País.

Isso é crime!

A inflação em alta e o PIB em baixa, contrariando o discurso eleitoral da Presidente, também são crimes!

Os escândalos da PETROBRAS; a negociação desastrada da refinaria de Pasadena; o mensalão; a farra nos fundos de pensão, que trouxe prejuízo de mais de 30 bilhões ao País; a reforma agrária do INCRA, que entrega terras a ricos, a políticos e — pasmem! — a mais de 37 mil falecidos; a crise na economia; o falido sistema de saúde, em que as pessoas estão morrendo nos hospitais por descaso; a insegurança, que gera conflitos entre bandidos e policiais, ceifando vidas, como a do menino Matheus, que foi morto no Rio de Janeiro, na última semana, por uma bala perdida, tudo isso, senhoras e senhores, é crime!

O processo de *impeachment* não julgará apenas as pedaladas fiscais e os decretos presidenciais, mas também a quebra de confiança do povo neste Governo.

Por isso, certamente, o veredicto final implicará a pena tão esperada: o fim deste Governo.

Quero parabenizar os partidos de oposição e os cem Deputados da Oposição que ficaram firmes até este momento histórico.



Por estes tantos motivos e por mais tantos outros, meu voto e o voto do meu partido serão pela admissibilidade do *impeachment*.

Pela minha querida Joinville, pela bela Santa Catarina, por um Brasil melhor, pelo meu neto Pedro, que nasceu no domingo: *impeachment* já!

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ninguém fica satisfeito com a discussão do afastamento da Presidente da República, mas confesso que estou feliz e aliviado em presenciar o início do fim da era PT.

Temos uma Presidente que fez sua campanha baseada em mentiras, que enganou a população brasileira, que, logo ao ser eleita, se afastou de todas as suas promessas e caminhou na direção contrária. Temos um partido que abandonou suas raízes, seus simpatizantes, um partido que traiu o seu povo.

Temos um ex-Presidente que, em vez de ter lugar digno na história, fez questão de estar do lado do mal. Ele, que um dia acusou esta Casa de ter 300 desonestos, é, na verdade, o picareta-mor de uma gangue de delinquentes que saqueou o País. (*Palmas.*)

Hoje nós temos a oportunidade de fazer história em nosso País. Hoje nós temos a oportunidade de mudar nossas vidas.

O *impeachment* é a saída? Não sabemos. Mas, com certeza, é uma luz no fim do túnel. O *impeachment* é a possibilidade de construirmos um país com o qual sempre sonhamos. Todos podem sonhar. Os políticos também podem sonhar.

Hoje nós precisamos construir um país que dê mais educação às nossas crianças e aos nossos jovens, com qualidade, qualificação e perspectiva de emprego. Precisamos construir um país que dê uma saúde que crie oportunidade a



todos de atendimento digno no Sistema Único de Saúde. Nós temos que ter infraestrutura em nossas cidades. É preciso que homens e mulheres não passem tempo importante de suas vidas presos em congestionamentos sem fim, apinhados em ônibus sem conforto.

É isto que queremos: saneamento básico, atenção para todos, proteção ao meio ambiente. E somente com o afastamento da Presidente Dilma, somente com o fim da era PT é que poderemos construir este horizonte.

É por isso que conclamo todos os brasileiros neste momento.

É por isso que conclamo o Congresso Nacional, meus colegas Parlamentares, minhas colegas Parlamentares.

Vamos juntos nesta caminhada! Vamos com coragem, com firmeza, até domingo!

Nós temos que dar uma satisfação à população brasileira.

Nós temos agora uma grande responsabilidade. É nesta hora que temos que mostrar toda a nossa grandeza. É nesta hora que temos que nos curvar à vontade da população brasileira.

O grito dos brasileiros e das brasileiras, neste momento, é "Fora, Dilma!". Não é o grito da pelegada que, paga com o dinheiro dos contribuintes, lota os hotéis da Capital e vem aqui com camisa vermelha e boné do MST, da CUT e da UNE.

O povo verdadeiro é aquele que vai estar de verde e amarelo, e não de vermelho, no domingo, nas ruas.

Em uma coisa — em apenas uma coisa — Dilma, Lula e PT têm razão: realmente não teremos golpe! Nós teremos o *impeachment*, teremos o afastamento da Presidente da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária
Montagem: 4176



Fora, Dilma!

Fora, PT!

Viva o Brasil! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, que falará pela Liderança da Minoria.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos passando por um momento histórico. Já passei por um momento como este em outra ocasião, em que houve o *impeachment* de outro Presidente. Posso dizer, com todas as letras, que depois do *impeachment* o País melhorou muito, melhorou muito, e a democracia saiu fortalecida.

Falo aqui em nome dos cearenses, dos cearenses que foram traídos quando disseram que lá seria construída uma refinaria de petróleo, mas não foi. Agora voltaram a prometê-la.

Falo aqui em nome dos cearenses que passam no Sertão todo o tipo de necessidade por falta d'água! Nosso maior açude no Ceará está com apenas 10% de água, no entanto a tão prometida transposição do Rio São Francisco se arrasta há décadas. A transposição se arrasta há décadas, e nada acontece!

Falo em nome dos cearenses e dos fortalezenses, que veem as obras do metrô paradas. Mas o metrô em Caracas, bancado com dinheiro brasileiro, este está funcionando a pleno vapor!

Falo em nome deles!

Falo em nome da minha família. Se eu agisse de outra forma, não poderia olhar para minha esposa, Rosa, e para meus filhos, Mosiah e Jared.

Quero dizer que esses brasileiros que mais precisam — no Ceará especialmente temos muitos mais que precisam — é que foram traídos por promessas eleitoreiras não cumpridas, por promessas de que a conta de energia



não ia subir, e subiu quase o dobro. Eles é que foram traídos por promessas de que os preços dos alimentos ficariam estáveis, mas subiram 50%; por promessas de que o preço dos combustíveis não iria subir, mas subiu mais de 50%.

Nós vimos muitas promessas de que não haveria desemprego, mas há 10 milhões de desempregados, pessoas que sofrem! Apenas quem está desempregado sabe o sofrimento de uma família em que alguém perdeu o emprego; de uma família que teve de baixar a quantidade de comida comprada porque já vive da ajuda de parentes e amigos; de uma família que teve de procurar outra escola para seus filhos porque não pode mais pagar a educação.

Afinal, caiu o padrão de consumo das famílias.

Esse Governo conseguiu fazer a classe média ficar pobre, e a classe pobre já está em estado de miséria. É isso que está acontecendo a partir das ações desse Governo.

Alguns perguntam o que é preciso fazer. É preciso mudar. Ou se muda, ou vamos continuar no fundo do poço, nesta recessão terrível, recessão que não é culpa dos outros, não!

Querem colocar a culpa da recessão brasileira na recessão mundial. A recessão mundial aconteceu em 2008 e 2009, e nós estamos em 2016. A América do Norte está surfando numa economia muito boa, a Europa já saiu de todo o caos em que estava, mas o Brasil se enterrou cada vez mais. Por quê? Porque, no ano de 2014, foi dito para o povo que as contas do País estavam superavitárias e, infelizmente, o que nós vimos é que tudo isso era mentira.

No ano de 2015, cometeu-se mais fraude fiscal para encobrir as mentiras de 2014.



Sobre essa fraude fiscal, muitos perguntam: “*Que crime de responsabilidade?*”.

Ora, enganar o povo a título apenas de ter o poder, sabendo que ia exercer o poder de maneira podre, deixando os que mais precisam sem aquilo de que mais necessitam, isso é que não podia acontecer.

Foram condenados, sim! Foram condenados pelo TCU, o maior tribunal de contas do País. Não foi uma condenação qualquer. O resultado foi 9 a 0. As contas da Presidente Dilma foram, por unanimidade, reprovadas. Por unanimidade!

Há quem pergunte: “*Onde está o problema?*”. O TCU, à unanimidade, não aprovou as contas da Presidente Dilma, por causa das falcatruas fiscais. Será que é preciso mais? Pois há mais. O relatório do Banco Central confirma o que o TCU disse.

Sr. Presidente, há mais coisas ainda. Não fosse só isso — só isso já seria o suficiente —, onde está o dolo? O dolo está em esconder contas podres, para poder ser eleito pelo poder — só pelo poder! — porque não estão preocupados com os mais necessitados.

Uns anos atrás, eu me lembro, compravam-se, no início desses governos, 10 pãezinhos com 1 real. Vá comprar um pãozinho hoje na padaria! Se não for 1 real, é perto de 1 real. Mil por cento foi o aumento do pão — mil por cento, numa fase em que a inflação foi de, no máximo, 150%!

Portanto, não se trata de mudar o poder. Trata-se de dar credibilidade ao Governo brasileiro e de deixar os brasileiros, mais uma vez, orgulhosos do seu Governo, orgulhosos da sua Pátria! Trata-se de deixar os brasileiros que viajam para o exterior dizer: “*No Brasil, nós temos gente séria, gente competente, que ama os*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária
Montagem: 4176



mais pobres, que trabalha pelos mais pobres, que trabalha pelo povo e que não tica se juntando ao poder só pelo poder, mas por amor ao nosso povo, por amor às famílias, por amor à liberdade”.

É por isso que nós vamos votar o *impeachment*.

Vamos votar o *impeachment* para defender a nossa Pátria, para defender a liberdade, para defender a vida do nosso povo!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, que falará pela Liderança do PP.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vivemos um momento ímpar. É hora de dizer “não” à corrupção. Saúde, transporte, habitação, educação, não! Hoje o maior problema do Brasil é a corrupção. Onde há Erário há alguém para surrupiar. Quem rouba do Erário é muito mais do que um homicida: é um genocida, porque faz o mal por atacado.

É isso que está em jogo agora. Não é apenas o relatório das pedaladas fiscais. Ninguém vai tirar das nossas cabeças, da nossa memória, o caso do mensalão. Ninguém vai tirar das nossas cabeças o caso do petróleo. Ninguém vai tirar das nossas cabeças as gravações entre Dilma e Lula. Ninguém vai tirar da minha cabeça que a Presidenta Dilma cometeu, sim, crime de lesa-pátria.

O que fizeram com o nosso País?!

Nós podemos mostrar que ainda há gente de bem na nossa política. Amanhã vamos ver um “muro” na frente do Congresso Nacional, com dois lados: o lado verde-amarelo, que será representado por cidadãos de bem, por pessoas que vão para as ruas, voluntariamente, pedir o fim da corrupção, por mais dignidade e mais moralidade; e o outro lado, o lado vermelho, composto por militantes sindicalistas pelegos, que vivem do suor dos trabalhadores, que vivem da contribuição sindical obrigatória.

É por isso que eu, Deputado Ricardo Izar, digo “sim” ao fim da contribuição sindical obrigatória! Digo “sim” ao novo Brasil! Digo “sim” ao *impeachment*!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil não aguenta mais tamanha roubalheira. É notícia atrás de notícia.

É a segunda vez que na história da nossa democracia passaremos por um momento como este. O *impeachment* está previsto na Constituição Federal e foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal. Então, não é golpe! É um instrumento constitucional, legal, de competência desta Casa.

Precisamos fazer a trincheira da liberdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para voltarmos a ter esperança. A falta de coerência e de comando deste Governo, descartado de tamanha credibilidade, nos faz perder a esperança.

Vamos dar o golpe na corrupção e fazer imperar a justiça a todos os brasileiros.

Chegou a hora de mostrar ao País quem são os bons e os maus políticos.

Voto "sim" ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Não voto por divergência partidária, política ou ideológica. Não voto por vingança ou por outro sentimento. Voto pela profunda convicção no futuro do nosso País.

Quero viver num país onde meus filhos e meus netos se orgulhem de viver nele e dizer que são brasileiros, sim, e que vivem num país de oportunidades!

Sr. Presidente, eu tenho uma filha de 7 anos que me liga toda noite e diz: "*Papai, vote no impeachment da Dilma!*".

É este o sonho da futura geração!



Faço votos de que o próximo Presidente tenha sucesso na difícil missão de unir o Brasil para sair da crise.

Acredito que todas as forças vivas desta Nação se unirão nesta missão patriótica de resgatar o Brasil.

Acabou a impunidade em nosso País.

Pelo Brasil, pela região noroeste do Estado de São Paulo, por Fernandópolis, minha cidade natal, eu voto "sim" ao *impeachment*, com toda a convicção!

Faltam heróis em nosso País! Mas podemos mudar isso, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, pois temos um herói lá fora que se chama Sérgio Moro. Nós podemos nos juntar a ele. Temos que ter, no mínimo, 342 Parlamentares dentro deste Congresso, para fazermos a esperança reinar novamente.

Queria parabenizar o meu Partido Progressista, que hoje fez uma reunião histórica, fechando questão ao "sim", em que as divergências e a situação política atual fizeram com que os Líderes do meu partido constituíssem esta resolução. O novo Partido Progressista irá punir aqueles que mudarem a regra do nosso partido.

Queria também dizer que acredito no novo modelo político que vem se desenhando em nosso País.

A vitória no domingo será a vitória do povo brasileiro e do novo Brasil.

Gostaria de registrar que muitos da Oposição e da Situação ficam aqui falando: "*Nós temos voto para cassar. Nós temos votos para ganhar.*" Mas eu queria dizer o seguinte: o voto é pessoal e legítimo.

Nós temos que dar o voto de confiança aos nossos eleitores.



Esta é a Casa do Povo, e a maioria do povo brasileiro pede o *impeachment* deste Governo desastrado, Governo sem credibilidade, que não consegue sequer nomear um Ministro.

Chegou a hora de voltar a esperança!

Juntos, podemos, sim, construir uma nova aliança, uma nova agenda propositiva neste País!

Juntos, com o novo Presidente, podemos fazer a diferença e fazer o País crescer!

Queria agradecer ao Presidente Nacional do PP, Ciro Nogueira; aos Deputados Guilherme Mussi e Ricardo Izar; ao novo Partido Progressista, que nasceu nesta Casa, fazendo a união e fechando questão.

Meu muito obrigado. Juntos, vamos ganhar no domingo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus nos abençoe e nos dê toda a sabedoria!

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

(Manifestação no plenário: Vai ter impeachment! Vai ter impeachment! Vai ter impeachment!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O orador pode continuar. Eu vou prorrogar o tempo. Sou obrigado a fazê-lo.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, nós estamos vendo este clima de reversão do resultado no plenário. Isso tem uma relação direta com o que está vindo das ruas. As ruas não aceitam esse acordão que está sendo formatado para levar a cúpula do PMDB Nacional ao comando de todos os Poderes da República.

O Vice-Presidente disse que o Brasil teria que passar por sacrifícios a partir da sua Presidência e apresentou os sacrifícios no programa *Uma Ponte para o Futuro*, documento apresentado pelo PMDB Nacional. Nesse documento, mais especificamente na sua página 9, ele diz que vai acabar com as vinculações constitucionais para a saúde e para a educação. Para quê? Para que haja mais espaço para o pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros.

Na página 10, ele diz que vai acabar com a política de valorização do salário mínimo.

Não para por aí, não! Nesse documento que o PMDB lançou, na página 18, ele diz que vai passar o petróleo brasileiro do regime atual de partilha para concessão, a propriedade do petróleo brasileiro para as operadoras internacionais, entregando o petróleo brasileiro a preço de banana. Em outra página, diz que as convenções coletivas vão prevalecer sobre as normas legais. É o fim da Consolidação das Leis do Trabalho.

Amigos e amigas que estão em casa neste momento assistindo a esta sessão, nós do PSOL somos oposição programática ao Governo Federal, mas não é levando a cúpula do PMDB para o comando de todos os Poderes da República que



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 10517

Montagem: 4176



vamos resolver os problemas de corrupção no Brasil. Não, é o contrário: levar essa cúpula do PMDB Nacional para todos os Poderes da República o que faz é ampliar as dificuldades, as mazelas do Brasil, de forma acelerada.

Não ao acordão que faz de Eduardo Cunha Vice-Presidente da República e de Michel Temer Presidente da República!

Não ao acordão! Não ao acordão! Não ao acordão!

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

(Manifestação no plenário: Vai ter impeachment! Vai ter impeachment!)



O **SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar pela Liderança do Solidariedade, concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão.

O **SR. BENJAMIN MARANHÃO** (SD-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejo o nervosismo tomar conta da bancada do PT, que quer fazer uma grande confusão na opinião pública.

O PT e seus assemelhados confundem a democracia com eleição, porque eles dizem que a Presidente foi eleita. Foi eleita de verdade, como Fernando Collor também foi eleito, e com uma margem de votos muito maior do que a Dilma Rousseff teve. A diferença dos votos que ela recebeu foi de apenas 1,6%. Boa metade do povo brasileiro rejeitou esse modelo administrativo.

Mas o pior disso é que essa vitória foi construída em cima de uma mentira, foi construída em cima de compromissos de não elevar a inflação; de não tirar empregos; de não elevar a conta de energia elétrica, pelo contrário, de baixá-la; de combater a corrupção. E o que aconteceu foi exatamente o contrário: o Governo se aprofundou cada vez mais na maior crise ética e econômica que a República brasileira já viu — acima de tudo, houve os escândalos de corrupção.

Eu me impressiono quando vejo na outra tribuna partidos que se dizem de esquerda ideológica defender a roubalheira da PETROBRAS, porque defender este Governo Dilma Rousseff é isso. Eu me impressiono com aqueles que querem enganar a opinião pública, quando atacam a Justiça, quando atacam a Operação Lava-Jato, quando atacam o Juiz Sérgio Moro, dizendo que estão defendendo a democracia. Esses que estão falando isso defendem a democracia cubana, a democracia bolivariana na Venezuela, onde não existe imprensa livre, onde o Judiciário é manipulado, onde não há o Estado Democrático de Direito.



Nós vamos votar pelo *impeachment*, Sr. Presidente. Nós vamos conseguir uma maioria que se consolida a cada dia, porque nossos Deputados não irão de forma nenhuma contra a opinião pública majoritária: são 70%! Acima de tudo nós iremos fazer um julgamento fundamentado nos crimes de responsabilidade da Presidente da República, que estão previstos na Constituição, no art. 85, que diz claramente que quem atenta contra a Carta, especialmente contra a Lei Orçamentária, comete crime de responsabilidade.

A Presidente Dilma Rousseff editou mais de 100 bilhões de reais em créditos não autorizados pelo Congresso Nacional. Ela recriou as antigas operações de antecipação de receita orçamentária, os empréstimos aos bancos públicos, que foram banidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela é responsável também por atos tanto como Presidente da República, como Ministra-Chefe da Casa Civil e como Ministra de Minas e Energia e Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS. Ela causou o escândalo de Pasadena. Inclusive foi comprovado que houve a utilização de recursos da PETROBRAS em sua campanha presidencial, recursos que foram desviados do povo brasileiro.

Então, pela coragem do Solidariedade, nós vamos continuar na luta diuturnamente. Nós vamos conseguir que haja a consolidação desse placar para que tenhamos não 342, mas 360, 390, 400 votos, fazendo com que o povo brasileiro faça impor a sua vontade e não o troca-troca de cargos e até de dinheiro. Já há denúncia de oferta a Deputados de mais de 1 milhão de reais para que se ausente no dia da votação.

É preciso que o eleitor cobre uma posição firme e clara do seu Deputado em relação ao seu voto. É isso que nós iremos fazer, enquanto...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, para falar pela Liderança do PMDB, ao Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em especial povo do meu Estado, o Paraná, em nome de minha família, da minha esposa, Élide, e do meu filho, João Victor, não poderia deixar de vir hoje à tribuna do Parlamento brasileiro. Esta é a Casa onde o povo tem que se sentir representado. O povo brasileiro está descontente com a política, desacredita dos políticos. Talvez este seja o último momento, a última chance que nós, representantes do povo, temos para dar uma resposta a contento à nossa população.

Por isso, venho aqui dizer que o Brasil, que chegou a ser a sexta economia do mundo, caiu para a sétima posição e passa por dificuldades profundas, quando o desemprego já chega às portas das famílias brasileiras. Esse desemprego tem como razão o descontrole principalmente econômico, alinhado à corrupção.

Quanto à corrupção, devo dizer que, na qualidade de Relator de uma CPI, esta semana entregamos o relatório que apontou algo como trezentos indiciamentos e em torno de 7 bilhões de reais em desvio nos fundos de pensão. Não conseguimos investigar tudo, mas chegamos a um número estarrecedor.

Chegamos, Sr. Presidente, à conclusão de que a vontade do povo brasileiro é voltar a trabalhar. Se o povo não trabalha, não tem dinheiro para comprar; o comércio não consegue vender; a fábrica não pode fabricar; e a economia fica cada vez pior.

Sras. e Srs. Deputados, entendemos que nós Parlamentares temos a responsabilidade de definir o rumo deste País. E o rumo deste País só passa por



uma renovação, por um novo governo, que tenha moralidade para resgatar a confiança do povo brasileiro.

Meu caro amigo Deputado Osmar Serraglio, V.Exa. me lembrava há pouco que o *impeachment* já está consolidado. Dentro das estatísticas sérias já está consolidado, porque é a vontade do povo brasileiro. E a vontade do povo brasileiro se espelha neste Parlamento. É assim que deve ser.

Nós temos o poder de legislar, de fiscalizar e também de julgar. Chegou o momento de nós julgarmos, e temos que julgar com a nossa consciência, com a nossa razão, com o nosso coração, de acordo com a vontade da população. E a nossa população quer o *impeachment*, quer emprego e renda. Como advogado, entendo que temos motivos mais do que suficientes para admitir o processo de *impeachment*. Caberá ao Senado o mérito, e não a esta Casa, a quem cabe o juízo de admissibilidade.

Como paranaense que sou, respeito a vontade do meu povo e voto pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Daniel Vilela.

O SR. DANIEL VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Cunha, Sras. e Srs. Deputados, conforme dito por muitos que aqui me antecederam, com certeza este é um momento marcante na história política do nosso País, talvez o maior, nesta Legislatura, para todos nós. Estamos tendo a oportunidade de vivenciá-lo, aqui em Brasília. Não é um momento que eu particularmente gostaria de viver e tenho certeza de que o Brasil também não gostaria. Mas, infelizmente, isso é necessário.

O Brasil hoje passa por uma retração econômica e social muito grande, que faz com que esta Casa tenha a responsabilidade de tomar uma decisão em relação à mudança deste Governo.

Quero aqui reconhecer os avanços ocorridos especialmente no Governo do Presidente Lula, no meu Estado de Goiás e no Brasil de uma forma geral. Foi um Governo que desenvolveu o nosso País, que deu acesso a muitas pessoas. Portanto, aqui fica o nosso reconhecimento nesse sentido.

Ouçó aqui, também, muitos discursos em relação ao mérito do *impeachment*. Porém, quero me ater àquilo que é pertinente a esta Casa, que é a admissibilidade desse processo.

O Direito Processual é muito claro — e o relatório do Deputado Jovair Arantes também foi claro nesse sentido —, havendo minimamente indícios de uma discussão, de um julgamento, há que se aprovar essa admissibilidade nesta Casa.



Posteriormente, o Senado irá fazer um julgamento de mérito. Havendo questionamentos de afronta à nossa Constituição Federal, com certeza o Supremo Tribunal Federal será a Casa autorizada a se manifestar nesse sentido.

Portanto, eu acredito que esta Casa deverá, no próximo domingo, se manifestar pela admissibilidade deste processo de *impeachment*. Infelizmente, não nos resta, neste momento, outra alternativa para que possamos novamente recuperar a pujança econômica do Brasil, as conquistas sociais, grande parte delas, inclusive, evidenciada no Governo do Presidente Lula e também no da Presidente Dilma.

Eu gostaria de finalizar estas palavras manifestando a nossa concordância com a admissibilidade deste processo de *impeachment* na Casa.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso País, por conta desta crise nacional, em que as instituições estão quase que se digladiando, vive momento difícil.

A falta de credibilidade da política tem-nos afetado todos os dias, e nós, aqui, na Câmara dos Deputados, somos procuradores do povo. Ninguém aqui chegou com o seu único voto; todos os Parlamentares aqui chegaram porque o eleitor creditou o voto na urna.

Eu, como representante do povo de Rondônia, não posso me omitir neste momento. Tenho que reconhecer que o Governo do Partido dos Trabalhadores



conseguiu, sim, grandes avanços sociais, mas esses avanços sociais foram se perdendo ao longo dos anos.

Neste momento, em que o País vive uma verdadeira crise, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados tem que ser protagonista, talvez da salvação do nosso País, da melhoria das condições de vida das pessoas, para que nós possamos ter um futuro melhor, um dia melhor, principalmente para aqueles menos favorecidos. Esses avanços sociais podem e vão continuar, mas, neste momento, nós, como Parlamentares, temos que assumir a responsabilidade.

Em função da procuração que eu tenho dos meus eleitores, vou votar a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma.

Não faço isso, Presidente, com alegria. Nenhum Parlamentar pode ter alegria neste momento. Nosso País está passando por um momento difícil. Mas, mesmo sem alegria, vou honrar os votos que o povo rondoniense me concedeu. Vou obedecer à voz das ruas, à voz rouca que clama por uma posição deste Parlamento.

Está chegando a hora. É no domingo próximo que cada Parlamentar vai demonstrar, perante os seus eleitores, para que veio. Eu vim para representar o povo de Rondônia e vou honrar o Estado votando a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma.

O nosso País precisa de um novo momento e eu acredito que esse momento virá com a Presidência do nosso Vice-Presidente Michel Temer, que não pediu para ser Presidente. Trata-se de uma prerrogativa constitucional. Está escrito na Constituição que, na falta do Presidente, assume o Vice-Presidente.

Eu torço para que o Presidente Michel Temer, constitucionalista que é, faça um bom governo, faça um governo de entendimento, busque o diálogo com esta



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



Casa, busque interagir, para que o nosso povo, o nosso País tenha oportunidade de dias melhores.

Esta é a minha fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou convidar o PSB para fazer a sua discussão.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Presidente, vamos seguir com a fala dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nós havíamos combinado de dar um *break*, para fazer um segundo turno.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Esgota as falas dos Líderes!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, os Líderes têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - As Lideranças têm preferência. V.Exa. conhece o Regimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Estou inscrita há horas, Presidente.

O SR. FABIO GARCIA - Presidente, permita intercalar!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. sabe que as Lideranças têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Que eles têm preferência eu sei. Todo mundo sabe disso. Ninguém aqui vai discutir. Foi feita aqui uma colocação. Nós temos que dar oportunidade à discussão propriamente dita. Nós vamos ter que levar isso aqui direto, as 24 horas diretas, por causa da ocupação. Que pelo menos consigamos cumprir o objetivo de ter as três intercalando. Se não houver três em cada sessão, nem amanhã à meia-noite vai acabar essa parte.

É necessário que haja um mínimo de compreensão. Nós estamos aqui com o objetivo de discutir esse processo, e os partidos querem ter os direitos. Estão aqui



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



preparados esperando para isso. Então, uma intercalada, colocando seis Líderes e mais seis Líderes. No intervalo, nós atendemos a todos. Isso é um pouco de...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Mas os Líderes representam bancadas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Líderes representam as bancadas, e as bancadas estão falando. Então, foi esse o combinado, uma intercalada. Eu pediria que respeitasse, porque o PSB está aqui há 2 horas esperando.

O SR. JHONATAN DE JESUS - O PRB concorda, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Mas assim V.Exa. não garante que os Líderes falem na sessão, Presidente. V.Exa. não garante que os Líderes falem na sessão. Esse é o problema.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Convido o PSB para usar o seu tempo de 60 minutos para discussão. Deputado Tadeu Alencar, Deputado Flavinho, Deputado Heráclito Fortes, Deputado Danilo Forte, Deputado Fabio Garcia, o tempo é o rodízio de 60 minutos.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero, inicialmente, fazer um tributo ao Estado que represento, Pernambuco, pela sua tradição de insurgência, uma tradição libertária, que sempre legou grandes exemplos da vida pública brasileira. Minhas saudações ao meu Estado de Pernambuco.

Nós estamos aqui discutindo uma questão da maior relevância, que é a possibilidade do afastamento de um Presidente da República. Na democracia, a culminância da investidura popular democrática, feita pelas urnas, só pode ser contrastada por uma força de mesma intensidade e em sentido contrário, que é o afastamento por *impeachment* presidencial.

Não podemos vulgarizar esse instituto, não podemos aviltar aquilo que contrasta com a culminância da democracia. Por isso, remédio para governo incompetente, para governo ruim, evidentemente, não é um processo de *impeachment*.

Todavia, presentes os pressupostos políticos e jurídicos do *impeachment*, não há que se cogitar de não se cumprir a Constituição. Nós vivemos um momento de muita crise no Brasil, com uma gestão econômica temerária, que ceifou milhões de empregos no ano de 2015 — foram mais de 1 milhão e meio de desempregados em 2015 —; 9 milhões de pessoas, quase 10% da população brasileira economicamente ativa, estão desempregadas no País.



Este foi um governo que permitiu a volta da inflação. Já pelo segundo ano vivemos tempos recessivos. Todas as conquistas dos últimos anos, que prestigiaram os mais pobres, estão sendo colocadas em risco por uma gestão que falhou em tudo, nas políticas públicas de saúde, de educação, de segurança, nas políticas sociais. Todos os indicadores pioraram.

O Presidente Fernando Henrique entregou ao Presidente Lula um país melhor do que recebeu. O Presidente Lula entregou à Presidente Dilma um país melhor do que recebeu, mas a Presidente Dilma vai entregar um país muito pior do que recebeu.

Todos os indicadores econômicos e sociais revelam a crise profunda que atravessa o Brasil. Pela primeira vez nos últimos 15 anos, a curva da desigualdade começa novamente a subir. Este Governo falhou na gestão da economia, na gestão das políticas públicas, falhou também no diálogo com a sociedade, ignorando ali as jornadas de junho de 2013, que clamavam por ética na política, por governos efetivos que pudessem responder aos desafios e às complexidades de um Brasil tão desigual, que é a oitava economia do mundo, mas que ainda apresenta, principalmente nas regiões mais pobres do País, os piores indicadores sociais.

É este País que está sendo governado por uma Presidente que, reeleita, não conseguiu comemorar a sua reeleição; que já em dezembro de 2014, depois de fazer uma campanha buscando a mistificação, o ilusionismo, vendendo um país que não existia, dizia desconhecer uma realidade econômica que hoje priva os brasileiros de um país que tenha tranquilidade. Passamos o ano de 2015 parados, como parados ainda estamos.



Por isso, meus amigos, além dessas falhas, Deputadas e Deputados, V.Exas. sabem que o Governo falhou na interlocução com a sociedade, deixando de prestigiar a vitalidade daquele momento, em junho de 2013, deixando completamente nas gavetas uma agenda de reformas — reforma política, reforma tributária, reforma urbana — que poderiam prestigiar os problemas metropolitanos do mundo rural.

O certo é que o Governo da Presidente Dilma colocou seriamente em risco as conquistas de inclusão social bancadas pelo Governo do Presidente Lula.

Além disso, no diálogo com esta Casa, com o Parlamento, falhou também o Governo. No ano passado, nós vimos aqui a agenda do Poder Executivo com uma base política completamente fragmentada: ora não aprovava a pauta encaminhada para o Congresso Nacional, ora a aprovava de maneira extremamente vexatória para um Governo que tinha sido reeleito pela força do povo brasileiro.

São esses fatos que fazem com que a Presidente, tendo falhado em tudo na sua gestão, não seja um Governo que dê ânimo, que dê esperança à sociedade. E é por isso que ela hoje se encontra sem condição de liderança, sem condição e credibilidade para comandar uma retomada, uma pactuação, que já deveria ter sido feita em janeiro de 2015; que poderia ter sido feita também em dezembro, quando o Supremo Tribunal Federal deu um refresco ao Governo da Presidente. Naquela época, ela poderia ter chamado todos os segmentos sociais, a Oposição, as confederações de trabalhadores rurais, as confederações patronais, a CNBB, a OAB, a inteligência deste País, para construir uma saída dessa crise profunda. Não o fez, tenta fazê-lo agora, mas é tarde, pois à sua porta já bate a desconfiança do povo.



Por isso, as causas políticas para o afastamento presidencial estão presentes à sociedade. Ela é uma Presidente que hoje, não tendo a confiança do povo, não sendo líder, não tendo a credibilidade de comandar essa retomada, preenche exatamente os pressupostos políticos que, evidentemente, não são suficientes para a caracterização do crime de responsabilidade.

Há que se ter também a causa jurídica. E essas causas jurídicas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, também estão presentes. Falam em pedalada fiscal como se fosse uma coisa de menor importância. A responsabilidade fiscal foi uma conquista da democracia brasileira e afirma a gestão pública consequente, responsável, que age com transparência, que traduz para a sociedade, principalmente para o Congresso Nacional, a realidade objetiva das suas contas. Ela não atribui, de forma bilionária, aos agentes públicos financeiros uma responsabilidade que seria do Tesouro Nacional — o pior dos efeitos das pedaladas fiscais —, como se mascarasse uma doença que não recebeu o remédio adequado. E essa doença, mascarada que foi, foi se agudizando, foi se deteriorando, e hoje se encontra em estado de septicemia. É assim que se encontra o estado caótico da economia brasileira.

Esse mascaramento também fez com que um dinheiro que não existia — 50 bilhões de reais —, de forma artificiosa, tenha sido mantido no caixa do Governo quando deveria ter sido usado para pagar os compromissos com os agentes financeiros, com os bancos públicos. E esse dinheiro turbinou, de forma artificial, as políticas públicas, que são relevantes, que precisam ser consideradas e executadas, mas com dinheiro existente, com responsabilidade fiscal.



Não podemos consagrar a irresponsabilidade fiscal. Isso lembra muito Governos da República Velha que sacrificavam exatamente as futuras gestões, contratando gente, fazendo com que o orçamento do opositor, que ganhou as eleições, não pudesse governar exatamente por essa irresponsabilidade.

Tenho absoluta convicção, como tem o meu partido, de que as pedaladas fiscais não são um defeito de somenos importância, mas uma grave infração promovida pelo Governo de S.Exa., a Presidente da República.

E associado a isso, já que se mistificou a campanha de 2014, democracia pressupõe eleições limpas, eleições em que não há abuso de poder político e abuso de poder econômico. Isso foi permitido exatamente por essas chamadas pedaladas fiscais. Não se trata apenas de um desajuste de caixa que se alega ter sido praticado em outros Governos, tal como o cheque especial que rapidamente é coberto pelo Tesouro Nacional, o que aconteceu no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de rolagens bilionárias que permitiram, de forma artificial, à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional inibir, com clareza, uma situação caótica das contas públicas deste Governo. Não se pode passar por esse processo sem responder por isso.

Mais uma vez, aviltando e usurpando as competências do Congresso Nacional, o Executivo edita decretos de suplementação orçamentária que, rigorosamente, confrontavam a meta fiscal estabelecida pelo Parlamento.

E não venham dizer que poderiam ter feito isso sem autorização legislativa, que não poderia haver conduta diversa, porque bastaria o Executivo ter encaminhado a esta Casa medidas provisórias e projetos de lei que a questão estaria resolvida. Mas ele optou por esconder tudo do Congresso, que tem o dever



de fiscalizar as contas públicas, violando frontalmente, manifestamente, deliberadamente, dolosamente a Constituição da República e as atribuições do Congresso Nacional.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, foram sendo revelados muitos escândalos de corrupção na Operação Lava-Jato — que, ainda que contenha os seus excessos, vem afirmando a autoridade das instituições brasileiras —, que quebraram a maior empresa brasileira, a PETROBRAS.

Não podemos olhar para isso com desdém ou fazer de conta que isso nunca existiu ou dizer que o processo de impedimento é golpe. Não há golpe quando funcionam claramente e livremente as instituições brasileiras, o Poder Judiciário, o Congresso, o Ministério Público, a Polícia Federal, a sociedade livre, a imprensa livre — uma imprensa chamada, hoje, de golpista, que até outro dia vivia uma lua de mel com o Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Então, meus amigos, isso, claramente, estabelece a necessidade, preenchidos os pressupostos políticos e jurídicos, de esta Casa reconhecer que está presente o crime de responsabilidade. E a consequência natural para quem ofende a Constituição, para quem viola os deveres da moralidade pública, é imputar-lhe o defeito da desonestidade pessoal — à Presidente da República, pessoalmente, isso ainda não se aplica. Mas isso não é suficiente para afastar o crime de responsabilidade.

Por último, eu quero dizer a V.Exas. que este não é um momento de celebração. O PSB não comemora o afastamento de um Presidente da República, porque isso é sempre uma situação da maior gravidade; porque isso mostra que o nosso País está doente. Mas temos a sensação de que vamos cumprir o nosso



dever, de que precisamos reconstruir a ação política consequente, abrir as janelas e oxigenar as esperanças!

Invoco aqui as palavras firmes do meu Líder Eduardo Campos: *"Não vamos desistir do Brasil!"* (Palmas.)

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, somando-me às palavras do meu querido amigo Deputado Tadeu, a grande fala hoje em dia dentro desta Câmara é exatamente dizer que o *impeachment* é golpe.

Mas eu me lembrava de que, em 2014, a então Presidente, mas candidata à reeleição, Dilma Rousseff, já dizia que era golpe o que era dito sobre a PETROBRAS. Com todos os escândalos estourando, pessoas sendo presas, ela dizia que o que estava sendo feito com a PETROBRAS era um golpe, não era uma realidade imoral ou financeira, roubos e rombos. Não, era um golpe. Então, infelizmente, isso é típico desse partido que pretende permanecer no poder, perpetuar-se no poder, através de mentiras.

Ainda dando suporte ao meu querido amigo Deputado Tadeu — aliás, nem necessitaria fazê-lo, porque é um grande advogado e jurista —, diante disso, de que tem sido dito que o *impeachment* é um golpe, a Constituição nos respalda, o STF nos respalda.

Inclusive eu quero dizer aos nobres Deputados do PT, do PSOL, do PCdoB e àqueles que estão dizendo que estão indecisos — aliás, existe uma dúvida, se é



indecisão ou, quem sabe, se esperam por um valor um pouquinho maior para tomar a sua decisão; não quero fazer aqui juízo, mas é o que dizem os próprios jornais e a mídia — que a Constituição nos respalda.

Se dizem que é um golpe, vão ter que dizer que o STF é golpista, e não nós, porque o rito que nós estamos cumprindo aqui está rigorosamente de acordo com aquilo que manda a Constituição e que o STF estabeleceu.

Baseados, inclusive, no próprio processo apresentado a esta Casa pelos juristas Miguel Reale, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, pautados exatamente na Constituição Federal, é o nosso papel, como fiscalizadores, dar andamento a esse processo. Quem vai julgar não somos nós. Nós não somos julgadores. Eu ouvi um Deputado dizendo isso aqui. É claro que eu, pessoalmente, posso fazer o meu julgamento, mas como legislador, não. Eu fiscalizo e aponto os devaneios e desmandos desse Governo. É o que nós estamos fazendo aqui.

Quem vai julgar é o Senado, cuja sessão será presidida pelo Presidente do STF. Ou seja, senhoras e senhores, não há golpe. Há, sim, um rito constitucional.

A Constituição — embasando então o que foi dito aqui — dispõe sobre a responsabilidade da Presidente da República e estabelece que são crimes de responsabilidade os atos da Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a segurança interna do País.

E nós estamos vendo a irresponsabilidade desta Presidente, do seu partido e do ex-Presidente Lula ao incitar o ódio, ao incitar movimentos sociais e outros puxadinhos desse Governo a irem para as ruas com facão na mão. Hoje a Polícia Militar aqui no Distrito Federal apreendeu vários facões que estavam em posse desses movimentos que se dizem sociais.



Ainda dispõe que é crime de responsabilidade da Presidente da República atentar contra a segurança interna do País, a probidade da administração — e aí está a base do processo enviado a esta Casa; é constitucional, não há golpe nenhum — e a Lei Orçamentária.

Ou seja, essa falácia eu acredito que já deveria ter passado, e deveria haver argumentos, sem se levantar a voz. Muita gente veio para cá ou para o lado de lá, seja da Oposição, seja da Situação, com gritos histéricos. Mas nós temos que aumentar o argumento. Nesta Casa, temos que ter um pouquinho mais de decência como Parlamentares e discutir os processos dentro da legalidade, da moralidade e da ética, que são exigidas de nós, homens e mulheres públicos.

O que nós fazemos aqui se reflete na rua. Os tapas que acontecem na rua são por culpa desta Casa, de Parlamentares irresponsáveis, de ex-Presidente irresponsável e, muitas vezes, de uma Presidente irresponsável que não mede as palavras e os seus atos.

Sr. Presidente, um tempo atrás, eu disse que era um equívoco do PT dizer que a CNBB apoia o partido e é contra o golpe. Bom, eu tinha dito que era um equívoco. E eu disse a esses senhores que, se continuassem no equívoco, eu seria obrigado a dar o nome correto: é uma mentira.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não se pronunciou a favor do PT, até porque seria totalmente irresponsável se o fizesse. Os bispos, os cardeais do Brasil são responsáveis com a nossa Nação e com o nosso povo.

Outra confusão que se faz dentro desta Casa: não confundam Comissão Justiça e Paz com Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É uma confusão que se quer fazer, usando-se disso para dizer que a CNBB apoia o PT. É uma mentira.



Saiu ontem uma nota da CNBB, muito equilibrada, como sempre. A nota é muito clara e diz assim:

“Neste momento, mais uma vez, o Brasil se defronta com uma conjuntura desafiadora. Vêm à tona escândalos de corrupção sem precedentes na história do país. É verdade que escândalos dessa natureza não tiveram início agora; entretanto, o que se revela no quadro atual tem conotações próprias e impacto devastador. São cifras que fogem à compreensão da maioria da população. Empresários, políticos, agentes públicos estão envolvidos num esquema que, além de imoral e criminoso, cobra seu preço.”

E, aí, vem uma palavra do Papa Francisco: *“Quem paga a corrupção dos ricos são sempre os pobres”*. São os mártires da corrupção.

E hoje, de manhã, o jurista Miguel Reale Júnior disse, desta tribuna: *“Tem crime, sim. E quem está pagando o preço é a população mais pobre do País”*.

Então, meus amigos, minhas amigas, Sras. e Srs. Deputados, tenhamos um pouco mais de razoabilidade nas nossas colocações. Vamos pensar de fato no Brasil.

Vejam bem, eu não acredito — e digo com toda a sinceridade como Parlamentar que sou — que a melhor solução para o Brasil seja o *impeachment*, primeiro. Eu não acredito que a melhor solução para o Brasil seja o Governo do Sr. Michel Temer. Eu não acredito que seja o melhor para o Brasil. Mas, se é o que nós temos para este momento, para tirar o País desse buraco, desse fosso de



corrupção, de imoralidade, de crise econômica e política, nós temos que apostar nisso.

Primeiro resolvemos a crise política pelo *impeachment* — é o dispositivo constitucional. Depois nós trabalhamos para resolver a crise econômica. E, nas eleições, sim, nós vamos resolver a crise moral, porque o povo brasileiro não é palhaço, o povo brasileiro não é otário e o povo brasileiro vai saber, nas próximas eleições, a começar pelas municipais, que nós vamos passar este País a limpo, que aqueles que estão esculhambando a nossa Nação estão com os dias contados.

Aí não importa partido, se é PT, é PSB, é PCdoB, é PSDB. Não importa o partido, o povo vai querer gente decente, gente que se preocupe de fato com a Nação, que se preocupe com os pobres, porque aqui às vezes se vive num mundo paralelo, numa redoma. Não sabemos o que está se passando lá fora.

E eu tenho uma má notícia para o Presidente Lula — ex-Presidente Lula, perdão. Aliás, eu nem gosto de tratá-lo como ex-Presidente. É o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que fez um pronunciamento hoje pela manhã na Internet. No final, ele teve a petulância... Aliás, antes ele tinha dito que nós éramos covardes. Eu conheço bem minha bancada, são homens e mulheres de fibra. Não posso dizer de todos aqui, mas falo da minha bancada, que eu conheço e com a qual eu lido pessoalmente. Disse a ele nesta tribuna que eu não sou covarde. Se ele é covarde de se esconder em um hotel e de ficar fazendo às escuras o que ele faz, eu não sou covarde aqui. E, no final da fala de hoje, o ex-Presidente Lula dizia assim: “*Por isso,*” — depois de uma série de besteiras que disse — “*peço a todos que confiem na minha palavra e mantenham a defesa da democracia. Vamos derrotar o impeachment e encerrar de vez essa crise*”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, tenho uma péssima notícia para o senhor: o *impeachment*, no domingo, passará nesta Casa. (*Palmas.*) E nós vamos provar que, nesta Casa, há pessoas que têm dignidade. Vamos mostrar, sim, que, aqui dentro, queremos o melhor para o nosso País, diferentemente do senhor, diferentemente do seu partido, que, com um projeto de poder totalitário e que trás para o nosso País, de maioria cristã, uma ideologia embolorada, comunista, marxista, que quer transformar a naturalidade de homem e mulher por meio de suas políticas públicas, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos, destruindo a moral do nosso País, querendo mudar a normativa de família em nosso País.

Sras. e Srs. Deputados, coloquem a mão na consciência e pensem no estrago que já fizeram e que, se Deus assim permitir, não continuarão fazendo em nosso País. No que depender desta Casa — e eu sei que esta Casa tem homens e mulheres honrados —, nós vamos, neste domingo, mostrar que a vontade do povo se expressa aqui.

Os senhores avocam os 54 milhões de votos que tiveram nas eleições. Se juntarem os Parlamentares daqui, serão mais de 100 milhões de votos. Se juntarem os Senadores, vamos para 110, 120 milhões de votos. Nós representamos, sim, a população brasileira. Então, não venham jogar sobre nós a pecha de golpe. Golpe foi o que os senhores fizeram com o nosso País.

E para encerrar eu digo o seguinte: não serei eu que julgarei os senhores, não serei eu que julgarei os seus atos. Em primeiro lugar, quem julgará os senhores e os seus atos será Deus, o justo juiz; em segundo lugar, o povo nas próximas eleições — esperem e verão o que acontecerá; em terceiro lugar, a história. Será,



sim, registrado nos anais da história para toda a eternidade o mal que os senhores causaram a este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha primeira homenagem quero fazer a Ulysses Guimarães, tão responsável pelo momento que nós vivemos hoje e injustamente citado pelo Sr. José Eduardo Cardozo pela manhã. Falou-se de Ulysses de maneira injusta e incompleta. Ulysses Guimarães foi quem, em determinado momento da história, comandou o impeachment de Fernando Collor. O Sr. Cardozo não poderia ter dito o que disse, como advogado de respeito que pretende ser. Ulysses Guimarães comandou a campanha Diretas Já. Ulysses Guimarães comandou o Colégio Eleitoral. E o partido do Ministro, o PT, expulsou os três Deputados que votaram, naquela época, pela única janela que a democracia tinha, que era aquela eleição. O PT expulsou Bete Mendes, expulsou Aírton Soares e expulsou José Eudes.

O PT faltou com o País na promulgação da Constituição Cidadã. Não votou aqui na promulgação, negou-se a assiná-la. E Ulysses, experiente, sabendo que eles se arrependeriam daquela falha grave, deu-lhes uma chance de assiná-la numa mesa, no Salão Negro, uma semana depois.

Então, meu caro Cardozo, o bom advogado tem que ter uma boa causa. O bom advogado, sem uma boa causa, não tem argumento. Eu lamento que V.Exa., na função importante que exerce, venha a este plenário, que, por sinal, já ocupou, fazer um discurso para confundir a opinião pública.



É por isso que eu me dirijo, neste momento, aos que estão em casa nos ouvindo.

Se esse *impeachment* está aqui hoje no seu processo inicial, nós o devemos à voz rouca das ruas. Esta Casa não tem sequer autoridade para comandar um processo de *impeachment*, mas nós somos a ressonância do Brasil. Quem está pedindo o *impeachment*, meus caros colegas, são os brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, arrependidos do voto mal dado, comprometido no submundo da corrupção.

Aliás, o Sr. Lula, no episódio Collor, disse, num programa de Serginho Groisman, que fenômeno eleitoral não era passaporte para a impunidade e, portanto, a cassação era justa e oportuna.

Mas eu quero fazer uma sugestão a quem está em casa nos ouvindo. Vejam bem: pesquisem e vão encontrar pronunciamentos feitos nos dias que antecederam a cassação de Collor. Pesquisem pronunciamentos feitos nas tentativas frustradas de *impeachment* de Fernando Henrique. Os atores são os mesmos que hoje dizem que o *impeachment* é golpe, do partido das meias verdades, do partido da falta de coerência.

Vejam só: dizem que o Vice-Presidente Michel Temer não tem votos. Ora, se não tem votos, por que a necessidade da aliança do PT com o PMDB, em 2010? Se não tem votos, por que a necessidade de repetir essa aliança, em 2014? Porque foi exatamente a junção de votos do PT com os do PMDB que possibilitou essa eleição.

Michel Temer foi um homem sério, correto. Foi até, para não criar problemas, um Vice-Presidente ausente no primeiro mandato. Foi humilhado pelo coordenador político e Chefe da Casa Civil em algumas ocasiões. Se ele não servia para nada,



por quê, em determinado momento da crise, foi chamado às pressas por Dilma para ser seu coordenador político?

Minha gente, esse povo está desesperado. Esse povo está sem argumento.

Vou dizer uma coisa: nós não tivemos — e sou humilde para reconhecer isto — um papel decisivo nesse *impeachment*. Esse *impeachment* foi todo construído e costurado pela incompetência da base do Governo, comandada pelo PT, que fez ouvido moco.

Quem não se lembra quando Chico Buarque, que agora está sofrendo de amnésia, pediu ao Lula, nos primeiros meses de Governo: “*Crie urgentemente o ministério do vai dar merda*”, para alertar sobre as besteiras que estavam fazendo? Quem não se lembra do apeamento de Heloísa Helena do Governo? Quem não se lembra do apeamento de Fernando Gabeira do Governo? Quem não se lembra do apeamento de Palmeira do Governo? Quem não se lembra do apeamento de Marina Silva do Governo? Todos por questão moral! Quem não se lembra de que o PT comandou o processo do mensalão?

Eu pensava que o mensalão seria, na história do Brasil, o maior episódio de corrupção. Pois bem. Quando o Brasil pensava que eles tinham acabado com isso e que a situação tinha servido de lição, no submundo, eles criaram o petrolão, sofisticado, que usou mecanismos internacionais de propina, e estamos com o País mergulhado nessa vergonha.

Quebraram a PETROBRAS! Querem coisa mais vergonhosa do que Pasadena? Estoura agora um escândalo no Panamá, com contas conhecidas como *offshores*. E o Brasil é o campeão no que diz respeito a dinheiro ilegal, arrecadado pelos que comandam o poder, o PT e este Governo até agora.



Meus amigos, é duro, mas o PT jogou um cesto de pedras para cima, esqueceu-se de sair de baixo e elas estão caindo, uma por uma, na sua cabeça.

Se alguém mudou, foi o Lula! Ele saiu da periferia de São Paulo para um tríplice de luxo, para um sítio, para o conforto da família e com uma adega, uma coleção de vinhos de fazer inveja aos seus companheiros da Lava-Jato que estão presos no Paraná. O que mudou no Brasil foi isso!

Eu vejo uma coisa neste plenário: os defensores dele estão cabisbaixos e envergonhados; não se vê ninguém defendê-lo com ênfase e convicção. Estão apenas cumprindo a tabela, meu caro Danilo.

Aqui vemos uma divisão, que é uma traição a Dilma Rousseff. O PT está dividido: há os que querem despachá-la imediatamente, até atendendo ao apelo dela de ser carta fora do baralho; e os que já estão urdindo, nos corredores, a trama de trazer Lula de volta, em 2018. Querem provocar o caos no Brasil. Mas, para isso, é preciso se livrar da Presidente Dilma. Esse *impeachment* vai haver, mas nós devemos, e muito, à base do Governo. Se alguém está traindo a Presidente Dilma, é essa base de Governo rachada.

Não venham os senhores com esse discurso midiático de querer colocar a culpa em ninguém. É só fazer um teste, você que está em casa. Quando falam mal da Dilma, é um silêncio profundo; quando falam mal do Lula, neste plenário, a base vem abaixo. É muita hipocrisia. E querem que a Nação brasileira aguente, querem que a Nação se cale. Nós não podemos nos calar.

Impeachment é um processo penoso, é duro, mas é o último dentro do sistema democrático de que nós podemos lançar mão para livrar o País deste caos em que ele se encontra.



Quem de nós fez alguma coisa para que o Brasil estivesse neste momento de desgraça e de desesperança em que se encontra?

Quando falta argumento, eles falam no Fernando Henrique, que deixou o Governo há 14 anos. Ora, se havia tanto erro, por que não abriram processos contra Fernando Henrique? Foram coniventes, foram omissos?

Eu vou terminar, caro Deputado Arnaldo Jardim. O PT, quando chegou ao poder, hospedava-se aqui, em Brasília, no Hotel Torre Palace, que está em ruínas; mudou-se para o Blue Tree. Comia num bandejão aqui na 402; criaram, através de um laranja, a Churrascaria Porcão, que fechou. Usavam roupas, aliás, muito benfeitas, da Casa Colombo; trocaram pelo Sr. Ricardo Almeida, que é o único que ainda sobrevive. Mas o PT frustrou a Nação brasileira no que nós queríamos, que era ver este País crescer.

E eu confesso que, nos primeiros momentos em que eu vi o PT com aquele discurso moralista, eu disse: "*Cá para nós, estamos lascados. Eles vão mandar uma eternidade*". Mas não resistiram. E há um velho ditado que diz: "*A ocasião faz o ladrão*", e eles não resistiram.

Meus amigos, eu me despeço, agradeço ao meu partido a oportunidade que me deu e lembro um escritor inglês, que disse: "*Não há noite tão longa que por fim não encontre o dia*".

Finalmente, este é o dia que o Brasil espera. Este é o dia que o Brasil almeja. Este é o dia que o Brasil quer para voltar a ser feliz.

Portanto, meus amigos que estão em casa, não se impressionem com esse terrorismo, com esse disse me disse. O *impeachment* já tem mais de 360 votos. Eles



estão como canoa de pobre, tentando atravessar o rio cheio: fura aqui, fura acolá, o canoeiro tira a camisa e vai tapando os buracos.

Queira Deus — e não desejo mal a ninguém — que eles cheguem sãos e salvos do outro lado do rio, mas deixem o Brasil viver em paz, que é o que toda a Nação quer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. FABIO GARCIA (PSB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos veem neste momento, eu quero aqui dedicar minhas primeiras palavras para fazer um agradecimento profundo ao bom povo de Mato Grosso, que confiou em mim a oportunidade e a responsabilidade de bem representar o meu Estado, neste momento histórico da nossa Nação.

Quero dizer que eu sei o tamanho da minha responsabilidade ao julgar, neste momento, a admissibilidade para o prosseguimento do processo de impedimento da Presidente da República, mas sei também que cabe a mim respeitar a vontade maior do nosso povo, do povo brasileiro, do povo do Estado do Mato Grosso, claramente, de forma contundente, mas pacífica, manifestada nas ruas de todo o Brasil.

Neste domingo, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados será chamada à responsabilidade constitucional de julgar o prosseguimento do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A decisão da Câmara não se limitará apenas a julgar esse processo de *impeachment*, mas decidirá, sobretudo, qual o futuro que queremos para o nosso



País: a mudança ou a continuidade de um projeto político de poder que levou o Brasil à mais grave crise da sua história.

Analisei durante os últimos meses, de forma muito serena e responsável, todos os elementos da denúncia que foi apresentada a esta Casa sobre os crimes de responsabilidade eventualmente cometidos pela Presidente Dilma Rousseff.

Posso dizer que tenho hoje a convicção de que a Presidente cometeu, sim, os crimes de responsabilidade previstos no art. 85 da Constituição Federal, ao atentar contra a Lei Orçamentária brasileira e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A edição de decretos de abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional constitui grave descumprimento da legislação brasileira. Primeiro, porque, ao fazê-lo, a Presidente desrespeitou claramente a Lei Orçamentária brasileira, comprometendo o resultado fiscal do País. E isso ficou claramente demonstrado no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2015, encaminhado, no final do ano passado, pelo Governo Federal, que tenta reverter os números fiscais do Brasil de um superávit orçamentário previsto, no início do ano, de 70 bilhões de reais, a um déficit de mais de 115 bilhões de reais, formado, claramente, por mais de 95 bilhões de reais em decretos de créditos suplementares, agravando a crise fiscal do nosso País. E, segundo, porque, ao fazê-lo, a Presidente desrespeitou a prerrogativa desta Casa e diminuiu o Congresso Nacional.

Vale lembrar, aqui, que nenhum governante tem o direito ou pode dispor do dinheiro público como lhe convém. É preciso respeitar as leis, para, assim, garantir o bom e o correto uso do dinheiro público.

Também quero me referir aqui às chamadas pedaladas fiscais, empréstimos tomados pelo Governo de forma consistente, durante 14 meses, de 2014 a 2015,



para pagar gastos correntes, maquiando, assim, as finanças do Governo e a situação fiscal do País. Isso é um grave descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ninguém — ninguém! — está acima das leis no Brasil.

Quero aqui também refutar, de forma veemente, a tese de que aqui existe um golpe. Se há crime, não há golpe. Os indícios de crime estão claramente evidenciados nos atos da Presidente, como demonstra o relatório aprovado por ampla maioria na Comissão Especial do *impeachment* desta Casa.

Se não votarmos pela continuidade deste processo, entraremos talvez para a história como aquela legislatura que impediu ou enterrou a continuidade de um processo de investigação sobre um crime de responsabilidade que está claramente evidenciado no relatório aprovado por ampla maioria nesta Casa.

Além do mais, abriríamos no nosso País um enorme precedente de permissão a qualquer governante de descumprir a Lei Orçamentária, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação do Brasil.

Se há golpe, certamente, não é neste processo de *impeachment* que tramita nesta Casa, realizado mediante processo legal previsto na Constituição Federal, garantindo-se a todos a ampla defesa, o direito ao contraditório e cujo trâmite, em suas etapas, por várias vezes, passou pelo crivo da mais alta Corte deste País, o Supremo Tribunal Federal.

Sabemos que este julgamento não é um julgamento meramente jurídico, ele é também político e, por isso, tramita no Congresso Nacional.

Portanto, não podemos deixar de responsabilizar este Governo por ter conduzido este País à maior crise da sua história, de ordem política, moral, ética e, sobretudo, econômica. Não podemos, simplesmente, aceitar um governo que coloca



o seu projeto político de poder acima dos interesses maiores do Brasil e dos brasileiros.

Isso ficou claramente evidenciado no processo eleitoral de 2014, quando a então candidata Presidente Dilma Rousseff omitiu e faltou com a verdade com a população brasileira sobre a real situação do País, bem como sobre as suas propostas ao nosso País. Disse que não haveria aumento de impostos; de que não haveria aumento no preço de combustíveis e de energia elétrica; de que a situação fiscal do Brasil estava sob controle; e de que os programas importantes desta Nação, como o FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, seriam preservados.

Além do mais, o Governo se utilizou da máquina pública, dos recursos públicos, do dinheiro do cidadão brasileiro, para maquiar a grave situação econômica e fiscal do Brasil. Somente no setor de energia, foram gastos mais de 50 bilhões de reais do Tesouro Nacional para baixar artificialmente o preço da energia elétrica no Brasil.

Passadas as eleições, a verdade veio à tona e trouxe consigo o sacrifício e o sofrimento de milhões de brasileiros. A conta da energia elétrica subiu mais de 50% em 2015. A gasolina tem hoje o maior preço da história deste País, mesmo com o preço do barril de petróleo sendo o menor dos últimos 10 anos.

A inflação atingiu patamares superiores a 10%, destruindo a renda das famílias brasileiras. O Brasil perdeu o grau de investimento, o selo de bom pagador, afastando investidores e investimentos deste País. O PIB caiu por 2 anos consecutivos, algo que não acontecia desde a década de 20. A incapacidade de gestão deste Governo destruiu a maior empresa estatal deste Brasil e impôs um déficit primário às contas públicas de mais de 100 bilhões de reais, o que



compromete claramente a nossa capacidade de investimento e ainda leva o brasileiro a pagar uma das mais altas cargas tributárias do mundo, sem ter direito a serviços públicos minimamente dignos de educação, saúde e segurança pública.

Se o quadro presente é desolador, o futuro é ainda muito mais preocupante pela ausência de recursos disponíveis para investimento em infraestrutura, educação e ciência e tecnologia.

Não poderíamos deixar de mencionar aqui os cerca de 10 milhões de brasileiros desempregados no Brasil. Talvez seja esse o maior castigo para a família e também para o País.

Chegamos a este momento com o País em paralisia completa, desesperançoso, desacreditado, afundado em uma crise moral e ética sem precedentes. O atual cenário nos obriga a tomar uma atitude corajosa, responsável, no sentido de interromper este modelo esgotado que está levando o nosso Brasil à falência.

Precisamos urgentemente de um novo governo, de uma mudança que trará de volta a esperança aos brasileiros e resgatará a confiança no futuro do nosso País.

Como homem público, tenho a obrigação de respeitar a vontade do nosso povo.

No domingo, não fugirei à minha responsabilidade. Vou votar "sim" ao prosseguimento da admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma. Tomei essa decisão em respeito ao povo do Mato Grosso, às centenas de milhares de votos que recebi no meu Estado para bem representar o Mato Grosso.



Uma vez virada esta triste página da história do nosso País, haverá ainda muito a ser feito, e, de minha parte, muita vontade de fazer. Temos que pacificar o Brasil, acabar com a crise política do nosso País, unir a nossa Nação e trabalhar juntos por um futuro melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Voto "sim", assim como o meu partido, majoritariamente, pela retomada da esperança e por um novo caminho ao Brasil.

Nós não vamos desistir do Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSB conseguiu construir neste momento uma vontade majoritária, quase unânime, no sentido de dar ao Brasil o conforto pelo qual nós tanto lutamos.

O Brasil precisa se reencontrar com a sua paz, o Brasil precisa se harmonizar dentro de um projeto capaz de reverter todas as dificuldades que foram geradas por um governo incapaz e ineficiente que trouxe tantos resultados maléficos para o nosso País. Somos um país do tamanho de um continente, um país de uma riqueza extraordinária, cujo povo está pagando um preço muito caro por este mau Governo, sem sombra de dúvida. A política econômica deste Governo gerou crescimento negativo por 2 anos consecutivos e um exército de quase 10 milhões de desempregados.

Este Governo precisa ser banido, este Governo fez a malversação dos recursos públicos. Por isto está sendo criminalizado, exatamente por suas deficiências, por sua irresponsabilidade na gestão da coisa pública.



E é lamentável vermos o Advogado-Geral da União, um professor de Direito Constitucional, vir a este plenário dizer que o Governo não teve oportunidade de defesa. Nunca se deu tanto direito a defesa a um acusado de *impeachment* nesta Casa. No processo de Collor, nem audiências da Comissão Especial houve. E foi exatamente no sentido de garantir o rito planejado, o rito desejado pelo Supremo Tribunal Federal, que nós palmilhamos, palmo a palmo, seguindo momento a momento. Em menos de 1 semana, só o Advogado-Geral da União já falou nesta Casa três vezes a mesma coisa. E em nenhuma das três vezes em que falou conseguiu responder as indagações que foram colocadas, até porque este Governo é réu confesso. É réu confesso porque a própria Caixa Econômica Federal teve que entrar na Justiça Federal contra o Tesouro Nacional para não ter o rombo das suas contas explicitado, para não ter o desencaixe do próprio capital. A Caixa cobriu com o dinheiro do trabalhador, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, exatamente as contas que tinham que ser pagas por um governo que não cumpria com as suas obrigações.

O próprio Banco do Brasil viu o desencaixe do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador. O BNDES financiou inclusive as empresas de construção no mercado internacional, as que estão sendo investigadas pela Operação Lava-Jato, sem a menor preocupação com a transparência das contas públicas. Até mesmo o Banco Central, ainda vinculado ao Governo Federal, no seu relatório da semana passada colocou não só as dificuldades que o Governo teve para cobrir essas contas, mas também o que refletiu esse desencaixe, essa irresponsabilidade. Ocasionalmente desemprego, volta da carestia e sofrimento ao povo brasileiro.



Se hoje o povo brasileiro tem a oportunidade de fazer esse julgamento, se hoje o povo brasileiro vê nesta Casa a responsabilidade dos seus representantes, é exatamente por isso que temos a obrigação de fazer aqui um julgamento transparente, um julgamento que dê o direito à defesa, mas que, ao mesmo tempo, seja um julgamento coerente com a necessidade da mudança. É essa mudança que vai fazer com que o País se reaglutine num novo projeto e a esperança de novo vença o medo, o medo que todos nós temos.

O meu Estado do Ceará, hoje fragilizado na área de segurança pública, tem sofrido com noites de horrores. Três torres de comunicação de empresas de telefonia móvel foram queimadas — um dia, sim; outro, não. E a própria Câmara Municipal de Sobral, um prédio histórico e tombado, foi depredado exatamente pelo PCC — Primeiro Comando da Capital e pelo Comando Vermelho, que estão instalados no nosso Estado.

E vejam qual é o modelo de administração do PT. O Governador do meu Estado é do PT. Em vez de estar no Ceará, buscando dar garantia e segurança ao nosso povo, estava hoje aqui, no plenário desta Casa, tentando cabalar votos para manter um governo ineficiente e incapaz, tentando dar salvaguarda à Presidente Dilma Rousseff. A preocupação não é a de dar segurança ao nosso povo, a preocupação é única e exclusivamente a de manter-se no poder pelo poder, como se isso pudesse mudar a vida das pessoas.

Não. Nós precisamos recuperar na política os espaços que foram perdidos, nós precisamos fazer com que o povo brasileiro tenha a garantia de que o Congresso Nacional o representa. E não vamos aceitar nenhum blefe de ocasião, o



blefe da criação da cultura do “mudou”, do “virou o jogo”, porque não é um jogo de peteca. O jogo é de responsabilidade para com o povo que nos elegeu.

Nós não podemos deixar que os Deputados que já foram chamados de “covardes”, que já foram chamados de “picaretas”, que já foram ignorados por este Governo e em momento algum foram convidados para construir nenhuma política pública neste País tragam para esta Casa a pecha de terem negociado o seu voto, a sua dignidade, num quarto de hotel. Não vamos aceitar as mudanças de última hora, até porque temos um conforto: o conforto daqueles que já se comprometeram, o que nos dá a folga garantida; de que poderemos nos orgulhar, sim, de que o povo brasileiro vai fazer essa mudança.

E é nesta mudança que nós temos a certeza de que temos que construir um governo de unidade nacional, um governo que seja capaz de abrigar um programa para resolver os problemas da economia, um programa para resolver o problema da insegurança e do crescimento da violência que vivemos hoje, um programa que seja capaz de dar à nossa juventude a recuperação daquilo que ela mais quer: a busca de uma oportunidade, de uma vida melhor, para que não seja obrigada a amanhecer na fila do SINE atrás de emprego, diante de portas estarem fechadas, porque a economia é recessiva, porque o crescimento do País é negativo, porque as empresas estão fechando.

As indústrias do País, que já foram responsáveis, 20 anos atrás, por 27% do PIB nacional, pela riqueza do País, hoje respondem por menos de 10%. A juventude precisa da garantia daquilo que foi prometido, reverberado no folclore da campanha nacional: de ter o FIES, o PRONATEC exatamente para essa formação, na busca



pela qualificação do emprego. Tudo virou retórica de campanhas eleitorais porque o Governo foi construído na mentira.

Foi essa mentira que enganou o povo do Ceará. Disseram que iam fazer no Ceará uma refinaria que ia triplicar a produção de riquezas do Estado. E a refinaria virou pó. Aliás, não virou pó, virou prejuízo para o povo do Ceará. Lá foram perdidos 657 milhões de reais do Tesouro do Estado, dinheiro que até hoje ninguém sabe aonde foi parar. São tantos os escândalos, são tantos os desvios, são tantas as condutas condenáveis que não há semblante, perspectiva ou horizonte capaz de dizer que este Governo voltará a governar ou que a Presidente será capaz de fazer com que o País se aglutine, ou que será capaz de apresentar ao Congresso Nacional — cuja imagem já tanto denegriu — proposta política concreta capaz de tirar o País do buraco, ou que será capaz de fazer, na economia, qualquer mudança que altere o perfil de crescimento dos juros, do arrocho fiscal, do aumento dos impostos. No País, os cidadãos não conseguem mais garantir a sobrevivência das suas próprias famílias, já não aguentam o avanço da carestia que estamos vivendo.

É exatamente por isso que nós temos que nos aglutinar numa mobilização crescente. Temos até domingo para nos mobilizar, temos até domingo para unificar esta Nação. Que assim como torcemos pela nossa Seleção possamos torcer para virar esta página, possamos nos irmanar no sentimento de posse deste Brasil que é nosso.

E, como dizia o nosso Presidente Eduardo Campos, nós não podemos desistir do Brasil. Este é o momento do chamamento, este é o momento da alegria, este é o momento de cada brasileiro buscar a felicidade, e de, com essa alegria,



darmos o basta àqueles que fazem da apologia do medo, da criação do terror um instrumento de política pública.

Nós nunca vimos na história do Brasil um Presidente da República levar para dentro do Palácio do Planalto a apologia do medo, para causar intranquilidade para causar insegurança, para fortalecer e financiar movimentos sociais que estão queimando pneus nas estradas, que estão criando uma algazarra no País para gerar um clima de insegurança nacional.

Nós não queremos esse Brasil. Nós queremos o Brasil do amor, nós queremos o Brasil da felicidade, nós queremos o Brasil do crescimento que ajudamos a construir. E é esse Brasil que depende de cada homem e de cada mulher de bem, de cada brasileiro que tem na sua cidadania o respeito à nossa Nação, que tem na nossa família a perspectiva de uma construção melhor de dignidade.

É esse povo que precisa ir às ruas, é esse povo que precisa se vestir de verde e amarelo, é esse povo que precisa dizer aos políticos que está de olho, que os está observando, que quer transparência e que não vai aceitar esses acordos feitos em uma camarinha, em um quarto de hotel.

Precisamos respeitar o Brasil. E a esta Casa cabe esta responsabilidade, a este Plenário cabe esta responsabilidade, aos políticos cabe uma oportunidade ainda maior: a de darmos a volta por cima, a de dizermos que a política brasileira precisa ser respeitada, que a política brasileira não pode se acomodar com esses adjetivos perversos, em uma Casa que reúne tanta gente de bem, tanta gente comprometida e tanta gente responsável.



Meus amigos, tenho certeza de que nós caminhamos muito. Muito foi feito, muito foi discutido, muito foi trabalhado, muito foi defendido e muito foi acusado, mas a segunda-feira o Brasil precisa começar de cara nova. O Brasil precisa começar a segunda-feira reencontrando-se. Reencontrando-se com a perspectiva da construção de um futuro. E esse futuro passa, necessariamente, por mudança. Essa mudança talvez seja traumática, essa mudança talvez seja difícil, mas é necessária.

Nós não podemos tergiversar, nós não podemos ficar acovardados, como já fomos chamados. Nós precisamos ter altivez, precisamos ter coerência, precisamos ter responsabilidade para dar ao Brasil, com base no instrumento jurídico legal e constitucional que temos, exatamente a possibilidade de mudar. Esse instrumento, sem sombra de dúvida, é o *impeachment*; esse instrumento, sem sombra de dúvida, é a alternância de poder na democracia. E a alternância de poder na democracia se dá respeitando-se a Constituição.

Respeitar a Constituição é garantir que ela seja cumprida, respeitar a Constituição é fazer com que as leis do País, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, sejam cumpridas, para não se levar o País para o buraco, para o fosso, para o abismo.

Se continuarmos a persistir neste Governo, só teremos uma porta aberta: a porta da insolvência econômica, a porta do desastre, a porta da desagregação, a porta da falência. E isso nós não desejamos para o País que amamos, para o País a que tanto queremos bem.

É com esse vigor e com essa vontade que nós do PSB nos associamos à luta do povo brasileiro pelo *impeachment* e pela mudança.

Viva o Brasil! Viva o meu Ceará!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder Danilo Forte.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Seguindo rigorosamente o que está previsto no Regimento, nós agora vamos conceder a palavra a seis Líderes, dos seguintes partidos: PHS, PT, PSD, Governo, PR e PSB. Depois, vamos conceder a palavra ao Líder do DEM.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Diego Garcia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho de uma cidade do interior do norte pioneiro do Paraná chamada Andirá, com 20 mil habitantes, os quais, com certeza, ouvem o meu pronunciamento neste momento.

Tenho orgulho de dizer que sou paranaense, tenho ainda mais orgulho de dizer que sou do Estado que tem tido reconhecimento em âmbito nacional por conta da Operação Lava-Jato, dos avanços que estão acontecendo por meio dessas investigações, tanto pela Polícia Federal quanto pelo Ministério Público. Tenho orgulho de dizer que represento esse Estado.

E neste momento de decisão nos é dada a oportunidade de virar a página que estava sendo escrita de forma errada e por mãos erradas, de tal maneira que vinha envergonhando o nosso País, envergonhando milhares e milhares de brasileiros por causa de tanta corrupção. E a Operação Lava-Jato foi um dos fatos que chegaram a esta Casa por meio da peça que foi apreciada recentemente por uma Comissão Especial, com denúncias que foram inclusive confirmadas pelo doleiro Alberto Youssef, de que a Presidenta Dilma Rousseff sabia, sim, de todas as propinas, de tudo o que estava acontecendo na nossa querida PETROBRAS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD.
Montagem: 4176



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa peça também traz as chamadas “pedaladas fiscais”. As pedaladas fiscais — digo isto para que a nossa população possa entender — são operações de crédito ilegais, não autorizadas, que foram feitas também por este Governo. Não sou eu que estou dizendo isso. O próprio Tribunal de Contas da União afirma isso e traz esses relatos, essas informações para nós.

Cometeu crime? Cometeu crime, sim!

Tenho sido chamado de “golpista” nas redes sociais. Golpe: astúcia por quem procura obter vantagem. Não fui eu que procurei obter vantagem à custa do povo brasileiro, à custa da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 8 minutos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste, nós temos visto um debate nesta Casa bastante importante sobre este processo de *impeachment*, um debate em que as acusações contra a Presidente da República não se substanciaram.

Apesar do extenso relatório do Deputado Jovair Arantes, ficou claro, pela defesa do Advogado-Geral da União, em três oportunidades — duas na Comissão e uma neste plenário —, que essas acusações não têm substância. São acusações vazias, são questões que não têm profundidade, são questões que não revelam crime de responsabilidade nesse processo todo. Portanto, nós só podemos concluir que este é um processo de golpe, é um processo em que se visa desrespeitar a Constituição Federal.

E o que se faz neste plenário é uma verdadeira eleição indireta. O Vice-Presidente da República busca angariar votos para se eleger indiretamente, desrespeitando o voto de 54 milhões de brasileiros e, mais do que isso, interrompendo o processo democrático em nosso País.

Por isso, nós temos aqui a obrigação, o dever de debater e de aprofundar essas questões. Qual é o objetivo dessa movimentação? Qual é o objetivo desse golpe? É o de fazer com que ocorram modificações na estrutura econômica do País e nos direitos sociais do povo brasileiro sem que sejam discutidas e votadas pela população.



Nunca se discutiu e nunca foi aprovada pela população uma reforma previdenciária que coloca a aposentadoria aos 65 anos de idade; nunca se discutiu uma lei de terceirização que joga por terra os direitos trabalhistas; nunca se discutiu o fim do regime de partilha e a entrega das jazidas do pré-sal para multinacionais do petróleo, como querem fazer com o projeto de lei que já vem lá do Senado Federal, o projeto de José Serra. Essas modificações eles querem fazer à revelia do povo brasileiro, à revelia do processo democrático. Nós estamos denunciando isso em todos os cantos do País.

E é por isso que no Brasil existem cada vez mais manifestações contra esse golpe. O povo brasileiro abriu o olho! Não são somente personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados que protestam; é a população que vai às ruas, são os movimentos sociais do campo e da cidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas, e até mesmo as torcidas organizadas dos times de futebol, que não suportam mais esse processo que visa fazer com que a nossa população sofra.

A juventude brasileira está se levantando. A juventude de São Paulo, que ocupou mais de cem escolas no final do ano passado contra a reforma educacional, vai hoje às ruas, vai às manifestações contra o golpe. Com certeza, nós vamos colocar muito mais gente na rua no domingo, para impedir que se consuma esse fato.

Quero concluir dizendo o seguinte: no plenário desta Casa, a correlação de forças está mudando. Aqueles que pensavam que iam ter uma vitória arrasadora



estão começando a ficar preocupados porque, a cada dia, mais e mais Deputados estão mudando de opinião e passando a combater esse golpe.

Eu digo a V.Exas. que nós vamos ser vitoriosos no domingo! Nós vamos impedir que esse golpe se consuma, porque na segunda-feira nós vamos reorganizar o Governo. E contamos com o apoio da maioria dos Deputados desta Casa. Contamos até mesmo com o apoio daqueles que queiram votar aqui pelo *impeachment*, porque o Brasil não pode parar, o povo brasileiro não pode ser sacrificado.

Vamos reorganizar o Brasil, vamos acabar com o desemprego, vamos retomar o desenvolvimento, vamos gerar renda, distribuição de renda e desenvolvimento nacional!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Passo a palavra para a minha companheira Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, querido povo brasileiro, nós nos dirigimos ao Brasil com profundo amor. Nós nos dirigimos ao Brasil que se mobiliza e sabe que terá uma vitória da democracia no próximo domingo, neste plenário. Nós nos dirigimos ao Brasil com a esperança de que prevaleça aqui a memória de Ulysses Guimarães, a memória de Tancredo Neves, a memória dos democratas, e não a orientação de um Presidente nefasto ao País, à democracia e com postura golpista, como Eduardo Cunha tem.

Nós sabemos que aqueles que compõem este Plenário e que prezam a sua vida política e a sua biografia certamente não estarão alinhados a alguém que chefia as quadrilhas de corrupção, como Eduardo Cunha. Nós sabemos que aqueles que



estão neste plenário estão preocupados com a Nação brasileira, e não poderão estar ao lado de uma perspectiva golpista, de uma perspectiva que tenta promover uma grave injustiça.

Neste plenário, hoje, quando a denúncia falsa mais uma vez ecoou contra a Presidenta Dilma, mais uma vez o ardil de uma injustiça buscou se consolidar. Não há contra a Presidenta Dilma nada que seja razoável. A Presidenta Dilma não pode ser acusada de nenhum crime. Ela não é acusada de nenhum crime, porque não praticou nenhum crime. A sua dedicação ao Brasil, desde a juventude, de uma menina, de uma jovem presa e torturada, que lutou pela democracia, é o mesmo ímpeto de uma mulher com um coração valente. Ela, sim, pode unir o Brasil. Nós com ela podemos unir o Brasil, porque o amálgama da união é o voto que ela tem, e esse voto Michel Temer não tem.

Nós temos respeito pelo PMDB histórico, nós temos respeito por todos os partidos, mas nós sabemos que falta a alguns o voto. Nós sabemos que, sem o voto popular, sem o povo, uma casta que busca o poder afasta-se da comunidade, afasta-se da população.

Pedimos a cada mulher neste plenário. Olho nos olhos das minhas colegas Deputadas Federais, mulheres como eu, e rememoro o brilhante pronunciamento de posse da Presidenta Dilma, quando olhou as meninas brasileiras, a minha filha, as nossas filhas, as meninas de todas as idades, as jovens universitárias ou as crianças, e disse: "*As mulheres podem!*"

O que querem agora comprovar? Querem cassar o mandato de uma mulher digna! Querem cassar o mandato, a razão política e os direitos políticos de uma



mulher digna! Assim disse o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA, Luis Almagro, hoje em visita ao Brasil.

Enquanto isso, na política — o povo não fecha os olhos! —, há um processo, Deputado Jose Stédile, e somos presididos por alguém que é denunciado no Supremo Tribunal Federal por corrupção. É réu, de acordo com o STF.

Senhores e senhoras, comparem a biografia de Dilma com a biografia de Eduardo Cunha. Comparem o que fizemos no Brasil e a esperança que podemos produzir nos olhos do povo, e o que a oposição golpista fez ao longo dos últimos meses, ao longo dos últimos anos, desde 2014, quando não aceitou o pressuposto básico da democracia, que foi o resultado das urnas e o voto popular.

Saibam, colegas Deputados e Deputadas, que todos nós homens e mulheres somos julgados nesta tribuna, não por um momento, mas para o sempre. O que dizemos e o que fazemos aqui, os nossos atos, tudo repercute em cada dia de nossas vidas, repercute na vida de cada brasileiro e brasileira. Em homenagem a esse povo, viva a democracia! Dilma... *(Palmas.)*

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Muniz, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

V.Exa. tem o tempo regimental de até 7 minutos.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSD-MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje me dirijo ao povo brasileiro, mas, especialmente, a minha Minas Gerais, onde a liberdade é sempre mais do que um lema, pois está em nosso sangue.

Os brasileiros estão indignados com a situação do seu País, completamente desiludidos, angustiados com o futuro. E por quê? Porque o Brasil de hoje vive uma crise política e econômica sem precedentes; uma crise que tem deixado um sem-número de pais de família sem emprego, sem olhar nos olhos dos próprios filhos, pela vergonha de não poder colocar na mesa o pão de cada dia. Então, a indignação dos brasileiros é pela falta de emprego, de oportunidade de estudar, que já não possuem mais, e de esperança, que roubaram de nós.

A corrupção que assola o nosso País é a ferrugem que impede o desenvolvimento. Não podemos mais permitir essa situação.

Em Montes Claros, minha cidade natal, o Prefeito Ruy Muniz, senhoras e senhores, criou a Secretaria de Prevenção à Corrupção. E, lá, temos lutado para dar mais qualidade de vida aos montes-clarenses, para garantir dignidade à nossa gente.

Por isso, neste momento, posto-me ao lado do povo, para, juntamente com ele, lutar pelo desenvolvimento deste País. É esse sentimento de brasilidade, de cidadania, que me move, que me traz hoje a esta tribuna para dizer a minha gente, para dizer aos mineiros, aos meus filhos e a minha neta Júlia que não sou mulher de



fugir à luta. Defenderei o Brasil com garra, consciente da responsabilidade de garantir um país digno às futuras gerações, em total sintonia com o meu partido, o PSD, com a expectativa dos meus eleitores e, principalmente, com a minha consciência.

Votarei a favor do *impeachment*, porque quero o Brasil de volta aos trilhos do desenvolvimento. Quero dar aos brasileiros a esperança de novos tempos. Meu voto é contra o golpe, sim, mas contra o golpe das pedaladas e da Lava-Jato.

Portanto, em nome do Brasil, de Minas Gerais, do norte de Minas e de Montes Claros, voto "sim", pelo *impeachment*.

Que Deus ilumine o Brasil e proteja o nosso povo! (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. INDIO DA COSTA (Bloco/PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o art. 1º da Constituição da República diz com muita clareza: "*Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*".

Assim foi definida a nossa Constituição. E a grandessíssima maioria da população quer ver o PT longe do poder.

Eu queria agora já comemorar os mais de 380 votos que vamos ter no domingo, para tirar o poder do PT.

É hora de absoluta responsabilidade. A peça que inicia o processo de *impeachment* é densa e tem como base o art. 85 da Constituição Federal. Portanto, não existe golpe. O PT repete a sua mentira como um mantra para tentar convencer a população brasileira, da mesma maneira que faz em suas campanhas eleitorais: é mentira em cima de mentira.



Agiram do mesmo modo na união do PT com o PMDB no Rio de Janeiro. Na campanha de 2014, venderam ilusões à população, dizendo que estava tudo muito bem, mas esconderam a realidade. Os servidores públicos estão sem receber os seus salários; os aposentados também estão na fila para receber as suas aposentadorias; as pensionistas, que dependem desse dinheiro para viver, estão na mesma situação; hospitais, escolas, segurança pública, um verdadeiro caos.

Lamentavelmente, tentam repetir a mesma mentira na cidade do Rio de Janeiro. Como há Olimpíadas, escondem tudo. E, com muito *marketing*, com muita publicidade, fazem de conta que está tudo bem no Rio de Janeiro. Mas eu tenho certeza absoluta de que, infelizmente, essa conta virá. São mais de 26 bilhões de reais que a cidade do Rio de Janeiro está devendo, até o ano de 2054 — são quase 40 anos. Durante esse período a cidade vai ter que pagar impostos, para compensar os gastos com as obras das Olimpíadas. Então, não é uma situação simples.

Nós vamos juntos lutar para que essa barbárie do Governo Federal e do Governo do Estado não aconteça também na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Neste momento eu concluo, mas, antes de passar ao meu colega, quero dizer o seguinte: não há golpe! Há, sim, uma sociedade desassistida, perdendo emprego, precisando de apoio e querendo ver o PT longe do poder.

É por isso que o meu voto amanhã será a favor do *impeachment*.

O SR. JAIME MARTINS (Bloco/PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é com alegria que eu venho a esta tribuna. Nós vivemos um momento da maior gravidade em nosso País, momento de forte crise política e econômica, talvez a maior de toda a história, marcada pelo descrédito nas



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



instituições, por denúncias de corrupção e por dificuldades em realizar o ajuste fiscal. Cada um desses fatores influencia os demais e agrava a crise.

O sentimento da sociedade é de que os cofres públicos estão sendo assaltados, e a sociedade chegou ao limite da sua contribuição.

Vivemos, neste momento, duas batalhas, duas guerras: uma é nesta Casa, a batalha do poder, em que poderemos ter alguns vitoriosos; e a outra, a verdadeira batalha, é a batalha das ruas, a batalha da ética e da moral. Nesta batalha, todos estão perdendo: os trabalhadores estão perdendo o emprego; e os empresários estão perdendo seus mercados, as condições de operar seus negócios.

Na batalha das ruas — tenho que anunciar aqui —, eu ficarei com aqueles que me deram sua delegação e me deram este mandato. Ficarei com meus eleitores da querida Divinópolis, da minha terra natal, Nova Serrana, da minha cidade de Formiga, aqueles que me trouxeram para esta Casa por seis vezes.

Votarei com a maioria do meu partido, com a unanimidade dos companheiros do PSD de Minas.

Votaremos “sim” no próximo domingo. Estaremos, juntos, com a população, buscando um novo rumo para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Líder.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

V.Exa. dispõe de até 9 minutos na tribuna.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, de fato, estamos aqui todos fazendo história. O importante é saber que história cada um quer construir.

O mundo inteiro nos olha. O mundo inteiro está de olho no Brasil, num momento como este. E podemos dizer que pessoas de várias cidades do mundo, hoje, se mobilizam contra o golpe no País.

A imprensa mundial também nos observa. E eu destacaria apenas dois jornais insuspeitos: o *The New York Times*, que diz que criminosos tentam afastar uma Presidente honesta, e o *The Independent*, jornal britânico, que diz ser o *impeachment* aqui conduzido por uma imprensa partidária.

Quando um jornal de fora observa isso, não há por que nós não considerarmos que a grande imprensa brasileira, a grande mídia brasileira, faz parte, como todos nós já observamos, deste complô e deste conluio golpista que hoje se estrutura no País.

Destaco, sem nenhum medo, particularmente o Sistema Globo de rádio, televisão e jornal. E digo isso destacando o *The New York Times*, porque, de fato, há muitos criminosos, ou, pelo menos, acusados de crime neste plenário. Eles sobem à tribuna com um discurso ético, como paladinos da moral, a começar pelo Presidente da Câmara, que já não deveria estar sentado nessa cadeira.

Até lamento que ele não esteja aqui, neste momento, ouvindo meu pronunciamento, porque hoje, inclusive, nos jornais, mais um delator diz que o



Deputado Eduardo Cunha recebeu 52 milhões de reais de propina nas obras do Porto Maravilha — mais um delator, o Sr. Ricardo Pernambuco Júnior! E é esse que comanda, hoje, um processo na Câmara dos Deputados para afastar uma Presidente honesta, e repito isso também sem medo de errar!

Vamos olhar o patrimônio da Presidenta Dilma Rousseff! Qual é o seu enriquecimento? De que crime a acusam? Qual é a elevação do seu patrimônio nesses 6 anos de Governo?

Não é justo imaginar que pessoas que estão hoje presentes como réus no Supremo Tribunal Federal, ou são acusados em várias ações penais, queiram retirar do cargo uma mulher que não teve nenhum enriquecimento nesse período, não é responsável por nenhum crime, não é investigada por nenhum crime, não é ré em nenhuma investigação.

É bom dizer que o Sr. Eduardo Cunha, com o traidor, o Sr. Michel Temer — porque é este um traidor da República, da democracia e do povo brasileiro —, em conluio com o PSDB, com o DEM, com o PSB, com o PPS, com vários partidos, abraçaram-se para comandar um golpe institucional, porque este é um golpe institucional! Não é golpe com baioneta, mas é um golpe!

E, do lado de fora, não tenhamos ilusão, há um comando, sim, na elite paulista, certamente articulado com um comando lá fora. Até porque o que está em jogo no Brasil, além da democracia, é qual agenda querem estabelecer para o povo brasileiro, que é exatamente uma agenda de retirada de conquistas, de redução do Estado brasileiro, de quebra da soberania nacional! E essa agenda se contrapõe às pessoas que estão nas ruas, que querem mais direitos, mais liberdade e mais democracia.



Falando nisso, eu posso dizer que, com a divisão da sociedade brasileira, V.Exas. colocam aqui um governo saído, ungido de um processo que V.Exas. não consideram golpe e acham que vai dar paz, equilíbrio e união nacional. Ora, por favor! Um governo ilegítimo que surge da violação da Constituição brasileira, sem voto, é um governo que não governa, que terá nas ruas um confronto necessário para que esse governo não siga adiante. Com esse governo ungido por um golpe, o Sr. Michel Temer não conseguirá sair às ruas, não terá condição de caminhar pelas ruas do Brasil, porque 204 milhões de brasileiros não aceitarão um governo ilegítimo neste País, principalmente decorrente de um golpe inescrupuloso, indigno e violador daquilo que há de mais importante no Brasil, que são os parâmetros e as regras da convivência democrática.

A consciência democrática acordou. E aqui quero deixar um registro absolutamente emocionado e agradecido a todos os democratas — de esquerda ou não — que hoje estão nas ruas, hoje e há meses, levantando bandeiras plurais da diversidade, defendendo o Estado Democrático de Direito e a democracia brasileira. São pessoas que se dividiram em diversos segmentos e não fazem manifestação em um ou dois domingos, mas manifestações diárias, cotidianas. É muita poesia, é muita música, é muita energia, é muita democracia e é muito grito pela liberdade.

É esse pessoal que está nas ruas e está acampado aqui na Esplanada dos Ministérios. E esse povo, vinculado com diversas opiniões do Brasil inteiro, da arte de rua, desde a banda Seu Pereira até Chico Buarque, dos poetas, dos advogados, dos juristas, dos professores, todos que se manifestam hoje com altíssima representatividade estão nas ruas.



No contraponto, as chamadas manifestações de domingo, duas ou três, e que vão para as redes sociais, são manifestações da intolerância, da exclusão e da criminalização da política. São manifestações de pessoas que se imaginam vitoriosas e que farão crescer o fascismo no Brasil.

É com essa base que V.Exas. querem governar? É com essa base branca, homofóbica, racista, preconceituosa, que leva à intolerância e ao ódio, que V.Exas. querem governar? V.Exas. querem o quê? Cassar os comunistas de novo? É isso que V.Exas. querem? O que V.Exas. querem? Conflagrar o País? Querem impedir que a democracia respire, depois de tão pouco tempo de existência no Brasil, depois de muita luta, muita morte, enfrentamentos e torturas?

Aliás, os torturadores fazem parte dessa base institucional que quer golpear a democracia no Brasil. Alguns Deputados aqui defendem — inclusive, defenderam sempre — a ditadura militar.

Nós temos clareza de que foi uma tentativa de certos órgãos da imprensa, durante todo esse período, dizer que V.Exas. já ganharam. Ora, podemos afirmar aqui com galhardia, altivez e firmeza: V.Exas. já perderam. V.Exas. não terão os 342 votos! V.Exas. não terão os dois terços! (*Palmas.*)

Aliás, hoje a *Folha de S.Paulo*, que tanto os apoiou, já fez um editorial dizendo que o *impeachment* não é o caminho. A *Folha de S.Paulo* já divulgou que o *impeachment* perdeu quórum. O *Globo* já fez isso, imaginem! V.Exas. vejam que não têm mais nenhuma condição de colocar esse sorriso no rosto. Aliás, “*quem ri por último ri melhor*”, já diz o povo. E V.Exas. saberão no domingo o lugar de V.Exas., que é o lugar de quem vai ter que aceitar a derrota, aceitar a democracia.



E saibam que, na segunda-feira, nós estaremos sentados com a Presidenta Dilma programando a agenda do desenvolvimento, da ampliação dos direitos sociais e de um Brasil cada vez mais democrático, cada vez mais livre, cada vez mais libertário, enfrentando todo esse massacre midiático.

Tudo o que V.Exas. fizeram até aqui V.Exas. vão ter que engolir. E vão ter que parar de falar. Têm que lavar a boca para falar da Esquerda brasileira e para falar da Presidenta Dilma. Ela não cometeu nenhum crime, e não há nenhuma razão para ficar na boca de alguns que, incriminados e réus no Supremo, levantam a boca para falar de moral.

Moral é respeitar a democracia, respeitar a Constituição e respeitar o povo brasileiro. Isso é o que V.Exas. não conseguem fazer. Repetem-se ali numa denúncia vazia. Qualquer analfabeto em orçamento aqui sabe que o que se está acusando como crime contra a lei orçamentária é mentira. É uma farsa para esconder os reais objetivos de V.Exas.

Não se enganem: nós vamos ganhar. A democracia vai vencer, e a Presidenta Dilma fica! (*Palmas.*)

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

(Manifestação no plenário: Vai ter impeachment! Vai ter impeachment!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Mello, que falará pela Liderança do PR. S.Exa. dispõe de até 7 minutos na tribuna.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com muito orgulho de ser catarinense, mas não estou feliz com este momento histórico que estamos vivendo. Não estou feliz, porque este é um momento histórico, mas triste, um momento de dificuldades para todos nós.

Este é um momento em que 62% das micro e pequenas empresas do Brasil passam por dificuldade e pioram, segundo informam o Serviço de Proteção ao Crédito — SPC e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas — CNDL. Duzentas mil micro e pequenas empresas morreram: índice 100% maior do que o do ano passado, 2015.

Na economia, nosso PIB caiu 3,8% em 2015, e há uma projeção de 4,0% para 2016.

Noventa e oito por cento das empresas do Brasil, que são micro e pequenas empresas, aguardam a votação do Projeto de Lei nº 125, de 2007, que enfrenta muita dificuldade para ser votado no Senado. Os empresários, que esperam pelo parcelamento de dívidas em 120 meses, estão quebrando, porque o projeto está no Senado, mas não se tem tempo para votar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, o desemprego chegou a 8,2% em fevereiro, maior taxa desde 2009. A Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo — CNC diz que 253 mil postos de trabalho serão extintos em 2016.



Tomara que esta lição nos traga a possibilidade de crescimento e sirva de exemplo para que Prefeitos e Governadores tenham zelo pelo dinheiro público e tomem cuidado com decretos, suplementações, pedaladas, etc. e tal.

Há pouco recebi da Vereadora Maria Helena Zimmermann, a Kika, de Rio do Sul, a informação de que acabam de ir para a Serasa os nomes de 428 pessoas, porque o Governo deixou de pagar os 425 reais referentes à parcela da Etapa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida — o morador paga 80 reais. Isso é uma vergonha!

Não existe democracia onde imperam a corrupção e a falta de credibilidade do Governo.

É por isso, senhoras e senhores, que vamos varar a noite falando: uns a favor; outros, contra.

Eu tenho muito orgulho de representar o povo do meu Estado, um povo ordeiro, trabalhador. Estou aqui, não alegre, como eu já disse, mas na expectativa de passar o País a limpo.

Chega de ladroagem! O povo não suporta mais! As eleições estão aí. Muita gente vai ser varrida. Muita gente está se achando, mas não está plugada com as ruas.

Esta é a minha convicção. Este é o momento em que nós da classe política precisamos nos afirmar, precisamos melhorar, precisamos saber o que estamos fazendo aqui.

E este domingo que não chega! Mas domingo vai chegar.

Pelo povo que represento, pelo meu Herval d'Oeste, minha Joaçaba, minha Luzerna, pelo oeste da minha Santa Catarina, pelo meu Estado de Santa Catarina,



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CDs
Montagem: 4176



pelos 140 mil votos que recebi, quero dizer que sou a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (*palmas*), mesmo discordando do meu partido.

Sou a favor do *impeachment* da Presidente Dilma, para que o Brasil volte a trilhar o seu caminho e volte a ter credibilidade.

Todo e qualquer político pode perder popularidade, mas não pode perder nunca a credibilidade. E esse Governo perdeu a credibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Líder Jose Stédile, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB. S.Exa. dispõe de até 6 minutos na tribuna.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus amigos Deputados e minhas amigas Deputadas, eu não faltei a nenhuma sessão desta Casa. Sempre votei de acordo com os interesses dos trabalhadores, com boa parte dos projetos vindos do Governo, que se diz de esquerda. Votei sempre com os interesses da indústria nacional. Votei sempre para melhorar as condições do Brasil e contra o aumento de impostos, pensando no futuro dos nossos filhos. Aí, eu fico pensando que estão querendo fazer aqui uma luta de direita e esquerda. Eu sou de esquerda.

Meus amigos, imaginem se a atual Presidente da nossa Nação não fosse Dilma Rousseff! Imaginem se fosse qualquer outro e se o PT fosse de oposição! Imaginem se neste cenário nós tivéssemos a denúncia de roubalheira na PETROBRAS, se tivéssemos a denúncia de desvios nos fundos de pensão e se tivéssemos, como houve durante todas as semanas em que estive aqui, uma nova denúncia!

O que é isso, meus amigos? Nós vamos fechar os olhos? O Partido Socialista Brasileiro não vai assinar embaixo da roubalheira do País! Nós temos uma obrigação com o nosso País. Nós temos uma obrigação com as pessoas que estão desempregadas no nosso País. Nós temos uma obrigação com as indústrias do nosso País que estão fechando as portas.



Só na minha cidade, dezenas de empresas fecharam: a Souza Cruz e a Doormann fecharam, entre várias outras. E nós vamos dizer que está tudo bem? Não está tudo bem, não, senhores!

Muitas pessoas dizem que, com Michel Temer, talvez as coisas não mudem. Pode até ser que as coisas não melhorem, mas, com a Dilma, eu tenho certeza de que piora. Nós temos a obrigação moral de dar uma chance à nossa Nação, ao nosso País.

Quero dizer que o nosso Presidente, o falecido Eduardo Campos — não o confundam com Eduardo Cunha —, já havia alertado a Presidência da República, antes da eleição anterior, para a grave crise econômica que deveríamos enfrentar e para a necessidade de adotarmos medidas preventivas. Medidas preventivas não foram tomadas, fizeram exatamente o contrário: quase destruíram o setor elétrico, quase destruíram a PETROBRAS.

Agora, Sr. Presidente, nós só temos uma resposta a dar ao País. A resposta é o *impeachment* da Presidente da República, para buscar um novo caminho. Depois, nós, eu e o meu partido, votaremos pelo afastamento do atual Presidente da Câmara, porque nós temos coerência, nós queremos fazer o que o povo espera de nós: queremos fazer uma limpeza na política brasileira, queremos encontrar um caminho para a economia e uma solução para os desempregados e para o futuro dos nossos filhos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A Deputada Keiko Ota vai continuar falando pelo nosso partido.

A SRA. KEIKO OTA (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil, quero começar minha fala externando



minha gratidão ao PSB, meu partido, que tanto me orgulha, pela sua postura e amor ao próximo.

Recordo aqui o saudoso Eduardo Campos e suas palavras sábias: "*Se nós nos unirmos ao povo brasileiro, nós vamos vencer e, mais que vencer, temos que garantir que o povo vença*".

Quero agradecer ao meu Estado de São Paulo, que me deu 215 mil votos. Honrarei cada voto, votando no domingo contra a impunidade, votando "sim" ao *impeachment*.

Quero reafirmar minha decisão pela aprovação do *impeachment* e tentar ajudar meus colegas Deputados que ainda estão indecisos.

Sras. e Srs. Deputados, esta indecisão prejudica o povo brasileiro, que anseia por justiça e dignidade. Nós estamos à beira do maior acontecimento político da democracia brasileira no século XXI. Como podemos nos abster de tamanha responsabilidade, uma vez que nosso papel nesta Casa é exatamente o de representar os interesses do povo brasileiro?

Não devemos nos deixar tomar pelos sentimentos de ódio e de vingança, que nos cegam e nos fazem esquecer a missão pela qual estamos aqui.

Não podemos perder o foco da luta e da defesa da população brasileira. Foi aí que o Governo atual errou. Mexer com o sentimento de um povo, de uma Nação, Sr. Presidente, não é brincadeira!

Não devemos deixar que nosso ego fale mais alto. Isso faz com que não escutemos os anseios da sociedade, fazendo, com isso, com que ela sofra ainda mais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



Um governante precisa equilibrar a razão e a emoção, o conhecimento e a sabedoria. Trata-se de uma causa que leva à paz, à justiça e aos direitos humanos para todos.

Hoje a vontade da maioria é o fim da corrupção e o fim da impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder Deputada Keiko Ota.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para não interromper o tempo do Democratas, prorrogo, antecipadamente, a sessão por 1 hora.

Concedo ao Democratas o seu tempo regimental de 1 hora, começando pelo nobre Líder Deputado Mandetta, de Mato Grosso do Sul.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, Parlamentares da 55ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 2015, ao tomarmos posse nesta Casa, assistimos, durante o rito da posse, à Presidente fazer o compromisso de posse.

Por que esse compromisso se dá nesta Casa? Porque todo funcionário público, ao tomar posse, o faz na frente do seu superior. O superior da Presidente da República é o povo. E esta é a Casa do Povo.

Os 513 Deputados não chegaram aqui a convite de ninguém. Os 513 Deputados vão deparar, neste dia 17, com aquela linha entre o livre-arbítrio e o destino. Não é apenas o seu destino individual, como Parlamentar, que estará em jogo, não é apenas o destino da credibilidade desta Casa que também estará em jogo, mas o destino deste nosso Brasil.

Quando estive nesta Casa, a Presidente fez o seguinte compromisso, meu Líder Pauderney Avelino: *"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição"*.

Pergunto a V.Exa., Deputado Cajado: ela cumpriu e manteve a Constituição? Disse — e jurou — a Presidente observar as leis. Observar as leis! A Lei de Responsabilidade Fiscal é ou não é uma lei vigente neste País?

Disse a Presidente: *"...promover o bem geral do povo brasileiro"*. É promover o bem-estar do povo apostar num projeto que se faz refém da lógica de poder de um partido que divide, que maltrata?



Vimos vários Parlamentares denegrirem, diminuírem esta Casa, a Casa do povo brasileiro, apontando a mão e dizendo: *"Esta Casa é golpista"*, porque lhes convém. Vários Parlamentares apontaram a mão para o Juiz Sérgio Moro e disseram: *"O juiz é golpista! A polícia é golpista! O Supremo é golpista! A Globo é golpista! A imprensa é golpista!"*.

Só lhes vale aquilo que lhes agrada! E, quando não lhes agrada, eles enfiam a mão no bolso do povo brasileiro para comprar, e compram! Compram pessoas, compram empreiteiras, compram marqueteiros, compram pessoas profissionais em enganar. O marqueteiro é tão profissional em enganar, que quis enganar a Receita Federal e está preso em Curitiba.

O PT conseguiu despertar o que há de pior na política: a polarização, a estigmatização, o reducionismo e a paixão fanática. O PT agride os meios de comunicação, os trabalhadores e ainda se traveste de Partido dos Trabalhadores. Gente honesta, que acorda às 5 horas da manhã para trabalhar, não acha graça em ter o seu trabalho chamado de "Partido dos Trabalhadores"!

É partido de vagabundo que, ao tungar, ao enfiar a mão no seu bolso e mentir, não sabe honrar o tributo pago pelo povo brasileiro. E mente somente com um objetivo: o objetivo de um projeto de poder.

A Presidente disse: *"Vou fazer o diabo para ganhar as eleições"*. No meu Mato Grosso do Sul, Deputado Mendonça Filho, quando se fala no diabo, o diabo aparece — a tentação, o momento do crime. Ela é formada em Economia e não pode alegar desconhecimento dos fatos.

Uma lei que é basicamente da economia, um Ministro medíocre, um Ministro que disse a ela: *"Não temos dinheiro para manter, mas temos uma saída: vamos*



forçar o Banco do Brasil, vamos forçar a Caixa Econômica, mesmo que o Conselho diga não, para que eles paguem. E a senhora esconde do Congresso, esconde da população”.

A mentira está no crime cometido com uma caneta. A população pergunta que crime ela fez. Não é o mesmo crime quando se rouba uma carteira ou quando se mata uma pessoa. É um crime com caneta, que só a Presidente da República poderia cometer. Por isso, ela é a responsável pelas vítimas desse crime.

Quem são as vítimas?

Um Governo que acenou com saúde e entrega hospitais sucateados e a fila da morte; um Governo que prometeu economia e crescimento, e entrega o desemprego; um Governo que ofereceu segurança, e entrega as fronteiras abertas ao *crack* e à morte.

Neste momento, quando ocorre a desilusão, há a decepção. E a decepção dói. O desmascaramento atordoa. As pessoas se olham e veem que a traição sangra. E a reação? De onde vem a reação? O que nos traz aqui? O que nos une como Casa do Povo brasileiro?

Longe de ser uma figura de retórica, o que nos une é exatamente a simbologia das cores. Aqueles que usam verde e amarelo, aqueles que carregam esta bandeira como símbolo, são pais de família, são as escolas, são as pessoas de bem. E aqueles que usam a cor vermelha são a sinecura, a boquinha, o dinheiro por trás, a mortadela.

Vejo o Governo espernear e falar: *“Vão arrumar um voto aqui e outro acolá”*. Parece-me que eles acreditam na máxima daquele tão boquirroto Lula, que dizia haver aqui 300 picaretas.



Compre 300! Ache consciências nesta Casa! Negocie! Rasteje, PT, e lave sua boca ao falar de ética para partidos éticos que estão aqui, de cabeça erguida, fazendo oposição e cortando na própria carne, quando os desafios se lhes impõem, como é o caso do Democratas!

Este momento, nobres Parlamentares, é um momento extremamente tenso da vida nacional. Na segunda-feira, o *impeachment* amanhecerá estampado em todos os jornais. Nós estaremos mirando, nesta ocasião, um desafio, uma solução política. A nossa Constituição não nos coloca outra, senão o afastamento da Presidente da República.

Como disse o pantaneiro sul-mato-grossense Leonardo Leite de Barros: *“Após o impeachment, a classe política deverá pactuar um novo Brasil: reforma política, reforma tributária, reforma da Previdência e uma profunda reforma moral, em que os valores deverão ser resgatados”*.

Desta tribuna, médico e protagonista da saúde que sou, fiz apelos chamando pela vida e lhes trouxe a preocupação de um Governo que negociava o maior bem do seu povo — a vida — a troco de créditos eleitorais, a troco de um punhado de dólares do BNDES em Cuba. Eu disse que a medicina brasileira sofria, e não nos esqueceríamos disso jamais.

Nos consultórios, temos orientado o povo brasileiro, e manteremos sempre a orientação pela ética, pela verdade e pela vida.

Somos nós que estamos com as pessoas a choramingar às nossas portas.

O Governo se perdeu e, ao se perder, só me faz lembrar Ismália, de Alphonsus de Guimaraens:

“Quando Ismália enlouqueceu,



Pôs-se na torre a sonhar.

Viu uma lua no céu,

Viu outra lua no mar.

As asas que Deus lhe deu

Ruflaram de par em par.

Sua alma subiu ao céu,

Seu corpo desceu ao mar.”

Ismália, vá tarde, na sua loucura, para o fundo do mar, e deixe o Brasil navegar por mares de felicidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mandetta, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Claudio Cajado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de hoje até domingo, os olhos do Brasil estarão voltados para cada um dos 513 Deputados desta Casa.

Jamais presenciei momento tão dramático na história do País. A partir da próxima segunda-feira, o Brasil não será mais o mesmo, e, para o País que queremos, este Parlamento não poderá faltar à Nação.

Quero, nesta oportunidade, chamar a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares para um fato de grande importância: o Poder Constituinte originário, de 1988,



determinou que o afastamento do Presidente da República seria de competência da Câmara dos Deputados e o julgamento do processo, do Senado Federal.

A Constituição Federal deixou claro o viés político dessas decisões. Se assim não o fosse, determinaria que o Supremo Tribunal Federal afastasse e cassasse o mandato presidencial. Ou seja, a Constituição Federal determina que a Câmara dos Deputados inicie o processo de afastamento do Presidente da República e o Senado Federal, se assim for, casse o seu mandato. A competência é do Poder Legislativo, não do Poder Judiciário.

À Suprema Corte cabe, tão somente, resguardar o rito processual, o amplo direito de defesa e o contraditório, o que, aliás, foi feito em três oportunidades, quando decidiu sobre o rito processual e a forma de votação.

Daí por que não cabe mais qualquer recurso ou decisão judicial sobre a decisão que esta Casa tomará no próximo domingo. Afirmando que há juridicidade para afastarmos a Presidente Dilma Rousseff do seu mandato, já que houve, por parte de S.Exa., cometimento de crime de responsabilidade tipificado no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao editar créditos suplementares não autorizados pelo Congresso Nacional.

E mais, cometeu crime ainda maior quando determinou que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal pagassem contas de custeio do Governo Federal, sem que sequer empréstimos fossem contraídos, ou seja, agiu como tomador de recursos de um cheque especial, o que é um grave ilícito. Em se tratando de bancos oficiais, cujo controlador é o próprio Governo Federal, como foi o caso, a ação é ilegal, antijurídica e criminosa, infringindo, portanto, o art. 34 da Lei de



Responsabilidade Fiscal, como, aliás, ficou sobejamente provado no relatório do Deputado Jovair Arantes.

Lamento constatar que este Governo, ao desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, ofendeu a boa governança, fazendo retroceder o progresso e o desenvolvimento social conquistados a duras penas.

Diga-se de passagem, o PT jamais a valorizou ou quis cumpri-la, por nunca ter compreendido que a Lei de Responsabilidade Fiscal é o selo garantidor da estabilidade econômica e consequente estabilidade social.

Por outro lado, dizer que o Tribunal de Contas da União permitia essas pedaladas é um deboche. Ressalte-se que ele as proibia e que os valores maquiados, em 2015, ultrapassaram os 120 bilhões de reais. Daí, sim, a gravidade.

E o pior dos mundos: a defesa feita pelo eminente Advogado-Geral da União, em vez de justificar a criminoso maquiagem fiscal que tentou arditosamente esconder essa conduta irresponsável e a flagrante incompetência na gestão da coisa pública, apenas disse que outros governos também praticaram atos idênticos, com o argumento de que crimes pretéritos justificam crimes presentes e futuros.

Não por outra razão, a Advocacia-Geral da União não conseguiu ganhar nenhuma das ações propostas perante o Supremo Tribunal Federal.

Por fim, quero aduzir que juristas renomados e entidades como a OAB assinaram petições pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma, demonstrando que houve, sim, crime que legitima esse processo.

Trago também ao debate a crise econômica que abala o País: a inflação está acima de 10%; em 2015, 10 milhões de pessoas ficaram desempregadas; o dólar atingiu o valor impensável de 4 reais; os preços dos combustíveis, da energia



elétrica, dos alimentos dispararam; o País está em depressão, com crescimento negativo que poderá atingir 3,8% do PIB ainda este ano; as agências internacionais de classificação de risco rebaixaram o grau de investimento do Brasil para “nível especulativo”, o que significa dizer que não teremos mais os investimentos estrangeiros para garantir renda e gerar empregos.

A pergunta que não quer calar é a seguinte: por que chegamos a este ponto? A resposta é esta: pelo simples fato de que o País foi vilmente traído na campanha presidencial de 2014, quando a Presidente Dilma mostrou, demonstrou e vendeu aos brasileiros um país pujante, estável, em dia com os seus compromissos fiscais e monetários. Passadas as eleições, descobriu-se o maior estelionato eleitoral, nunca antes praticado em toda a história republicana. Passadas as eleições, as vísceras mais putrefatas da gestão pública foram expostas, mostrando exatamente o inverso do que foi dito na campanha, e passou o Governo a aumentar preços, elevar impostos e nos levar ao atual desastre econômico.

Quero, ainda, agregar como fator determinante para o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff a gigantesca, sistemática e desenfreada corrupção, escancaradamente provada na Operação Lava-Jato, corrupção essa que permeia toda a administração pública e foi levada a níveis tais que não encontram paralelo na história. Junte-se a isso o aparelhamento do Estado, os bilhões de reais desviados para os apaniguados e áulicos a serviço do Palácio do Planalto, que espoliaram a Nação e fizeram com que o honesto povo trabalhador e todo cidadão de bem rangessem os dentes de tanta indignação.

A Presidente Dilma, qualquer que seja o resultado no próximo domingo, estará inexoravelmente afastada da sua função, já que, se o *impeachment* não



passar, por absurdo que se admita, ela será afastada *interna corporis* pelo PT, já que o ex-Presidente Lula é quem, de fato, irá governar. Será ela uma Presidente decorativa, com função de Estado, mas sem função de Governo. Só assinará papéis, manchando cruelmente a sua biografia.

Contudo, passando o *impeachment*, seu afastamento revelará a completa destruição que ela própria fez da sua base congressional, já que, não tendo sequer 171 votos para permanecer no poder, não terá as mínimas condições de governabilidade.

Aí reside a sua última e crucial penitência, a de não ter feito, após as eleições, um chamamento para uma reconciliação nacional, demonstrando humildade e altivez em pensar no País e no povo. Deveria ter pedido desculpas pelos erros cometidos e pelo nefasto discurso divisor, o do “nós contra eles”.

Poderíamos, juntos, ter trabalhado pela reconstrução, o que particularmente fiz — eu e muitos Deputados da Oposição —, já que votei contra o meu partido, atendendo ao veemente apelo do Vice-Presidente Michel Temer, votei “sim” aos projetos de lei que promoviam o ajuste das contas públicas. Fiz a minha parte. Não agi no “quanto pior, melhor” que movia o PT quando exercia o papel de Oposição, antes de ser Governo.

A Presidente Dilma, diante de sua arrogância, falta de humildade e trato com a política, perdeu todas as oportunidades para superar as crises moral, econômica, política e ética do seu Governo. Poderia, ao final, dar uma demonstração clara de amor ao Brasil, aos brasileiros e às brasileiras, se renunciasse. Em vez de tomar essa decisão, criou com useiros e vezeiros em fazer *marketing*, os marqueteiros pagos pelo seu Governo com dinheiro de caixa dois da corrupção, uma frase de



efeito para mobilizar aqueles que enchem as dependências do Palácio do Planalto e proferem os seus desesperados discursos de adeus.

Sras. e Srs. Deputados, a Nação espera que esta Casa reaja. A Câmara dos Deputados não se furtará ao seu dever cívico e à sua história de luta.

Camões disse que um governante fraco faz fraca a forte gente. O Palácio do Planalto, agora, pedala sem rumo. Perdeu a credibilidade! Tornou-se inerte e paralisou o País.

Ao longo da nossa história, a inteligência dos estadistas legou-nos progresso. E juntos vamos criar o ambiente de mudanças para o nosso melhor destino. Não permitiremos que o sofrimento deste País se prolongue por mais tempo. Não permitiremos que as vozes das ruas, que as inúmeras manifestações de milhares e milhares de pessoas sejam desprezadas por esta Casa.

Finalizo, inspirado no grande músico e poeta Zé Ramalho, que diz que cada um nasce com seu jeito, sua classe, seus estilos; uns nascem para agradar, outros, para brigar; uns, para negociar, outros, para enganar; o mundo é assim mesmo, um é bom, outro, ruim, e eu não tenho jeito a dar; mas, para completar, quem tem mel dá mel, quem tem fel dá fel, quem nada tem nada dá.

Mas uma coisa o Brasil em uníssona voz quer gritar: *impeachment* já!
(Palmas.)

O SR. MARCOS SOARES (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, meu Estado do Rio de Janeiro, primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade e aos meus eleitores e ao meu partido, que de forma democrática nos deu, por sorteio entre todos os Deputados, a chance de estarmos aqui hoje, discursando num momento tão



importante da história do nosso País, momento este em que o Poder Legislativo, amparado pela Constituição, precisa exercer funções similares às do Judiciário, que são as de processar e julgar o Chefe do Poder Executivo por crimes de responsabilidade, realizando assim o *impeachment* do seu mandato.

É com muito orgulho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e telespectadores, que hoje venho a esta tribuna, como Deputado Federal da República, advogado e cidadão, representando o povo do Rio de Janeiro, para encaminhar um voto favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Acompanhei todo o processo de perto. Tenho total esclarecimento e convencimento da minha posição.

A usurpação do poder, prerrogativas e funções do Estado não é intervenção nova. Já existia desde a Grécia antiga. Pensou-se por lá na teoria da tripartição dos Poderes do Estado. Mesmo assim, não se conseguia vislumbrar algo tão difícil, ou seja, o respeito às diferenças e às funções administrativas exercidas pelos Poderes.

Somente com Montesquieu a teoria de vários pensadores foi mais bem explicitada e aceita até os nossos dias. Vejam que a teoria concebida prendia-se a uma monarquia absolutista que imperava na época.

Hoje nos reunimos para exercer uma função excepcional de julgar, exatamente pelo fato de um Poder ter adentrado a seara não concernente às que lhe são afetas e, por conseguinte, ter cometido crime de responsabilidade.

De modo muito simples, conforme a Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional a fiscalização financeira e orçamentária da União. Em outras palavras, cabe a nós, Deputados e Senadores, zelar para que as leis que regem a aplicação do dinheiro público sejam respeitadas.



Engana-se quem acredita que nessa função trabalhamos sozinhos. Temos para nos auxiliar um órgão técnico competente, pautado pela análise criteriosa de tudo que é feito: o Tribunal de Contas da União.

Foi justamente esse órgão técnico que, em outubro de 2015, decidiu, de forma unânime, que houve relevantes irregularidades relacionadas à execução do Orçamento pela Presidente da República.

As irregularidades apontadas pelo TCU somam 106 bilhões de reais. Segundo o Tribunal, mais de 40 bilhões de reais foram sacados pelo Governo das contas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

Só há um detalhe: um banco público não pode emprestar dinheiro para o Governo. É a lei. E ela existe por uma razão: evitar que o dono do banco passe pela caixa e pegue o dinheiro dos correntistas para consumo próprio. É por essas e outras que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e um ente da Federação que a controle.

A Chefe do Poder Executivo infringiu dispositivo da Lei Orçamentária ao editar seis decretos no exercício financeiro de 2015 sem autorização do Congresso Nacional. Ela infringiu o descrito no art. 85 da Constituição Federal e os itens 4 e 6 do art. 10 da Lei nº 1.079, de 1950.

Estaria o Poder Executivo acima da ordem jurídico-administrativa do País? Lógico que não!

Para a configuração desse tipo de crime, bastaria a ordenança ou autorização da Chefe do Poder Executivo da abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal. Contudo, prezados Srs. Deputados, no caso concreto, a participação da Presidente foi direta. Ela mesma assinou, determinou e



descumpriu os termos da LDO — Lei de Diretrizes Orçamento e da LOA — Lei Orçamentária Anual, culminando em todo este processo que estamos apreciando.

Vale tudo para a perpetuação no poder!

Contudo, o cenário político-econômico também corrobora e serve de prova para o impasse que vivemos.

Nobres colegas, a contínua degradação das contas públicas e as escolhas equivocadas da Presidente da República, com expansão do crédito, desonerações fiscais e congelamento de preços, gerou consequências perversas no cenário socioeconômico do País, que se arrastam até hoje, com forte retração da atividade econômica, altas taxas de desemprego, sucessivos rebaixamentos da nota de crédito do País e, o que é pior, a volta da inflação.

Com isso, o resultado nominal acumulado em 12 meses saiu de 3,01% do PIB, em março de 2014, para 10,82%, em janeiro de 2016. O resultado primário acumulado em 12 meses saiu de 79 bilhões de reais positivos, em abril de 2014, para 114,8 bilhões negativos em dezembro de 2015. A dívida bruta do Governo Federal subiu de 53,74% do PIB, em março de 2014, para 67,03% do PIB, em janeiro de 2016. A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, subiu de 6,41%, em dezembro de 2014, para 10,71%, em janeiro de 2016. A variação do PIB real foi de mais 0,10%, em 2014, e passou para menos 3,8%, em 2015. O PIB trimestral, comparado com os mesmos trimestres do ano imediatamente anterior, saiu de 3,17%, no primeiro trimestre de 2014, para menos 5,9% no último trimestre de 2014.

Comparando-se os dados do crescimento do Produto Interno Bruto mundial dos países emergentes e do Brasil, publicados pelo FMI, vê-se a falta de correlação



entre o desempenho do nosso País e o desempenho do grupo dos países ao qual o Brasil pertence. O PIB nacional foi mais impactado por fatores internos do que por fatores externos. O desemprego saiu de 6,5% no trimestre de outubro/novembro/dezembro de 2014 para 9,5% no trimestre de novembro/dezembro/janeiro de 2016.

Por fim, a classificação de risco soberano do Brasil feita pelas principais agências internacionais que atuam nesse segmento — S&P, Fitch e Moody's — também registrou deterioração. Ainda em 2014, o País sofreu sua primeira queda. A S&P reduziu a nota de BBB para BBB-. Em 2015, vieram as perdas do grau de investimento: em setembro de 2015, pela S&P; em dezembro de 2015, pela Fitch; em fevereiro de 2016, pela Moody's.

E quais as consequências disso tudo? São consequências nefastas. Nós temos hoje um Governo que abusa de errar; um Governo que mente e sempre mentiu para tomar o poder — mentiu sobre a conta de luz, mentiu sobre o combustível, mentiu sobre os alimentos, e hoje vivemos com essa inflação; um Governo que se finge de cego para o clamor da maioria da população, que toma as ruas querendo mudança e querendo uma solução; um Governo que não respeita a vontade da maioria, fazendo com que uma minoria que ele colocou venha a agredir as famílias, incentivando a distribuição de cartilhas homossexuais para crianças puras e indefesas, corrompendo suas mentes e tentando agir contra a natureza que Deus criou; um Governo, Sr. Presidente, que tira dinheiro do seu País para entregá-lo a países com ideologias comunistas e opressoras, enquanto milhões perdem seus empregos e ficam sem saber o que fazer de suas vidas, sem perspectiva de futuro.



Possuímos um país grande, rico em recursos naturais, que possui mais de uma colheita anual, mas, por causa deste Governo incompetente, somos desacreditados internacionalmente.

Este Governo é conhecido como o Governo do "não sei", "não sabemos". Para tudo o que acontece eles dizem que não viram e que estavam sempre na porta ao lado.

Será, senhores, que eles são tão inocentes? Ou são tão incompetentes?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil é maior do que todo esse engano cometido, e tenho a certeza de que vamos reerguer a nossa economia e, posteriormente, a confiança internacional. Mas, hoje, precisamos tomar a decisão certa e não nos esconder. Temos que fazer aquilo que o Brasil espera que façamos.

Não conseguimos acreditar que haja Deputados aqui que irão ao microfone, no próximo domingo, dizer que são contrários ao *impeachment*. Isso mesmo! Irão dizer que a população está errada e que a economia está uma maravilha. Não dá para acreditar nisso! Isso é o mesmo que dizer que a população está contente e que nossa economia está ótima.

Esta é a hora de dar um basta nisso tudo e de construir um Brasil de alicerces firmes, sólidos e seguros.

Qual será a decisão deste Plenário? Eu acredito que seja aquilo com que o povo já sonha há tempos. Lembrem-se, Deputados, cabe a nós cuidar para que as regras que comandam a aplicação do dinheiro público sejam obedecidas. Nós temos a prerrogativa constitucional de agir, e para isso fomos eleitos.



Sigo a palavra de Deus, que diz que tudo quanto vier à nossa mão façamos de bom grado, façamos conforme as nossas forças, porque teremos de dar conta de nossos atos.

Assim, nobres Parlamentares, não tenho a mínima dúvida de que houve crime de responsabilidade da Presidente e que o processo está bem instruído para minha formação e minha declaração de voto.

Gostaria também, Sr. Presidente, de deixar registrado o meu agradecimento à minha Igreja, a Igreja Internacional da Graça de Deus, aos meus assessores, aos meus pastores, Jaime de Amorim e Rogério Postigo, e a todos os que me enviaram mensagens de apoio e carinho, mensagens essas de esperança em um Brasil melhor. Agradeço também à minha família, aos meus irmãos David, André, Daniel e Filipe, à minha mãe, D. Maria Magdalena, e ao meu pai, o Missionário R.R. Soares.

E nestes termos, Sr. Presidente, na exata medida das provas e laudas que constituem o processo e em favor de toda esta Nação, apresento meu voto favorável ao afastamento da Presidente da República.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de começar lamentando porque, quando me coloquei à disposição para me envolver com política, jamais pensei que pudesse passar por um momento dessa natureza, um momento em que todos perdem, um momento ruim para o País. Preocupa-me muito este momento em que o País está dividido, segregado entre pobres e ricos, negros e brancos, coxinhas e mortadelas, entre "eles" e "nós".



Eu quero sonhar com um país único, com um país em que exista educação, segurança, saúde e decência para todas as pessoas. Um país que nega seus filhos e que tem milhares de crianças fora das salas de aula precisa se reorganizar, não é um país sério.

Eu gostaria de dizer qual é o meu lugar, de onde eu falo. Tenho respeito por muitas ações que o Governo realiza. Eu, particularmente, participei de várias delas.

Gostaria de dizer que reconheço a importância de programas sociais como o PROINFÂNCIA, o FIES, os programas da educação voltados para o PRONATEC, programas que, inclusive, tornaram este Governo vitorioso nas urnas.

Apesar de ter programas importantes, a educação, no ano passado, perdeu mais de 10,5 bilhões de reais de seu orçamento. Vários programas tiveram cortes, em especial os da área da educação infantil — 81%. Milhares de crianças estão sem creche e sem escola.

Restringiu-se o acesso ao FIES alterando-se as regras de acesso. O FNDE, no ano de 2014, tinha 1,9 milhão de alunos. Neste ano, 311 mil alunos tiveram acesso ao FIES.

Gostaria de continuar falando das creches, em que o corte também foi muito significativo, e das universidades federais, com suas obras e recursos suspensos. Programas como o Ciência Sem Fronteiras e o PIBID — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência não poderiam sofrer cortes. Tenho certeza de que todos nós, Deputados, inclusive os Deputados do Governo, sempre nos mantivemos na luta pelo não contingenciamento de recursos na área da educação.

O descontrole nas contas públicas provocou uma enorme crise, que todos nós percebemos, porque afetou a vida de todos. Tenho ouvido, muitas vezes, as



peçoas mencionarem que o *impeachment* se deu por uma disputa eleitoral, que um grupo perdeu nas urnas e tenta manipular a situação para ganhar no tapetão, desrespeitando o povo que elegeu esse Governo. Isso não é correto. Não é esse o fato. Os votos recebidos não dão passe livre a ninguém para fazer qualquer coisa.

O cenário de crise é grave: falta credibilidade, escândalos na PETROBRAS — lesaram a empresa que seria a responsável por garantir os 10% do PIB para a educação, um sonho de todos nós que lidamos com essa área. Esse Governo também lesou milhares de trabalhadores com o desvio de recursos dos fundos de pensão. Milhares de famílias estão hoje sem os seus recursos.

Há os que pensam que os crimes aludidos podem se considerados infrações sem maiores consequências. Eu refuto esse argumento. Os crimes cometidos revestem-se, sim, de maior gravidade. Eles minaram a credibilidade do País, afastaram investidores, reduziram receitas, geraram desemprego, inflação e, por último, aumentaram a fome do Governo por mais impostos.

Ouvi várias posições e discursos emocionados, cada um defendendo as suas crenças. Mas quero me contrapor a alguns dos argumentos. Não me sinto, não sou golpista ou fascista. O fato de ter posição diferente não me coloca nesse lugar. Eu quero rememorar que muitos dos que falam isso já defenderam o *impeachment* de Presidentes em situações semelhantes. Nem por isso eu os carimbo como golpistas ou fascistas.

O fato de eu ser do Democratas e ser branca não me torna membro de uma elite. Eu sou filha de uma família humilde, de professores que trabalharam a vida inteira em escola pública. Ainda hoje a minha mãe trabalha num CRAS numa região muito pobre de Goiânia.



Não aceito marcas, não estou junto ou defendendo ninguém. Não estou a serviço de ninguém, não fiz acordo ou pacto. Assumi o voto, sim, em favor do *impeachment* porque acredito que as condições para o recebimento dessa peça se fazem presentes: o processo e todo o seu rito, a análise completa. A Presidente terá direito a ampla defesa no Senado Federal.

Muitos argumentam que o *impeachment* do Collor foi diferente porque havia uma CPI. Mas eu quero lembrar que o Tribunal de Contas da União analisou a matéria e mostrou graves problemas, que hoje se repetem: afrontas graves à Constituição, crimes fiscais.

Eu me recuso a tratar o tema como pedalada fiscal. Pedalada é uma brincadeira, é um escorregão. Nós estamos tratando de um país, estamos tratando de crime fiscal! A abertura de créditos suplementares incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário é uma afronta clara ao art. 4º da Constituição; a utilização de bancos públicos e do FGTS para financiar, de forma ilegal, políticas públicas de responsabilidade do Tesouro é também. Decidiu o Tribunal que houve violação ao princípio da legalidade e a princípio constitucional.

Quero lembrar a edição de decretos de suplementação. Muitos dizem que é corriqueiro, que é normal. Não é verdade. Não pode haver decreto de suplementação quando o Orçamento está comprometido, quando a meta fiscal não será cumprida. Tanto era verdade que o Governo editou o PLN 36, em 2014, e o PLN 5, em 2015.

Segundo a Constituição Federal, um dos crimes de responsabilidade diz respeito à questão orçamentária. Então, não é verdade que não existe dano, que não existe crime. Existe, e vários fatores nos mostram isso. Foi o que aconteceu. A



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Presidente cometeu crime de responsabilidade quando atentou contra o art. 4º da Lei Orçamentária. Quero lembrar que os crimes ocorreram no dia 27 de julho de 2015 e no dia 20 de agosto de 2015, quando a Presidente assinou decretos de suplementação orçamentária mesmo sabendo que não havia dinheiro novo, que não havia recursos para tal suplementação.

Quero ainda dizer que há vários entendimentos que corroboram essa ilegalidade. É necessário lembrar ainda que foram seis decretos. Houve fraude fiscal, as chamadas pedaladas. Alguns dizem que o mesmo ocorreu com outros Presidentes, o que também não é verdade. Eventuais saldos negativos são compreensíveis. Estamos falando de um Governo que aumentou, sim, programas sociais importantes — e aqui não falo mal dos programas, são programas significativos —, mas os fins não justificam os meios. Não existia recurso disponível para tal ampliação.

Pior do que isso foi o que recentemente ouvi do atual Ministro da AGU: S.Exa. fez questão de destacar que não foi um crédito, que não existia essa relação de créditos adicionais com o banco. Pelo que sei, banco público, banco oficial não tem boleto, não tem caixinha. O dinheiro para manter os programas não foi enviado, não era custo do programa nem custo operacional. Foram 55 bilhões de recursos que não chegaram ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica. Foi dinheiro que o Banco do Brasil teve que tirar de outras fontes, dos investidores privados, de cada um de nós, para manter os programas em funcionamento. Esse dinheiro não existia, o banco teve que continuar honrando os programas.

Hoje cedo ouvi um Deputado dizer: *“Olhe, o programa era importante. A única coisa que aconteceu foi que, às vezes, atrasava-se o repasse”*. Eu não posso pedir



para um pai de família, embora reconheça que ele tenha que manter a sua casa funcionando, que ele não pague o aluguel, que ele vá ao supermercado e dê um cheque sem fundos, porque "o fim justifica esse meio"! O País tem que ser tratado de maneira séria. Por isso, nós temos certeza absoluta de que houve, sim, crime fiscal.

O argumento de que os Governos Estaduais também o fizeram não se aplica ao caso. A legislação é diferente. O alegado não se aplica à realidade de Estados e Municípios.

Eu gostaria, para finalizar, de lembrar que resta claro que a Presidente cometeu, sim, crime de responsabilidade. Nada de pedaladas. De maneira simples: comprou o que não podia comprar, gastou o que não tinha e colocou outro para pagar. Eu quero dizer ainda da seriedade do quadro que nós vivemos neste momento. Tenho certeza absoluta de que nenhum de nós gostaria de enfrentar essa realidade, mas é uma realidade e precisa ser enfrentada.

E é por isso que eu, do Democratas, voto pelo *impeachment*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é lamentável, mas, quando me coloquei aqui para representar o meu Estado do Tocantins, em especial o setor da educação, não imaginava chegar a essa situação de constrangimento nacional, a um momento em que o Brasil se encontra dividido, segregado entre pobres e ricos, negros e brancos, coxinhas e mortadelas, entre "eles" e "nós".



Independentemente de onde se fala, de como se enxerga o mundo, a verdade é que nosso povo não está satisfeito com a saúde pública, educação, segurança e trabalho.

Este, hoje, é um país que nega a seus filhos — brancos, negros, amarelos, do campo e da cidade — os direitos fundamentais. Um país que, apesar de sua riqueza, tem grande concentração de renda e possui ainda milhares de crianças e jovens fora da escola. Enfim, vim para esta Casa porque gostaria de ser útil, de fazer a diferença frente a esse futuro.

Qual o meu lugar de enfrentamento? Tenho respeito por muitas ações desse Governo que se consolidaram como boas políticas. De algumas, inclusive, participei da construção. Não ignoro avanços no atendimento de crianças em creches com o programa PROINFÂNCIA. Reconheço os avanços do PROUNI, do FIES e PRONATEC, vários programas de incentivo ao pequeno produtor, moradias populares, programas de um governo que foi vitorioso nas urnas.

Apesar de programas importantes, em 2016 a educação perdeu R\$ 10,5 bilhões no Orçamento. O MEC teve seu limite de empenho para gastos discricionários, excluindo o PAC e as despesas obrigatórias, diminuído em mais de R\$ 4,27 bilhões.

Restringiu-se o acesso ao FIES com a alteração das regras para acesso ao programa. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE registrava 1,9 milhão de contratos de financiamento estudantil. No ano de 2015, o número de contratos foi reduzido para aproximadamente 311 mil. Ou seja, o FIES sofreu uma redução de 98% em 2014.



Houve escassez de recursos e atrasos de pagamentos para os diversos programas sociais. Uma das principais fontes de recursos para a construção de creches e pré-escolas caiu 81% este ano. Passou de R\$ 7,1 bilhões autorizados na Lei Orçamentária de 2015 para R\$ 1,3 bilhão no atual exercício.

Em 2015 as instituições federais de ensino permaneceram em greve por 5 meses. As Universidades Federais estão sucateadas, tendo em vista que foram cortados 47% dos investimentos nas 63 universidades federais do País em 2015 — muitas obras estão paralisadas.

O descontrole das contas públicas provocou uma enorme crise, que todos perceberam, porque afetou a vida das pessoas. Tenho ouvido várias vezes a menção à disputa eleitoral de 2014, que este processo é manipulado, que se trata de ganhar no tapetão, de desrespeito ao povo que elegeu esse Governo. Isso não é correto, não é esse o fato. Os votos recebidos não dão passe livre para toda e qualquer ação.

O cenário é de grave crise de credibilidade, de escândalos envolvendo a PETROBRAS. Lesou-se a empresa que seria uma das responsáveis pela destinação de 10% do PIB previstos para o Plano Nacional de Educação. Seriam 75% dos *royalties* do pré-sal para a educação e 25% para a saúde. Isso agora não existe mais.

Os desvios de recursos dos fundos de pensão lesaram milhares de trabalhadores. Foram bilhões desviados de famílias inteiras.

Há os que afirmam que os crimes aludidos podem ser considerados meras infrações, sem maiores consequências. Refuto esse argumento. Os crimes cometidos revestem-se da maior gravidade, pois minaram a credibilidade do País,



afastaram investidores, reduziram receitas, geraram desemprego, inflação e, por último, aumentaram a fome do Governo por mais impostos.

Gostaria de dizer que ouvi várias posições e discursos emocionados, cada um defendendo suas crenças. Mas quero me contrapor a alguns argumentos:

Não me sinto e não sou golpista ou fascista. O fato de ter posição diferente não me coloca nesse lugar. Eu quero rememorar a muitos que dizem isso o tempo todo que em situações muito semelhantes defenderam o *impeachment* de outros Presidentes. Nem por isso eu os carimbo de golpistas.

O fato de eu ser do Democratas, branca, não me torna parte da elite branca. Sou de família humilde, filha de professores. Minha mãe até hoje trabalha. Foi de escola pública até se aposentar, diretora de creche. Hoje dirige um CRAS em um bairro pobre de Goiânia.

Não aceito as marcas que nos querem impor. Não estou junto ou defendendo ninguém, não estou a serviço de ninguém, não fiz acordo ou pacto. Assumi o voto "sim" ao *impeachment* porque acredito que reúne as condições de recebimento. O processo e todo o seu rito, a análise completa, os direitos de defesa estão assegurados. Muitos argumentam que o *impeachment* do Collor foi diferente porque houve uma CPI que investigou os fatos antes da abertura do processo. Mas não esqueçamos: no ano de 2014 um órgão inteiro, o Tribunal de Contas da União, por unanimidade, reprovou as contas da Presidente em face das flagrantes afrontas cometidas pelo Governo Federal naquele ano. Os crimes fiscais detectados pelo TCU são os mesmos que agora analisamos para o exercício de 2015, quais sejam: abertura de créditos suplementares incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na LDO, em afronta clara ao art. 4º da Lei



Orçamentária anual; utilização de bancos públicos e o FGTS para financiar, de forma ilegal, políticas públicas de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Decidiu o Tribunal pela violação do princípio da legalidade, de dispositivo constitucional e de vários dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. E é a continuidade dessas condutas que embasa a denúncia cuja admissibilidade estamos decidindo.

Em relação à edição de decretos de suplementação em 2015 incompatíveis com a obtenção da meta de superávit, podemos afirmar que essa conduta configura crime de responsabilidade.

Segundo a Constituição Federal, art. 85:

“São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

.....

VI - a lei orçamentária;”

E foi isso o que aconteceu. A Presidente cometeu crime de responsabilidade ao afrontar o art. 4º da Lei Orçamentária de 2015, que estabelece que a autorização de gastos por meio de decretos somente é permitida se forem compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário.

Os crimes ocorreram em 27 de julho de 2015 e em 20 de agosto de 2015 ao serem assinados pela Presidente ao todo seis decretos de suplementação, que totalizaram R\$ 2,523 bilhões, incompatíveis com a obtenção da meta de superávit primário.



A publicação desses decretos verificou-se em um momento no qual as contas do Governo já estavam seriamente comprometidas e não havia espaço para novas despesas.

Corroborando o entendimento de que os atos eram ilegais, é necessário mencionar que em 22 de julho de 2015, anteriormente à edição dos seis decretos, o Governo já havia formalizado junto ao Congresso sua intenção de alterar a meta de superávit ao enviar a esta casa o PLN 5.

Houve fraude fiscal, as chamadas pedaladas. Alguns dizem que sempre ocorreram, que todos os ex-Presidentes se utilizaram desse expediente. Não é verdade! Eventuais saldos negativos na operacionalização de programas por não ser possível prever o valor exato são aceitáveis. A evolução das operações de crédito de 2014 para 2015 chegou a um total de R\$ 55,6 bilhões — dívidas, recursos usurpados dos bancos públicos e do FGTS.

Não há como negar que nas datas da edição dos decretos o Governo já considerava que a meta de superávit não seria obtida. Configurou-se, dessa forma, o crime de responsabilidade previsto na Constituição Federal.

O argumento de que os governos estaduais também fizeram o mesmo é desleal e inverídico, pois as leis orçamentárias de Estados e Municípios não condicionam a abertura de crédito por decreto à obtenção de metas fiscais.

O Poder Executivo alega que a aprovação do PLN 5/2015 legitimou a edição dos decretos de suplementação. Isso não é verdade.

Ao editar os decretos de suplementação sem observar se esses gastos caberiam no Orçamento do ano o Governo agiu como um indivíduo que não tem



dinheiro para as despesas do mês e possui dívidas elevadíssimas no banco, mas continua gastando desenfreadamente, de forma irresponsável.

Em relação à afirmação de que os atrasos dos repasses aos bancos públicos não são operações de crédito, mas tão somente remuneração de um contrato de serviço, essa não se sustenta.

O Governo financiou políticas públicas inteiras com recursos de bancos públicos, numa operação vedada pelo art. 36 da LRF.

Os valores bilionários atrasados pela União às instituições financeiras ultrapassam facilmente as cifras que seriam referentes a meras taxas de administração dos contratos de prestação de serviço das instituições.

Essas dívidas foram registradas nos balanços dessas instituições como créditos a receber destinados aos programas e não como atraso de meras taxas de administração.

Os bancos públicos foram obrigados a pagar os beneficiários com recursos privados, mesmo sem receber o dinheiro da União, que gastou mais do que tinha, aumentou despesas sem ter de onde tirar dinheiro. Trata-se de financiamento ilegal, usado para mascarar o resultado primário. Não era custo operacional, eram os bancos gerindo e bancando programas do Governo.

O Governo alega que os fins justificam os meios e que, portanto, os financiamentos contraídos junto a instituições públicas foram para financiar programas sociais.

De toda forma, não se discute o mérito dos programas financiados pelos bancos públicos. Mas não se pode ignorar que existem meios legais para o Governo



angariar recursos para suas políticas públicas: o endividamento do Tesouro por meio da emissão de títulos e consequente aumento do endividamento público é um deles.

De certo, o Governo optou pelo caminho oculto dos empréstimos junto a bancos públicos, ainda que ilegal essa prática. Ao empurrar suas despesas com a barriga, ao largo da opinião pública, o Governo criava um equilíbrio artificial da situação econômica e ganhava tempo para concorrer nas eleições de 2014. Quando o Governo finalmente reconheceu essas dívidas, presenteou o País com um déficit primário de R\$ 114,9 bilhões.

Diz-se também que os financiamentos da União por instituições públicas sempre existiram e que o TCU nunca os interpretou como ilegais.

Portanto, ao afirmar que a aprovação do PLN 5 retroagiria e regularizaria a edição dos decretos de suplementação, o Governo demonstra dolo ou total desconhecimento dos conceitos de gestão orçamentária e fiscal. Quando o Governo não tem dinheiro suficiente para uma nova despesa, ele está proibido de suplementar o Orçamento e deve solicitar nova autorização ao Congresso Nacional. Não foi o que ocorreu.

Para finalizar, resta claro que a Presidente cometeu crime de responsabilidade, nada de pedaladas, em uma única prática de ludibriar a sociedade com a expansão de programas importantes, como PROUNI, FIES, PRONATEC, PROINFÂNCIA, expansão das universidades.

De maneira simples, comprou o que não podia pagar, gastou o que não tinha e colocou outro para pagar em seu lugar.

Muito obrigada.



O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com alegria e prazer, dou sequência ao horário reservado ao Democratas.

Como se sabe, eu venho de Pernambuco, terra que em vários momentos tem dado uma contribuição muito importante para a história do Brasil, desde o Brasil Colônia até os movimentos libertários que o Brasil viveu ao longo da sua história. Em todos os grandes momentos de afirmação política da vida nacional, Pernambuco sempre esteve muito presente.

É com esse passado, com essa história, com essa tradição pernambucana do Recife, da minha querida Belo Jardim, do meu querido Pernambuco, que eu trago esta contribuição para mais um momento em que o Parlamento brasileiro se dedica a uma discussão nacional.

O Brasil todo clama por providências. O Brasil todo pede ao Congresso Nacional que ouça as vozes das ruas. O Brasil todo reclama uma solução para o impasse político-institucional que, ao contrário do que foi dito pelas forças governistas que têm se revezado na tribuna ao lado, não foi provocado pelas forças de oposição.

Este impasse vivido pelo Brasil hoje decorre, básica e principalmente, da incapacidade de governar de um governo que levou o Brasil ao fundo do poço, de



um governo que atolou o nosso País no mar de lama e no esquema, pode-se dizer, de corrupção endêmica.

Muito se disse aqui que faltavam motivos, que faltavam elementos que pudessem caracterizar o chamado crime de responsabilidade praticado pela Presidente Dilma Rousseff. O Ministro José Eduardo Cardozo chegou até a afirmar que a Presidente Dilma Rousseff não teria praticado nenhum dolo nos atos de crime de responsabilidade e que, sem dolo, portanto, não seria possível caracterizar a deliberada disposição de ofender a Constituição, de ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal ou da Lei nº 1.079, de 1950, mais conhecida como a Lei do Impeachment.

É o contrário do que se disse. É justamente o contrário da defesa feita, na tribuna do outro lado, pelo Ministro José Eduardo Cardozo.

O dolo é claro, é deliberado, é evidente. O Brasil todo o percebeu, principalmente durante o ano de 2014, quando a Presidente Dilma buscava a sua reeleição e, adentrando o ano de 2015, violou a Constituição, que estabelece a necessidade de cumprimento permanente das normas constitucionais e classifica, no art. 85, como crime de responsabilidade qualquer ato que atente contra a Constituição.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Presidente da República ou a Presidente da República, ao tomar posse, tem de vir ao Parlamento, diante de todos nós, fazer o juramento da nossa Constituição. Tem de vir aqui jurar a Constituição, porque o juramento é um compromisso público com a Casa, que representa o povo brasileiro. É a disposição oficial, por parte do Presidente da República, de que vai respeitar a Carta Maior, que rege as regras básicas, as regras elementares da Nação brasileira.



Veio aqui, jurou cumprir a Constituição do Brasil, e a descumpriu. Atentou contra a Constituição. Violou a Constituição. Ultrapassou o limite que define claramente que a competência para a elaboração do Orçamento público é do Congresso Nacional.

Violou também as regras que estabelecem a responsabilidade fiscal, ao contratar empréstimos em bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Brasil. Isso é pouco? Cento e poucos bilhões de reais é pouco? Não é pouco.

Aí, a população que está em casa, a classe média, o trabalhador, se pergunta: *“O que eu tenho a ver com isso? Como um crime praticado pelo Presidente da República, ou, no caso, a Presidente da República, me afeta diretamente?”*

Afeta da seguinte forma. Quando se viola o Orçamento público, quando se desrespeitam as regras básicas de responsabilidade fiscal, automaticamente está se fazendo com que o povo pague a conta no final. E o povo está pagando uma conta altíssima, meu caro Relator, Deputado Jovair Arantes. De que forma? Com uma inflação fora de controle, uma inflação que corrói o poder de compra da população brasileira; com juros nas alturas — quem vive pendurado no banco ou no cartão de crédito não aguenta pagar tanto juro no Brasil —; com a maior recessão da história republicana do País, desde 1901.

Jogaram o Brasil na pior recessão da história, por conta das violações praticadas e da irresponsabilidade definida a partir da falta de liderança e de responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff.

É isso que justifica o *impeachment*.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Há mais, há muito mais. A Presidente Dilma permitiu que o seu Governo foi dominado pela corrupção. Não me venham dizer que foi um caso aqui ou acolá, um caso perdido, que um departamento da PETROBRAS foi saqueado ou roubado! Foram quatro diretores presos, quatro diretores indiciados pela Operação Lava-Jato! Isso ocorreu porque houve, no mínimo, omissão por parte da direção maior do nosso País.

Isso se repete na ELETROBRAS, se repete nas obras da Copa, se repete na área da saúde, se repete na área da educação e se espalha por toda a administração pública.

É o poder público que está contaminado de cabo a rabo, como se diz na minha terra. Isso é inaceitável! Não vamos tolerar e admitir isso. Nós vamos definir, sim, a vontade do povo brasileiro. No próximo domingo 17, vamos destituir constitucionalmente, por meio do *impeachment*, a Presidenta Dilma Rousseff.

Há de se ter pressão população! A população tem que ir às ruas fazer o que recentemente fizeram milhões de brasileiros: 4 ou 5 milhões de brasileiros, nas ruas do País, disseram: "*Basta de PT! Chega de PT!*".

O PT continua, infelizmente, praticando a má política nos quartos de hotéis, como faz o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aqui em Brasília, recebendo Deputados, prometendo e entregando pedaços do Estado para sustentar um governo falido, corrupto e insuportável para o povo brasileiro.

Vamos derrubá-lo! A força do povo vai ecoar no plenário desta Casa!

Esta Casa vai fazer prevalecer a vontade maior da nossa população!

Fora, Dilma!

Fora, PT, no domingo 17! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Jhonatan de Jesus, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB.

O SR. JHONATAN DE JESUS (Bloco/PRB-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou aqui hoje para dizer que o Partido Republicano Brasileiro apoia, sim, o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Nós entendemos que, no episódio das pedaladas fiscais, houve, sim, dolo aos cofres públicos, com a contratação nos bancos que fazem parte do Governo Federal. Essa operação é considerada ilegal, porque o Governo Federal não pode adquirir empréstimos da União. Isso é considerado crime de responsabilidade, vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Dr. Miguel Reale Junior, que esteve hoje nesta Casa; o Dr. Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT; e Janaina Paschoal mostraram claramente onde estava o crime. Está no art. 85 da Constituição, nos seus incisos VI e VII; está na Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 36 e 38; está no art. 10 da Lei nº 1.079, de 1950.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz:

“Art. 359-A. Ordenar, autorizar, realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa”.

O Brasil passa hoje por uma das suas maiores crises, no âmbito econômico, político e moral, de toda a sua história. As pedaladas fiscais foram, sim, de pleno conhecimento da Presidente da República, desde 2014. Isso se repetiu em 2015, quando se manteve a edição de decretos não numerados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária

Montagem: 4176



No dia 16 de março, o PRB tomou uma decisão consensual na sua bancada: entregou o Ministério do Esporte, deixou a base de apoio da Presidente Dilma e se posicionou de forma independente no Congresso Nacional.

O Presidente Marcos Pereira disse, ao anunciar a sua decisão e a do Partido Republicano Brasileiro: *“É irrevogável a nossa decisão, por entendermos que a Presidenta Dilma não tem mais um norte para liderar o Brasil neste momento de crise. Ao agir com independência na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o PRB promete à República Federativa do Brasil que vai votar as matérias que fizerem bem ao País e vai dizer ‘não’ àquelas matérias que prejudicarem a Nação. O PRB é a favor do Brasil.”*

Este Deputado que está aqui hoje representa 22 votos do PRB, que vai votar, por unanimidade, a favor do *impeachment*.

Povo do Estado de Roraima que nos acompanha, nós vamos dizer “sim” ao impedimento da Presidente Dilma, para podermos dar um rumo melhor à Nação brasileira, ao povo brasileiro, que está nas ruas. Como diz o ditado: *“A voz do povo é a voz de Deus”*.

Vamos à votação no domingo!

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Andre Moura, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. ANDRE MOURA (Bloco/PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subir à tribuna deste Parlamento no dia de hoje é para mim e, tenho certeza, para todos nós Parlamentares, sem dúvida, um momento histórico, em que nós vamos ter a oportunidade de contribuir para passar este País a limpo.

Nós do Partido Social Cristão, eu, na condição de Líder, vimos aqui, em primeiro lugar, para deixar claro que defendemos a família brasileira. Lutamos, de forma perseverante, para que o direito do cidadão de bem não seja aviltado, para que sua honra não seja ultrajada e para que as suas esperanças não sejam escarnecidas.

A bancada do PSC, Sr. Presidente, vem a este plenário na sua integralidade. Cem por cento da bancada está aqui para reparar um dano que há muitos anos vem revoltando milhões de brasileiros das mais diversas classes sociais e culturais.

Comparecemos de forma unânime para votar a favor do *impeachment*, 100% da nossa bancada.

Sr. Presidente, temos a certeza de que nós precisamos, com a consciência tranquila, devolver ao povo o orgulho de ser brasileiro. Nós representantes do povo temos aqui esta missão.

Muito se ouve falar, por parte dos governistas e defensores do Partido dos Trabalhadores, que se trata de um golpe. Porém, tal alegação é falaciosa. Não condiz com a realidade do nosso País, pois todo o processo está fundamentado na Constituição. Ele está, acima de tudo, apoiado pela mobilização social de um povo



que chegou ao seu limite. E entendemos que *impeachment* não é golpe. *Impeachment* é justiça.

É nossa missão de representantes do povo neste Parlamento estar em perfeita sintonia com o que deseja, sonha e clama o povo brasileiro.

Os últimos pronunciamentos, por exemplo, da Presidente da República, têm sido completamente desprovidos de autocrítica, há neles ausência de veracidade.

Portanto, temos certeza de que nós estamos aqui para fazer o que é correto, para fazer o que é melhor para o nosso País. A popularidade e a confiança deste Governo acabaram. Essa falta de popularidade e essa falta de confiança fazem com que, diretamente, de forma impiedosa, a população brasileira pague um preço muito alto.

Todas as evidências apresentadas até agora demonstram que o esquema de corrupção liderado por este Governo que aí está é o maior de toda a história do Brasil e um dos maiores da humanidade. É exatamente por isso que precisamos dar um basta em tudo de errado que vem acontecendo no nosso País.

Eu tenho certeza de que, neste momento histórico, este Parlamento, com as mulheres e os homens de bem que aqui representam o povo brasileiro, não vai fugir da sua missão de resgatar o orgulho do povo brasileiro e de, acima de tudo, restabelecer a estabilidade econômica do Brasil para retomar o crescimento.

Este momento histórico, infelizmente desfavorável, que hoje vivemos servirá de aprendizado para as gerações futuras.

Viva o *impeachment*!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar como Líder, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Garcia, pelo Democratas.

O SR. RODRIGO GARCIA (DEM-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de lembrar a todos que em 1992, eu, com 18 anos de idade, funcionário desta Câmara Federal, assisti a um momento histórico para o Brasil: o *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Aquela foi uma decisão que mudou o Brasil, e mudou para melhor.

Sr. Presidente, quis o destino que, 24 anos depois, agora como Deputado Federal, representando o meu Estado de São Paulo, com a satisfação de ter tido a sexta maior votação nominal do Brasil, eu participasse mais uma vez de uma decisão histórica, que esta Casa deve tomar no próximo domingo.

Estamos diante de uma enorme responsabilidade. Não fazemos isso com alegria ou com satisfação, mas o fazemos cumprindo uma responsabilidade que todos nós Deputados Federais juramos cumprir, na ocasião da nossa posse, que é respeitar a Constituição do Brasil. E é respeitando a Constituição que, no próximo domingo, eu e meu partido votaremos "sim" ao *impeachment* da Presidente Dilma.

Votaremos "sim", porque entendemos que a Presidente cometeu crime de responsabilidade, amplamente comprovado pelo Tribunal de Contas da União e pela Comissão do Impeachment, que esta Casa instalou nos últimos meses. No entanto, além do crime de responsabilidade, o mau uso do dinheiro público, a malversação do dinheiro público, a má aplicação do dinheiro público causa para a sociedade brasileira, nos dias de hoje, um enorme problema para a vida das pessoas, principalmente aqueles mais humildes.



A fraude está comprovada pelo nosso Tribunal de Contas da União. O que chamamos hoje de pedalada fiscal não é apenas um desvio de conduta da Sra. Presidente da República no tocante à execução do seu Orçamento. Isso gerou para a sociedade brasileira, principalmente para aqueles mais humildes, a volta da inflação; gerou a perda do poder de compra do trabalhador brasileiro; gerou principalmente o desemprego, Sr. Presidente. O que nós vivemos hoje é verdadeiramente uma falta de esperança em relação ao futuro do Brasil.

Não bastasse o crime de responsabilidade, a fraude ao Orçamento brasileiro, que é o que julgaremos no próximo domingo, nós temos ainda um contexto muito maior para avaliar sobre o Governo que está aí: esse Governo está afundado em corrupção.

Todos os dias nós assistimos, de maneira triste e surpreendente, a um novo escândalo. Os escândalos que já chegaram à Presidência da República, a pessoas próximas do Governo da Presidenta Dilma e principalmente ao seu partido, o PT.

Esses escândalos, que todo dia entristecem a sociedade brasileira, seguramente fizeram com que a Presidente da República perdesse a capacidade de governar o Brasil. E presidencialismo, Srs. Deputados, não funciona sem Presidente. É isto, infelizmente, o que nós vivemos hoje em nosso País: uma Presidenta que perdeu sua capacidade de governar.

Por isso, no próximo domingo eu, ao lado do Democratas, votarei "sim", representando São Paulo, mas, principalmente, a vontade da grande maioria da sociedade brasileira.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Evair de Melo, para falar como Líder. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, para falar como Líder. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Damião Feliciano, para falar como Líder. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, para falar como Líder.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o crime de responsabilidade está suficientemente caracterizado, mas a burla que levou a esse procedimento foi comprometer a responsabilidade fiscal.

Eu quero chamar a atenção de todos para aquilo que é a devida explicação ao povo brasileiro: o PT recebeu a herança bendita da estabilidade econômica e do fim da inflação e liquidou com essa herança no período do seu Governo.

Hoje nós vivemos um momento de recrudescimento da inflação, e o processo de distribuição de renda alardeado no País foi totalmente comprometido. Programas que eram emancipatórios e distributivos se tornaram simplesmente assistencialistas, e tudo isso recuou agora, com a reconcentração de renda que o descontrole fiscal fez ocorrer em nosso País.

Alardeou-se um crescimento econômico, mas a realidade é a desindustrialização do País. O setor de alumínio acabou, o setor de siderurgia está comprometido, e só o nosso setor agropecuário resiste, e mesmo assim por conta própria e a duras penas.



O Governo alardeou que ia ser responsável pela manutenção da PETROBRAS e denunciou aquilo que dizia ser uma intenção de lesa-pátria — a venda da estatal. O que fez o Governo? Liquidou a PETROBRAS.

O Governo alardeou a tentativa de constituir campeões nacionais; distribuiu 270 bilhões de reais pelo BNDES. Que virtuosidade isso acrescentou à nossa economia? Nenhuma.

O Governo procedeu a isenções tributárias, e isso não se traduziu em nenhum processo de retomada do crescimento. É esse o legado que o PT deixa.

E o PT está feroso, está muito aceso neste momento, pela iminência daquilo que é a sua vontade: voltar a ser Oposição.

O *impeachment*, que nós defendemos e que este Congresso decidirá, em nome do País, não significará a solução de problemas. Virá um período duro, de ajuste, de reconstrução do País. E o PT, irresponsável como é, está querendo fugir disso, e já alardeia agora o seu sentimento oposicionista.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira, pelo PTN.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (Bloco/PTN-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um momento histórico para cada cidadão deste imenso País. Não podemos aceitar o assombro que estamos vivendo. As pessoas estão desacreditadas diante de tanta corrupção, tanto roubo e tanto desrespeito para com a coisa pública, mas a mudança é possível. Vamos libertar o Brasil!

Os crimes de responsabilidade eleitoral, de desobediência e de improbidade administrativa da Presidente Dilma Rousseff não podem ficar impunes. O Brasil não pode mais pagar pelo plano de perpetuação no poder arquitetado pelo Partido dos Trabalhadores, que insiste em instalar um sistema maligno de corrupção.

A Presidente Dilma não tem mais competência para ocupar a presidência da República. Sua gestão já está falida. A crise que vivemos é fruto da incompetência, da demagogia, da arrogância, da prepotência e do despreparo. E nós não vamos mais pagar a conta desse desgoverno.

O golpe praticado por este Governo desemprega a cada hora — pasmem V.Exas. — 300 brasileiros, colocou um fim na estabilidade econômica e aumentou a inflação, afetando o orçamento de 94% dos brasileiros, povo este que faz malabarismo diariamente para comprar o básico, sendo obrigado a mudar até mesmo os hábitos de consumo. Queremos andar é para a frente e não retroceder, como está acontecendo.

O processo de impedimento da Presidente deve ser aprovado por esta Casa e tão logo recebido pelo Senado Federal, que tem o compromisso com a verdade e



com a verdadeira representação dessas pessoas que clamam nas ruas por dias melhores.

Não desistiremos do Brasil! Não desistiremos do homem trabalhador, da mulher digna e trabalhadora que cuida dos filhos, do jovem sonhador que quer construir uma vida bonita e próspera, do idoso que já batalhou tanto e quer apenas envelhecer de forma plena, digna e em paz.

Chega de interferência deste Governo no exercício do poder familiar. Não podemos admitir essa doutrina absurda da iniciação sexual de nossas crianças e a disseminação do comunismo. A resolução desse Governo que permite que meninos usem banheiros de meninas na escola é esdrúxula e deve ser deposta junto com esse Governo.

Quero, com o meu voto, deixar um legado de integridade e honra para as futuras gerações. Essa faxina contra a corrupção está apenas iniciando. Temos que banir todos aqueles que agem contra o interesse legítimo do povo. Meu compromisso é com Deus e com as famílias do nosso querido Brasil.

Basta de corrupção! *Impeachment* já!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Convido o PRB para fazer a sua discussão.

Os Deputados inscritos são: Márcio Marinho, Ronaldo Martins, Vinicius Carvalho, João Campos e Marcelo Squassoni, pelo tempo de 60 minutos, que será interrompido ao fim da sessão e reiniciado na próxima sessão.

O SR. RONALDO MARTINS (Bloco/PRB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira, neste momento vivemos a angústia e a apreensão sobre o destino do nosso País, em meio a tantas mazelas no cenário político e econômico.

A primeira palavra que trago a esta tribuna é realmente de lamento, um lamento pela democracia colocada em xeque, pela desordem social e política, pela desesperança e pela perspectiva negativa que cerca os próximos anos de um país tão maravilhoso quanto o Brasil.

Lamentamos, por todos os fatos, desventuras e erros que nos trouxeram a este momento, às vésperas de uma votação que pode afastar a Presidente da República, eleita pelo voto direto da população no ano de 2014.

Definitivamente, não há o que comemorarmos aqui, pois estamos escrevendo uma página lamentável da nossa história, da nossa democracia tão recente. Jamais, em tempo algum, aqueles que zelam pela democracia, que buscam o bem da coletividade poderiam deleitar-se em meio a um processo de impedimento de chefe de uma nação.

Mas temos a obrigação formal, Sr. Presidente, moral e cidadã de cumprir o mandato que nos foi dado pelo voto livre, legítimo e popular. E no cumprimento



deste mandato representativo incumbe-nos a missão de tomar a melhor decisão para o nosso País.

A grande questão nacional a ser resolvida por esta Casa e pelo Senado Federal é dar resposta e consequência aos desmandos de um Governo que há muito tempo vem padecendo, imerso em arrogância, prepotência e erros. Muitos erros.

A Câmara dos Deputados e seus membros vêm sendo duramente atacados nos últimos meses, atacados em sua honra, em sua dignidade, em sua liberdade de manifestar-se, de cumprir o seu papel institucional.

Também as pessoas, os cidadãos, em suas vidas privadas, nas redes sociais, nos locais de reunião, em via pública, vêm sendo submetidos a tentativas criminosas de intimidação.

Querem à fina força impor, Sr. Presidente, a vontade de um séquito de pessoas, partidos, ajuntamentos de classes, que nos últimos 13 anos vêm se esmerando em usurpar do poder o seu sustento.

Agridem, difamam, utilizam-se do aparato bancado pelo Governo Central para tratar as pessoas como se fossem infantes, que não sabem o que é melhor para sua vida, para o futuro do País.

“Coxinhas”, “traidores”, “reacionários” e “golpistas” são apenas alguns termos que os verdadeiros golpistas e traidores desta Nação vêm utilizando para atacar os brasileiros que não coadunam com o seu ideário enviesado.

Tão liberais, tão democráticos, mas sempre armados com uma palavra de ordem, com uma frase feita, com um ódio de onde destilam uma superioridade, uma moralidade que não têm.



Os verdadeiros golpistas deste País se escondem por trás do manto vermelho da discórdia, do discurso de divisão, de cisão, de uma suposta guerra permanente ao capital, às elites, o mesmo capital por que lutam e atropelam o próprio discurso para, enfim, gozarem, às escondidas, dos prazeres de uma elite disfarçada de proletário.

Os verdadeiros golpistas que estão no centro e na periferia deste Governo agonizante, Sr. Presidente, revelam-se por meio de suas contas bancárias repletas do dinheiro sujo, subtraído do suor dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os golpistas do mensalão, dos escândalos, afloram todos os dias nas páginas dos jornais, enlameando a imagem do País perante o mundo e ferindo de morte a dignidade da nossa gente, que não compreende o motivo de lhes faltar saúde e educação de qualidade.

Os golpistas, Sr. Presidente, que ainda se locupletam dos recursos da PETROBRAS, dos bancos públicos, dos favores aos companheiros e aos amigos de última hora destruíram a imagem e o vigor de uma gigante do petróleo mundial. Saquearam, pilharam, negociaram, no mercado negro, com o patrimônio do povo brasileiro.

Apontam o dedo para todos que pensam diferente; o mesmo dedo sujo que embolsa bilhões de reais sem a mínima preocupação se o povo mais simples, desassistido, terá condições de comprar um remédio, de pagar a sua conta de luz, muitas vezes aumentada pela incompetência e pela subserviência ao setor elétrico.

Quisera o bom Deus, senhoras e senhores, Líder Márcio Marinho, que o grande brasileiro e fundador do nosso partido, PRB, o nosso querido José Alencar Gomes da Silva, tenha partido sem saber que o projeto que ele ajudou a construir,



Deputada Rosângela Gomes, quando aceitou a missão de ser Vice de Lula, foi rebaixado ao mar de lama que vemos hoje.

Desgoverno! Instituições que não cumprem o seu papel! Gestão judicializada! Este é o nosso lamento, a nossa dor, senhoras e senhores.

O voto que vamos proferir no domingo, Sr. Presidente, é o voto da fé e da esperança do povo brasileiro. A Sra. Presidente da República cometeu, sim, crime de responsabilidade quando atropelou as prerrogativas exclusivas deste Poder; quando aceitou que seus auxiliares trilhassem o caminho da contabilidade criativa, que, para o mal, criou um monstrengo contábil, impossível de justificar, utilizando-se de expedientes proibitivos, vedados pela lei, metendo a mão nos recursos dos bancos públicos para maquiar suas contas, para driblar metas fiscais dispostas em lei.

Vamos votar de acordo com o que reza a Constituição Federal. Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados, amparados pela lei e ao lado do povo. Vamos votar contra o golpe, contra os verdadeiros golpistas.

O PRB segue unido neste intento, Sr. Presidente. Vamos trabalhar para que o povo brasileiro possa voltar a andar de cabeça erguida, para devolver-lhe dignidade e honra.

E que nos próximos meses, nos próximos anos, Sras. e Srs. Deputados, possamos ajudar na reconstrução de um país com mais direitos para os trabalhadores; com mais garantias sociais; mais proteção para as famílias; sem corrupção, sem desmandos; sem ódio. Vamos refazer a Nação brasileira, juntar os cacos e construir um futuro melhor!

“Verás que um filho teu não foge à luta”.

Deus abençoe o Brasil! *(Muito bem. Palmas.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD. 10626

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Vinicius Carvalho, antes de conceder a palavra a V.Exa., vou interrompê-lo, com 51 minutos, para encerrar esta sessão e convocar a 4ª Sessão Extraordinária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - COMPARECEM MAIS OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 084.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sexta-feira, dia 15 de abril, às 23h52min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 084.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD 1063
Montagem: 4176



(Encerra-se a sessão às 23 horas e 51 minutos.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

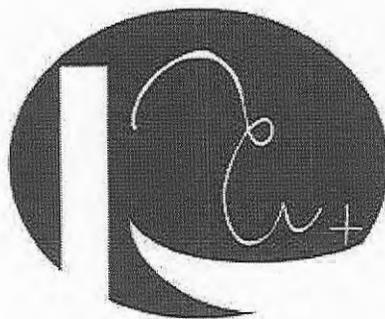
Ata da 84ª (octogésima quarta) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016. Às 18h59, presentes 487 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Eduardo Cunha, Presidente, declarou aberta a sessão. O Sr. Carlos Manato, servindo como 2º Secretário, leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem observações. Às 19h03, presentes 482 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Discutiram a matéria os Srs. Heuler Cruvinel, Delegado Éder Mauro, Goulart, João Rodrigues e Marcos Montes, pelo PSD. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Marco Tebaldi, pelo PSDB; Moroni Torgan, pela Minoria; Ricardo Izar, pelo PP; Glauber Braga, pelo PSOL; Benjamin Maranhão, pelo Solidariedade; e Sergio Souza, pelo PMDB. Discutiu a matéria o Sr. Tadeu Alencar, pelo PSB. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Flavinho, Heráclito Fortes, Fabio Garcia e Danilo Forte, pelo PSB. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Diego Garcia, pelo PHS; Carlos Zarattini, pelo PT; Raquel Muniz, pelo PSD; Jandira Feghali, pelo Governo; Jorginho Mello, pelo PR; e Jose Stédile, pelo PSB.



Às 22h28, o Sr. Presidente prorrogou a sessão. Discutiu a matéria o Sr. Mandetta, pelo Democratas. Assumiram, sucessivamente, a Presidência, os Srs. Claudio Cajado e Carlos Manato, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Discutiram, ainda, o referido Parecer os Srs. Claudio Cajado, Marcos Soares e Professora Dorinha Seabra Rezende, pelo Democratas. Reassumiu direção dos trabalhos o Sr. Eduardo Cunha. Usou da palavra, ainda, para discutir a matéria o Sr. Mendonça Filho, pelo Democratas. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Jhonatan de Jesus, pelo PRB; Andre Moura, Líder do PSC; Rodrigo Garcia, pelo Democratas; Arnaldo Jardim, pelo PPS; e Ezequiel Teixeira, pelo PTN. Discutiu a matéria o Sr. Ronaldo Martins, pelo PRB. Às 23h51, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para sexta-feira, 15 de abril, às 23h52, com a seguinte Ordem do Dia: Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Presidente

Felipe Bonini
Secretário



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 085.2.55.O

DATA: 15/04/16

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 23h52min

TÉRMINO: 4h44min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 85ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Felipe Bornier, 2º Secretário.

Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 23 HORAS E 52 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRs.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 491 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Continuando a discussão, concedo a palavra ao Sr. Deputado Vinicius Carvalho, pelo PRB, que tem 51 minutos restantes.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, que Deus abençoe o Brasil! Que Deus abençoe Israel!

Gostaria de dizer que as minhas primeiras palavras são de frustração. É frustrante estar nesta Casa legisladora em que nada se consegue produzir porque um fantasma da Presidência da República nos assombra todos os dias. É frustrante, pois esse grupo de representantes bem-intencionados não consegue encaminhar nada de concreto porque a crise política não permite outra agenda.

E o que vemos deste planalto é o que sentimos quando andamos pelas planícies do Brasil: um cenário quase de terra arrasada. Não há como um bem-intencionado Parlamentar caminhar pelas ruas da sua região e não ouvir as lamentações dos seus eleitores. Não há como não se sentir cobrado, quando, andando pelas ruas da sua cidade, vê comércios que até pouco tempo tinham o quadro de funcionários completo e agora demitem mais da metade de seus funcionários. É triste sentir a cobrança do eleitor cidadão que, mesmo qualificado, ouviu do gerente que foi demitido. Um sentimento de impotência nos abate, quando esse filho pródigo da nossa terra nos implora para que façamos alguma coisa.

O desalento que eu encontro em cada esquina é o que me motiva a estar aqui para decidir, com rigor, que aquelas pedaladas fiscais, que não são apenas uma ironia da crônica política, significam verdadeiramente uma fraude contábil que encontra resposta no próprio Código Penal.



Respondo para esses cidadãos desalentados que não esperem de mim um julgamento penal da Presidente, porque me falta a competência formal para decidir. Mas lhes digo que tenho, sim, competência política para ajudar a autorizar o processo que pode nos livrar da assombração, da desconfiança e da inação.

Assegurei a todos os que me questionaram que estaria aqui, nesta semana, para votar “sim” e mudar o Poder Executivo do Brasil. A nossa população não pode mais esperar que ideias sábias surjam do Palácio do Planalto, porque em todos esses anos não veio nenhuma.

Ninguém esquece as bravatas que levaram à ruína a PETROBRAS. Mas não fica apenas nisso a minha motivação de estar aqui. A população não quer mais aceitar passivamente que a Presidente receba, no Palácio do Planalto, um chefe de bando que discursa fazendo ameaças à população ordeira e produtiva e também a nós Parlamentares. Todos aqui se lembram desse episódio.

Este País de história e decisões heroicas não pode aceitar que um delinquente cometa um crime dentro de um edifício símbolo da República. Se nós deixarmos a Presidente permanecer com as bravatas ameaçadoras, nos tornaremos cúmplices de crime igual, como o que ameaçou a integridade física e patrimonial das pessoas.

Foi isso o que aquele militante criminoso vociferou do púlpito do Palácio do Planalto — pasmem-se, amigos! —, com os aplausos da até agora mandatária desta Nação.

Fiquei a pensar na cena do aplauso. A ideia mais benevolente que eu tive foi a de que ela cometeu um suicídio político, a se confirmar aqui, nesta Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O que me motiva agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de concordar plenamente com o irretocável parecer do Deputado Jovair Arantes, é considerar também, na hora de declarar o meu voto, a omissão dolosa da Presidente da República com o crime de ameaça perpetrado dentro do Palácio. A Presidente poderia ter interrompido a fala do militante durante a cerimônia ou poderia, ainda, divulgar uma nota em que repudiava a ação dele. Como não o fez, foi, no mínimo, omissa.

Prestem bem atenção ao que este Governo fez com o País: este Governo, com sua atitude de desmando, separou o Brasil entre nós e eles. Isso é inconcebível para nós Parlamentares aceitarmos.

Este Governo fez isso com a nossa bandeira. (*Mostra bandeira*). Ela não está rasgada. Eu simplesmente providenciei duas bandeiras porque sou patriota e não rasgo a nossa bandeira, coisa que eles fizeram.

Por todos esses motivos, meus amigos, com muita consciência e muita justiça, eu conclamo todos para, no dia da votação, votarem "sim", pelo *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, como todos os Deputados do PRB farão nesse dia.

O Brasil é um só. Que Deus abençoe o Brasil!

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Felipe Bornier, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna nesta noite para dizer, sinceramente, que gostaria de estar aqui em outra situação, fazendo aquilo que o



meu partido se predispõe a fazer, quis fazer e continuará perseguindo fazer, que é ajudar o Brasil a crescer.

Gostaria de estar aqui trabalhando para que políticas públicas fossem implementadas em nosso País, para que a população pudesse ter mais emprego, mais renda e mais ação social do Governo Federal.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, com muita tristeza, que todas as vezes que nós andamos pelas ruas do nosso País, todas as vezes que nós andamos nas comunidades, nos aeroportos, nos pontos de ônibus, por onde nós andamos, nós vemos um lamento só em função da crise que, a cada dia, assola o povo brasileiro; que, a cada dia, prejudica aquela população mais pobre, que necessita da ação do Governo e acaba sendo a mais prejudicada.

É com muita tristeza, Sr. Presidente, que estou aqui para dizer que, onde quer que estejamos, não há outro discurso. O discurso é o mesmo: *“Não acreditamos mais na autoridade dessa Presidenta que hoje está à frente do Brasil”*.

São vários os problemas que enfrentamos em nosso País em função da crise econômica, como problemas socioeconômicos, desemprego, fechamento de empresas — o que aumenta o desemprego. Sabemos, minha gente, que as pessoas que necessitam das ações do Governo são pessoas simples, humildes, que acreditaram neste Governo e hoje estão decepcionadas com ele.

Sr. Presidente, apesar do desastre econômico e da constatação das anormalidades éticas, o Brasil está acima de tudo, e nós sabemos que juntos podemos muito mais.

Todos os dias, Sr. Presidente, quando vou dormir, eu fico a meditar, penso no que fazer, na participação que nós poderíamos dar para melhorar a situação do



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



País. Mas, ao mesmo tempo, Deputado Lincoln Portela, Deputada Rosângela, vem à minha mente o seguinte: o que este Governo deixou de fazer para levar o País ao caos em que se encontra?

Quando conversamos com a população, ela tem a resposta na ponta da língua. Sabem por quê? Porque sua, porque geme, porque chora, pois o Governo vive um desmando, e a população é prejudicada. Cada vez que abrimos os jornais, ou temos a informação vinda dos veículos de comunicação, vemos que surgem aproximadamente 280 desempregados por hora. Isso é um absurdo em um País que diz que trabalha para os trabalhadores.

O Governo perdeu totalmente a credibilidade. Nós conversamos, por exemplo, com empresários, com pescadores, com as domésticas, e todos estão descrentes. Conversamos também com advogados, médicos, enfermeiros. De norte a sul, a população está completamente descrente em relação ao Governo.

É evidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que a população que confiou o voto a cada um de nós nos pergunta: *"Eu dei o meu voto de confiança para os senhores me representarem. O que os senhores vão fazer?"*. Certamente, nós que respeitamos os nossos eleitores temos que tomar uma atitude que possa minimizar o sofrimento da população. E essa atitude passa, sim, pelo apoio à admissibilidade do processo de *impeachment* no domingo.

Quando decidimos apoiar este Governo, em 2014, o nosso Presidente, Marcos Pereira, condicionou esse apoio, essa parceria, a duas coisas. A primeira era o equacionamento, o equilíbrio das contas da economia, coisa que não aconteceu, Deputado Beto Mansur. A segunda era a participação efetiva do nosso



partido no Governo, a nossa contribuição com ideias positivas para que pudéssemos, então, ajudar o País, coisa que não aconteceu.

No dia em que nós votamos pela admissibilidade do processo na Comissão Especial do Impeachment, eu usei da palavra para dizer que nós não estávamos cometendo nenhum golpe, até porque nós não somos irresponsáveis a ponto de cometer um golpe.

Com base na Constituição Federal — e numa atitude que depende de nós, que é um compromisso nosso, um direito nosso, uma prerrogativa nossa, e por isso estamos aqui —, nós chegamos à conclusão de que houve, sim, crime de responsabilidade, um atentado à Constituição Federal. E com base na Constituição é que nós tomamos essa atitude. Nós não estamos cometendo nenhum tipo de crime, tampouco um golpe.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui para aprovar a admissibilidade do processo de *impeachment*. Depois que a maioria da Comissão aprovou a admissibilidade, cabe a esta Câmara dos Deputados seguir o mesmo pensamento e deixar que o Senado Federal analise se os atos imputados a Dilma caracterizam crime de responsabilidade.

Sr. Presidente, o processo que aqui vamos votar, como disse, tem o fato jurídico apontado e definido. E, em razão dele, vamos decidir se deve ou não seguir para o Senado, Deputado João Campos. Mas a motivação de cada Parlamentar se dará também pelas razões políticas que cada um tem. O nosso convencimento é, sim, político e será intimamente influenciado até por situações anteriores.



Imaginar que se pode apagar uma parte da memória porque o mandamento jurídico limita os acontecimentos ao ano de 2015 é o mesmo que obrigar um ser humano a se transformar em um computador, em um ser sem alma.

Como posso esquecer a gestão que acabou com a PETROBRAS, se vejo a crise bater às portas da Bahia e destruir a economia de Camaçari? Sempre, nas redes sociais, várias pessoas dizem: *"Estou desempregado, porque as empresas do polo petroquímico fecharam as portas. Não tenho como levar o pão de cada dia para a minha casa"*. Por que devo esquecer quem era a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, quando decidiram a compra absurda da Refinaria de Pasadena?

Eu não esquecerei, na hora do meu voto, o ímpeto voluntarista e autoritário da Presidente, que quebrou os contratos com as distribuidoras de energia elétrica e conseguiu, com isso, a desconfiança do Brasil.

O diagnóstico da quebra de confiança no País se materializou mais à frente. Todas as agências de classificação de risco rebaixaram o grau do Brasil. Não podemos entender isso como uma conspiração estrangeira. O que elas fizeram foi constatar os números da crise e traduzi-los na forma de crescente desconfiança na condução da economia brasileira.

A economia é, em essência, uma relação de confiança entre pessoas que têm interesse. Se num dia se diz que o contrato vale e no outro se modificam as regras escritas, os parceiros não aceitam. Os que já investiram terão prejuízos. Os que ainda analisavam as oportunidades de investimento desistem: *"Se quebraram contratos com os outros, por que não os quebrarão comigo?"*



O povo sabe muito bem dos decretos ilegais, das pedaladas fiscais e da corrupção gigante da PETROBRAS. Nós somos representantes do povo. E a exorbitante maioria do povo quer que se vote pela condenação dos responsáveis pelo crime de abertura de créditos sem autorização deste Poder.

Deputado Lincoln Portela, esta Casa não é um apêndice do Governo Federal. Esses decretos, por lei, deveriam passar por esta Casa, para a sua aprovação, e não passaram. Por si, só isso já é um crime que dá a esta Casa a autorização para cassar o mandato da Presidente.

Nós somos a voz da maioria silenciosa e ordeira que não quer mais ver o Brasil passar tão vergonhoso momento. Já passamos por isso em épocas passadas. A situação, absurda, leva as autoridades brasileiras a não terem coragem de ir à reunião do Fundo Monetário Internacional. Isso é um absurdo! Nós não aguentamos mais essa situação!

Quero deixar claro também, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, que as denúncias dos crimes de responsabilidade atribuídos à Presidente foram minuciosamente analisadas pela nossa bancada de 22 Parlamentares, e, com muita responsabilidade, com a alma pura, tranquila, nós entendemos que, sim, foi cometido um crime. Por isso, esta Casa e o nosso partido têm que se colocar.

É importante frisar também, senhoras e senhores, que, ao votar pelo impedimento da Dilma Rousseff, o PRB cumpre rigorosamente o que estabeleceu na sua convenção de 30 de junho de 2014, quando homologou, como eu disse aqui, o apoio do partido à reeleição da Presidente da República, colocando dois pontos: primeiro, o equilíbrio da economia; e, segundo, a participação do nosso



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



partido. Foi esse o compromisso feito com este Governo pelo nosso Presidente, Marcos Pereira, mas isso não aconteceu.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo que os nossos 22 Parlamentares, neste domingo, estaremos aqui, de peito aberto, com a alma tranquila, acreditando que essa postura que nós tomaremos vai fazer com que o nosso País possa voltar a ter esperança, voltar a sonhar, voltar a pensar num dia melhor. E vamos votar com tranquilidade, porque daremos a este País a oportunidade de voltar a crescer.

Domingo, vamos votar com fé em Deus, acreditando que estaremos fazendo justiça para nosso País.

Vamos votar "sim" ao *impeachment*! (Palmas.)

O SR. JOÃO CAMPOS (Bloco/PRB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, quero cumprimentar o meu partido, o PRB, exemplo de unidade e compromisso com o País. Cumprimento o Presidente Marcos Pereira e o Líder Márcio Marinho.

O PRB foi o primeiro partido a deixar a base do Governo, onde colaborava administrando o Ministério do Esporte. Depois, foi um dos primeiros partidos a manifestar apoio ao *impeachment*. As duas decisões foram tomadas por unanimidade, portanto, de forma consensuada, o que revela a nossa unidade.

Ao tomar posse, jurei cumprir a Constituição da República e as leis. Tenho pautado a minha atuação tendo como parâmetro este juramento, e não será agora, na votação do *impeachment*, que agirei diferente.

Estou convencido de que não há golpe em curso no Congresso Nacional. Ao contrário, existe um processo de *impeachment* que obedece à Constituição, às leis e



ao Regimento Interno desta Casa. Basta considerar, além de outras circunstâncias, que o Governo, ou os seus apoiadores, propuseram, ainda no ano passado, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378 e, já neste ano, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.498, e os Mandados de Segurança nºs 34.127, 34.128, 34.130 e 34.131.

Em todos esses casos em que o Governo ou os seus apoiadores foram à Suprema Corte, o objeto das ações não foi nenhuma questão de mérito. Foi sempre questão de natureza procedimental.

Por que não propuseram ação atacando o mérito, sustentando, por exemplo, que as condutas da Presidente Dilma não constituem crime de responsabilidade? Porque sabem que os crimes de responsabilidade estão configurados. Logo, não há golpe. Ninguém aqui está rasgando a Constituição. Onde está o golpe? O relatório do Deputado Jovair Arantes é convincente, jurídico e consistente.

O PT e o Governo não encontraram argumentos de defesa. Portanto, apelaram para um chavão, uma frase de efeito, apenas retórica. E gritam: "*Golpe! Golpe!*"

Se golpe fosse, o Supremo Tribunal Federal já teria sido provocado pelo Governo ou por alguns de seus apoiadores. E, certamente, como guardião do Estado Democrático de Direito, à sua unanimidade, já teria se pronunciado e não permitiria que tal acontecesse.

Não é golpe! Não é golpe! É *impeachment!* Os crimes estão configurados.

Neste momento da nossa história, tenho uma responsabilidade diferenciada. A mim não cabe apenas me manifestar, me indignar, ir às ruas, usar as redes sociais. Como Deputado Federal, poderei fazer tudo isso, mas, agora, tenho o dever



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



de votar "sim" ou "não" ao *impeachment*. Farei isso entendendo que a realidade posta faz com que as questões partidárias e as questões de Governo sejam menores. O Brasil é maior. E será pelo Brasil e pelo nosso povo que votarei "sim" ao *impeachment*, entendendo que não afastaremos apenas a Presidente Dilma, mas toda a equipe de governo, inclusive quem está nomeado Ministro, porém impedido de tomar posse, e, além disso, está com o pedido de prisão a ser decretado.

Eu, conscientemente, sem ódio, sem rancor, sem revanchismo, reafirmo: votarei "sim" ao *impeachment*. Votarei convencido de que a Presidente Dilma cometeu crimes de responsabilidade.

Ora, editar decretos que alteram o Orçamento à revelia do Congresso Nacional não é crime? Claro que é crime! Recorrer a empréstimos de bancos oficiais, as chamadas pedaladas fiscais, porventura não é crime? É crime! Essas condutas tiveram consequências na vida do povo brasileiro.

Eu votarei "sim" porque não posso me abstrair da realidade presente. A realidade é dura. O povo sabe e sofre essa realidade. Não temos mais Governo, temos desgoverno. Senão, vejamos: milhões de jovens e pais de família estão desempregados, a inflação está em alta, os juros estão exorbitantes, há ausência de investimentos e falência de empresas. Cresceram em 31% os pedidos de falência, dos quais 88% são de pequenas empresas. Temos a maior desvalorização do nosso dinheiro em relação ao dólar desde o Plano Real. Em janeiro último, a cotação chegou a R\$4,16, Deputado Lincoln Portela. As taxas de juros chegaram a 14,25% ao ano.

Em janeiro, o FMI anunciou que o Brasil é um dos maiores responsáveis pela piora do crescimento mundial nos próximos 2 anos.



A situação das contas públicas no Brasil é muito grave e continua se agravando, com consequências para Estados e Municípios. O PIB do Brasil caiu 3,8%, em 2015. Foi o pior resultado desde 1990.

Em profunda recessão, as famílias dos trabalhadores estão sofrendo com a diminuição da renda e com o desemprego. As contas de luz, água e telefone já não são pagas. O cartão de crédito está atrasado. As compras de supermercado estão limitadas. O povo está sofrendo.

A crise provocada pela incompetência do Governo do PT disparou o índice da miséria em nosso País, que chegou a 18,18%. Esse índice é um dos piores do mundo. O pior índice de miséria é o da Venezuela, com 80%; o segundo é o da Argentina, que é pouco acima de 30%; o terceiro é o da África do Sul; o quarto é o do Brasil.

O que fizeram do Programa Fome Zero? Cadê o Programa Fome Zero? Propaganda? *Marketing*? Chega de engano, de estelionato, de mentiras! Governar é coisa séria!

A violência no Brasil é assustadora. Não foi suficiente o Congresso Nacional aprovar o Estatuto do Desarmamento e a nova Lei Antidrogas. O Governo nada fez e, por isso, o cidadão de bem está desarmado, mas os bandidos continuam armados e o narcotráfico continua sendo uma atividade promissora. Armas e drogas matam. Assusta-nos a taxa de 59 mil homicídios ao ano. Houve 47 mil estupros, isso significa uma mulher violentada a cada 11 minutos.

Enquanto isso, o Governo contingenciou, nos últimos 10 anos, 21 bilhões de reais deste setor. Esse dinheiro, bem aplicado, salvaria vidas. Isso também é crime. Ou não é?



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



E a corrupção? Desde que o PT assumiu o Governo do Brasil, em 2003, com Lula sucedido por Dilma, a corrupção passou a ser sistêmica. É como se fosse uma diretriz do partido e um programa de governo.

Chega! Basta! É preciso mudar!

Parabéns à Polícia Federal do Brasil! Parabéns ao Juiz Sérgio Moro e ao Poder Judiciário! Parabéns ao Ministério Público Federal!

É preciso mudar! O Brasil não pode esperar. E a única alternativa de mudança já, prevista na Constituição, é o *impeachment*. Precisamos criar um ambiente de unidade nacional, de esperança, de expectativas positivas. E isso só será possível se possibilitarmos que outro Governo se estabeleça na forma da Constituição.

Que Deus tenha misericórdia do nosso País!

Portanto, por Goiás e pelo Brasil, *impeachment* já!

Muito obrigado. (*Palmas no plenário.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, agora é o tempo destinado às Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - O tempo será destinado às Lideranças partidárias.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna para trazer minha palavra ao povo brasileiro. Na primeira vez, falei sobre as questões que estão em pauta. Mas eu gostaria de, neste momento, não que esteja fugindo do tema, aproveitar para parabenizar e até agradecer às milhares de igrejas evangélicas que, não só de sexta para sábado, mas de sábado para domingo, estarão em vigília, em oração, pedindo a Deus pela Nação brasileira, pedindo que a decisão tomada nesta Casa seja a melhor para o Brasil.

Não estão os evangélicos e os demais religiosos neste Brasil pedindo a Deus e apontando a solução, mas estão pedindo a Deus uma solução. O povo evangélico, preocupado com o bem da Nação, tem sempre rogado a Deus pelos Parlamentares e por todos que chegam a esses microfones.

Esperamos, a partir das decisões aqui tomadas, ter mudanças para o nosso Brasil. Independentemente do que venha a acontecer, entendemos que Deus tem o melhor para esta Nação.

Parabenizo os evangélicos e as igrejas evangélicas. Que Deus recompense todos do sacrifício que estão fazendo nesta madrugada, pedindo a Deus, em suas orações, pela Nação, pedindo a Deus por todos nós Parlamentares que estamos nesta Casa.

Agradeço a atenção dos companheiros e companheiras.

Muito obrigado, Brasil.

Que Deus nos dê o melhor resultado para esta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga, para falar pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputadas, Deputados e todos que nos assistem neste momento, é interessante ver que houve uma mudança de clima neste plenário.

Alguns Parlamentares que representam partidos que já estavam no acordão, ontem, em seus discursos, defendiam uma conciliação nacional. Eu fiquei impressionado quando cheguei hoje e vi esses mesmos Parlamentares, que tinham ontem um discurso afável, se dirigindo à população brasileira dessa forma, voltarem a um discurso violento de incitação ao ódio. Por quê? Vamos manter o equilíbrio. Vamos manter o mesmo discurso.

Nós do PSOL denunciemos e vamos continuar a denunciar o acordão. Acordão esse para fazer com que o PMDB Nacional ocupe a cúpula de todos os Poderes da República — Renan Calheiros, a Presidência do Senado; Eduardo Cunha, a Presidência da Câmara e a Vice-Presidência da República; e Michel Temer, a Presidência da República —, para colocar em prática o projeto que já apresentaram para o Brasil, *Uma Ponte para o Futuro*, que é um acelerador do passado; para acabar com a política de valorização do salário mínimo; para a independência total e formal do Banco Central, o que nada mais é do que garantir ainda mais liberdade aos banqueiros.

Eu não posso deixar de perguntar aos Parlamentares do PSDB: V.Exas. estão no acordão para levar o PMDB à cúpula de todos os Poderes da República ou não? Os jornais estão dizendo que V.Exas. estão blindando Michel Temer, que estão blindando Eduardo Cunha.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



A mesma pergunta eu faço aos Parlamentares do Democratas: V.Exas. estão blindando Eduardo Cunha e Michel Temer? Fazem parte do acordão ou não?

Faço esta pergunta por um motivo simples. Para a formação da Comissão Especial que trata do *impeachment* do Vice-Presidente da República, V.Exas. se negaram a fazer indicação de participantes.

Nós do PSOL denunciemos o acordão.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, ao Deputado Givaldo Vieira, pelo PT.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pesquisa Vox Populi feita nestes dias demonstra que a conversa é outra: 58% dos brasileiros declararam que o afastamento da Presidenta Dilma não é a solução para os problemas do Brasil.

Eu queria dirigir-me àqueles que ainda defendem o golpe para perguntar: V.Exas. desejam envergonhar o Brasil diante do mundo? Hoje o jornal *The New York Times*, um dos maiores e mais respeitados do mundo, publicou na sua capa: *Honesta, Dilma pode ser afastada por criminosos*. É isso que V.Exas. querem? Querem tirar o Governo de uma pessoa que o mundo inteiro sabe que é do bem para entregá-lo à dupla Temer e seu vice-réu Cunha?! Vão passar o Governo a um sem-voto?!

Na pesquisa Datafolha, Temer teve 2% de preferência para Presidente. Temer já traiu Dilma e vai trair V.Exas. que receberam promessas da parte dele. É um traidor.

Temer organizou um acordão com a elite empresarial do País, representada pela FIESP. V.Exas. sabem o que querem com esse acordão? Retirar direitos dos trabalhadores e da cidadania. Está no programa do Temer, ele disse: *"Vamos ter muitos sacrifícios pela frente."* Chamou o Bolsa Família de programa de transição, indicando o seu fim. Falou do fim do reajuste automático do salário mínimo e de cortes nos direitos dos aposentados. Temer fez o acordão para aprovar o fim da CLT: vai ser a livre negociação entre patrão e empregado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, eu quero saudar a militância do meu Estado do Piauí e todos os acampados do Brasil. Peço que a intensifiquem neste domingo, porque não vamos deixar o golpe passar. O povo brasileiro não pode voltar ao passado.

Quero dizer que este processo nasce de uma vingança contra o Partido dos Trabalhadores porque não aceitou fazer a pactuação da não admissibilidade do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Poucas horas depois Eduardo Cunha, rancoroso, raivoso, vingativo, instalou o processo de *impeachment*, irado porque nós não aceitamos assinar aquela falcatrua.

Quero dizer que o relatório de Eduardo Cunha, assinado por Jovair Arantes na "Comissão do Golpe", é mais uma negociata feita na calada da noite, porque prometeram ter esse Deputado como substituto do Presidente desta Casa. Um processo que já nasce nessas condições não tem nenhuma credibilidade.

Mas quero dizer para o povo brasileiro sobre esse pacto satânico coordenado pelo usurpador Temer, feito na calada da noite: os que não respeitam o pacto das urnas não vão respeitar nenhum acordo feito na calada da noite.

É por isso, senhores e senhoras, é por isso, povo brasileiro, que a forma que nós temos de manter e segurar a nossa democracia é com o povo nas ruas, porque eu não acredito que nesta Casa nós tenhamos 342 Deputados capazes de sujar as suas mãos!

Hoje, no *Jornal Nacional*, foi noticiado que mais 52 milhões de dólares foram depositados nas contas de Eduardo Cunha. Como vamos permitir que esse tipo de pessoa seja levada à condição de Vice-Presidente desta Nação? É punir uma



mulher honesta para colocar corruptos no comando do País, sob o pacto de enterrar a Operação Lava-Jato. O povo brasileiro não vai permitir isso.

Vamos dizer “não” ao golpe! Vamos dizer “não” aos corruptos! Vamos dizer “sim” à democracia, defendendo a nossa bandeira e o nosso Hino Nacional! No próximo domingo, todos nós vamos votar “não” a esse golpe ridículo coordenado pelos grandes corruptos Michel Temer e Eduardo Cunha! (*Palmas.*)

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Boa noite!

A Presidenta Dilma, com certeza, consolida-se na história do Brasil como uma cidadã brasileira das mais perseguidas da história deste País. No seu Governo, os que defendem o *impeachment* com apenas 15 dias de gestão do segundo mandato já pediram a cassação da Presidenta Dilma por crime de responsabilidade.

Portanto, mesmo que os companheiros desta Casa não concordem com a nossa argumentação, o que ocorre aqui é uma tentativa de golpe. A história, mais uma vez, será implacável com os que propõem o golpe. Onde estão os que perseguiram Vargas? Onde estão os que perseguiram JK? Onde estão os que perseguiram João Goulart? Estão todos na lata de lixo da história.

Portanto, mais uma vez, o povo brasileiro precisa perceber que, após o golpe, o que vem para o povo são atrasos, retrocessos. E esses retrocessos têm um nome. Chamam-se *Uma Ponte para o Futuro*. Na verdade, são um viaduto para o atraso!

A “ponte para o futuro” propõe romper o Plano Nacional de Educação, que quer atingir a marca de 12 milhões de jovens nas universidades públicas deste País. Os Governos de Lula e de Dilma colocaram nas universidades mais 6 milhões de jovens. Na “ponte para o atraso” disseram que vão cobrar mensalidades nas



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



universidades. A “ponte para o futuro”, de Michel Temer, propõe cobrança no Sistema Único de Saúde. A maioria desses Deputados desta Casa diz que é municipalista, e o programa propõe desvincular receitas. Vão desorganizar o Sistema Único de Saúde. Vão desorganizar o FUNDEB. Vão desorganizar a educação, da creche até a universidade.

Os Deputados que vieram aqui defender o golpe sempre apelam para o cinismo patriota, defendendo esta que é a bandeira de todos os brasileiros. Eu tenho medo é de quem não tem bandeira! Eu tenho medo é do discurso apolítico! Eu tenho medo é daqueles que tentam o poder sem voto, porque a história já comprovou: o caminho é o golpe de Estado, o caminho é o golpe com ares de legalidade, o caminho é chegar à Presidência sem nenhum voto. Depois é o retrocesso para o trabalhador.

Muitos que falaram aqui não admitem, mas acham que a Constituição não cabe no capitalismo brasileiro. Esta Legislatura compõe-se de uma maioria apenas numérica, que não representa a política nem a sociedade brasileira! Este Parlamento, conduzido por um réu acusado de corrupção, é culturalmente contra a Constituição de 1988. Quer rasgar a Constituição, quer o retrocesso, quer o capitalismo mais selvagem, quer romper os avanços dos Governos Lula e Dilma. E os milhares de pessoas que nos estão assistindo sabem disso, os milhares de eleitores dos Deputados que estão aqui sabem disso. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Shéridan, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, meus colegas, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores. Antes de mais nada eu gostaria de lembrar que o meu voto é pela razão, e não pelo coração; meu voto é pela consciência, e não pela negligência; meu voto é pela responsabilidade e, acima de tudo, pelo meu compromisso com o meu Estado de Roraima e com o Brasil.

É incontestável que houve, sim, um crime. Existem provas jurídicas, existem provas políticas que atestam a veracidade de tudo isso e que respaldam, paralelamente à Constituição, a afirmação de que existiu um crime, sim. E o meu papel, como Parlamentar, é defender a decência do meu País.

A realidade atual da população brasileira, em todos os cenários, é muito triste, é lamentável.

A situação se reflete significativamente em todas as áreas. Na educação houve cortes no PRONATEC, no FIES, enfim, foram milhões. Na saúde houve negligência, não houve sequer uma campanha para alertar a população brasileira com relação ao zika vírus, por exemplo. O Brasil se enche de desespero com epidemias gravíssimas, como a gripe H1N1. Paralelamente a isso, faltam medicamentos e os hospitais encontram-se em estado de abandono. Os nossos aposentados, que se dedicaram a vida toda ao País, hoje amargam a instabilidade de não terem a certeza de seus direitos.

O mais triste, paralelamente a tudo que está acontecendo, é o desemprego. Não existe nada que desestabilize mais uma família do que o desemprego. A cada



hora 300 pessoas estão desempregadas, na rua. Nós estamos falando de pais e mães de família que têm sua esperança cerceada e não sabem como oferecer aos seus filhos, à sua família uma vida digna. Estamos falando de mulheres que não têm a certeza do que vão levar para dentro de casa, do que vão pôr na mesa, no outro dia, para alimentar os seus filhos.

Falando em mulheres, somos 105 milhões de brasileiras. Dessas, 1 milhão e meio são chefes de família. São mulheres donas de casa, mulheres produtoras, mulheres indígenas, mulheres empresárias, mulheres do nosso Norte tão distante e pobre, mulheres do nosso Nordeste tão sofrido, mulheres brasileiras que tiveram pela primeira vez a oportunidade de ter outra mulher brasileira representando todas elas, todas nós.

Mas foi uma mulher que não teve a dignidade, a honradez, a força, a garra da mulher brasileira, de verdade, para representar todas nós e fazer o seu papel com decência. Uma mulher que fraquejou, que se curvou diante da possibilidade do erro, que se excedeu, que cedeu à corrupção, que cedeu à mentira, que cedeu às más práticas. E, o mais triste de tudo, foi uma mulher que não honrou a oportunidade de, verdadeiramente, representar todas nós mulheres do Brasil.

Ela fracassou. Ela não cumpriu o seu papel. Ela não me representa. Ela não representa a força de todas nós juntas. E não é com alegria que eu digo isso. Eu digo isso com muita tristeza. Afinal de contas, ninguém sabe quando haverá a oportunidade de se ter outra mulher na Presidência do Brasil. Porém, a Dilma não me representa.



Em nome das mulheres do meu Brasil é que faço essa referência respeitosa. A população feminina precisava, sim, de uma mulher que estivesse à altura de todas nós.

Ninguém pode voltar atrás para fazer um novo começo, mas qualquer um pode escolher o seu futuro. E eu espero que a referência de futuro que vai se construir a partir de agora seja a da responsabilidade que todos nós temos em cima do nosso voto: de escolhermos quem queremos para bem nos representar; de escolhermos o que queremos para o futuro; de sermos responsáveis pelo nosso futuro, escolhendo bem os nossos representantes.

Eu sou a favor do *impeachment*! Eu sou a favor do povo brasileiro! Eu sou a favor do Brasil!

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caros colegas, durante 13 anos o Brasil suportou eleições fraudulentas para Prefeitos e Vereadores, com o dinheiro da corrupção, de um grupo de apoio político a essa quadrilha que tinha como cabeças Lula e Dilma.

Durante 13 anos aguentamos esse grupo, que cavou um buraco no caminho da inflação, dos juros altos, da dívida interna, um furo gigantesco nas finanças públicas de uma economia desastrosa, do desemprego, da falta de saúde, de uma educação catastrófica, de uma segurança cada vez mais deprimente.

Depois de tudo isso, não havendo mais como raspar o tacho, utilizaram-se de recursos dos bancos públicos.

Além de todos os crimes que a Lava-Jato hoje torna transparentes; além de toda a corrupção em todos os programas, em todas as empresas públicas, em todos



os fundos de pensão; a Presidente Dilma, como não tinha mais de onde buscar recursos para tanta incompetência e desvio, cometeu crime de responsabilidade.

É por isso que nós estamos reunidos durante este fim de semana, para executar a Constituição brasileira. Seria irresponsabilidade, seria ilegalidade e seria um golpe se nós, se o próprio Banco Central, se o Tribunal de Contas da União, revelado esse desvio de recursos públicos bilionários, nada fizéssemos.

Nós sabemos que, com conchavos em alguns quartos de hotel, milhões são oferecidos, em uma estratégia, ao dizer: "Nem Dilma, nem Temer". Mentira! Esses são votos comprados.

Aqui se vai decidir quem está a favor do *impeachment*, para que um crime seja punido; ou quem está contra o *impeachment*, para se passar a mão, mais uma vez, nas cabeças de criminosos.

Essa é a grande escolha que teremos ao votarmos no domingo, dia 17. Não há uma terceira via; não há uma quarta opção; não há um plano B.

O que a Constituição determina é fecharmos os olhos a peso de ouro, ouro dos brasileiros, ou executarmos a nossa lei e penalizarmos a Presidente Dilma pelos seus crimes, pelos seus desvios. Esse pode ser o primeiro passo, mas é um grande passo rumo à libertação do Brasil, depois de 13 anos de escravidão a um projeto de uma quadrilha que surrupiou o dinheiro público.

Senhores, só há duas vias: ou a absolvição dos crimes ou o cumprimento da Constituição, votando-se "sim" ao *impeachment*.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme manifestei anteriormente, o *impeachment* não é um processo unicamente jurídico. Aqui não estamos fazendo julgamento de mérito, não cabe a nós dizer se a Presidente cometeu ou não crime de responsabilidade, se as pedaladas fiscais podem ser entendidas ou não como operações de crédito a bancos públicos, ou adentrar em qualquer aspecto da matéria. Esse é o papel do Senado Federal.

Do ponto de vista político, tenho sido cobrado pela função até então exercida na Vice-Liderança do Governo, recentemente afastado por mudança partidária. Agradeço e reconheço que neste período muitos avanços aconteceram, e sigo confiante em que outros ainda advirão.

Porém, este é mais um encargo do que propriamente um cargo, que exerci com disposição e intensidade. E o fiz não porque estava vinculado a alguma benesse ou cargo em governo.

O meu partido, até então, nunca teve Ministérios ou posições de destaque. Portanto, exerci o cargo de Vice-Líder por acreditar no meu País, para ajudar a viabilizar as políticas públicas necessárias. Quem conhece a minha trajetória sabe do meu compromisso.

Aliás, destaco que recentemente retornei ao PSB — Partido Socialista Brasileiro, que tem posição de independência com relação ao Governo, mais um motivo para demonstrar que o meu partido nunca foi do toma lá, dá cá.



Devo ressaltar que o cargo que ocupo não é um cargo de nomeação ou indicação de qualquer governante. É, antes de tudo, um ato de confiança e vontade da população do meu Estado, em especial das cidades de Petrópolis, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Rio das Flores, Municípios onde fui o Deputado Federal mais votado.

Foram mais de 85 mil fluminenses, muitos deles de confissão cristã, católica ou de outras igrejas irmãs. Eles são os verdadeiros detentores deste meu mandato. A eles devo obrigações; a eles devo satisfação. Depois de muitas reuniões, consultas, debates e aconselhamentos, tomei a minha decisão.

A minha vida sempre foi marcada pela luta em defesa da democracia, entendida como vontade popular e respeito constitucional.

Pautado nestes princípios, comunico a todos que, durante a votação na Câmara dos Deputados, assumirei o voto em favor da admissibilidade do processo de *impeachment* e a sua instauração pelo Senado Federal.

Agradeço a todos os amigos, aos familiares e aos anônimos que colaboraram com esta decisão. Juntos decidimos! Juntos vamos buscar a solução!

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos vivenciando uma página triste da história do nosso País, escrita pelo descaso, desrespeito, desmantelo e desonestidade do Governo Federal.

A corrupção instalada de maneira sistêmica e a ausência de medidas sérias, transparentes e eficazes para equilibrar a gestão do País arruinaram a nossa economia, destruindo a nossa moeda e enfraquecendo o poder de compra da população. O comércio está vendendo menos, as indústrias estão produzindo



menos, as únicas coisas que crescem no País são os números do desemprego e da inflação — além do número de presos na Operação Lava-Jato.

Ninguém está acima da lei. Quero lembrar a todos que nenhum mandato eletivo traz consigo um escudo ou um antídoto para práticas ilegais. A Presidente Dilma praticou, sim, as pedaladas. Usou dinheiro de instituições financeiras públicas para custear despesas de seu Governo sem prévia autorização legislativa. Se fosse esse o caso de algum Prefeito do meu querido Estado do Piauí, certamente este já estaria cassado.

Sra. Presidente, deixo alguns questionamentos a V.Exa.: será que V.Exa. sabia do roubo da PETROBRAS, do superfaturamento de obras, do esquema de propinas que abasteceram sua campanha?

Não me restam dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, de que o golpe já aconteceu.

Também quero registrar o meu posicionamento contrário à permanência do Sr. Eduardo Cunha na Presidência desta Casa. O seu afastamento é necessário para garantir as mudanças tão esperadas pela sociedade.

Para finalizar, deixo algumas perguntas aos meus pares Deputados Federais. Qual o valor do futuro do Brasil? Qual o valor do futuro do nosso povo? Qual o valor do futuro dos nossos filhos? Seria um Ministério? Dois Ministérios? Cargos no segundo ou terceiro escalões? Dois milhões? Um bilhão? Quatrocentos mil? Viagens oficiais? Liberação de emendas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sou casado e tenho duas filhas — Maria Luiza, de 7 anos, e Ana Maria, de 2 anos. Eu posso garantir a V.Exas. que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



futuro de minhas filhas não tem preço! O futuro do meu País não tem preço! O futuro do meu povo não tem preço!

"Sim" ao *impeachment*!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para falar pela Minoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero me dirigir ao povo brasileiro num momento, talvez, dos mais graves da história do nosso País, em que temos a obrigação de defender o Brasil. E este é o papel de cada Parlamentar que aqui está, independentemente do partido: defender o País, respeitando a Constituição.

Não vai haver golpe, vai haver *impeachment*! E o *impeachment* é um instrumento da democracia. O *impeachment* está previsto aqui, para salvar o País dos maus governantes, dos governantes que cometem crime contra o povo, contra o País. E houve crime. Não somos nós da Oposição que estamos dizendo. O Tribunal de Contas, por unanimidade — e há ali Ministros nomeados pelo ex-Presidente Lula, pela Presidente Dilma —, declarou que houve crime de responsabilidade.

Sabe quem foi a vítima? Você, cidadão brasileiro. O crime da Presidente Dilma, que foi desrespeitar o Orçamento, gastar de maneira perdulária o dinheiro do povo brasileiro, de forma irresponsável, criminosa, levou o País a esta situação de desemprego, de retorno da inflação, de desesperança.

Além do crime de responsabilidade, ela está totalmente envolvida nesse mar de lama em que se transformou o seu Governo. Ela não é apenas omissa, o que já seria grave: ela é corresponsável.

Destruíram a PETROBRAS. Roubaram o dinheiro do povo brasileiro e ficam dizendo: "Ora, mas a Presidente Dilma não roubou, não matou". O dinheiro que roubaram do Brasil está fazendo falta na saúde: há gente morrendo; está fazendo falta na segurança: o Brasil vive uma verdadeira guerra, com 60 mil pessoas



assassinadas por ano no País, por omissão deste Governo criminoso que está aí, um Governo corrupto, irresponsável, que cometeu crime! E nós vamos ficar dizendo: “Não, não pode! Coitada!” Coitado do povo brasileiro!

Mentem tanto que agora já começam a dizer que não se pode tirar a Presidente, porque vai ser pior. É claro que isso é tentar travar pelo medo o povo brasileiro. Mas nós não somos covardes: nós temos, sim, que punir, para dar o exemplo, que é fundamental na vida de todas as famílias.

Eu criei os meus filhos e fui criado à base de exemplo. Eu tenho responsabilidade com os meus netos, e o exemplo é fundamental. Se a Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade, se o País está mergulhado na corrupção, nós vamos ficar de braços cruzados? É preciso dar o exemplo.

O *impeachment* é a salvação do Brasil, é o exemplo para começar uma política nova. Mas não se pode parar aí: é preciso punir os outros. A Operação Lava-Jato tem que continuar, porque, se deixarmos a Presidente Dilma, logo estarão dizendo: “*Fora, Moro!*” Eles já querem culpar o juiz que está dando a sentença aos criminosos. O juiz que dá sentença aos bandidos é tratado pelo PT como se fosse o culpado de tudo.

É preciso começar pelo *impeachment*. Na sequência, salvaremos o Brasil, mudando a maneira de se fazer política. É preciso dar exemplo e trabalhar com a verdade.

Impeachment já, a favor do Brasil!

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do meu partido e de parte das oposições, quero falar de duas coisas interessantes.



Em primeiro lugar, a Oposição fala muito em golpe, mas agora, pelos discursos de ilustres Líderes do Governo, membros do PT e de partidos que apoiam o atual Governo, já se verifica que eles já estão fazendo oposição ao Michel Temer, fazendo oposição ao futuro Governo. Quer dizer, já estão, no seu subconsciente, certos de que vão perder no domingo e ver o Brasil realmente assistir à vitória do *impeachment* e à vitória do povo brasileiro.

Essa história de golpe é uma técnica publicitária antiga: a de repetir, repetir, repetir uma mentira para tentar levar o povo a acreditar nessa mentira. Na realidade, não há golpe coisa nenhuma, Sr. Presidente. As Constituições brasileiras todas regulamentam o *impeachment*. Em todos os países do mundo existe *impeachment*. E no parlamentarismo existe o voto de desconfiança, que joga o governo no chão.

Nós estamos, Sr. Presidente, lutando contra o atual Governo, que tem na sua cabeça a Presidenta Dilma. Mas, caindo a Presidenta Dilma, todo o Ministério vai cair, todos os chefes de repartição vão cair. Tudo vai embora, e o País passará a viver, assim, um novo governo, numa nova etapa, numa nova época.

Sr. Presidente, quais são as razões, realmente, do *impeachment*, do impedimento? Não são apenas as pedaladas e os decretos. Há uma série enorme de coisas gravíssimas. Por exemplo, no caso da refinaria de Pasadena, nós perdemos mais de 800 milhões de dólares; na refinaria Abreu e Lima, 3 bilhões de dólares; no COMPERJ, 44 milhões de reais; na refinaria de Okinawa, 70 milhões de dólares; e em outras refinarias, cerca de 34 milhões de dólares; sem falar dos fundos de pensão, com os quais perdemos milhares de milhares de reais.

Sr. Presidente, a nossa luta é contra um governo que se vem revelando altamente deficitário. O atual Governo é um governo deficitário. E, quando o



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



Governo é deficitário e tem um grupo de pessoas que não defende como deve o interesse público, ele tem que ser afastado, para que realmente se possa dar caminho a novos líderes que deem ao País melhores dias.

Esta é a posição: nós estamos contra um governo que não só praticou ilegalidades, mas também desviou dinheiro público. E é por isso que o povo está nas ruas. O povo está nas ruas porque o País está perdendo milhões, milhões e milhões de reais, devido às deficiências do atual Governo.

Por isso, Sr. Presidente, precisamos, de fato, no próximo domingo, dar o nosso voto em favor do Brasil. Aliás, todo o mundo já sente a vitória do *impeachment*, inclusive os adversários, que estão fazendo oposição ao futuro governo. Todos nós estamos, na realidade, indo ao encontro das exigências da opinião pública, das exigências das lideranças de todo o País, que necessitam ver à frente do Brasil melhores dias, com um futuro governo, que será o de Michel Temer.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Victório Galli, para falar pelo PSC. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Jefferson Campos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PSD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* ou por outros meios de comunicação neste momento importante que vive o nosso País, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao meu Líder, o Deputado Rogério Rosso, e quero parabenizar todos os Parlamentares do PSD que se pronunciaram de forma brilhante desta tribuna, sempre respeitando o posicionamento de cada um.

Desde o início do nosso mandato ou desde o início deste Governo, em 2003 — e eu estou aqui desde o início —, parece-me que tentam implantar uma cultura de esquerda segundo a qual tudo é permitido em nosso País. Penso que o Brasil está passando por este momento devido à falta de discernimento entre o certo e o errado. Entre outros aspectos, faltou discernimento na administração do dinheiro público. E por isso hoje vemos essa corrupção desenfreada.

O mesmo aconteceu com a violência. Não houve investimento nas polícias, e hoje presenciamos o aumento da violência. O desprezo aos valores morais e familiares fez com que toda uma geração de jovens fosse comprometida, perdesse a referência da educação, da moral e da cidadania.

A insistência em combater os princípios cristãos e os valores da família nos trouxe a realidade que vivemos atualmente. Expulsaram Deus do nosso País — ou tentaram expulsar —, e agora estamos à mercê desta situação vexatória, em que



um país abençoado pela própria natureza serve de piada e é uma vergonha aos olhos do mundo.

Votarei a favor do *impeachment* sobretudo pelo crime de responsabilidade que este Governo cometeu, mas também como forma de expressar o meu repúdio a toda essa política perversa que tentaram implantar no Brasil. Entre essas ações, recordo-me vivamente do *kit* escolar que atentava escandalosamente contra a sexualidade das nossas crianças. Trago à memória também que quiseram impedir o aluguel de horários em rádio e TV para dificultar a pregação do Evangelho — o Evangelho que muda o País, que muda as pessoas, que tira o ser humano das drogas e do alcoolismo e faz com que ele volte ao seio da sua família. Defenderam a legalização do aborto, a descriminalização das drogas e — pasmem — tentaram até retirar a expressão “Deus seja louvado” das cédulas da nossa moeda.

Se eu fosse citar todas as investidas no sentido da desconstrução de valores que este Governo fez, com certeza, o meu tempo nesta tribuna não seria suficiente.

A mensagem que gostaria de deixar aqui, nesta madrugada, a todos os que nos acompanham é de que venceremos mais esta batalha. Vamos trabalhar para que o nosso País se coloque novamente numa posição de destaque mundial, pois não desistiremos de lutar e não nos cansaremos de declarar que Jesus Cristo é o Senhor do Brasil!

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor!

Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ouvir o Deputado Stefano Aguiar, do PSD de Minas Gerais.

O SR. STEFANO AGUIAR (Bloco/PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna digo que estou



desprovido totalmente dos sentimentos de vingança e de ódio, mas imbuído dos sentimentos de responsabilidade e de justiça. Justiça não é vingança, justiça é reparação.

Eu, neste momento, quero declarar o meu voto pelo *impeachment* neste domingo, mas não vou ficar aqui me atendo a detalhes sobre o crime de responsabilidade, que já foi demasiadamente discutido na Comissão Especial e neste plenário, e que ainda será discutido. Quero citar os crimes de irresponsabilidade. Pelo menos um deles, o que eu acho mais grave, que é o crime de irresponsabilidade contra a família brasileira.

Fui enviado a esta Casa para lutar pela família. Em 2014, fiz parte da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, e lá, por 15 votos a 11 votos, retiramos a ideologia de gênero do Plano Nacional de Educação. Logo após, a Lei nº 13.005, de 2014, foi sancionada pela Presidente sem a ideologia de gênero.

O que este Governo fez, então, no ano de 2015? Por intermédio dos seus Secretários Estaduais e Municipais de Educação, de Vereadores e Deputados que representam este Governo, tentou colocar nos Planos Estaduais de Educação e nos Planos Municipais de Educação a ideologia de gênero de forma sorrateira, algumas vezes até de forma bem explícita.

Levantamos um exército no Estado de Minas Gerais e em todo o Brasil e conseguimos barrar, na maioria dos lugares, nos Municípios e no Estado de Minas Gerais, a ideologia de gênero que basicamente diz que o menino não nasce menino ou que a menina não nasce menina e que a sua sexualidade será formada no decorrer no tempo, e não por influência dos seus pais, mas por um orientador educacional, pelo Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Eu não admito que mexam com as crianças! O meu filho de 8 meses, o Lorenzo, não entende nada do que está acontecendo hoje, mas um dia ele vai ver a filmagem desta noite em que eu estou declarando o meu voto pelo *impeachment* e vai ter orgulho do seu pai, do Parlamentar que foi o seu pai. Também meus primos, a Ester, o João, o Mario Júnior e o Arthur, que representam as crianças deste País, terão orgulho dos Parlamentares que se levantaram contra esse escândalo, contra esse absurdo.

Muitos não dizem isso, mas eu vou dizer: Deus não está morto, e Ele vai trazer uma grande mudança para esta Nação. Eu creio que ela está por vir. Vai chegar logo.

Por um Brasil verde e amarelo, vamos sair do vermelho! A minha bandeira, conforme aprendi na escola, na matéria Educação Moral e Cívica, é verde e amarelo e nunca será vermelha!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Com a palavra o Deputado Ezequiel Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTN. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Pereira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero agradecer ao Líder, o Deputado Leonardo Picciani, por conceder ao Deputado Carlos Marun e a mim a oportunidade de nos manifestarmos.

Daqui a 38 horas nós vamos dar início à esperança do povo brasileiro. O Governo Lula e o Governo Dilma foram marcados pela enganação, pela tapeação, pela ilusão. Nós vamos votar por aquelas pessoas que foram enganadas, pelos 10 milhões de desempregados, e vamos precisar de três instrumentos.

O primeiro instrumento para melhorar o nosso País é Jesus, para nos iluminar. O segundo instrumento são a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal, que fez justiça ontem. Ontem, os Ministros do Supremo mostraram a Lula, que os chamou de "covardes", que isso não é verdade. Eles estão cumprindo a sua missão, estão fazendo a sua parte. Parabéns a todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal!

O terceiro instrumento somos nós, com a nossa soberania, com a nossa seriedade, com a nossa hombridade; são as mulheres pensando nas famílias, são os Deputados e as Deputadas sérias desta Legislatura.

Nós temos, sim, que votar pelo *impeachment*, para dar um golpe na ladroeira, nos sem-vergonha, nos ladrões do dinheiro público, naqueles que roubaram a esperança do povo brasileiro.



Eu peço a todas as Deputadas e a todos os Deputados que ainda estão indecisos que pensem no povo brasileiro. O Brasil está de olho em nós. Não podemos virar as costas para o povo brasileiro! Peço àqueles que ainda estão indecisos que pensem no povo brasileiro. Vamos votar pelo *impeachment*! Vamos tirar essa quadrilha do governo! Só de tirar a Presidente Dilma e esses Ministros incompetentes do Palácio do Planalto, no outro dia nós já vamos ver o povo feliz, alegre. Ninguém mais aguenta ouvir falar em Dilma, Lula e PT, assim como não aguenta mais ouvir falar no PCdoB, que apoia esse povo, que apoia tudo o que está aí.

E quero me dirigir ao MST, que está ameaçando as pessoas, inclusive os Deputados, dizendo que vai fazer isso, que vai tomar aquilo: vocês não vão, não, porque Deus está acima de tudo. Vocês não são tão machos, tão valentes assim, não. O povo brasileiro é mais valente do que essa cambadinha que anda roubando e usando o dinheiro público para fazer badernas.

Minhas amigas, meus amigos, meus colegas Deputados, vamos convencer cada colega e vamos votar pelo *impeachment*.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS MARUN (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares que aqui se encontram, meus amigos e minhas amigas, população brasileira, a todos a minha saudação.

Faço questão de usar a palavra nesta hora já adiantada para tranquilizar o povo brasileiro. Minhas palavras são de tranquilidade. A tal reação do Governo, tão decantada, não existe. O tiro de canhão é uma bala de festim. Atrás dessa fumaça não há fogo! Isso é como cabelo de freira: muita gente acha que existe, mas



ninguém vê. Essa reação é o grito dos desesperados, é mais uma tentativa deste Governo nefasto de enganar o povo brasileiro. E por quê? Por quê? Porque o PT está enganado, a Presidente Dilma está enganada, Lula está enganado.

Imagino, Deputado Sóstenes Cavalcante, a tristeza do Lula ao procurar os 300 picaretas que ele disse existirem nesta Casa, ao chamá-los para ir ao quarto do hotel, com um *whisky* na mesa. Vai, é verdade, conseguir o apoio de um ou dois de caráter menos forte, mas não vai passar disso. Este jogo, meus amigos, já está jogado. E V.Exas. sabem por quê? Porque esta Casa não está à venda. Nós representamos o povo brasileiro, um povo digno. E nós também somos dignos.

Outra coisa: não adianta querer comprar ausências, não adianta querer comprar fugas. Esta não é uma Casa de covardes.

Quero ainda tranquilizar a nossa população em relação a essa cantilena boquirrota sobre o golpe. Não é golpe! É *impeachment*, está previsto na Constituição. O PT tenta, mentindo, convencer os brasileiros — a Presidente foi eleita em uma eleição apertada, em uma eleição duvidosa, em uma eleição discutida — de que a Presidenta recebeu um cheque em branco da população para agir como quisesse agir. Não! Não! Não é por que um governante se elegeu que ele pode se considerar acima da lei. Não é por que uma governante se elegeu que ela pode se constituir, como se constituiu a Presidente, Deputado Sergio Souza, em uma fora da lei. Não! Um governante tem que agir nos estritos limites da legalidade.

Por isso, ao encerrar-se o tempo, que eu utilizo com a máxima honra para falar com os brasileiros, eu quero concluir dizendo o que se segue: há crime! Existem razões políticas! Não é golpe! É *impeachment*! Fora, Dilma! Fora, PT! *Impeachment* já! Viva o Brasil! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo Partido Trabalhista Brasileiro, seguiremos a seguinte ordem: Deputado Benito Gama, Deputado Sérgio Moraes, Deputado Luiz Carlos Busato e Deputado Alex Canziani.

Concedo a palavra ao Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e meu Líder Jovair Arantes, Relator deste processo de *impeachment*.

Meu caro Presidente, em 1992, eu estava nesta Casa e participei do primeiro *impeachment* no Brasil, o *impeachment* do então Presidente Fernando Collor. Fui Presidente de uma CPI que apurou irregularidades no Governo, o que culminou no *impeachment* do Presidente da República. Naquela época, o PT e toda essa turma, que hoje chama de golpe esse processo legal, constitucional, queriam o *impeachment* a qualquer preço. Depois de um processo analisado, trabalhado, provado constitucionalmente, houve o *impeachment*.

Logo depois, o PT e outros partidos entraram com um pedido de *impeachment* contra o então Presidente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Diziam que o *impeachment* era legal, era correto e era constitucional.

Hoje, vivendo um momento diferente, mas com a mesma gravidade daquela época, eles falam em golpe, como se nós estivéssemos praticando um golpe. E, pior ainda, a Presidente da República tacha de golpistas os que vão votar pela admissibilidade do *impeachment* no próximo domingo, dia 17.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o relatório do Deputado Jovair Arantes é claro, a Constituição é clara, a Lei nº 1.079 é claríssima: qualquer irregularidade no cumprimento do Orçamento Geral da União é crime de



responsabilidade da Presidente da República. E esse crime de responsabilidade está bem identificado, foi bem discutido na Comissão e hoje está sendo discutido aqui neste plenário, para, no próximo domingo, votarmos pela admissibilidade absolutamente legal e constitucional desse processo.

A Presidente, o PT e os partidos que a apoiam foram ao Supremo Tribunal Federal por quatro vezes, alegando a inconstitucionalidade desse processo, chamando-o de golpe. E a Suprema Corte deste País confirmou, em todos os momentos, que o processo é legal. Criou-se, inclusive, um rito novo, adaptado à Lei nº 1.079 e à Constituição.

Hoje, nós todos estamos trabalhando para salvar o Brasil. É nosso dever, como membros do Congresso Nacional, defender o Brasil e defender os brasileiros.

No dia 1º de fevereiro de 2015, nós todos que aqui estamos juramos cumprir esta Constituição. Assim estamos fazendo e vamos continuar a fazer. Um mês antes, no dia 1º de janeiro de 2015, aqui esteve, neste plenário, a Presidente Dilma Rousseff, que jurou cumprir a Constituição. Ela não cumpriu absolutamente nada do seu discurso de posse, não cumpriu absolutamente nada do seu juramento.

Hoje, eles falam — e agora com nova versão — que está havendo um grande acordo neste País. Acordão para quê? Para destruir mais o quê? Para destruir a educação, que está em frangalhos? As universidades federais praticamente não existem mais. Para discutir o que praticamente não existe de serviço público na área de saúde neste País. Na segurança pública, é a mesma coisa.

O Advogado-Geral da União, que é defensor da Presidente nesse processo, foi Ministro da Justiça durante 5 anos e cuidou da segurança pública no País, que a cada dia piorou. O Brasil hoje é um país que tem contrabando de armas. Não há



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



controle nas fronteiras, não há controle nas penitenciárias. Enfim, onde existe serviço público sob o comando da Presidente Dilma, do Governo, há um desastre na gestão, na administração.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, nós do PTB acompanhamos o relatório do nosso Líder Jovair Arantes, um Deputado que, com coragem e com inteligência, formatou um relatório claro, objetivo, identificando o crime de responsabilidade da Sra. Presidente da República, que nós todos estamos aqui discutindo. No dia 17 de março, domingo próximo, vamos votar "sim" pelo *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff.

Em relação ao resultado, todos nós estamos discutindo aqui com todos os partidos, com todos os companheiros. Nós já sabemos da vitória, já sabemos que vai ser aprovada a admissibilidade do processo de *impeachment*, que será enviado ao Senado Federal, que vai analisar se a Presidente cometeu crime de responsabilidade.

A única dúvida de hoje é em relação ao tamanho dessa vitória. Mas essa vitória vai ser maiúscula, porque a nossa vitória é junto com o povo brasileiro, para salvar este País. Este Governo, o Partido dos Trabalhadores e todos os seus aliados, nos últimos 13 anos, colocaram o Brasil na condição de um dos países mais mal administrados do mundo.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, estamos na luta pelo "sim", a favor do *impeachment* da Presidente. O Brasil precisa mudar!

Estou falando aqui há 7 minutos. E, durante esses 7 minutos, 25 brasileiros perderam o emprego. Isso é crime de responsabilidade, derivado da falta de gestão,



da omissão da Presidente, do desapego por um país, por um povo e por um futuro para uma nova geração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos todos dizer "sim", no domingo, pelo *impeachment* da Presidente Dilma.

O SR. SÉRGIO MORAES (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui iniciar meu pronunciamento citando o meu Líder Jovair Arantes, homem que se dedicou, nos últimos dias, a fazer um relatório técnico, um relatório adequado, que pudesse trazer a pura verdade para a nossa Nação.

O relato do Deputado Jovair Arantes foi imparcial. Tanto é verdade que o Deputado Jovair, ao ser escolhido pela Comissão, foi eleito pela grande maioria, que conhece a seriedade do nosso Líder Jovair.

Evidentemente que ninguém agrada os dois lados. Não tem como um relato ser favorável aos dois. E o Deputado Jovair optou pela lei, rigorosamente pelo que estava na lei. Por isso, o Deputado Jovair apresentou um pedido para que déssemos continuidade ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

Eu quero dizer que, nos últimos dias, eu tenho ouvido nas ruas a palavra democracia. Ora, senhoras e senhores, democracia, meu Líder, é o que estamos tendo agora, quando exercemos o direito de tirar uma Presidente que comanda uma quadrilha, que está assaltando o nosso País a cada dia. Democracia é poder estar aqui nesta tribuna defendendo os direitos do nosso povo.

Mas a democracia que o PT tem pregado por aí é diferente da nossa. É aquela democracia que está certa enquanto estiver bom para eles. Se tirar ou modificar algo contra eles, a democracia acaba. Tanto isso é verdade que estão



dizendo: "Não vai ter golpe, vai ter guerra, vai ter briga!". Isso é coisa de gente que não sabe perder. É gente que pensa que o País é deles, gente que faz parte dessa quadrilha, que tenta tomar a América do Sul, que estava sendo presidida pelo então Presidente Hugo Chaves, que, graças a Deus, morreu antes de continuar o golpe que estava previsto.

Se os senhores aqui estão achando que todo esse dinheiro desviado foi para o bolso da quadrilha petista, digo que não foi, não. Foi para treinar guerrilheiros. E começou na época do desarmamento, quando tentaram iniciar o desarmamento da população brasileira, porque já estavam temendo que este dia de hoje fosse chegar.

Ontem à tarde, Deputado Luiz Carlos Busato, foi preso pela Polícia Rodoviária de Goiás um ônibus que estava trazendo bolivianos quadrilheiros, bandidos, que estão chegando ao Brasil para enfrentar o nosso povo de bem, o povo brasileiro.

Vou mais longe, Deputado Busato. Essa quadrilha que está presa, que foi ontem retida pela Polícia Federal, não é de freirinhas que estão vindo da Bolívia. Não é de pessoas de bem, porque as pessoas de bem da Bolívia, com certeza, também não estão concordando com esse golpe que aqui estão tentando dar no País.

O *impeachment* vai passar. Nós vamos ter a grande maioria. Tem gente que diz que a Dilma não é culpada. Ora, não é culpada, meu Deus? Quem é que colocou essa equipe, quem é que montou esse Governo? Será que foi Aécio Neves? Será que foi Marina Silva? Não! Quem montou esse Governo corrupto, ladrão, foi justamente ela, que é a chefe do comando, que é a chefe da quadrilha.



Para mim não cola essa conversa de que ela é uma mulher honrada. Não é, não, porque quem é gente honrada não anda com esse tipo de gente, que assaltou o nosso País, que roubou a nossa Nação.

Deputado Luiz Carlos Busato, eu quero dizer a V.Exa. que, se nós não tivermos força para derrubar essa gente, o nosso povo vai ficar na mão de uma quadrilha, que não pensa apenas em ficar no poder, mas em transformar a nossa Nação — e eles falam isso abertamente —, adotando o mesmo regime de Cuba.

Sabe o que é Cuba, Deputado Busato? Cuba é onde o povo vive de forma igual, mas vive igual na miséria, na pobreza. Nós não queremos viver igual a Cuba. Nós queremos ter a nossa liberdade, que levamos anos para obter.

E não pense essa gente que está me assustando com gritos, com bandeiras vermelhas, com foices e facões, porque nós não temos medo, não! Nós vamos enfrentar esse povo agora, no domingo, e vamos enfrentar com grandeza, respeitando a nossa população.

Eu represento, Deputado Jovair Arantes, os fumicultores, pequenos produtores de mão calejada, que tocam a riqueza deste País. Eles, lá, estão fazendo dinheiro para os cofres públicos, com suor, com sacrifício — os fumicultores, Deputado Alex Canziani —, e aqui o dinheiro está desaparecendo na mão da bandidagem que tomou conta deste País.

Quero dizer, Deputado Alex, que nós, a nossa bancada, a grande maioria, somos pessoas que não temos medo, não. Não nos curvamos, não nos trocamos, não nos vendemos, porque nós sabemos do caminho desta Nação.

Eu quero dizer a todos aqueles que, por um motivo ou outro, pensam que eu estou do lado da Dilma que esqueçam isso, porque eu sou um homem de posição.



Sou homem que tem 36 anos de mandato e que sabe onde aperta o sapato de cada um, de cada pessoa em nosso País.

Então, chega de corrupção! Vamos ter que fazer uma limpa, uma faxina, tirar essa gente do Governo! E esses dias estão sendo contados.

Agora, espero também, Deputado Alex Canziani, que o Senado tenha agilidade para fazê-lo e tenha coragem; que o Senado não se curve, através do Senador Renan Calheiros, para esse grupo de bandidos que está aí comandando nosso País; que o Senado também tenha a mesma postura que nós Deputados teremos aqui no sentido de fazer a limpeza, a faxina ética neste País.

Vou encerrar — não sei se já usei todo o meu tempo — dizendo que, realmente, o plano começou em 2005, quando começou o desarmamento. Já disse isso aqui. Ali, já estavam pensando nesse dia e já queriam a nossa gente desarmada.

Mas quero avisar ao pessoal do PT que está me assistindo que o nosso povo não precisa de arma; vai dar de tapa em vocês no domingo!

Muito obrigado. Um abraço! (*Manifestação no plenário: Fora, PT!*).

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, domingo, votaremos “sim” ao *impeachment*.

Deputado Alex Canziani, votarei conforme a minha consciência, a consciência da minha família, dos meus amigos e de todos os gaúchos. Eu não teria coragem de olhar nos olhos deles se não votasse “sim” ao *impeachment*.

Em minhas mãos e nas mãos dos meus colegas, de meus pares, está o destino, está a vontade de milhões de brasileiras e de brasileiros. Domingo,



estaremos ultrapassando mais uma fase, talvez a fase mais importante do processo de *impeachment*.

O Brasil não suporta mais tanta corrupção. Cansamos e nos desiludimos das promessas do marqueteiro João Santana, expressas na voz da Presidente Dilma Rousseff na campanha de 2014, no maior estelionato eleitoral da nossa história.

A senhora nos enganou, Sra. Presidente! Mentiu!

O PT mentiu para nós, mentiu e continua mentindo, aqui e em todo o País. Esse é o método do PT: gasta milhões em propaganda, vende um país de mentira, cidades de mentira, vende ilusão. Não é diferente na minha cidade, Canoas.

Mas exalto daqui o relatório do Deputado Jovair Arantes.

Ele é exemplar, Deputado Jovair, ele é conciso, preciso, irretocável.

O Relator se restringiu apenas às pedaladas e ao uso dos recursos sem autorização desta Casa, Deputado Alex Canziani. O Relator agiu conforme a denúncia de Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

Criticaram o relatório do Deputado Jovair, mas se esqueceram de que, na verdade, deveriam constar ali centenas e centenas de outros crimes já amplamente divulgados e sabidos por todos nós. Na verdade, o PT e a Presidente Dilma deveriam agradecer ao Ministro Augusto Nardes, ao Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, e ao Relator, Jovair Arantes, por constarem ali apenas as pedaladas. Isso nos priva da vergonha de ficar constantemente divulgando tantas outras coisas que ficamos sabendo através da imprensa e do trabalho exemplar do Juiz Sergio Moro.

O Advogado-Geral da União fez aqui uma defesa totalmente desconectada da realidade e da legalidade. O Brasil, desde quando Roberto Jefferson delatou o



mensalão, vem conhecendo a maneira como o PT conduz a política nacional. Não parou no mensalão. Era só a ponta do *iceberg*. Muitos outros crimes foram descobertos: Pasadena; Abreu e Lima; COMPERJ; navios-sonda; fundos de pensão, como a PREVI, a FUNCEF e o POSTALIS.

O PT acabou com a PETROBRAS. Mandou bilhões de reais para obras no exterior, enquanto passamos necessidade aqui, na saúde e na segurança pública. Foram bilhões para Argentina, Venezuela, Equador, Panamá, Peru, Moçambique, Nicarágua, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Luanda, com retorno para suas campanhas sujas.

Chega, PT! Chega de ladroagem! Chega de distribuir mais de 600 mil lotes ilegalmente, pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, para mortos, políticos do PT, empresários donos de Land Rover, Porsche, Volvo. Mais de mil políticos, 38 mortos e 18 empresários foram contemplados nesse programa.

Chega de criar desempregos em vez de proteger o trabalhador.

Delações de inúmeros criminosos do PT mostram o maior esquema de corrupção do mundo.

Vocês quebraram o País. E agora vem o Sr. Lula dizer que vai recuperar o País. Mas o que é isso?! É muita cara de pau! Compararam as pedaladas a uma listinha de supermercado. Acham que são crimes de menor valor. Não, não são! Foram feitos gastos sem a autorização desta Casa. Usaram dinheiro do Banco do Brasil para pagar as contas do Governo.

O Deputado Jovair Arantes disse, no seu relatório:

*“A União, sob o comando da Denunciada,
transformou em regra o que deveria ser absolutamente*



excepcional: durante meses a fio, usou recursos do próprio Banco do Brasil, e não do Tesouro, para bancar as ações de governo”.

Ela atentou contra a Constituição Federal.

O PT abusa da nossa inteligência. Mentira a toda hora. Agora, fez uma frente parlamentar, Deputado Alex, com a assinatura de 185 Deputados, em prol da democracia e disse que era uma frente contra o *impeachment*. Do PTB, sete Parlamentares a assinaram e foram iludidos. Nós já entramos com requerimento de retirada dessas sete assinaturas. Mentira!

Já contabilizamos mais de 360 Deputados a favor do *impeachment*, mais precisamente 367.

Vocês é que deram o grande e verdadeiro golpe que o Brasil conheceu. João Vaccari, José Dirceu, Delúbio Soares, Lula e tantos outros que são casos de polícia nos envergonham! Estamos sendo motivo de piada no mundo inteiro.

A tentativa de nomear o ex-Presidente Lula por si só já é motivo para a cassação do mandato da Presidente Dilma.

Quando a senhora envia um termo de posse já assinado para o ex-Presidente Lula e solicita, conforme é dito na gravação, que o mesmo o utilize “*só em caso de necessidade*” é uma clara obstrução da Justiça.

O que estamos votando aqui é a volta do País aos trilhos. Estamos devolvendo a credibilidade brasileira, recuperando a honra e a dignidade dos brasileiros.



Estaremos aqui cobrando e fiscalizando também o Presidente Michel Temer. Confiamos na sua experiência e na sua capacidade. O futuro do Brasil estará em suas mãos.

Vamos cobrar aqui também, no domingo, a ausência dos nossos colegas. Esses não serão perdoados. Pior do que votar contra o *impeachment* é não comparecer a esta Casa no domingo. Isso é covardia, é sinônimo de corrupção.

Voto "sim" em respeito aos gaúchos, em respeito à minha Canoas, porque não teria coragem de olhar nos olhos deles e dizer que fui conivente com tudo isso.

Voto consciente pelo *impeachment*.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Fora, PT!*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Com a palavra o 4º Secretário desta Casa, o Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Sem revisão do orador.) - "*O futuro não é o mero encontro dos astros, o futuro se constrói*" — D. Ivo Lorscheiter.

Prezados companheiros e companheiras; Deputados e Deputadas; prezado Deputado Felipe Bornier, Presidente desta sessão; prezado Relator da Comissão do Impeachment da Presidente Dilma, Deputado Jovair Arantes; prezada população brasileira que nos acompanha em todo o Brasil, eu até trouxe um discurso que leria aqui, nesta noite — quero agradecer ao Cid, nosso competente jornalista, que fez esse discurso junto conosco —, mas agora recebi uma mensagem da minha filha, que disse que está em Londrina, juntamente com a minha esposa, Ana, aguardando este discurso. Ela disse: "*Pai, fale com o coração*". Pedindo vênias aos nossos companheiros, vou me permitir não ler o discurso, mas falar aquilo que trago na mente, que trago na alma.



Estou no quinto mandato de Deputado Federal e no oitavo mandato no total, tendo acompanhado inúmeras crises por que o Brasil passou, e confesso que esta é a maior crise que já vivemos: crise financeira, crise econômica e, acima de tudo, uma crise moral, uma crise de valores.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, o que estamos vendo no nosso Brasil? Um descalabro completo. Quando nós pegamos os indicadores da economia brasileira, percebemos que todos são extremamente ruins. Ainda hoje, saía mais uma notícia ruim, dizendo que o nosso déficit este ano deve ser superior a 100 bilhões de reais.

Quando nós pegamos as taxas de desemprego, vemos que, a cada hora, dezenas e dezenas de brasileiros ficam desempregados. Quando vemos a inflação, que já havíamos domado em nosso País, percebemos que a inflação cresce a cada mês, a cada ano. Quando pegamos o PIB — Produto Interno Bruto, verificamos que ele mostra como se encontra a economia e quais avanços o Brasil deveria ter alcançado.

Lamentavelmente, o Brasil vem, ao longo desses últimos anos, tendo decréscimo. No ano passado, o PIB foi 3,8% negativo, e este ano a situação é igual ou pior que a do ano passado. Por isso, companheiros, é momento de darmos um basta nessa situação.

O País não aguenta mais, Deputado Luiz Carlos Busato, a continuidade do Governo Dilma. Ela perdeu completamente a capacidade de liderar o País. O Brasil precisa de um líder, para que possamos juntar as pessoas e construir uma agenda que melhore os índices do nosso País, que aumente a empregabilidade do Brasil e que faça renascer a esperança do povo brasileiro. E ela não tem mais capacidade



de fazer com que as pessoas acreditem em dias melhores, de fazer com que a população tenha esperança.

Meu amigo e companheiro Deputado Jovair Arantes, quero parabenizar V.Exa. pela maneira como se portou enquanto Relator da Comissão do Impeachment, pela clareza do seu relatório, pela maneira fidalga, generosa e serena como ouviu todos, porque recebeu informações, e pela maneira como escreveu este relatório. V.Exa., Deputado Jovair Arantes, entra para a história não somente desta Casa, mas para a história do nosso País.

Daqui a poucas horas, quando nós chegarmos às 14 horas de domingo, o Brasil todo estará nos acompanhando — milhares e milhares de pessoas estarão aqui fora, na frente do Congresso Nacional —, pedindo aos Deputados que, de forma magnânima, de forma altiva, possamos dar a resposta que o Brasil quer, que o Brasil sonha, a aprovação deste *impeachment*, a aprovação deste parecer para que nós possamos dar início a este processo. Caberá ao Senado Federal dar o último passo: o afastamento da Presidente, a partir da admissibilidade, e, depois, o *impeachment* de Dilma Rousseff.

E aí, Sras. e Srs. Deputados, haverá de renascer a esperança da população brasileira. Quero que o Presidente Michel Temer, e Deus queira que ele assim se torne, possa reunir pessoas de talento, pessoas que queiram um bem comum para que nós possamos refazer o nosso País, para que nós possamos refazer a economia do nosso Brasil, para que nós possamos fazer com que a esperança volte à nossa população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse Victor Hugo, poeta e escritor francês: “*Não há nada tão forte como uma ideia cujo tempo chegou*”. E eu tenho a



convicção de que está chegando o momento. Já imagino quando, no próximo domingo, cada Deputado deste Plenário, através da sua voz, através da sua vez, representando o seu povo, representando a sua gente, representando a Nação brasileira, vai dizer em alto e bom som o “sim”, para que nós tenhamos o *impeachment*.

E é por isso, companheiras e companheiros, que, tendo o privilégio de estar ao lado dos companheiros que já nos antecederam, Deputado Luiz Carlos Busato, Deputado Sérgio Moraes, Deputado Benito Gama, e ser prestigiado pelo nosso Relator, que ficou o dia inteiro ouvindo os Srs. e as Sras. Parlamentares, que me despeço do meu Brasil, me despeço do meu povo, no Paraná, com a certeza de que eu não faltarei aos desígnios do nosso povo.

Tenham certeza de que eu estarei vigilante, de que estarei pronto para que, no domingo, através do nosso voto, nós possamos dar início à deposição da Presidente Dilma e, através desse voto, nós possamos reerguer a sociedade brasileira e trazer de volta a esperança do nosso povo, porque, como disse o poeta: “*Não há nada tão forte como uma ideia cujo tempo chegou*”. E é chegado o tempo do *impeachment* da Presidenta Dilma.

Muito obrigado, companheiros. Até a vitória, não apenas a vitória do Deputado Jovair, não apenas a vitória do PTB, não apenas a vitória de partidos e pessoas que querem o *impeachment*, mas acima de tudo a vitória da sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou dividir o meu tempo com o meu colega Deputado Francisco Floriano.

Gostaria de aproveitar o ensejo deste momento histórico do País para tirar algumas dúvidas de muitos brasileiros. As pessoas têm uma tendência a acreditar em mentiras repetidas. O Partido dos Trabalhadores, que governa o País há 13 anos, é *expert* em mentir. Ganhou as eleições mentindo, governou o País mentindo. Está agora querendo levar a comunidade mundial a acreditar que o País está dividido. Mentirosos! Petistas mentirosos!

E tem mais: os petistas, além de mentirosos, são covardes. Eu estou fazendo este pronunciamento, são 1h47min da madrugada, e não há, neste plenário — as câmeras podem mostrar —, nenhum Deputado petista.

Ah! Desculpe! Está ali um Deputado petista. Um Deputado petista está presente.

Eles são bons nos discursos para acusar os outros, mas na hora do debate democrático fogem, vão para os hotéis tentar comprar Deputados.

Mas, queridos, acabou essa onda. Aqui há homens e mulheres honrados. Neste plenário eu tenho certeza de que não teremos vendilhões. E no domingo nós vamos punir, sim, o desgoverno que cometeu crime de responsabilidade fiscal e feriu a nossa Constituição!

Portanto, brasileiros, o *impeachment* é necessário e urgente. O Brasil já não aguenta mais o Governo que praticou a maior corrupção da história latino-



americana. Nós precisamos nos livrar desse câncer que está corroendo as finanças do País. Nós precisamos nos livrar dessa chaga, dessa ferida que corrói a saúde pública e a educação. Nós estamos sofrendo ao ver a população em sofrimento, em desespero. Nós vamos nos livrar desse mal.

Eu gostaria aqui, com muita honestidade, de me dirigir aos brasileiros para dizer que veio a esta sessão o Advogado-Geral da União — S.Exa. é pago por todos nós e deveria defender a União, não os quadrilheiros petistas —, para defender a Presidente Dilma e fazer ilações de que este *impeachment* é fruto de golpe, é fruto da raiva do Presidente da Câmara. Pelo amor de Deus, este *impeachment* é fruto da insatisfação de 80% dos brasileiros, que não suportam mais a corrupção!

Ao PT só resta uma alternativa, e essa alternativa é usar a frase daquele maior líder petista, a frase que vazou. Faz vergonha à Pátria Educadora ouvir os telefonemas da alta cúpula do PT. O linguajar que eles usam é chulo, é vergonhoso! Educação para petista? A Liderança do PT é zero! Mas há uma frase que podemos usar aqui que não faz vergonha às crianças. A última frase do áudio vazado do Presidente Lula para a Presidente Dilma, que eu quero repetir: "*Presidente Dilma, tchau, querida!*"

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nenhum brasileiro está acima da lei, nem mesmo a Presidenta da República. O *impeachment* está em sintonia com o desejo que ecoou nas ruas deste País. É necessário, sim, o *impeachment* já. O povo foi às ruas e há sintonia do *impeachment* com o seu desejo de resgatar o sentimento de representatividade. Chega de mentiras! O povo brasileiro está cansado de ser enganado por esse Governo que tenta se justificar por uma administração



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



irresponsável do dinheiro público que resultou na maior crise econômica da nossa história.

O Ministro Eduardo Cardozo impetrou mandado de segurança, tentou de tudo para parar este processo legítimo. Mas, graças a Deus e à Suprema Corte, fez-se valer a Constituição Federal.

Não cabe nenhum recurso contra aquilo que está na lei. O Governo gosta de dizer que *impeachment* sem crime é golpe. Está errado, é mentira. Na verdade, crime sem *impeachment* é que é golpe. O golpe é a destruição de hospitais, a destruição da educação, a destruição dos salários dos aposentados, a destruição de um País que tem tudo para ser rico. E vai ser, verdadeiramente! Há um caminho novo!

Fora, PT! Fora, Dilma!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada um de nós, homens e mulheres, imaginamos e desejamos um país ideal. Reconheço os avanços das políticas públicas até então implantadas, mas não podemos negar a realidade que estamos vivendo: uma grave crise econômica, moral e ética.

As conhecidas pedaladas fiscais são parte desse processo que maquiou as contas públicas e não permitiu o diagnóstico da grave situação. A corrupção corroeu nossas empresas públicas, como a PETROBRAS, orgulho dos brasileiros, e recursos dos trabalhadores com desvios de recursos dos fundos de pensão.

Quem paga a conta é cada brasileiro e cada brasileira, com o desemprego, com a inflação corroendo os seus salários, com a falta de obras de infraestrutura. No meu Estado de Santa Catarina, a falta de manutenção e melhoria na BR-282, na BR-116 e na BR-470 ceifa vidas todos os dias. Há falta de recursos para portos e aeroportos. E por que não falarmos, mais uma vez, da grave crise que estamos enfrentando na saúde?

Portanto, não dá mais para encarmos essa realidade. Precisamos enfrentar, sim, no domingo, o processo de *impeachment*!

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PCdoB, concedo a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, imprensa, galerias, funcionários da Casa, a sessão será longa, os debates também. E tem que ser assim, pela importância do que está sendo discutido. Mas, em alguns momentos, tenho a impressão de que o debate não ocorre sobre o objeto definido.

Ouçó falar: *"Fora, PT! O PT fez isso, o PT fez aquilo!"*, e, em momento algum, o PT está em julgamento. O que deve ser apreciado por esta Casa é, única e exclusivamente, o parecer do Relator da Comissão Especial e a denúncia apresentada. Fora disso, é apenas discurso político. Fora disso, não está nos autos.

O PT tem que ser julgado pelos erros e pelos acertos que cometeu. E houve erros e acertos. Mas a Constituição Federal escolheu um local para fazer esse julgamento. A Constituição Federal escolheu um local para fazer o julgamento de partido político, e esse julgamento é nas urnas. Apenas nas urnas é que cabe o julgamento de um partido político. E quem faz esse julgamento é o povo. Portanto, todo e qualquer predicado que se usar contra esse partido, contra o PCdoB, contra o PDT ou contra qualquer outro é inócuo neste momento. Discutir a Lei nº 1.079, de 1950, ninguém quer. Foge do objeto, pelo seguinte motivo: não há fato determinado na denúncia que tramita.

Para se ter uma noção, Deputado Afonso, o art. 11, mencionado na denúncia, nem recepcionado pela Constituição Federal foi! O art. 11 da Lei nº 1.079, de 1950, mencionado na denúncia, nem recepcionado pela Constituição de 1988 foi! Portanto, a meu ver, a denúncia até inepta seria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



É possível que o Senado, na admissibilidade, se eventualmente for convocado para tanto, decida arquivar esse processo. Repito: o art. 11 sequer foi recepcionado. Este artigo, em que se sustenta o eminente Relator, tinha por base o inciso VII do art. 89 da Constituição de 1946, único inciso não repetido na Constituição de 1988. A Constituição de 1946, ao tratar dos crimes de responsabilidade, elenca oito incisos; a de 1988, apenas sete. O que dá sustentação à denúncia? O art. 11, que sequer existe!

Este é o debate que nós vamos fazer no tempo do PCdoB, trazendo para ser discutido o que deve ser debatido.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo tempo de Liderança do PTN, concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (Bloco/PTN-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, quem não se lembra do Brasil encantado nas propagandas eleitorais na campanha da Presidente Dilma? Um País próspero, pintado na eleição, e que foi desmantelado logo após a vitória da Presidente. A Presidente Dilma fez tudo ao contrário do que prometeu, num estelionato eleitoral nunca visto antes na história deste País!

O Brasil está à beira de um precipício e com poucas expectativas de reversão. A Nação quer mudança. As pessoas estão sem esperança diante de tanta corrupção, de tanto roubo, de tanto desrespeito com o dinheiro público. Mas é possível mudar!

Às vésperas de seu *impeachment*, a Presidente divulgou um vídeo em que sugeria que a saída do PT iria acabar com os programas sociais. Esse é o discurso de terror, para causar medo e pânico à população. Isso é mais uma mentira! Temos a segurança constitucional de que, com a saída da Presidente Dilma, os programas sociais serão mantidos, pois existe o primado da vedação ao retrocesso social. Ou seja, nenhum direito fundamental poderá ser suprimido. Por isso, quem assumir a Presidência da República tem o dever de manter todos os programas sociais.

Vamos pensar no legado que deixaremos para as futuras gerações. Chega de corrupção! Vamos, verdadeiramente, representar o povo brasileiro aqui. É o início de um grande tempo para o Brasil. O que estamos decidindo aqui não é nem de longe um golpe. É a libertação de um Brasil que amarga dias de desesperança.



Os crimes de responsabilidade cometidos pela Presidente Dilma Rousseff não podem ser negligenciados por nós representantes do povo brasileiro. O País não pode mais pagar pela insana saga de perdurar no poder, como quer o PT. Insistem no plano maligno de corrupção.

Saibam, nobres Parlamentares, que, somente neste ano, já pagamos mais de 594 bilhões de reais em impostos. Para se ter uma ideia, com esse dinheiro, daria para construir mais de 2 milhões de postos de saúde equipados pelo País ou para construir mais de 16 milhões de casas populares. Mas, não, o que vemos é o nosso suado dinheiro ir para o bolso de corruptos, corruptos estes que sucatearam a maior empresa brasileira, a nossa PETROBRAS!

Com isso, ganhamos um marco: temos a estatal mais roubada do mundo. A PETROBRAS chegou a valer 510 bilhões de reais em 2008, e hoje, atolada em dívidas, vale apenas 73 bilhões de reais.

As pedaladas geraram um rombo nas contas públicas que chegou a 111 bilhões de reais. Nunca antes, na história do Brasil, tivemos um Governo tão corrupto e covarde com a população. A recessão que estamos vivendo é resultado das manobras, a qualquer preço e a qualquer custo, que a Sra. Presidente Dilma provocou para ganhar o seu segundo mandato. Tudo mentira! O discurso da Presidente Dilma sempre foi enganador, assim como todo o seu Governo.

Isso precisa ter um fim! Já não aguentamos mais!

Logo no início do seu segundo mandato, aumentou os impostos, para mascarar os desvios da sua má gerência. Pedalou de 2010 a 2016. Mas cuidou logo de mandar a fatura para nós pagarmos. Com medidas antipopulares, saqueou o nosso bolso com aumento na taxa de energia elétrica, gasolina, entre outros



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



absurdos. Com o lema *Pátria Educadora*, fez cortes significativos na educação. Mas ninguém viu uma pequena redução no gasto com a máquina pública. Não houve corte de Ministérios e cargos que consomem mais de 400 bilhões de reais por ano, para manter uma estrutura gigantesca e acomodar seus apadrinhados. É inadmissível!

Vamos deixar que continue a farra com o dinheiro público? Vamos permitir que um País de governos ditadores receba investimentos altíssimos e retire da nossa gente, que paga tantos impostos e não tem retorno digno? Acham justo?

Não podemos mais confiar num Governo que rasga a nossa Constituição, que afronta as nossas instituições jurídicas e fiscalizadoras e que desafia todo o povo brasileiro, fazendo do nosso País o quintal da sua casa e da companheirada.

O pastor Martin Luther King disse: *"Nós não somos o que gostaríamos de ser. Nós não somos o que ainda iremos ser. Mas, graças a Deus, não somos mais quem nós éramos!"* (Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas!)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Professor Victório Galli, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

V.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus pela oportunidade que nos concede de estar aqui representando o Estado de Mato Grosso. Também quero agradecer ao nosso Líder, o Deputado Andre Moura, por nos dar esta oportunidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vivemos hoje um momento histórico, protagonizado por um governo ineficaz e insólito, que não tem mais legitimidade para governar este País.

Esta Casa é a caixa de ressonância das ruas, e bem sabemos que já nos foi dado o ultimátum. Cabe a nós cumprir com o nosso dever republicano de dizer "sim" à saída da Presidente Dilma.

O povo espera hoje que esta Casa faça justiça e restaure a democracia. A maioria esmagadora espera lá fora por uma resposta positiva para a saída desta grande crise criada pelo Governo do PT.

Não discuto mais a admissibilidade do *impeachment*, pois a Comissão Especial, constitucionalmente, já deu o primeiro passo, apontando para o "sim", e o Supremo Tribunal Federal deu um *show* ontem ao legitimar todo esse procedimento para apurar os crimes de responsabilidade praticados pela Presidente Dilma, deixando-me com a consciência tranquila.



Não estamos tratando de um golpe, mas sim de uma ruptura de toda essa malversação do dinheiro público instalada pelo Governo do PT, que meteoricamente sucateou a PETROBRAS e entregou às baratas a atual economia brasileira.

A democracia precisa ser restaurada. Não há democracia com esta roubalheira instalada em nosso País. O respeito às instituições, à moralidade, à probidade e aos bons costumes precisa ser urgentemente retomado.

Há quase 24 anos, uma Deputada petista subiu a esta tribuna para defender o *impeachment*, e assim dizia ela:

“Defender a democracia é defender a saída do Presidente da República. Democracia se faz sem corrupção, com respeito e dignidade, usando o dinheiro público a serviço do povo brasileiro. Vamos exercitar a democracia, aprovando o pedido de ‘impeachment’ de Fernando Collor de Mello.”

Dizia aqui nesta tribuna a então Deputada petista Luci Choinacki, de Santa Catarina, no dia 2 de setembro de 1992.

Hoje o PT mudou radicalmente de posição, esquecendo que as palavras pronunciadas neste plenário ficarão registradas na história. Inclusive, a Senadora Ana Amélia lembrou que o PT é campeão em pedir *impeachment*: foram 50 pedidos de *impeachment* desde 1990 até 2002.

A força-tarefa da Operação Lava-Jato tem revelado a cada dia a podridão por trás dos porões da Presidência da República na gestão do PT. Para onde se olha e se investiga, ali existe uma contaminação endêmica de um sistema corrupto, evoluído e aperfeiçoado no Governo do PT.



Portanto, o PT deu PT em tudo no Brasil, na saúde, na educação, na segurança pública, enfim. Até nomes do PT também deram PT: José Dirceu, Marcelo Odebrecht, Mônica, João Santana, Vaccari, Silvaninho. Inclusive, em relação ao Lula e à Dilma, o PT está dando PT neles também.

O Juiz Sérgio Moro, com sua postura imparcial, desnudou para todos verem o *modus operandi* como o Governo PT tem tratado a máquina pública. Esse Governo instalou um verdadeiro quartel-general de ilícitos a céu aberto, e sem nenhum pudor enganou aqueles que lhe confiaram o voto.

Esse é o combustível e o momento certo que precisamos para formamos uma coalização de forças políticas de bem e com intenções republicanas para virarmos o jogo e darmos um basta nessa nefasta e incompetente gestão do PT.

Vim para Brasília na esperança de dias melhores para o nosso País e o meu Estado de Mato Grosso. É uma vergonha o que estamos vivenciando no cenário político brasileiro. A briga é pura e clara pelo poder por parte do PT. Não há nesse Governo Dilma sequer uma articulação política que pulverize as ações do Governo, que neutralize a inflação, que perceba que o barco está afundando.

Mas hoje esta Casa sairá de cabeça erguida, pois o Parlamentar de são consciência e compromissado com o povo brasileiro votará pelo *impeachment* da Presidenta Dilma, dizendo "sim" à saúde, "sim" ao trabalho, "sim" à educação, "sim" à segurança pública, "sim" à economia, "sim" aos idosos, "sim" à família, "sim" a todos os brasileiros e brasileiras que não comungam com as práticas corruptas do PT.

Por um Brasil livre da corrupção, vamos votar "sim" ao *impeachment*! O Brasil já não aguenta mais! Fora, Dilma! Fora, PT!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Pelo Partido Democrático Trabalhista, farão uso da palavra os Deputados Afonso Motta, Damião Feliciano e Weverton Rocha.

Com a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Já vai longe a madrugada. Portanto, peço licença, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para cumprimentar o conjunto de colaboradores que estão conosco nesta longa jornada. São colaboradores da Casa e das nossas bancadas, pessoas que merecem toda a nossa homenagem e reconhecimento.

Para exarar os motivos do PDT com relação a esse processo de impedimento, para referir a nossa motivação, a razão pela qual somos contra o *impeachment*, com todo o respeito àqueles que pensam o contrário, nós queremos valorizar o nosso legado, a nossa responsabilidade.

Nós temos um legado na vida política e na vida institucional do nosso País. Esse legado começa em 1950, quando Getúlio Vargas foi convocado pelo povo brasileiro lá em São Borja, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na região do meu Alegrete — permitam-me —, para participar do debate nacional. E ele foi eleito democraticamente, com uma fragorosa votação.

Em 1954, o povo brasileiro, de certa forma reconhecendo o conjunto de realizações que já vinha do primeiro mandato do Presidente Vargas, qualificando os direitos do trabalhador, qualificando a indústria nacional, foi para um enfrentamento, porque setores da nossa sociedade acusavam o Presidente Vargas de se envolver em um mar de lama. Acusavam o Presidente Vargas, sumariamente, por crime, em função da prática de seu segurança, sua guarda pessoal, Gregório Fortunato.



Vargas foi ao suicídio para defender o povo brasileiro e a democracia. Deixou uma carta-testamento. E foi esse pensamento, foi essa manifestação com a qual contribuiu com a própria vida que garantiu o seguimento da vida democrática nacional. Mas tentaram de todas as formas, foram a todos os limites, passaram todos os limites na tentativa de desconstituir o Governo de Getúlio, Governo democraticamente eleito.

Em 1964, com a renúncia de Jânio Quadros, nós trabalhamos pela posse do Vice-Presidente, que fora eleito com grande votação — diferente do que ocorre atualmente, quando o Vice-Presidente da República não recebe votos individualmente. E lá João Goulart propunha reformas de base, reformas até hoje reclamadas pelo povo brasileiro. João Goulart patrocinava o maior reajuste do salário mínimo de todos os tempos àquela época. Por isso, os mesmos detratores de Getúlio Vargas chamavam João Goulart e Leonel Brizola, nosso grande líder, fundador do PDT, de comunistas.

O refrão não era mais “o mar de lamas”. O refrão era o “comunismo que alcançava o País”, para justificar, então, a desconstituição, depois de se ter constituído no Congresso Nacional a possibilidade de um parlamentarismo que não era de fato parlamentarismo, mas sim um confronto ao presidencialismo.

Veio a ditadura militar. Esses períodos em que nós resistimos, em que nós procuramos conscientizar o povo brasileiro e procuramos lutar pela democracia não foram só períodos de cerceamento da liberdade, de cerceamento da expressão. Eles foram longos períodos em que perdemos gerações do povo brasileiro. Esse foi o grande crime praticado contra o povo brasileiro no período de desconstituição, no



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



período de exceção, no período em que nós tivemos a limitação da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Por isso, entre as razões, entre os argumentos pelos quais achamos que a admissibilidade do *impeachment* não deva ser acolhida, nós começamos pela responsabilidade de quem tem esse legado, de quem tem um partido trabalhista, de quem tem um partido que teve inspiração nessas lideranças — o velho PTB, o PTB de Getúlio Vargas, e o PDT de Leonel Brizola.

Nós participamos do atual Governo. Nós temos uma liderança do nosso partido, um Parlamentar desta Casa, ex-Líder da bancada do PDT — como são hoje os Deputados Weverton Rocha e Damião Feliciano —, ocupando um Ministério estratégico para o País.

Quando nós assumimos esse Ministério, nós entregamos o espaço público que tínhamos e manifestamos à Sra. Presidente da República que o nosso partido não queria mais participar do Governo, mas queria continuar contribuindo com o Brasil. Como resposta, recebemos um apelo: que aquela era uma hora difícil da vida nacional, como se comprovou que efetivamente era, e que o PDT, pela sua tradição, pela sua luta, pela sua defesa da democracia, deveria continuar participando do Governo. E a Direção Nacional do nosso partido e a nossa bancada entenderam que deveríamos dar a nossa contribuição.

Portanto, nós ainda participamos do Governo, ao contrário de outros partidos, como o PP, o PMDB e o PSD, que até ontem — e isso não é figurativo —, até ontem participavam efetivamente do atual Governo do Brasil, e não só com ocupação de Ministérios. Isso não seria participação. Não! Participavam efetivamente, direcionando políticas públicas.



Esses partidos respondiam pela política pública da saúde. Não há política pública mais relevante do que a da saúde. Esses partidos participavam da política pública da infraestrutura, uma das mais importantes também. E participavam de tantas outras políticas públicas de relevância para a vida do Brasil.

Dizer, agora, que não participavam do Governo, que não tinham responsabilidade no Governo que criticam, no Governo que dizem estar eivado de corrupção e que julgam sumariamente pela corrupção é uma falácia! Isso é algo que não cabe no bom debate, na racionalidade.

Nós preferimos manter o nosso compromisso, continuar participando do Governo e enfrentar o desafio que o Governo enfrenta neste momento. Esse é o nosso primeiro argumento, mas não é o mais importante.

Aqui, sobejamente, desfilaram antes de nós as manifestações da grande maioria dos partidos que integram a Oposição. E quais foram os principais argumentos para o *impeachment*? Mau governo, corrupção. Ninguém defende a corrupção, muito menos o PDT, mas está comprovado que a corrupção é sistêmica, e ela não envolve só o setor público nacional; ela envolve o setor privado nacional. Isso está nas páginas de todos os inquéritos, está nas páginas de todas as apurações. Ora, isso não é motivo suficiente para desconstituir um governo! Isso não é motivo suficiente para ruptura!

Qual é a imputação? Qual é a tipificação? Qual foi o crime praticado pela Sra. Presidente da República? Defendem os opositores, e o próprio relatório, do qual divergimos, que é o crime de responsabilidade por infração ao Orçamento nacional, através da publicação de decretos que não teriam legalidade.



Ora, nós temos posição divergente, mas vamos admitir, para o bom debate, para o bom argumento, que a posição daqueles que defendem o *impeachment* é respeitável, é defensável do ponto de vista jurídico, porque há um debate nacional de juristas, de advogados, ora defendendo uma posição, ora defendendo outra.

Nós do PDT preferimos reconhecer, respeitar essas posições, mas devemos dizer, companheiros de bancada, que, mesmo havendo a divergência, mesmo que a admitamos, isso não é suficiente para desconstituir um governo eleito, como foram eleitos o Governo Getúlio Vargas e a chapa da qual participava o ex-Presidente João Goulart, ambos desconstituídos pela ruptura, por aqueles que entendem que basta querer para desconstituir um governo eleito democraticamente.

Por tudo isso, pelas razões expostas anteriormente, pelo nosso legado, pela nossa responsabilidade, a principal razão pela qual o PDT é contra o *impeachment* é a defesa da democracia, a defesa do Estado Democrático de Direito. Aberto o precedente, não haverá democracia nem Estado Democrático de Direito que garantam as eleições nos Estados federados, as eleições nos Municípios nacionais, que foram realizadas democraticamente pelo voto popular. Todos os governos futuros também estarão comprometidos e poderão ser questionados pela quebra da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Quero falar um pouco dos fatos, quero falar um pouco do que está acontecendo hoje, do que vai acontecer no domingo, do que vai acontecer nos dias seguintes. Estamos aqui falando para o povo brasileiro, para aqueles que nos assistem: não se iludam! Não se iludam! O fato de este Parlamento, esta Câmara, no domingo, votar a favor ou contra o *impeachment* não oferece uma alternativa, uma luz para solucionar os problemas nacionais.



Vamos admitir, apenas para argumentar, que seja aprovado o *impeachment* no domingo, aqui nesta Casa. É preciso atentar para o fato de ser um processo que se inicia com a admissibilidade. Logo em seguida, vai para o Senado Federal, onde também vai ser constituída uma Comissão e onde vai ser revisada a decisão adotada pela Câmara, que poderá ser acolhida ou não. Eu estou indo de encontro à euforia daqueles que acham, pela simplificação, que o *impeachment* vai ser aprovado e vai resolver todos os problemas nacionais. Logo ali, vai haver o exame de mérito. O Presidente do STF vai presidir um novo debate, fará um novo exame e decidirá, em até 180 dias, se realmente haverá impedimento da Presidenta.

Vamos raciocinar. Isso é muito importante. Determinado o afastamento da Presidenta, assume o Vice-Presidente. Será, no entanto, um presidente que vai assumir com interinidade, com todo respeito aos eufóricos que constroem aqui um futuro governo. Isso é fato. Não há como fugir disso.

Em segundo lugar, ele vai assumir sem legitimidade, porque as próprias pesquisas mostram isso e aqui mesmo, nesta Casa, o debate que se processa mostra que não há legitimidade suficiente para aquilo que é mais importante para o Brasil. E o mais importante para o Brasil, seja qual for a decisão no próximo domingo, a favor ou contra o *impeachment*, é que oposição e governo... Amanhã, quem é hoje oposição poderá ser governo; quem é hoje governo poderá ser oposição. Por isso será fundamental construir um entendimento para um programa mínimo de salvação nacional.

Antes de tudo, precisamos pensar no Brasil. Temos que segurar as nossas diferenças, os nossos radicalismos, porque uma coisa é o Parlamento; outra coisa é o que acontece nas ruas. Nós do PDT não estimulamos o radicalismo. Nós do PDT,



no dia seguinte, seja qual for o resultado do *impeachment*, estaremos tentando construir as soluções para um programa mínimo, procuraremos alternativas que possam ajudar o Brasil a sair deste momento de grande dificuldade.

Por isso, expressamos a nossa firmeza, a nossa certeza, a nossa divergência com o relatório do respeitável colega e Relator Deputado Jovair Arantes. Nós divergimos, porque nós do PDT somos democratas, porque nós do PDT temos o legado da defesa do Estado Democrático de Direito, porque nós somos seguidores de Getúlio, nós somos seguidores de Jango, nós somos seguidores de Brizola. E nós vamos lutar até o último momento pelo povo brasileiro, pela liberdade, pela manifestação e pela construção de um Brasil melhor para todos, qualificando a vida do Brasil e superando este momento de grandes dificuldades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao grande Líder, Deputado Damião Feliciano.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para se governar uma nação é preciso, acima de tudo, bom senso, equilíbrio e serenidade. O impedimento do Presidente da República é um ato de enorme gravidade que só pode ocorrer em situações extremas.

No meu entendimento, não há base legal sólida o bastante para cassar o mandato de uma Presidenta eleita pela maioria da população, com uma eleição limpa e democrática.

Mais do que decidir sobre o resultado de um jogo político que tem como principal motivação a luta pelo poder, mais do que escolher o vencedor de uma



disputa sobre quem tem mais influência no Congresso Nacional, o que estamos discutindo aqui é a integridade do Estado Democrático de Direito.

Eu voto contra o *impeachment*, porque tenho a consciência de que essa é a melhor opção para o País. Eu não estou aqui escolhendo o lado de uma disputa, como quem escolhe a cor da camisa numa partida de futebol. Eu estou aqui declarando o meu voto depois de consultar a minha consciência sobre o que é o melhor caminho para o Brasil.

Cassar o mandato de uma Presidente eleita sem bases legais é um atentado contra a estabilidade política do País, um atentado contra a democracia e contra o Estado Democrático de Direito. O povo brasileiro está agindo de forma passional, motivado por sentimentos que conduzem a posições extremadas — e isso não é bom.

Quando é preciso decidir acerca de questões muito importantes, qualquer pessoa de bom senso procura refletir com calma e tranquilidade, neutralizando sentimentos que turvem a mente e conduzam a gestos impensados. Assim também deve agir uma nação preocupada com seu destino e com o futuro de seus filhos.

Conclamo, portanto, os cidadãos brasileiros e os Parlamentares aqui presentes para que ajam com serenidade, para que procurem o equilíbrio e o bom senso. Se agirmos de forma impensada e precipitada, poderemos lançar o País no território sombrio e desconhecido da desconfiança e da incerteza.

Nós do PDT temos tido uma posição crítica em relação ao Governo da Presidenta Dilma — uma ação de crítica responsável, como deve ser o comportamento de quem tem compromisso com o País.



Quem governa precisa ser criticado, porque essa é a forma de reconhecer seus próprios erros e de procurar melhorar. Mas a postura crítica que temos em relação ao Governo sempre aconteceu dentro dos limites da ordem democrática, porque nosso compromisso com a democracia é maior do que compromissos com interesses momentâneos e articulações partidárias.

A Nação está acima dos partidos. A democracia está acima da disputa eleitoral. Nós já tivemos exemplos muito claros de como não se pode decidir questões de Estado a partir dos movimentos inconstantes da opinião pública. Getúlio Vargas, o maior estadista brasileiro, estava acossado pela opinião pública e sentia a pressão de milhares de pessoas que saíam às ruas protestando contra o seu Governo.

Pois bem, no dia seguinte ao tiro no peito que o tirou da vida e o colocou para sempre na história, a situação mudou completamente e milhares de pessoas saíram às ruas em seu apoio.

O que nós devemos fazer é aprender com os nossos próprios erros. Não vamos repetir, mais uma vez, o equívoco de incitar as paixões populares e usar essas paixões como combustível para alimentar as engrenagens que produzem as decisões políticas.

Parcela expressiva da população brasileira não acredita que haja motivo para o *impeachment*. Os argumentos jurídicos são pouco convincentes. Não conseguiram convencer todos os cidadãos de que houve crime de responsabilidade fiscal. A condução do Orçamento e a gestão dos recursos públicos estão sujeitas a fatos incontroláveis, que tornam imprevisíveis as oscilações das receitas e despesas. Por isso, exigem ações circunstanciais cuja excepcionalidade não as torna ilegais.



Não houve crime da Presidente da República na gestão orçamentária nacional. Há quem discorde do Governo. Há quem critique o Governo. Há muitos que têm divergências ideológicas profundas em relação ao Governo, mas ninguém produziu ainda provas irrefutáveis de que a Presidenta Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade.

Sem isso, sem essa prova, o *impeachment* é uma decisão política, que pode macular o Estado Democrático de Direito e lançar o Brasil em uma trajetória imprevisível, instável e conflituosa. Votar pelo *impeachment* pode lançar o Brasil em uma trajetória arriscada, desnecessária e temerosa.

A ordem democrática determina que os governantes cumpram seus mandatos pelo período para o qual foram eleitos. Este é o caminho que nós devemos seguir: o caminho do equilíbrio e do bom senso, escolhido com serenidade.

A Presidente Dilma Rousseff foi eleita para governar até 2018. Esse foi o mandato que recebeu do povo brasileiro, e não existe motivo para contrariar de forma abrupta e traumática a vontade popular. Se não estamos pensando em vaidades pessoais ou em interesses mesquinhos, se estamos sendo movidos pelo interesse nacional, devemos conferir à Presidente Dilma Rousseff condições para terminar o seu mandato. Se fizermos isso, se estimularmos o diálogo e a conciliação, seguramente encontraremos meios para superar a crise econômica e para construir um projeto que atenda aos interesses desta Nação. Estamos aqui em busca de um caminho seguro e certo, que garanta tranquilidade e progresso aos brasileiros.

Meu voto é contra o *impeachment* e a favor do País, contra a insensatez e a favor da prudência, contra a disputa estéril pelo poder e a favor da unidade nacional,



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



a favor da legalidade, a favor do Brasil. Pelo futuro deste País, não devemos votar pela interrupção do mandato da Presidenta.

Voto "não", contra o *impeachment*.

Obrigado. (*Palmas.*)

O Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo brasileiro, estamos vivendo uma quadra histórica importante. Não tenho dúvida de que, no momento em que nós Parlamentares compreendermos o que está acontecendo no nosso País, iremos ajudar o nosso Brasil a sair dessa grande crise.

Eu gostaria de lembrar a todos que não é a primeira vez na história do Brasil que estamos passando por dificuldades e que estamos diante de um muro de divisão, um muro de verdades em que cada lado, da sua forma, tenta expor a sua angústia, a sua luta e os seus sonhos.

Se, no final das contas, o Brasil estivesse com sua economia pujante, se o trabalho e o emprego estivessem a todo vapor, obviamente não haveria esse clima nas ruas. Mas sabemos que, ao tempo em que o Brasil foi atingido por essa grande crise mundial, começam a aparecer na nossa porta o fantasma do desemprego, o fantasma das incertezas, as dúvidas em relação à qualidade da política que nós vivemos. Não é à toa que os analistas dizem que o Brasil não vive apenas uma grande crise política, mas o Brasil vive uma grande crise moral.



Como eu disse agora há pouco, não é de hoje que lutamos batalhas e guerrilhas. E nós já superamos várias delas.

Você, meu amigo e minha amiga que estão em casa, já leu em seus livros de História ou já ouviu alguém comentar que o nosso País passou, de 1796 a 1799, pela famosa Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates, na Bahia.

Na Revolta dos Alfaiates, Sr. Presidente, o povo tinha um grande objetivo: imprimir ao movimento um caráter popular que defendia a independência e o fim da escravidão, o governo republicano democrático, o livre comércio e as atividades dos portos. Desde aquela época já existiam as lutas populares, e o povo — aquele bravo povo da Bahia — já estava nas ruas.

Lá, de 1789 a 1792, tivemos a Inconfidência Mineira, em nossa querida Minas Gerais, aqui representada pelo nosso Deputado que orgulha a bancada do PDT, Subtenente Gonzaga. Aquela guerra regional, o movimento separatista de Minas Gerais, deixou a sua marca, mas, com certeza, Minas Gerais tornou-se maior, e o povo se orgulha da sua história e das lutas que lá foram travadas. Eu tenho certeza de que isso ficou marcado, e Minas Gerais é um Estado antes e outro depois desse momento que vocês viveram, Deputado Subtenente Gonzaga.

De 1831 a 1845, tivemos a famosa Guerra da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, companheiro Afonso Motta, que orgulha a nossa bancada e as pessoas conscientes deste País. V.Exa. é um desses bravos homens deste Parlamento que não se deixou levar simplesmente pela sensação de uma grande maioria. E, mais tarde, vou dizer o que é essa sensação. E V.Exa., quando solta o seu texto, Deputado Afonso Motta, dizendo que está hoje cometendo um grande crime, que é o



crime de ter o direito de ter opinião, o crime de pensar, o crime de ter lado, o crime de não se acovardar, é acusado, como se fosse um grande desertor.

Queria eu ser esse grande desertor com V.Exa. Quero ser desertor com V.Exa., porque o direito que nós temos hoje de estar aqui representando os nossos eleitores é o direito que cada um deles nos deu como obrigação para sabermos os momentos e o que se passa aqui dentro desta Casa, deste Congresso, nos bastidores. Nós sabemos que a consequência é a não resistência do que eles estavam tentando fazer que acontecesse domingo.

V.Exa. deu um exemplo, considerando a possibilidade de o *impeachment* passar. Eu nem vou dar esse exemplo, porque não vai passar. (*Palmas.*) Não vai passar, porque é óbvio que temos 172, no mínimo, homens e mulheres aqui que compreendem — e estão começando a clarear ainda mais este grande momento do Brasil — e não vão deixar que essa tentativa de tirar de forma violenta o mandato de uma pessoa eleita aconteça.

Tivemos a Sabinada na Bahia entre 1837 e 1838. Era um movimento de comerciantes liberais e oficiais militares contra os portugueses, que controlavam a maior parte do comércio e ocupavam muitos cargos administrativos, políticos e militares.

Entre 1938 e 1941, tivemos, no meu querido Maranhão, a famosa Guerra da Balaiada. A oposição popular era contra o monopólio político de grupos de fazendeiros e da região que utilizam a força e a violência para atingir os seus objetivos políticos e econômicos.

A Balaiada está viva! A Balaiada resistiu, Srs. Deputados, porque lá nós tivemos homens como Jackson Lago, que não teve medo durante a sua vida. Foi um



homem que se dedicou a uma coisa só: fazer o bem; um médico que teve todas as condições de tocar a sua vida profissional, mas se dedicou à política, enfrentando as situações mais adversas e dificuldades inimagináveis, que vocês podem ter como exemplo na política nacional.

O Dr. Jackson — três vezes Prefeito de São Luís, Governador do Maranhão —, onde quer que esteja, sabe, sim, o que é ser deposto através de um golpe.

Parece coincidência, mas os mesmos articuladores, os beneficiários do golpe contra Jackson Lago naquela época são os beneficiários de agora, caso esse golpe aconteça. Parece que está virando moda querer sentar na cadeira e exercer o poder sem ter votos.

Não vão sentar desta vez. Não vamos deixar, desta vez, acontecer, porque, para sentar na cadeira, para representar a população, tem que respeitar a Constituição e tem que ter uma coisa simples, senhores, chamada voto.

Da nossa Balaiada, nós tivemos a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. E, de 1983 a 1984, nós tivemos o movimento Diretas Já.

Lembro um artigo de um grande amigo, cuja história eu respeito, um magistrado, Dr. Osmar Gomes, do Maranhão, no qual faz referência a um sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos. Ele faz uma análise rápida, afirmando acreditar que o Brasil já estava com os pilares da democracia firmes, que o Brasil já não tinha mais dificuldade de imaginar, de pensar ou de sonhar que nós poderíamos viver a quadra que estamos vivendo.

Lá, ele faz uma comparação com a crise que nós vivemos em 1929. Nessa comparação, mostra que, de lá para cá, a pior crise que o Brasil viveu é a de agora. Aquela crise que nós vivemos em 1929 foi diferente, é claro, porque os fazendeiros



não exportaram; eles estocaram a sua produção, pois não tinham como escoá-la. Mas eles também não tinham como estocá-la e perderam essa produção. E todos sabem o que aconteceu.

Houve realmente uma grande dificuldade que o nosso País viveu naquele momento, tanto que, naquela época, nós tivemos o primeiro golpe de Estado, que foi a destituição do Presidente Washington Luís. Ele foi golpeado, porque não conseguiu segurar as dificuldades que o Brasil vivia naquele momento. Hoje, a crise que nós vivemos é profunda, porque, segundo Boaventura — e você que está me assistindo com certeza vai compreender isso —, é uma crise moral.

A população está indignada, ao mesmo tempo em que ela precisava estar muito feliz. Vejam só o contraste. Vejam só o que eu estou dizendo: a população está indignada com o que revelou a Operação Lava-Jato, com os escândalos que saem de manhã, à tarde e à noite. É um acusando o Governo Federal, outro acusando o Governo de São Paulo, outro acusando Prefeitura não sei de onde. Ao mesmo tempo, era para estarmos felizes, porque eu sou um brasileiro que acredito que, sempre, de um limão dá para fazer uma limonada.

Vejam só: parece que estão dizendo que descobriram a corrupção agora, em 2016, no Brasil. E nós sabemos que, durante muitos anos, a corrupção se entranhou de forma violenta, nojenta, no seio, nos pilares da sociedade, como bem disse aqui o Deputado Afonso Motta — e não só no poder público, mas também na iniciativa privada. Basta ver as listas que ainda não foram divulgadas de 30, 40 anos atrás, quando as grandes empresas já tinham as relações de propinas, de corrupção, aqui dentro do nosso País.



E aí eu digo que nós precisamos fazer uma limonada, porque este é um momento de depuração; é o momento de se reconstruir; é o momento de V.Exa. dizer, Deputado Subtenente Gonzaga, que nós não iremos mais admitir, daqui para frente, esse tipo de atitude e esse tipo de postura de quem quer que seja, porque as instituições, de verdade, estão funcionando.

Acabou a época de se guardarem processos nas gavetas. Acabou a época, Deputado Subtenente Gonzaga, de, simplesmente, não se julgar. E isso é importante, porque na hora em que você começa a punir de verdade todos os corruptos e a ir atrás dos corruptores, você começa, de verdade, a botar o dedo na ferida. E esse dedo na ferida vai ser debatido no dia a dia aqui, fortalecendo o Ministério Público, fortalecendo as leis de iniciativa popular, como foi a Lei da Ficha Limpa.

Ontem, eu li a entrevista do Juiz Márlon Reis, que foi o autor da Lei da Ficha Limpa. Só na eleição passada, houve mais de 500 indeferimentos de inscrições de políticos que não puderam mais participar das eleições. Foram indeferidas graças à Lei da Ficha Limpa, que chegou a esta Casa através da iniciativa popular.

O Márlon Reis dá a sua declaração se colocando e se posicionando contra o *impeachment*. Ele sabe que este, infelizmente, ainda não é o remédio para resolver o problema que vivemos.

Eu poderia enumerar várias autoridades intelectuais, várias referências dos movimentos sociais, eclesiais, de base, sindicais, empresariais também. Eu digo "empresariais", porque não se pode generalizar, apesar de a FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ter generalizado.



O PT precisa fazer essa reflexão. Vocês, que estão já há 12 anos pilotando esse ônibus, é hora de fazerem uma reflexão. Não poderiam ter feito isso. Foi um erro que cometeram. Faço o apelo para que a Presidente, segunda-feira, após vencer essa luta do *impeachment*, não só tire aquele muro ali da frente, mas prepare e pactue fazer uma mesa de diálogo, como também faça o que tinha que ter sido feito desde o início dos Governos do PT.

Fizeram vários enfrentamentos.

No meu Estado do Maranhão, hoje, apesar de muitas pessoas, de diferentes regiões, discriminarem o povo trabalhador honrado do Nordeste, hoje o povo pode tomar água gelada, porque há energia. Nós nos orgulhamos disso e também do fato de que hoje já existem muitas casas populares. Muitos acomodados das grandes políticas daqui de cima não sabiam que lá havia casas nem sequer que elas tinham banheiro, e agora têm.

O atual Governador do Maranhão lançou, já no seu atual mandato, o programa chamado Escola Digna. Esse programa tem como meta eliminar todas as escolas de palha que existem no Maranhão. E aí eu digo aos senhores que foram identificadas mais de mil escolas de palha ainda no Maranhão. O Governador Flávio Dino está nessa força-tarefa para eliminá-las.

É culpa da Dilma? Quer dizer que, das Prefeituras que são dirigidas pelo PSDB, pelo DEM, pelo PDT, por todos os outros partidos, nenhuma é culpada? Os sócios do Governo que acabaram de abandonar de forma rápida o barco não são culpados? Apenas ela é a culpada? Todos eles foram para outro lado, e amanhã vão dizer que são os novos santos da República e vão recomeçar tudo de novo?

É preciso refletir.



E aí, Sra. Presidenta, a senhora tem a responsabilidade de não ceder mais para quem tem muito. É preciso cumprir o que está na Constituição e taxar as grandes fortunas deste País. Para combater essa crise, quem tem mais é que tem que entrar com mais.

É um absurdo estarmos hoje com a nossa classe média totalmente inviabilizada, pagando juros de cartão de crédito que tiram o sono e a paciência de qualquer cidadão que paga imposto, pagando juros de cheque especial, e vemos os bancos ganhando juros e mais juros, milhões e mais milhões, lucros e mais lucros nos seus balancetes, que eles fecham a cada ano.

É preciso fazer essa reflexão.

Eu queria aqui lembrar a todos os senhores que, em 1950, quando houve a primeira tentativa de *impeachment* no Brasil, Getúlio Vargas teve a ousadia de resistir. É preciso lembrar-se daquele momento. Ele resistiu e foi considerado pela elite do País daquela época um grande criminoso, porque simplesmente foi o homem do trabalhador brasileiro. Getúlio se tornou a referência do trabalhismo no País. Ele foi o criador do Ministério do Trabalho, o criador da nossa CLT.

Ele enfrentou, naquele momento, os grandes desafios que tinham que ser enfrentados. Só que a pressão foi violenta. A grande mídia e a grande elite não suportaram imaginar Getúlio fazer um pacto social com a classe trabalhadora do nosso País. O seu grau de impopularidade era inimaginável. A pressão para que ele fosse "impeachmado" se tornou irreversível.

E Getúlio Vargas, Deputado Afonso Motta, cometeu um ato: deu um tiro no próprio peito. Isso fez com que mais de 200 mil pessoas fossem às ruas chorar a



sua morte. Os mesmos que estavam dizendo que era para ele ser “impeachmado” no outro dia estavam chorando a morte de Getúlio Vargas.

Vivemos a resistência de Leonel Brizola. Vejam só um homem como Brizola, que 50 anos atrás já construía brizoletas, construía escolas, dizendo que a maior arma que ele ia dar ao pobre, ao seu povo, era a educação. Ele sabia, assim como Darcy Ribeiro, que a educação era o instrumento que ia libertar o seu povo.

E, no momento das lutas importantes deste País, o que Brizola fez? Foi para dentro do Palácio e disse, na *Rádio Legalidade*, que de lá iria resistir. Mais de 45 mil bravos brasileiros foram para dentro do Palácio, ao redor da praça, e se aquartelaram, dizendo que ali eles iriam resistir, mesmo sabendo que existia autorização do general de guerra para se fazer a implosão do Palácio, com o povo todo que estava ali dentro.

A história é dura! Brizola teve oportunidade de ser Governador do Rio de Janeiro. Quem não sabe das lutas bravas, insanas, que ele travou com os grandes meios de comunicação deste País? Foram várias. Não foram poucas.

E, no momento da morte de Brizola, nós nos deparamos com muitos desses que apontavam para ele. Viram Brizola vivendo um momento de isolamento. Poucos estiveram do seu lado. Eles reconheceram ali toda a sua história. E tudo que ele falava parece que estava por acontecer.

Eu puxo hoje as lembranças de cada homem, de cada mulher que estava ali conosco. E aí venho dizer a você que está assistindo ao meu pronunciamento neste momento: nós do PDT sabemos que a solução para esta crise não será dada com uma varinha de condão. A solução para esta crise, primeiro, é ter um projeto para o País.



Por isso, temos a responsabilidade, como disse o Deputado Afonso Motta, de momento ajudar o Governo. Nós já estávamos com o Governo desde o início, e agora, neste momento difícil, não iríamos pular feito ratos, porque não o somos. Somos trabalhadores, homens e mulheres que acreditamos na nossa luta e iremos ajudar o Governo a atravessar essa quadra difícil.

Mas, lá na frente, quando passar essa tempestade, quando percebermos que esse carro pode seguir adiante, o PDT vai desembarcar. E vai desembarcar porque temos para o Brasil outro projeto. Nós temos um projeto de candidatura própria.

Nós não poderíamos ficar vendo essa polarização, que está cansando, que cansou o povo brasileiro, e não dar soluções concretas. Por isso, nós temos o nosso pré-candidato, que é o ex-Governador e ex-Ministro Ciro Gomes. E ele irá rodar com o PDT e com essa brava militância trabalhista ponta a ponta do Maranhão e do Brasil, para que possamos levar os ideais de Brizola, os ideais do trabalhismo e a experiência que ele acumulou ao longo da sua vida.

Quero aqui, Srs. Deputados, lembrar a V.Exas. que, nesta Casa, em 5 de outubro de 1988, um grande brasileiro, chamado Ulysses Guimarães, fez o discurso de promulgação da nossa Constituição. Olha, Ulysses Guimarães parece que estaria em todas as legislaturas colocando essas frases para que elas fossem repetidas. Naquele momento, ele colocou todas as lutas, reconhecimentos, as milhares de emendas populares, as milhares de sugestões, as dezenas de pessoas que entraram pelas 14 entradas que tem este complexo arquitetônico, como ele chamou, naquela época, Deputado Damião Feliciano. Naquele momento, ele chegou dizendo que esta Casa promulgava a sua Carta, mas ele lembrava que, para ser feliz, um



cidadão tinha que saber ler, tinha que saber escrever, tinha que ter direito à saúde, tinha que ter direito à educação, tinha que estar incluído na sociedade.

No seu discurso de promulgação da Constituinte, Ulysses diz:

“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca.”

Naquela leitura, na Constituinte, ele diz: *“Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.”*

Ele diz — está nos Anais desta Casa — que traidor da Constituição é traidor da Pátria.

No momento que nós estamos vivendo, eu faço questão de repetir o que ele disse:

“Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra”.

Esse esforço de que ele fala, senhoras e senhores, quando diz que esta Carta é passiva de reformas, é óbvio. Não é à toa que, todo dia, apresentam uma PEC nesta Casa. Sempre queremos melhorar. Sempre queremos procurar alguma coisa diferente. E isso é legítimo, faz parte, e é por isso que o nosso Parlamento está aqui organizado.



Agora, organizar e melhorar não quer dizer conspirar, confabular, rasgar, atropelar a vontade popular, porque ela é a Carta que nos segura. Aqui, nesta tribuna, e ali na da esquerda, na da Oposição, houve vários discursos e críticas enormes — inclusive, assino embaixo de vários. Já tive várias oportunidades, nesta Casa, de dizer que nós podemos defender com a maior tranquilidade este Governo. Hoje, na atual conjuntura... Por exemplo, nas últimas eleições, o PT não esteve comigo no Maranhão.

Aliás, sugiro que também coloquem a mão na consciência, porque em suas primeiras lutas, as esquerdas e os movimentos populares estiveram do lado do PT. E, naquela época, o que fez o PT? O Presidente Lula, pelo pragmatismo da política, procurou encostar-se no PMDB, nos tradicionais da política do nosso País, e nos deixou lá, sofrendo. Nós sabemos o que sofremos na época em que o PMDB era o melhor amigo do PT no Brasil. Jackson Lago sabe o que ele passou.

Aqui, entretanto, a nossa luta intransigente não é para defender o PT; é para defender a Constituição Federal. Faria o mesmo se fosse o Presidente do PSDB ou de qualquer outro partido, porque a nossa posição é ideológica, porque nós sabemos o quanto pagamos durante a nossa luta política para poder defendê-la.

Quando eu reclamo, não quer dizer que eu não queira apoio de V.Exas., Srs. Deputados do PT. Quem sabe neste ano V.Exas. possam vir nos ajudar, apoiar e ver, agora, de verdade, quem foram os verdadeiros aliados que estiveram nos combates ao seu lado quando V.Exas. mais precisaram.

Nós sabemos que vamos ter muita batalha daqui para domingo, mas eu convido todos e todas para também participarmos da batalha que vai se iniciar na



segunda-feira — batalha esta em que nós temos que nos lembrar de uma das frases que Ulysses Guimarães disse na promulgação da Constituinte. Ele disse:

“Nós, os legisladores, ampliamos os nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência e a inércia.”

Temos que amanhecer segunda-feira já com uma mesa de diálogo, destruindo, tirando de vez, desconstruindo tijolo por tijolo daquele muro da separação e chamando cada homem e cada mulher para nos unirmos novamente, porque todos somos brasileiros, todos pagamos impostos e todos podemos ajudar a construir o Brasil com que tanto sonhamos. Quem é que não tem o sonho de ver o seu Estado e o seu povo vivendo melhor?

Na oportunidade que eu tenho aqui em Brasília, e que estou tendo, sempre luto para levar recursos e políticas públicas para ajudar o meu povo do Maranhão, porque eu sei o que eles estão passando lá, assim como o Deputado Damião Feliciano sabe o que ele passa na Paraíba todo santo dia.

Eu sei o que V.Exa. passa, Deputado Gonzaga, engajado nessa luta, às vezes inglória, de mostrar que podemos, sim, combater uma das grandes dificuldades dessa população, que é a sensação de falta de segurança pública, e mostrar que a luta da segurança pode ser a luta também do cidadão que está lá na ponta. Temos que unir os dois.

A luta do Rio Grande do Sul, companheiro Afonso, é a mesma luta lá do Maranhão, claro que em Estados e realidades totalmente diferentes.

A cada amigo e amiga eu me reservo o direito de falar do meu Maranhão. Eu peço desculpas e licença para você que ainda não entendeu a gravidade que é nós



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



deixarmos passar esse *impeachment* domingo. Eu peço desculpas, peço licença, porque estarei aqui trabalhando para que isso não aconteça. E um dia você vai entender que a luta aqui não era para defender A, B ou C. A luta aqui era para defender uma Constituição clara.

Hoje, quando eu soube que a ex-Governadora do Maranhão estava no escritório, lutando para que esse *impeachment* passasse, foi quando tive a certeza de que estávamos no caminho correto. (*Palmas.*)

O Sr. Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Prorrogo a sessão por mais 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Convido o partido Solidariedade para a tribuna. O primeiro a falar será o Deputado Carlos Manato; o segundo, o Deputado Wladimir Costa; o terceiro, o Deputado Laudivio Carvalho; o quarto, o Deputado Fernando Francischini.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, eu aqui estou representando primeiramente a cidade de Alegre, onde nasci. Estou representando todo o povo capixaba, mais de 3 milhões e meio de pessoas, que eu tanto amo. Estou representando mais de 200 milhões de brasileiros que querem um Brasil livre, querem a libertação do nosso País.

Sr. Presidente, o PT, nos últimos dias, aprendeu a falar uma só palavra: "golpe". Eu assisti, neste plenário, a uma aula maravilhosa sobre a Constituição e sobre Ulysses Guimarães. Parabenizo o Líder do PDT. Mas eu pergunto, nobre Líder: o PT assinou a Constituição? Eu quero saber se o PT assinou a Constituição. Eles não o fizeram. Este foi o primeiro golpe dado no Brasil. Um dos maiores estadistas do nosso País coordenou a elaboração da Constituição, e o PT não a assinou.

Sr. Presidente, eu sou médico; não sou advogado, mas, Graças a Deus, no nosso País nós temos advogados renomados. Três advogados, Hélio Bicudo, fundador do PT, Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior, entraram com esse pedido de *impeachment* baseado em crimes cometidos, e um deles são as pedaladas fiscais.



O nosso querido Hélio Bicudo, há 22 horas, falava que as pedaladas fiscais foram um crime de lesa-pátria. Foi isso que eles fizeram para esconder as fraudes, para esconder o rombo, para esconder o que eles estavam fazendo com o dinheiro público. E esses juristas não ficaram sozinhos.

Aí, o PT invocou o Supremo Tribunal Federal. Muito bem! O Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, é o guardião da Constituição. E o que o STF disse? Disse que o *impeachment* está na Constituição, que não é golpe. Cinco Ministros do STF falaram isso, e um deles foi advogado do PT. Por que ele falou isso? Os Ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Roberto Barroso, entre outros, falaram a mesma coisa. Quando o PT disse que era mais golpe, ontem, no Supremo, por 8 votos a 2, os Ministros disseram que nós estamos no caminho certo.

Eles tanto falam que é golpe porque esquecem, têm amnésia. Eu nunca vi gente para ter tanta amnésia como os integrantes do PT! Cadê os Deputados do PT aqui? Nem estão aqui, não vieram ou foram embora, porque estão com vergonha.

Sr. Presidente, em 1992, eu, que ainda era um jovem, era o velho dos caras-pintadas. Nós fomos para as ruas pedir a saída de Fernando Collor, nós gritávamos "*Fora, Collor!*" Eles estavam conosco. Naquela época, não era golpe. Aí ganhamos, tiramos um Presidente que era considerado um dos maiores ladrões do País, porque roubou um Fiat Elba. Mas agora, com o dinheiro que eles desviaram, dá para comprar 17 milhões de Elbas!

Aí, Itamar Franco começou a melhorar o nosso País. Mas eles entraram com pedido de *impeachment* querendo tirar Itamar Franco. Eu não entendi. Eu falei: "*O que é isso? O cara nem começou a governar, e já o estão querendo tirar? Há alguma coisa errada*".



Em 1999 era *"Fora, FHC! Impeachment nele!"* Não era golpe, era constitucional. Agora, é golpe e não é constitucional! Não dá para entender, Sr. Presidente!

De 2002, retroagindo 10 anos, até 1992, foram 50 pedidos de *impeachment*, que não eram golpe! Eu não consigo entender essa matemática. Eu leio a Constituição como eles, que não a assinaram. Dessa forma, Presidente, não dá!

O que é golpe? Golpe foi em 2005 e em 2006, quando, para aprovar algumas reformas, o Lula, que é um gênio, inventou o mensalão. Zé Dirceu foi preso, João Paulo Cunha foi preso, Delúbio Soares foi preso, mas foi ele que inventou tudo isso. O que aconteceu? Depois que prenderam o Marcos Valério, que ganhou uma beiradinha de 200 milhões para ficar calado e preso, deu amnésia: *"Eu não conheço ninguém, eu não sei de nada"*. Isso não é golpe?

Em 2008, o Presidente Lula mandou o Conselho da PETROBRAS, presidido pela então Ministra Dilma, comprar a refinaria de Pasadena, que custava 50 milhões de dólares, por 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Ela assinou, ela leu, ela sabia! Não era golpe, dizem que foi amnésia, que não deram óculos a ela, que ela não soube ler. Mas assinou, porque ela já estava pensando em preparar caixa dois para a sua eleição em 2010. Foi isso que aconteceu, Presidente.

Aí, ela ganhou em 2010, com o dinheiro de Pasadena em sua campanha. Precisava, então, trazer para o Governo quem conhecia o esquema, um diretor do esquema. E quem era o diretor do esquema? Cerveró, que foi o primeiro. Aí, não é golpe. Cerveró era o melhor diretor do mundo, porque sabia do esquema. Naquela roubalheira toda, Cerveró era o rei.



E continuou, porque tinham que irrigar as campanhas do PT no ano de 2012. Por isso as campanhas eram milionárias. Agora nós sabemos de onde vinha o dinheiro. Mas não ficaram satisfeitos, Sr. Presidente. Não ficaram satisfeitos, e começou tudo. Quando entraram o Sergio Moro e a Lava-Jato, nós vimos o que estava acontecendo no nosso País.

Sr. Presidente, o que é golpe? Golpe é o que fizeram conosco na eleição, golpe foi aquele estelionato eleitoral. Golpe é falar que a gasolina não vai aumentar, e ela aumenta. Golpe são milhões de brasileiros desempregados, passando fome e necessidade, quando falaram que isso não ia acontecer. A energia aumentou, a inflação aumentou. Golpe é desviar dinheiro, pagar 100 milhões a João Santana lá no exterior. Isso é golpe, Presidente!

Golpe não é o que nós estamos querendo fazer, não. Nós estamos querendo libertar o Brasil. Nós queremos tirar o Brasil do PT, dessa sujeira que está aí.

Aqueles que são funcionários de estatal — da PETROBRAS, dos Correios, da ELETRONORTE — que prestem atenção, porque o fundo de pensão deles está quebrado! Estão tendo que dividir o salário para pagar toda essa roubalheira que está aí. Isso, sim, é golpe. O que queremos fazer aqui, não.

Nós estamos aqui até esta hora para defender um Brasil mais justo, para defender que se continue com o Bolsa Família em melhores condições, em que o beneficiado possa voltar ao mercado de trabalho. Queremos um PRONATEC decente, um FIES que tenha data para começar, mas não tenha data para acabar, pois milhões de estudantes estão saindo da faculdade porque cortaram o FIES. É isso que nós temos que fazer, Presidente.



Então, em nome do Espírito Santo, em nome da liberdade do Brasil, defendemos essas bandeiras. O Solidariedade foi o primeiro partido do País a defender o *impeachment*, e eu fui o primeiro capixaba a assumir essa bandeira. E não vou sossegar.

Eu tenho fé em Deus. No domingo, nós capixabas, nós brasileiros, nós que estamos nesta Casa falemos juntos, em voz alta, gritaremos: "*Impeachment já! Vamos libertar o Brasil!*"

O SR. WLADIMIR COSTA (SD-PA. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, povo brasileiro, meu amado Estado do Pará, foi dada a largada. Foi dada a largada para nós, Deputadas e Deputados, tirarmos o Brasil imediatamente da profundidade e da escuridão do abismo em que se encontra.

Nesta Casa nós vamos decidir, pelo voto dos Parlamentares, o rumo do Brasil. Qual é o Brasil que você quer? Quer o Brasil da sujeira, do roubo, dos escândalos, das prisões de Parlamentares, Deputados e Senadores, e de grandes empresários? Ou quer um Brasil decente para as nossas famílias, para os nossos pais, para os cidadãos que saíram dos mais distantes rincões a fim de levar seu voto de confiança e sufragar o Parlamentar com esse voto, para poder trazê-lo para cá? Foram eles que o trouxeram, foi o povo. Não foi Lula, não foi Dilma, não foi Ministro que o trouxe para cá. Foi o seu eleitor, o cidadão brasileiro.

Meus colegas, diante de tantos escândalos escabrosos, diante de tantas práticas delituosas, diante de tantas aberrações agressivas contra o povo brasileiro, V.Exas. indecisos, V.Exas. do voto "não", o que querem mais? O que querem mais de prova para nós merecermos, para o povo brasileiro merecer, no caso, o voto do "não"? Indecisão, para mim, é algo absurdamente covarde. Mas, nobres funcionários



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



da Câmara dos Deputados, nobres jornalistas, o que levaria um Deputado a ser indeciso ou a inventar que, na véspera da votação, foi acometido de *chikungunya*, de dengue, de zika ou de outro mal qualquer, somente para no domingo não comparecer para votar? Será que é um frequentador assíduo do pseudoministério que funciona em um hotel de luxo?

Na cadeira desse pseudoministério, meu colega Deputado Paulinho da Força, meu Líder Genecias Noronha, meu querido amigo e colega Deputado Felipe Bornier, do meu querido Estado do Rio de Janeiro, está sentado um Ministro clandestino, de nome Luiz Inácio Silva, vulgo Lula — todo bandido tem “vulgo”, Pollyana.

É um entra e sai desse pseudoministério. Subornos ou tentativas de suborno, propostas indecorosas e indecentes ferem de morte o coração do Brasil e envergonham os filhos dos que as aceitam, que poderão sofrer *bullying*.

Que tipo de Deputado V.Exas. querem ser? Indecisos, ou indecentes, ou pessoal do voto “não” ao *impeachment*, V.Exas. ainda têm a grande oportunidade de mudar. Deus está lhes dando uma oportunidade. V.Exas. vão sair daqui como heróis e chegar aos seus Estados de cabeça erguida ou vão sair daqui como traidores do povo brasileiro e dos seus eleitores?

O que V.Exas. querem? Querem ser aplaudidos ao chegar ao aeroporto do seu Estado ou querem passar pelo que Zé Dirceu passou ao ser agredido em restaurante? Querem passar pelo que Palocci passou? Querem passar o que passou a Senadora Gleisi Hoffmann ao chegar ao aeroporto nesta semana, essa ladra que roubou 1 milhão de dólares no esquema que está sendo investigado pela Lava-Jato? Querido Deputado Fernando Francischini, ela foi chamada de ladra, ladrona, vaca, patifa. Já pensaram nos filhos dela? Eu nem falo no seu marido,



Paulo Bernardo. Aquilo é um vagabundo da pior espécie. É tudo farinha do mesmo saco!

Meus amigos, essa quadrilha é comandada por “*el papa*” de nome Lula e capitaneada pela capitã-tenente Dilma Rousseff. Os dois são piores do que Pablo Escobar Gaviria, El Chapo, Marcola do PCC, Fernandinho Beira-Mar. Eles são piores até do que Al Capone.

Povo brasileiro, eu calculei tudo o que esses meliantes perigosos — Pablo Escobar, El Chapo, Marcola, Fernandinho Beira-Mar, Al Capone — roubaram em suas trajetórias delituosas. Eu fui criado no mercado Ver-o-Peso, e todo feirante é bom em Matemática; pode até ser ruim em Português, mas é bom em Matemática. O que essas máfias roubaram em tráfico e favorecimento da prostituição equivale, meus amigos, a apenas 5% do que roubou essa quadrilha.

Alguns deles foram mortos, como Pablo Escobar, que foi morto em cima de um telhado. El Chapo conseguiu fugir, e já o pegaram lá pelas bandas do México. Marcola está preso. E nós vamos ver Lula preso.

Lula, os seus dias estão contados, seu pilantra! As suas horas estão contadas!

Eu quero a prisão de Lula. Eu quero também a prisão de outros asseclas, dos que participaram disso com Lula.

Alguém pode me perguntar: “*Deputado Wlad, Deputado do açaí lá do Pará, e a Dilma? Você a quer presa? Você quer vê-la atrás das grades?*” Não! Eu não quero ver Dilma atrás das grades. Sabem por quê? Porque a ex-Presidenta Dilma — ela já é ex-Presidente — é inimputável perante a lei. Essa senhora tem surtos psicóticos, é



movida a medicamento tarja preta, não responde mais pelos seus atos, virou marionete principalmente.

Dr. Sérgio Moro, não decrete a prisão de Dilma assim que ela perder o foro privilegiado. É uma pobre coitada. Ela precisa ser levada para uma clínica psiquiátrica, enquanto Luiz Inácio, vulgo Lula, deve ser colocado atrás das grades, além de outros meliantes perigosos que aí estão.

Meus amigos, eu abro um parêntese grande para dizer que ainda há tempo para revertermos os votos dos indecisos. Vamos acabar com essa indecência. Isso é sem-vergonhice, isso é covardia! Nós não aceitamos isso.

Domingo, Dilma será dilacerada politicamente, dentro deste Parlamento, pelas Deputadas e pelos Deputados decentes de todo o território nacional. Quero dizer ao meu Governador Simão Jatene que missão dada é missão cumprida e que eu, com o meu voto, vou colaborar. O Solidariedade vai, de forma unânime, assinar o seu nome na história.

Quero também, querido Deputado Felipe Bornier, que preside a Mesa, dizer o seguinte: antes de falarem do Vice-Presidente Michel Temer, lavem suas bocas com soda cáustica. É grande constitucionalista, professor e palestrante nas maiores faculdades nacionais e internacionais. Respeitem esse homem!

Há poucos dias, V.Exas. estavam bajulando Michel Temer — ele era o melhor homem do mundo, era a pessoa mais decente do mundo —, e agora ele não presta para nada. Ele não pediu para ser Presidente. É só uma consequência ele assumir a Presidência da República.

Faço uma pequena pausa para tomar um pouco de açaí. *(Pausa.)*



Senhoras e senhores, a minha companheira Renilce, o povo do Solidariedade do Pará, Rui Reis, Andrei, todo o meu povo está mobilizado. Os momentos já estão sendo contados.

Vão prender muita gente — Sérgio Moro vai fazer uma festa a partir desta semana —, vão prender muito patife e vagabundo como Lula. Dilma eu não quero presa, não! Aquela mulher é doida. Ela é “bilé”. Ela está perturbada. Ela não fala coisa com coisa. Todos nós sabemos disso.

Eu quero aplaudir os Deputados e os partidos que estão unidos conosco para resgatarmos a decência neste País — Deputados sérios, apaixonados pela causa pública.

Quero dizer também, colegas Deputados, que muitos Parlamentares que estão se arvorando ou querendo votar “não” são candidatos a prefeito em suas cidades. Como é que vão ser prefeitos em suas cidades, votando com a quadrilha, apoiando a improbidade, apoiando a roubalheira e a safadeza, apoiando o que acontece por aí?

O que Lula e Dilma fazem é um acinte, é uma agressão, é uma aberração, Deputado Fernando Francischini, é um verdadeiro tiro de morte no coração, na alma do povo brasileiro. *(Dispara um tiro de lança-confete.)*

É isto que eles dão, um tiro no coração, aumentando a prostituição infantil, aumentando o índice de criminalidade, aumentando a agressão aos deficientes, aumentando a agressão ao índio, desrespeitando as pessoas que moram na rua.

Milhares de empresas e comércios, senhoras e senhores, estão cerrando as portas! Empresários e comerciantes lutadores, pais de família, estão chorando, lágrimas estão deslizando dos seus olhos. É muito triste ter que fechar uma empresa



que representou a realização de um sonho por causa de um monte de vagabundos comandados por Lula e pela psicótica ex-Presidente Dilma.

A história está escrita. Em Belém nós teremos um candidato a Prefeito que já exerceu o cargo lá por dois mandatos. Ele é do PSOL. É o ex-Prefeito Edmilson Rodrigues, que hoje é Deputado Federal.

Eu quero chamar a sua atenção: mude o seu voto, senão V.Exa. vai ser humilhado nas urnas de Belém do Pará, porque o paraense da Capital, ou melhor, o paraense de qualquer Município do nosso Estado não se curva ou dá voto a quem se alia a bandidos. Se realmente votar “não”, renuncie à sua candidatura enquanto há tempo.

Meus amigos, sou do Solidariedade com muito orgulho. Represento o Estado do Pará, o Tapajós, o Carajás, o norte e o nordeste do meu Pará. Sou tomador de açaí e comedor de maniçoba, com muito orgulho. E estou aqui com o coração esfuziante de alegria, de felicidade.

Imprensa decente do meu Brasil, pela maravilhosa cobertura da *Globo*, da *Record*, da *Veja*, da *ISTOÉ* e da *Época*, do UOL e do G1, dos blogueiros que não se curvam à imprensa marrom, parabéns do fundo do meu coração!

Uma moça de Curitiba, Joice Hasselmann — eu acho que era da *Veja* — cotidianamente denunciava sem medo, sem frouxidão, a safadeza que Sergio Moro, que Rodrigo Janot, que Deputados e Deputadas decentes combatem com mão de ferro, em favor da causa pública.

Nós vamos cassar Dilma. O lado que vai cassar Dilma não se mete em roubalheira, em safadeza.

“Ó Pará, quanto orgulhas ser filho



*De um colosso, tão belo e tão forte;
Juncaremos de flores teu trilho,
Do Brasil, sentinela do Norte.
E a deixar de manter esse brilho,
Preferimos, mil vezes, a morte!"*

Esse é o refrão do hino do meu Pará.

Parabéns, bancada decente do Brasil, de norte a sul, de leste a oeste deste País, que vai cassar e botar atrás das grades esses ladrões, meliantes, vagabundos, bandidos da pior espécie que levaram o Brasil ao caos em que se encontra!

Muito obrigado, povo! (*Palmas.*)

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, muito bom dia. São 3 horas e 31 minutos da madrugada de sábado. Estamos aqui há aproximadamente 18 horas, para transformar o Brasil em um novo País. Já são 18 horas de trabalho, 18 horas de certeza absoluta de que podemos e poderemos fazer do Brasil um novo País. Estamos, desde as 8 horas da manhã, nesta Casa, trabalhando com a certeza de que vamos tirar a Presidente Dilma Rousseff daquele palácio.

Eu tenho dito, senhoras e senhores, que lugar de bandido é na cadeia, e não no Governo. Eu fui um dos 54 milhões de brasileiros enganados pela Presidente Dilma Rousseff e por aquela quadrilha que se formou junto com a Presidente.

Eu, senhoras e senhores, no meu Estado, Minas Gerais, pedi votos para a Presidente Dilma e me arrependo amargamente. Por saber que o Governo do meu Estado, que é do PT, não cumpre compromissos, 6 meses depois das eleições, eu rompi definitivamente com esse partido, que é uma vergonha para o nosso País.



Eles não cumprem compromissos. Estão destruindo os projetos sociais, estão destruindo a educação, estão destruindo a saúde, estão destruindo os sonhos do povo brasileiro.

Que pena! Este é um País de trabalhadores, de pais de família sérios, de mães de família cheias de sonhos, de estudantes com vontade de vencer. Estamos vendo que a PETROBRAS está sendo dilapidada e que a saúde está no CTI e percebemos claramente que o nosso País está, ladeira abaixo, descendo a cada momento, a cada instante.

Nós temos que ter orgulho do Brasil, e não vergonha de ser brasileiros. A nossa bandeira não é vermelha. A nossa bandeira tem que ser verde e amarela, que são duas cores que representam o Brasil.

A Presidente Dilma, senhoras e senhores, vendeu ilusões para os brasileiros. Eu disse ainda há pouco que 54 milhões foram enganados. Cinquenta e quatro milhões de brasileiros votaram pensando em um País melhor. E estamos vendo o resultado: eles não cumprem aquilo que prometem.

Cadê os petistas, que deveriam estar nesta Casa na madrugada de sábado para ouvir as verdades ditas neste plenário? Aqui não estão. Com certeza absoluta, sem medo de errar, estão fazendo conchavos políticos, estão procurando tirar do muro aqueles indecisos e trazê-los para o lado da roubalheira, da safadeza.

Meus amigos e minhas amigas que acompanham os trabalhos na Câmara Federal através da *TV Câmara*, da *Rádio Câmara* e de outras emissoras espalhadas por todo o Brasil, ouçam bem o que eu vou dizer: o Brasil está podre por causa dos movimentos que estão sendo feitos pelo Palácio. O Brasil está estagnado socialmente. Ele não consegue crescer, porque 50 bilhões de reais são desviados



dos cofres públicos. O Brasil, meus senhores, é um país que merece respeito, é um país de trabalhadores. O Brasil não pode continuar da maneira como está.

Nós estamos pagando um preço muito alto pelo Governo que aí se instalou. Seis milhões e meio de brasileiros foram às ruas, e a Presidente Dilma não ouviu o grito do povo, não ouviu a vontade do povo! E agora ela terá que sair pela porta dos fundos. Agora ela terá que deixar o Governo, porque nós estamos aqui para representar a vontade desse povo.

O Solidariedade foi o primeiro partido do País a gritar com todas as letras: Fora, Dilma! Fora, Governo do PT! Fora, Governo que rouba ilusões, que arranca do povo a esperança!

Não dá mais, meus amigos e minhas amigas, para continuar do jeito como está. Eu voto pelo "sim". Eu voto pela saída da Presidente Dilma Rousseff e de todos os seus seguidores que ocuparam aquele palácio.

Olha, estão dizendo que não vai ter golpe. E não vai ter golpe mesmo. O que haverá, meus amigos, minhas amigas, senhoras e senhores, será o *impeachment* de uma Presidente que arrancou sonhos do povo brasileiro; uma Presidente, fraca, que, ao fazer um discurso, não sabe o que está dizendo; uma Presidente que, noite passada, se propôs a falar para a Nação brasileira, mas recuou — e recuou porque o partido Solidariedade entrou na Justiça, pedindo a suspensão do pronunciamento dela. Com medo de um panelaço, com medo do movimento das ruas, ela recuou. Ela não continuou com o seu propósito de usar o tempo do rádio e da televisão para falar para o povo brasileiro mais um monte de mentiras, mais um monte de enganações.



Aquele espaço que ela gostaria de ter usado na noite passada é o espaço destinado a que um Presidente da República traga notícias positivas para o seu País, para falar olhando nos olhos da população, e não para defender um Governo indefensável, um Governo caquético, um Governo que está no final.

Domingo que vem, senhoras e senhores, será o grande dia, o grande momento, a grande hora de passar o Brasil a limpo, a hora de cobrar da Presidente Dilma os compromissos que não foram cumpridos. Porque quem não cumpre compromisso tem de deixar o poder. O poder pertence ao povo, o poder emana do povo, o poder vem do povo e o poder tem que estar com o povo. O poder não pode estar entrincheirado, dentro do Palácio, quando, com canetadas, se descumpra a lei neste País.

As pedaladas fiscais, senhoras e senhores, foram, sim, crime. Foram a razão principal da criação do pedido de *impeachment*, da aprovação do relatório do Deputado Jovair Arantes, que não necessita de um retoque sequer numa vírgula.

Senhoras e senhores, nós do Solidariedade e de outros partidos que não se curvam à vontade do Governo — a vontade de transformar o povo brasileiro em um povo submisso — estamos aqui para votar o *impeachment* da Presidente Dilma.

Ela tem que sair imediatamente da Presidência. Domingo será o dia D — D de domingo, D de decisão, D de desafio. Domingo será o dia fatal para a Presidente Dilma e para a quadrilha que tomou conta do Brasil.

Quando o Juiz Sérgio Moro decidiu transformar o Brasil em um País digno, ele disse: “*Vamos prender aqueles que têm que estar atrás das grades*”. Assim tem sido. Figuras que eram consideradas intocáveis na República petista estão atrás das grades hoje, e outras deverão ser presos a qualquer momento.



Em Minas Gerais, o braço direito do Governador Fernando Pimentel foi preso ontem. Está atrás das grades. Aqui em Brasília não será diferente.

Quero encerrar dizendo que não vai ter golpe, vai ter *impeachment*; vai ter demissão por justa causa, por roubo, por furto, pela malversação do dinheiro público.

Meus amigos, o povo não quer mais! O povo não quer um Governo que ergue uma cerca contra o seu próprio povo. Quem está hoje no Palácio não o merece, mas, sim, uma cela na Papuda.

Voto “sim”! Vamos colocar a Presidente Dilma no olho da rua.

Acabou a boquinha! Acabou a boquinha! Tchau, querida!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela *TV Câmara*, por rádios, *blogs* e outras emissoras de televisão que cobrem a sessão de hoje, o PT diz que há um golpe em andamento. A Polícia Federal é golpista. O Ministério Público Federal é golpista. A Receita Federal é golpista. A Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, de acordo com as decisões que dão, são golpistas. O Tribunal de Contas da União é golpista. A Ordem dos Advogados do Brasil é golpista. As Confederações de Agricultura e de Indústria são golpistas. O Juiz Sérgio Moro é golpista. Dez milhões de desempregados são golpistas. Sete milhões de pessoas que foram às ruas são golpistas. O Vice-Presidente agora é golpista, mas antes era aclamado. O Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, todos os Deputados e Senadores, que já devem somar uns 380 Parlamentares, são golpistas. E 70% dos brasileiros — que, em pesquisa, são chamados por eles de coxinhas — são chamados de golpistas; na visão deles, querem dar um golpe.



Quem está certo: o PT ou mais de 70% de brasileiros que cansaram de assalto, roubalheira e achaque? Eu acho que quem está certa é a população brasileira, que cansou.

Golpe é criar o Foro de São Paulo com o intuito de fazer uma política de dominação ideológica de dezenas de anos. E o Foro de São Paulo traçou toda a estratégia dos petistas e da “esquerda caviar” vinculada ao PT para fazer um plano de dominação. E este plano de dominação, que saiu do comunismo bélico para o comunismo cultural, como dizemos, passava pelo segundo item.

O golpe é usar o BNDES para financiar as ditaduras de esquerda da América do Sul e algumas da África. Como? Usando dinheiro subsidiado com juros baixos brasileiros para fazer obras em outros países que tenham alinhamento ideológico. Um porto em Cuba. Para que investir em um porto no Brasil? Uma estrada em outro país. Para que tapar os buracos, apesar de haver gente morrendo nas estradas brasileiras? Para que uma usina no Brasil, se aqui a conta de luz está astronômica? Estão pouco se lixando para a população brasileira.

O que valia era pegar o BNDES, emprestar dinheiro a juros módicos, amarrar as empreiteiras que iam fazer as obras no exterior, combinar a propina e a corrupção, que iam voltar, simular doação eleitoral e achar que não ia acontecer nada. O único detalhe que eles não combinaram: não combinaram com a Operação Lava-Jato, não combinaram com a força-tarefa que envolve a Polícia Federal, o Dr. Sérgio Moro, o Ministério Público Federal e todos esses que são aclamados pela opinião pública brasileira e por todos nós.

Golpe é usar os fundos de pensão. Nós acabamos uma CPI que identificou 6 bilhões de reais em fraudes nos últimos anos nos fundos de pensão. Isso é dinheiro



do Governo? Não! É dinheiro do coitado do funcionário dos Correios, da PETROBRAS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, que, agora, pela roubalheira, vai ter que pagar mais da aposentadoria e “x” anos a mais para cobrir o assalto que fizeram.

Golpe é usar o mensalão para comprar Deputados e Senadores para votarem os projetos de interesse do PT e dos partidos de esquerda.

Golpe é usar a Lei Rouanet para tentar pegar artistas e intelectuais para fazerem a defesa da bandeira vermelha, a defesa da implantação de uma política de esquerda para a opinião pública ver — mas com caviar nos bastidores, porque são os hábitos da maioria deles. Andam de jatinho, mas pregam que a população tem que andar a pé, na verdade.

Golpe é criar a política do “nós e eles”, fazendo uma divisão entre quem ganha Bolsa Família e quem é classe média alta, os ricos, os coxinhas.

Golpe é dizer que homossexual tem que brigar com heterossexual.

Golpe é dizer que todas as pessoas têm que ter atritos pela cor da pele — brancos e negros.

Golpe são todas as políticas que criaram, tentando causar diferenças entre nós brasileiros.

Golpe é a CUT usar contribuição sindical para bancar pão com mortadela para quem vem fazer campanha, para quem vem fazer a defesa do Governo, que está caído, que está ao chão.

Golpe é o MST usar armas, como as que foram apreendidas aqui na Esplanada dos Ministérios.



Golpe é a UNE e seus caras-pintadas, que vieram às ruas, mas, hoje, por causa das verbas do Governo, estão acovardados, escondidos e envergonhando a juventude brasileira.

Golpe é assaltar a PETROBRAS, é limpar o bolso da estatal, é defender que não queriam a privatização da empresa, mas a privatizaram para a corrupção.

Golpe é a situação de Pasadena.

Golpe é a Presidente Dilma ser a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS.

Golpe é todos os membros do Conselho estarem presos, envolvidos em corrupção, todos com as contas bancárias cheias de dinheiro, tendo devolvido dinheiro, e a Presidente Dilma dizer que não sabia de nada — mas não é bem assim, todos sabem.

Golpe é o índice de inadimplência do Minha Casa, Minha Vida, o maior já visto até hoje.

Golpe é agora ter de cortar o Bolsa Família, sob a alegação de que está sendo feita uma nova avaliação e que não há dinheiro para pagar o benefício, porque gastaram tudo em safadeza, em roubo.

Golpe é o que acontece com a reforma agrária. Há poucos dias, o Tribunal de Contas da União e, agora, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal identificaram mais de 570 mil pessoas em situação irregular. Exemplo disso é o fato de haver políticos e mortos recebendo terrenos destinados à reforma agrária.

Golpe é a segurança pública do nosso País não receber investimentos para as fronteiras. A Polícia Federal faz as grandes operações, mas, nos bastidores, está sem estrutura, sem independência financeira e orçamentária.



Golpe é a situação da saúde, com o zika e a dengue; de outro lado, o Programa Mais Médicos, para maquiar a situação da saúde, pois faltam remédios, os preços nas farmácias populares aumentam e as UPAS prometidas não são construídas. As verbas estão restritas.

Golpe na educação é o livro didático com doutrinação ideológica.

Golpe é tentar fazer um currículo nacional único só com a visão bolivariana do partido que está no poder e dos seus asseclas.

Golpe é o corte de 8 bilhões da educação.

Golpe é a intimidação da CUT aos sindicatos vinculados a ela para não se manifestarem. Manifestam-se quando o Governador não é vinculado ao PT. Quando o Governador é vinculado a outros partidos, fazem greves, manifestações e ataques.

Golpe é prometer que o FIES bancaria a faculdade de milhares de jovens, que agora estão no último ano e não têm mais como pagar o sonho da sua família carente. Prometeram e não cumpriram.

Sr. Presidente, pedalada e empréstimo são o motivo do *impeachment*. Pedalaram, maquiaram, esconderam, mentiram na campanha eleitoral, porque, senão, nunca teriam ganhado essa campanha. Os brasileiros foram enganados. Foi 171, mentira! Nós assistimos, agora, sem entender o que aconteceu. Como é que conseguiram fazer tudo isso?

O Tribunal de Contas da União condenou a Presidente Dilma e as suas contas por essas pedaladas. Depois, vêm dizer que as pedaladas foram feitas para pagar os programas sociais. Só se foi o “Bolsa Empresário”, o “Bolsa Grandes Empresas”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



Eu finalizo, Sr. Presidente, dizendo que a minha bandeira jamais será vermelha. A minha bandeira é verde e amarela, é a bandeira que o Solidariedade defende para todo o País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar como Líder do PDT, concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, estamos atravessando esta madrugada com importantes debates, debates que esclarecem todos os interessados em participar, de forma direta ou indireta, desta grande discussão da quadra que vive o País.

Obviamente, este momento de discussão do *impeachment* é a continuação da luta política que não se encerrou em 2014. Quem perdeu a eleição naquele momento passou a sensação de que não ficou conformado.

Infelizmente, quem ganhou também não teve competência para fazer a construção necessária para evitar que chegássemos hoje a este momento de intransigência, de quase impossibilidade de convivência. É impressionante como os ânimos da classe política e das pessoas se acirraram, tanto lá fora como também aqui dentro da Casa!

É importante nós termos a clareza de que estamos aqui em partidos diferentes. A palavra partido se define como as partes, a soma de pontos de vista e de ideias por meio dos quais nós iremos criar uma maneira de fazer um bom debate, um bom diálogo, não um espetáculo pirotécnico, com *show* ou com qualquer tipo de fantasia.

Eu estou dizendo que é necessário que nós Parlamentares tenhamos condições de discutir o momento sério que estamos vivendo. Precisamos tirar o Brasil do momento difícil que vive, o que não será feito por meio de soluções mirabolantes, como rasgar a Constituição e retirar do poder a Presidente eleita.



É óbvio que este momento que estamos enfrentando precisa ser construído. Há que se retirar da pauta de discussão a intolerância e o inconformismo. Há que entrar na pauta de discussão o saber perder. Há que entrar na pauta da discussão o entendimento de que a Constituição prevê o tempo de se fazer o bom debate e de se discutir quem fica e quem não fica no espaço que está ocupando — esse tempo é o da eleição.

Este é um ano de eleição, ano para discutir se os prefeitos estão trabalhando bem, o que mais podem fazer, se o povo vai continuar ou não com eles. Ocorrerá a mesma coisa com os vereadores. Daqui a 2 anos e meio, em 2018, será a vez dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, dos Senadores, dos Governadores e do Presidente da República. Esses espaços de discussão têm data para ocorrer.

A regra do jogo é clara, e é óbvio que nós temos que jogar de acordo com a regra do jogo. O regimento que define a regra desse campeonato, a Constituição, não prevê que um mandato possa ser interrompido sem que tenha havido crime de responsabilidade — caso que estamos aqui discutindo.

Nós vamos continuar dizendo “não” ao *impeachment*, porque o *impeachment* é golpe, uma vez que não houve crime de responsabilidade.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra à Vice-Presidente Nacional do PTN, a Deputada Renata Abreu, que hoje faz aniversário. (*Palmas.*)

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PTN-SP. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Deputados e Deputadas; boa noite a todos que seguem madrugada adentro acompanhando os debates.

O que parecia tão fora de moda no PTN nunca se mostrou tão atual: a vassoura. Isto mesmo, a vassoura. A história, Sras. e Srs. Deputados, está nos dando uma grande oportunidade, a oportunidade varrer, nesta Casa, a sujeira que paralisa o Brasil — lembro-lhes que varrer não é jogar para debaixo do tapete. Temos a obrigação de aprender com os erros cometidos e de devolver o poder, imediatamente, a quem é de direito: o povo brasileiro.

Sim, Sras. e Srs. Deputados, estamos fazendo história. Do nosso voto vai depender o futuro do Brasil, um futuro que, diga-se de passagem, precisa ser bem melhor do que o presente.

Muitos dos meus colegas Parlamentares já enumeraram desta tribuna as causas e os motivos que resultaram neste processo de *impeachment*. Falaram dos problemas que o Brasil enfrenta, da grave situação econômica que tem resultado no fechamento de empresas e indústrias e, principalmente, afetado os trabalhadores, que dia após dia engrossam a fila do desemprego.

É importante salientar que, em meio a esta crise, o povo se sente abandonado, desprotegido, politicamente órfão. O cidadão está descrente dos políticos em geral: as últimas pesquisas mostraram que 73% da população não se identificam com partido algum. Não existem mais, no Brasil, partidos grandes ou partidos pequenos. Perdemos a nossa identidade junto à população.



Estamos atravessando um período de instabilidade política no Brasil e precisamos ir muito além do *impeachment* para resolvermos isso. Estamos vivendo uma crise gerada pelo enorme distanciamento entre a sociedade e a classe política.

Os brasileiros querem discutir e decidir conosco soluções para os problemas da saúde, da habitação, da falta de creches, da seca, da violência nas ruas, do desemprego. Querem opinar sobre a crise econômica, sobre os escândalos, sobre o *impeachment*. Vão para as ruas porque não conseguem falar conosco, não têm acesso aos seus representantes.

Esta é a nossa oportunidade de mudar a situação, de mostrar que estamos, sim, atentos à vontade do povo. É a nossa oportunidade de retomar a comunicação com a sociedade, de cumprir o nosso papel de representantes dos brasileiros.

Os brasileiros estão cansados de falar e gritar e de ver que ninguém os ouve. É chegado o momento, repito, de transformação, a hora de devolver ao povo a legitimidade do poder, de devolver a quem é de direito o poder de decisão.

Precisamos nos repensar como instrumentos partidários. Temos de virar a página e olhar para frente, para o futuro. Temos de plantar bandeiras que falem e ouçam a linguagem dos brasileiros.

Será que somos capazes de reatar o contato com o povo, de criar meios para que a sociedade, de fato, governe conosco? Com certeza, somos. Mas, para isso, é preciso aceitar que precisamos de um novo sistema, de uma nova forma de fazer política.

Dos atuais 200 milhões de habitantes no Brasil, 104 milhões ainda não haviam nascido quando da campanha das Diretas Já. Imaginem como eles encaram



o fato de ficarmos defendendo bandeiras estáticas, de anos atrás, em pleno mundo globalizado!

A grande verdade é que, quando se defende uma causa estática, perde-se toda a essência, e é isso o que está acontecendo com os partidos políticos. Não estão mais olhando para o futuro. Não se estão adequando às novas bandeiras e às novas causas, que não são mais estáticas, mas dinâmicas o tempo todo. Temos uma nova demanda.

Nós do PTN estamos trabalhando no reposicionamento do partido, porque a forma de comunicação mudou. Vivemos num mundo globalizado, recebemos informações de todas as partes do planeta, em milésimos de segundo. Comunicamo-nos à distância em frações de segundos; pagamos nossas contas sem sair de casa. Fazemos praticamente tudo pela Internet, em tempo real. No entanto, participamos do processo político de 4 em 4 anos.

O cidadão brasileiro não aceita mais isso. O mundo não aceita mais isso. O caminho para a mudança, meus amigos, é a tecnologia, para que as pessoas tenham participação direta em todas as principais decisões do País. Por que não usar o celular, a Internet — a minha geração se pergunta sobre isso —, para que os brasileiros possam decidir conosco as principais questões deste País?

A população tem que ter o direito de opinar sobre um projeto ou até mesmo orientar a bancada que elegeu, por meio de ferramentas e canais de comunicação. Isso é democracia em evolução, comunicação direta com o povo.

O movimento Diretas Já foi o primeiro passo. Nós conquistamos a democracia, mas, vejam bem, como tudo o mais que existe, a democracia precisa



estar em constante evolução, e o futuro da democracia é a participação direta do cidadão — a tecnologia já permite isso.

Numa democracia globalizada, o *impeachment* não deveria estar sendo decidido por nós Parlamentares. Deveria estar sendo decidido pelo povo, que quer fazer ouvir a sua voz; que não se contenta mais em opinar de 4 em 4 anos.

Mesmo longe dos partidos políticos, os brasileiros, principalmente os jovens, fizeram da tecnologia instrumento para discutir e opinar sobre o *impeachment*, posicionando-se sobre seus votos. Nunca se falou tanto em política quanto agora, principalmente nas redes sociais, graças aos avanços tecnológicos que conectam todos, não importando se estão no Norte ou no Sul, e em tempo real.

Com a população nas ruas, cobrando sua participação na condução do País, conseguimos dar importantes passos, dizendo “não” à impunidade, “não” ao desperdício do dinheiro público, “não” à corrupção, “não” a essa forma de fazer política de olho no próprio umbigo, mas ainda temos de avançar muito mais.

Nós do PTN concordamos com que o povo tem que ser protagonista da administração do País. Precisamos de uma evolução, não somente para colocar pessoas diferentes no poder, mas também para colocar um poder diferente em cada cidadão brasileiro. Falo de um poder que começa com o avançar da nossa democracia e que se concretiza por meio da construção coletiva de um sistema político em que o cidadão participe do processo e exerça seu direito de decidir as principais questões do Brasil.

Eu acredito no País onde o poder esteja conectado com o povo.

Eu acredito na democracia e a pratico todos os dias.



Na democracia praticada no PTN, as opiniões são debatidas e aceitas, sendo sempre respeitada a vontade da maioria. No nosso partido, nada é imposto; tudo é discutido e decidido, com argumentos firmes e sólidos.

Foi assim que construímos o nosso posicionamento favorável ao *impeachment*. A maioria esmagadora do nosso partido é a favor do processo, mas, respeitando aqueles que são contrários ao que a maioria pensa, nem por isso haverá confronto com aqueles que aqui votarão “não”.

Hoje, uma grande parcela da população pede a mudança dos governantes, mas há outra parcela que discorda do processo de *impeachment*. A efervescência social tem de ser debatida politicamente, de forma pacífica e respeitosa, sem ofensas, sem calúnias, sem perseguição ou imposição. Isso é democracia!

Agora temos mais um passo importante a dar: dentro de 48 horas, teremos uma escolha a fazer. Não é uma escolha entre dois partidos, senhoras e senhores, ou entre duas ou três pessoas, muito menos uma escolha entre forças adversárias. Temos uma escolha que se tornará fácil, se ouvirmos aqueles que nos elegeram.

São 70% dos brasileiros a favor do *impeachment* e 30% contra. Essa é a opinião do povo, e a opinião do povo deve ser ouvida, respeitada e representada por nós políticos. Esse é o nosso papel. Essa é a nossa obrigação como classe política.

Estamos diante de uma grande oportunidade de passar a limpo o Brasil, de respeitar as leis e ouvir as vozes que vêm das ruas. São vozes legítimas que políticos ultrapassados insistem em acusar de tentativa de golpe, na tentativa vã de silenciá-las. Estamos diante do privilégio de viver este momento histórico e de escrever uma nova história para o País. Estamos diante da oportunidade de



podermos voltar para casa e, olhando nos olhos dos nossos filhos, familiares e amigos, dizer: *“sim, somos políticos e brasileiros, com muito orgulho”*.

Esta é a oportunidade de tirar o Brasil das páginas policiais do mundo inteiro, o que tanto nos envergonha, e trazê-lo de volta para as manchetes de primeira página, com notícias que nos devolvam o orgulho e a dignidade. Esta é a oportunidade de banir para sempre a corrupção que tortura com requintes de crueldade os brasileiros mais pobres. Esta é a oportunidade de retomar o rumo do desenvolvimento e do crescimento, com o objetivo de promover oportunidades e proteger nossas famílias.

Eu sou Renata Abreu, Deputada Federal, e, respeito à democracia, em respeito aos brasileiros e a um novo Brasil, digo “sim”.

Impeachment já!

Muito obrigada. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Felipe Bornier, que preside a sessão neste momento, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente ressaltar o espírito esclarecido e democrático da minha querida Deputada Renata Abreu, que entende que a política é o espaço para o contraditório e para que ideias divergentes possam conviver pacificamente.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui lembrar um fato histórico. Há 2 mil anos, Pôncio Pilatos era o governador romano na Judeia. E, por causa de uma decisão errada, tomada por interesses próprios, até hoje é visto em todo o mundo como o maior covarde da História.

Longe de mim a ideia de estabelecer qualquer paralelo entre a figura da ilustre e respeitável Presidente Dilma Rousseff com a figura de Cristo. O que quero



deixar bem claro, neste início de pronunciamento, é que a história premia os que votam de acordo com a sua consciência, mas castiga duramente aqueles que votam errado, ao sabor de conveniências próprias.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, quando estamos aqui decidindo como vamos votar, estamos passando à história do Brasil. E por este voto, no domingo, seremos elogiados ou condenados pelas gerações futuras. Passaremos à história do Brasil como um defensor da Constituição e da democracia ou como mais um dos integrantes do golpe de 2016.

Não tenham dúvidas: o golpe contra um Governo legalmente eleito é uma ferida aberta na democracia. Quando votarmos, estaremos fazendo história. A cada Deputada e a cada Deputado caberá decidir se quer passar à história do Brasil apoiando o golpe ou a democracia!

Não se enganem: assim como os brasileiros que se referiram ao golpe militar como o redentor hoje se referem a ele como o golpe de 64, no futuro, esta tentativa de *impeachment*, que não tem base legal ou moral, será conhecida, se for aprovada pela maioria dos Deputados, como o "golpe de 16". E cada um dos que votarem "sim" terá a sua parte de culpa nesse golpe.

Durante esses dias, tenho lido muito, em jornais nacionais e internacionais, sobre o processo que atravessamos e me chamou a atenção uma notícia publicada na imprensa francesa: a de que o Brasil está a um passo de depor uma Presidente eleita com mais de 54 milhões de votos para entregar o comando desta Nação a alguém que não tem sequer 3% das intenções de voto para Presidente nas próximas eleições, segundo as pesquisas de opinião.



Sem qualquer ofensa ou demérito do Vice-Presidente Michel Temer, esta é a verdade nua e crua. É uma verdade que, por si só, torna ainda mais evidente a tentativa de golpe. Torna ainda mais patentes as manobras de um grupo que tenta tomar no grito, para usar uma expressão bem brasileira, o poder que não tem condições de conseguir pela vontade do povo. Foram eles quatro vezes fragorosamente derrotados.

Eu, pela crença inabalável que tenho nas leis e na democracia, continuarei dizendo “não” a este *impeachment*, que não passa de um golpe. Repito: as minhas convicções não estão à venda e, a meu ver, nada nas denúncias apresentadas ou no relatório do Deputado Jovair Arantes comprova que a Presidente Dilma Rousseff tenha incorrido nos crimes de responsabilidade de que a acusam.

Esta é a minha posição. Continuarei votando “não” porque tenho um compromisso com o meu País e com o meu povo. Não quero entrar na história como integrante de um golpe. Porém, acredito que a democracia não busque a unanimidade, mas o respeito às opiniões alheias, para que possa prevalecer a opinião da maioria.

Quero, Sras. e Srs. Deputados, dirigir-me especialmente à bancada do Nordeste, aos Deputados do Nordeste, que têm responsabilidade com o povo nordestino. O tal programa Ponte para o Futuro é um programa de Estado mínimo. O tal programa Ponte para o Futuro quer reduzir as funções do Estado apenas à educação, à saúde e à segurança.

Como nós vamos ser um Estado forte? Como nós vamos ser um Estado que investe? Como nós vamos tirar o Nordeste das tristes condições em que ainda se



encontra, apesar do desenvolvimento econômico que ocorreu na nossa região nos últimos 14 anos?

A classe média nordestina saltou de 28% para 45% da população; 5 milhões de empregos eram o que os nordestinos tinham em 2002, e hoje são mais de 10 milhões de empregos formais; 21% viviam em situação de pobreza absoluta, e hoje isso caiu para cerca de 8% da população nordestina. O Nordeste respondeu, nesses últimos anos, por 61% da redução da pobreza do Brasil. Mais de 35 milhões de pessoas foram ajudadas pelo Programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda. Reduzimos a mortalidade infantil e a taxa de analfabetismo. Temos o Programa Água para Todos. Sete das 18 universidades criadas estão no Nordeste. Tínhamos apenas, Deputado Daniel Almeida, grande representante do Nordeste, 400 mil estudantes universitários. Hoje, já temos no Nordeste mais de 2 milhões de estudantes universitários. Quem fez isso? O Presidente Lula, a Presidente Dilma e as forças que dão sustentação a este Governo.

A Oposição é cega e por isso não tem o apoio das ruas. Vocês querem colocar a estabilidade financeira, a estabilidade fiscal acima do bem-estar do povo. Por isso, vocês não passarão nesta tentativa de golpe. Os brasileiros vão reagir, estão reagindo a isso. O Nordeste está de olho aberto em vocês.

Amigos e irmãos do Sul do País, principalmente paulistas, cujo progresso se deve tanto ao suor quanto ao sangue do povo nordestino, abram os olhos para este golpe que estão perpetrando no Brasil, tendo à frente uma burguesia atrasada, pré-capitalista, golpista.

Por isso, estou aqui dizendo e reafirmando: “não” ao golpe! Viva a Presidente Dilma! Viva o Brasil! (*Palmas prolongadas.*)



O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, público que nos acompanha neste momento, dos oito Parlamentares do meu Estado do Tocantins, seis votarão pela democracia, votarão pela legalidade, votarão pelo *impeachment*. E o Deputado Gaguim se inclui entre eles.

Sr. Presidente, fico a pensar, assistindo às sessões hoje o dia todo, que parece que estamos vivendo em outro país. Parece que não está faltando nada, nesta madrugada, nos hospitais. Parece que a população não é vítima, a cada dia, de assassinatos e assaltos à mão armada. Parece que não está acontecendo nada.

Fico a imaginar o que ocorre quando se assume um governo. Falo do meu Estado. É um Estado novo. É um Estado que não tem dívida. Mas ali, Sr. Presidente, meus nobres companheiros, está faltando tudo! O Governo Federal não está ajudando o Governo do Estado nas nossas estradas, nossas escolas.

Quando Governo daquele Estado, deixamos projetos e dinheiro em caixa, do PAC — PAC 1, PAC 2, PAC 3. E esse dinheiro sumiu. Esse dinheiro não foi para os Municípios. Os Parlamentares fizeram emendas de bancada, emendas parlamentares, e esse dinheiro não chegou aos Municípios, que é onde nasce e mora o cidadão, onde está a renda daquele pequeno agricultor, do pequeno comerciante, do médico, da dona de casa. E as obras — uma creche ou colégio digno para o seu filho — não foram feitas. Há 5 ou 6 anos não são feitas as grandes obras prometidas nas campanhas políticas.

O que está acontecendo é golpe? Golpe é enganar o povo. Não quero xingar ninguém, mas quero falar do sentimento do povo, que nos cobra. Mandei fazer uma



pesquisa, que durou 30 dias, em *outdoors*, *sites*, jornais, e constatei que lá no Tocantins 90% do povo quer que eu seja pelo *impeachment*.

Eu fui eleito para representar o povo. Eu não fui eleito para atuar em prol de partidos políticos. Represento hoje um partido, o PTN, no meu Estado. Quero representá-lo, mas ouvindo o meu povo do Tocantins, que me deu oportunidade de ser eleito por oito vezes — fui Vereador, Deputado, duas vezes Presidente da Assembleia, uma vez Governador e agora Deputado Federal. Mas o meu compromisso é com aquele que realmente precisa; é com a dona de casa; é com o meu amigo do Povoado Catarina que tem que fazer uma operação lá na minha Augustinópolis, mas não consegue, porque não há atendimento; é com a minha cidade de Palmas; é com a minha cidade de Porto Nacional, que tem um hospital que não sai do chão; é com a minha Gurupi, onde um hospital está sendo construído há 4 anos; é com a minha grande Araguaína, onde a construção de um hospital não termina. Isso é golpe!

Na minha Araguaína, um projeto de transformação da cidade em ZPE — Zona de Processamento e Exportação já está parado há quase 12 anos. Isso é golpe!

Na minha Xambioá, no meu Governo, deixei 160 milhões em caixa para fazerem uma ponte ligando Xambioá ao Pará, mas esse dinheiro sumiu. Isso é golpe!

O Deputado Carlos Henrique Gaguim está aqui, é bem pago e, como Deputado Federal, tem tudo do bom e do melhor. Mas e com o meu povo, lá no Tocantins, está tudo bem? Não está, não. São milhares e milhares de jovens que completam 18 anos e têm que ir para o mercado de trabalho, mas não há emprego.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



Hoje, lá na minha cidade de Palmas, o que dá mais lucro é vender tecido em que se escreve: "Aluga-se" ou "Vende-se".

Isso está atrapalhando a vida de cada cidadão. Nós temos que passar esperança para o povo. A esperança de dias melhores já acabou. Temos que dar mais oportunidades ao povo.

Quero deixar o meu abraço, o meu compromisso com o Brasil e com o meu povo do Tocantins.

Domingo quero ser o primeiro a chegar e o último a sair. Quero sair daqui com a grande vitória do Brasil e do Tocantins. Por isso, votarei "sim" ao *impeachment*. Farei isso pelos meus amigos, pelos desconhecidos, pelos milhões e milhões de desconhecidos, pelos milhões e milhões de pessoas que votam no Gaguim, que não tiveram a oportunidade de pegar na minha mão. Essa mão quer apertar a mão de todos. Essa voz quer votar "sim" pelo Brasil e pelo Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Estão encerradas as inscrições pelo PTN.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Falará agora o PCdoB. A primeira oradora é a Deputada Luciana Santos; a segunda, a Deputada Jandira Feghali; o terceiro, o Deputado Orlando Silva; o quarto, o Deputado Rubens Pereira Júnior; a quinta, a Deputada Alice Portugal.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas uma informação. O tempo da sessão se encerrará antes de o prazo concedido ao partido acabar...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - O tempo do partido continua.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Na sessão subsequente?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Isso.

Concedo a palavra à Deputada Luciana Santos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, "*há dias que valem por séculos na história dos povos*", dizia Karl Marx. Neste domingo à tarde nós teremos uma decisão de caráter estratégico, que impactará várias gerações de brasileiros.

Nesses momentos o PCdoB coloca os interesses do Brasil e do seu povo acima de tudo. Falo ciente da responsabilidade de trazer a mensagem de um partido de 94 anos, dos quais 60 anos de clandestinidade e perseguição. Por isso, sabemos bem o valor da democracia, da jovem democracia brasileira, que está sendo ameaçada.

Nessa votação histórica da Câmara dos Deputados, falo também em nome de uma militância corajosa e aguerrida. A democracia é um fundamento para o desenvolvimento soberano de nossa Pátria; é o caminho mais curto e mais eficiente



para superarmos as brutais injustiças e desigualdades sociais, regionais e econômicas do nosso Brasil.

A comunidade internacional está perplexa com a inversão de valores que está ocorrendo no Brasil. Pessoas acusadas de corrupção estão querendo dar um golpe em uma Presidenta honesta.

Entre as inúmeras manifestações mundo afora, destaco a da OEA, por meio de seu Diretor-Geral; da UNASUL; da CEPAL; do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Há declarações de líderes mundiais, como Felipe González, da Espanha, e José Mujica, do Uruguai, entre tantos outros.

A história guarda momentos memoráveis, em que esta Casa, este Parlamento brasileiro se levantou em defesa da legalidade e da Constituição. Quando falamos em democracia, não se trata de uma figura de retórica. Na verdade, a democracia é a forma de governo em que se podem representar os anseios da maioria e da minoria, é a chave para superar as lamentáveis manifestações de ódio e intolerância que estão ocorrendo como um grande e recente fenômeno no Brasil.

Deputados e Deputadas, aos traidores só está reservado o lugar do lixo na história. Nesses dias que antecedem as homenagens à coragem dos inconfidentes mineiros, é impossível não lembrar o ilustre pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, quando disse que no Brasil existiam dois partidos: o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis; de um lado, o partido dos que defendem a liberdade e a democracia; de outro lado, o partido dos que defendem o entreguismo e o golpe. É hora de decidir em que lugar da história as senhoras e os senhores estarão.

A força motriz do atual golpismo é um conluio entre Michel Temer e o atual Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, que é réu em sete processos no



Supremo Tribunal Federal. Conluio significa trama, significa conspiração, significa farsa com teor maléfico, mesquinho.

Há uma grande aliança entre PSDB e DEM, e o vetor principal de toda essa trama, toda essa farsa é a Operação Lava-Jato. É preciso enfatizar que, para nós comunistas é inegociável o combate à corrupção — aos corruptos e aos corruptores. No entanto, repudiamos o uso do combate à corrupção como mero pretexto para pisotear a Constituição Federal e disputar o poder político.

Se hoje existem ações de combate à corrupção, elas são fruto da luta democrática, medidas que foram fortalecidas desde 2003, no Governo Lula. Cito aqui apenas três delas. Neste País, o primeiro da lista para Procurador-Geral da República nunca foi nomeado no tempo de Fernando Henrique Cardoso. Quem não se lembra do famoso Geraldo Brindeiro, que conseguiu ter o apelido de “engavetador da República”?

Houve também outras medidas importantes, como a descentralização da Polícia Federal e o marco legal da delação premiada.

Nessa história toda da Operação Lava-Jato, Deputada Jandira Feghali, vasculharam a vida da Presidenta Dilma Rousseff. Realizaram, ao longo de 2 anos, todo tipo de investigação e, mesmo assim, nada encontraram contra a honra e a integridade da nossa Presidenta.

Marx dizia que a história se repete como farsa ou como tragédia. Na verdade, a exemplo do que se fez em outros momentos históricos, o discurso do combate à corrupção entra em cena para impedir um projeto político patriótico e popular. Foi assim em 1954, na oposição a Getúlio Vargas, e foi assim em 1964, na campanha



que levou ao golpe militar, que durou 21 anos e que tirou João Goulart da Presidência da República.

Num momento em que a Presidenta sequer é investigada, nós vamos aqui, no domingo, tomar uma decisão desse porte, dessa natureza, com as repercussões de quebra de institucionalidade que podem tornar este País um verdadeiro caos, pela instabilidade política que isso causará.

Quero aproveitar para ler o que está escrito no manifesto dos representantes do Ministério Público aos Parlamentares desta Casa:

“A edição de decretos de crédito suplementar para remanejar limites de gastos em determinadas políticas públicas autorizados em lei e os atrasos nos repasses de subsídios da União a bancos públicos para cobrir gastos dessas instituições com empréstimos realizados a terceiros por meio de programas de Governo são, ambos, procedimentos embasados em lei, pareceres jurídicos e entendimentos do TCU, que sempre considerou tais medidas legais, até o final do ano passado, 2015, quando houve mudança de entendimento do referido Tribunal.”

Foi isso o que brilhantemente falou aqui, nesta tribuna, o Ministro José Eduardo Cardozo.

Não há crime sem lei anterior que o defina e, muito menos, sem entendimento jurisprudencial. Se não fosse assim, a insegurança jurídica seria absurda, inclusive com relação a mais da metade dos Governadores e inúmeros Prefeitos, que sempre



utilizaram e continuam utilizando as mesmas medidas que, supostamente, embasam o processo de impedimento da Presidenta.

Não é à toa que um elenco de renomados juristas e um rol de respeitados advogados, em últimos atos e manifestos, atestam a demonstração de que isso é um golpe travestido de *impeachment* sem fundamento jurídico. Não há outro nome. Isso é dar um golpe de Estado sem a presença das baionetas, mas com as armas dos grandes meios de comunicação, que distorcem os fatos, disseminam mentiras e submetem a opinião pública a uma verdadeira ditadura de um só pensamento, de uma só opinião.

Aproveito, Deputados Daniel Almeida, Alice Portugal, Weverton Rocha e demais Parlamentares desta Casa, para me remeter a um grande ex-Deputado pernambucano chamado Josué de Castro. Esse grande intelectual ativista da luta contra a fome dizia: *“Um país é tanto mais forte quanto mais elevada a sua renda, mas é tanto mais feliz quanto melhor distribuída essa renda. É tanto mais próspero quanto mais acelerado o crescimento dessa renda”*.

Nós do Partido Comunista do Brasil somos testemunhas e construtores desse legado dos Governos Lula e Dilma, que contribuíram para que o Brasil se tornasse mais forte, mais feliz e mais próspero. Desde 2003 foi possível construir um País com maior acesso à educação, à saúde e à moradia. Lembro aqui as palavras apaixonadas da Deputada Benedita da Silva ao se referir exatamente aos resultados dessa construção, que permitiu que filhos de pedreiros e filhos de empregados domésticos se tornassem médicos, engenheiros, assistentes sociais e farmacêuticos, que tivessem, portanto, diplomas universitários. E os resultados são esses que podemos ver: a transformação do País através da educação, dando



oportunidade de inclusão social às milhares de Jéssicas que foram retratadas no filme da grande pernambucana Anna Muylaert.

O povo brasileiro reconhece essas mudanças. Por isso, não é honesto se aproveitar de uma crise econômica que, em boa medida, deriva dos efeitos da grande crise mundial do capitalismo e da crise política interna, de uma crise política fomentada por setores da Oposição que apostaram no “quanto pior, melhor” durante todo esse período desde a reeleição da Presidenta Dilma. Isso chega a ser um ato criminoso, que desrespeita a vontade popular.

É contra essas conquistas que as forças conservadoras hoje, Deputada Alice Portugal, se movem no Congresso Nacional. Hoje se vende a promessa segundo a qual com a simples saída da Presidenta Dilma a situação econômica vai melhorar. Nada mais falso! Ao contrário, se o *impeachment* golpista se impuser, além de pisotear a Constituição e mutilar a democracia, ele vai instituir um governo ilegítimo, porque não tem o voto das urnas; um governo que será contestado nas ruas e combatido por amplos setores da população, porque quer impor uma agenda retrógrada para o Brasil.

Os golpistas vendem a ilusão de que um governo chefiado por Michel Temer pacificaria o País e criaria condições para o Brasil superar a crise. Repito: nada mais falso! Ele não possui a confiança e o voto do povo para cumprir esses objetivos. Não se unifica uma nação com golpe de Estado. Não se resolvem graves problemas de um país com um governo e com um Estado de exceção.

O plano de Temer, outrora chamado de Uma Ponte para o Futuro, é, na verdade, uma ponte para o passado, ponte de regresso à tragédia do modelo neoliberal da década de 1990, dos tempos de Fernando Henrique Cardoso. O plano



de Temer é uma ameaça, Deputados Rubens Pereira Júnior e Chico Lopes. É uma ameaça às conquistas sociais e trabalhistas. Está no plano de Temer, em Uma Ponte para o Futuro, a desvinculação de receitas orçamentárias para saúde e educação. Para quê? Para drenar recursos para o superávit primário, para os rentistas deste País, para o mercado financeiro.

Nós precisamos garantir as conquistas da legislação trabalhista e da política do salário mínimo. Eles também, com certeza, retomariam as privatizações. Também entregariam o pré-sal, que é um ativo e patrimônio do povo brasileiro. Este Congresso, este Parlamento decidiu aplicar nada mais, nada menos do que 75% dos *royalties* do petróleo do pré-sal na educação brasileira, Deputado Davidson Magalhães e Deputada Jô Moraes.

Senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, povo brasileiro, ao longo da nossa história, nos momentos decisivos da Nação brasileira, a força fundamental sempre foi o povo nas ruas. Estão nas ruas as herdeiras e heroínas do Tejucupapo, da restauração pernambucana. Estão nas ruas as herdeiras de Anita Garibaldi. Estão nas ruas as herdeiras de Olga Benário. São meninas e mulheres de muitos rostos e sorrisos, que estão nas ruas dizendo "não" ao golpe; que querem mais respeito aos seus direitos; que repudiam as odiosas expressões de machismo e de misoginia das quais a Presidente Dilma é vítima.

A juventude ilumina as ruas com alegria, com coragem, com esperança. A juventude tombou defendendo a liberdade, defendendo a democracia. A juventude diz que quer construir o futuro agora.



A consciência democrática do nosso País cresce. As manifestações a que nós estamos assistindo do dia 31 de março para cá vão para além da militância dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

O País ganha com o crescimento da consciência democrática, mesmo daqueles que fazem crítica ao Governo, de artistas, de intelectuais. Ganham as massas do povo, porque sabem o significado do retrocesso que nós estamos vivenciando no País.

A bandeira da democracia tem todas as cores. Nestes dias tivemos a alegria de ver grandiosos atos de toda a população brasileira, que reage ao golpe.

A consciência democrática de todas as latitudes do nosso País, do Oiapoque ao Chuí... "*Não vai ter golpe!*" Esses são os ecos que chegam a esta Casa.

Quero destacar o papel decisivo e elevado do Governador do Maranhão, Flávio Dino, do nosso Ministro Aldo Rebelo, desta bancada que está presente aqui na madrugada de hoje, a bancada do PCdoB, que, como dizia Castro Alves, é uma pequena bancada aguerrida, mas que tem o olhar nos Andes. Está aqui essa bancada corajosa. (*Palmas.*)

Quero, mais uma vez, fazer uma saudação especial à militância aguerrida do nosso partido, essa militância corajosa que já está acampando no planalto e nas ruas deste País para invadir as praças, os logradouros e as calçadas e gritar em alto e bom som que o golpe não passará.

Uma vez derrotado o golpe e respeitada a democracia, teremos o desafio da retomada do crescimento. Devemos trabalhar para construir um amplo pacto nacional reunindo forças que apoiam o Governo, bem como setores da Oposição



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



que tenham compromisso com o Brasil. Há base social, política e econômica para isso.

O Brasil é maior do que essa crise econômica e política. É preciso superar essa crise com a força do povo, derrotando essa política do "quanto pior, melhor".

Neste momento decisivo para a democracia, nós os comunistas, a bancada do PCdoB, afirmamos alto e bom som: a aprovação da admissibilidade de um *impeachment* sem base legal, conduzida pelo Deputado Eduardo Cunha, réu no Supremo Tribunal Federal, é golpe.

Volto às palavras de João Amazonas, grande herói do povo brasileiro e inspiração para gerações de defensores do Brasil e de sua soberania, para reafirmar: *"Ninguém poderá impedir que os comunistas lutem pelo progresso do nosso País, pela defesa da Constituição da República, pela vitória completa da democracia"*.

Estamos firmes na luta! O golpe não passará!

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Vou encerrar a sessão.

Informo aos amigos do PCdoB que abriremos outra sessão em seguida e V.Exas. continuarão com a palavra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 085.2.55.O
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - COMPARECEM MAIS OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 5ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 5 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 085.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



(Encerra-se a sessão às 4 horas e 44 minutos.)



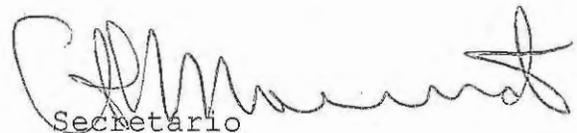
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 85ª (octogésima quinta) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016. Às 23h52, presentes 491 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Eduardo Cunha, Presidente, declarou aberta a sessão e deu por dispensada a leitura da ata da sessão anterior. Às 23h53, presentes 489 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Discutiu a matéria o Sr. Vinicius Carvalho, pelo PRB. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário. Discutiram a matéria, ainda, os Srs. Márcio Marinho e João Campos, pelo PRB. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Pastor Eurico, pelo PHS; Glauber Braga, pelo PSOL; Givaldo Vieira, pelo PT; Shéridan, pelo PSDB; Hugo Leal, pelo PSB; Domingos Sávio, pela Minoria; Jefferson Campos, pelo PSD; e Mauro Pereira, pelo PMDB. Discutiram a matéria os Srs. Benito Gama, Sérgio Moraes, Luiz Carlos Busato e Alex Canziani, pelo PTB. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Sóstenes Cavalcante, pelo Democratas; Carmen Zanotto, pelo PPS; Rubens Pereira Júnior, pelo PCdoB; Ezequiel Teixeira, pelo PTN; e Professor Victório Galli, pelo PSC. Discutiram a matéria os Srs. Afonso Motta e Damião Feliciano, pelo PDT. Assumiu a Presidência o Sr. Sóstenes



Cavalcante, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Usou da palavra, ainda, para discutir a matéria o Sr. Weverton Rocha, pelo PDT. Reassumiu a direção dos trabalhos o Sr. Felipe Bornier. Às 03h07, o Sr. Presidente prorrogou a sessão. Discutiram a matéria os Srs. Carlos Manato, Wladimir Costa, Laudivio Carvalho e Fernando Francischini, pelo Solidariedade. Fez Comunicação de Liderança o Sr. Weverton Rocha, Líder do PDT. Discutiram, ainda, a matéria a Sra. Renata Abreu e os Srs. Bacelar e Carlos Henrique Gaguim, pelo PTN. Discutiu a matéria a Sra. Luciana Santos, pelo PCdoB. Às 4h44, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou Sessão Extraordinária para sábado, 16 de abril, às 5 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.


Presidente


Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA



DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 29

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número 29 (**vinte e nove**), com folhas numeradas de 10.304 a 10.780, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado *[assinatura]* nesta *[assinatura]* data. E, para constar, eu, *[assinatura]*, Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.